

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL  
E REGIONAL

**KATIA REGINA CASTRO COSTA**

**O PRONERA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL:** o caso dos  
assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto em Barreirinhas -  
Maranhão

São Luís

2014

**KATIA REGINA CASTRO COSTA**

**O PRONERA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL:** o caso dos  
assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto em Barreirinhas -  
Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de Mestrado, para obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franci Gomes  
Cardoso.

**Área de Concentração:**  
Desenvolvimento e Diversidade Regional.

**Linha de Pesquisa:**  
Desenvolvimento, Estado e Diversidade  
Regional

São Luís

2014

**KATIA REGINA CASTRO COSTA**

**O PRONERA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL:** o caso dos  
assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto em Barreirinhas -  
Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-  
espacial e Regional da Universidade Estadual  
do Maranhão, em nível de Mestrado, para  
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Franci Gomes Cardoso** (Orientadora)  
PPDSR – UEMA

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr. Isaac Giribet Bernat**  
PPDRS – UEMA

---

**Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>.Silvane Magali Vale Nascimento**  
UFMA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente e principalmente, a Deus por ter me conduzido durante toda a minha trajetória de vida, permitindo convivência próspera e harmoniosa com pessoas maravilhosas, e, especialmente nesta caminhada, momento onde percebi sua forte presença ao meu lado.

A todos os meus familiares, especialmente ao meu companheiro José Messias Santos Araújo, meus pais, Júlia Barbosa Castro e Pedro Ferreira Castro e meu filho, Ricardo Manoel Castro Costa, pela compreensão e carinho recebidos.

A todos os meus amigos, especialmente à Pádua Suely da Silva Vasconcelos, Jane Cavalcante Rodrigues e Carlos Wellington Soares Martins pelo espírito de generosidade e apoio dispendidos.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, especialmente aos Professores Zulene Muniz Barbosa e José Sampaio Mattos Júnior e às administrativas Gracimila e Elizete, por tornarem possível a existência do Mestrado e a realização de sonhos.

À orientadora Franci Gomes Cardoso, pela sabedoria e extraordinário conhecimento demonstrados durante a condução da orientação.

Aos servidores do INCRA, Ceci Gomes Cabral, Dênia Pires e Francilene de Jesus Araújo Lins, pela prestimosa colaboração durante a pesquisa e pela dedicação à causa da educação do/no campo.

Aos servidores do IFMA, especialmente à Rita Moscoso, Irani Galvão Viana e Antônio Tomás Vasconcelos pelas valiosas contribuições ao trabalho e pelo empenho em compartilhar conhecimentos e ensinamentos, junto aos trabalhadores rurais.

Aos funcionários da FETAEMA, especialmente à Hélica Araújo Silva, pelos sinceros depoimentos cedidos ao estudo e pela luta em prol dos homens e das mulheres do campo.

A todos os funcionários do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, de Barreirinhas, especialmente a Francisco Farias, pelas valiosas informações e pela incansável batalha pelos direitos da gente do campo

A todos os assentados do PASJMA, especialmente a Lauro Rodrigues Sousa, Manoel Rodrigues de Menezes, Raimunda Rocha Leal, Lucineide Rodrigues da Rocha e Clarice Rodrigues da Rocha, por me permitirem conhecer seu modo singular e belo de viver e pela atenção carinhosa dedicada em minhas visitas.

## RESUMO

A análise das possíveis contribuições que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) pode oferecer ao processo de desenvolvimento sócio-espacial, do Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas, é o eixo central desta pesquisa acadêmica. Para tanto, a pesquisa pautou-se no citado referencial empírico e em referenciais teóricos acerca das principais categorias analíticas, a saber, ideologia, desenvolvimento, ideologia do desenvolvimento, Estado, Políticas Públicas e consciência política. O estudo partiu da ideia de que uma Política Pública é implementada pelo Estado capitalista, no trabalho em foco, visando combater desequilíbrios existentes na sociedade que poderão colocar em risco o próprio sistema capitalista. Assim, o trabalho identificou o papel do Estado capitalista frente às contradições do capitalismo, assim como formou um entendimento acerca das complexas interligações entre ideologia, desenvolvimento, Educação e consciência política. Com base nessa nova compreensão, a investigação buscou promover a articulação entre as abordagens quantitativa e qualitativa, utilizando como instrumentos de trabalho as entrevistas semiestruturadas, os questionários e os depoimentos dos envolvidos no Programa, bem como a observação simples e a pesquisa documental. Privilegiando a perspectiva dos capacitados pelo PRONERA (monitores e coordenador local) e das entidades representativas dos trabalhadores do campo, a dissertação foi orientada no sentido da superação dos fenômenos aparentes do PRONERA e do resgate de sua verdadeira essência, focando no indicador percentual “ascensão educacional”, enquanto fruto do processo de amadurecimento da consciência política dos alfabetizadores do Programa e elemento de análise para investigar a participação do PRONERA no processo de desenvolvimento sócio-espacial.

Palavras-chave: Educação. Ideologia. Desenvolvimento. Ideologia do Desenvolvimento. Consciência Política. Estado. Política Pública.

## **ABSTRACT**

The analysis of possible contributions that the National Education Program in Agrarian Reform (PRONERA) can offer the process of socio-spatial development of the settlement of St. Joseph High Hill, Barreirinhas, is at the core of this work. To this end, the research was based on empirical and theoretical reference cited references about key analytical categories, namely, ideology, development ideology of development, state, public policy and political consciousness. The study was based on the idea that public policy is implemented by the capitalist state to combat imbalances in society that can endanger the capitalist system itself. Thus, the study identified the role of the capitalist state in the face of capitalism's contradictions, as well as forming an understanding about the complex interconnections between ideology, development, education and political consciousness. Based on this new understanding, research has promoted the link between quantitative and qualitative approaches, using as instruments of labor the semi-structured interviews, questionnaires and interviews, those involved in the program as well as simple observation and documentary research. Privileging the perspective of empowered by PRONERA (monitors and local coordinator) and entities representing the field workers, the study was directed towards overcoming the apparent phenomena of PRONERA and rescue his true essence, focusing on the percentage indicator "educational ascent "while the fruit ripening process of political awareness of the literacy program and element analysis to investigate the role of PRONERA in the socio-development process.

Keywords: Education. Ideology. Ideology of development. Political Awareness. State. Public Policy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização do PASJMA em relação ao Brasil, ao Maranhão e à Barreirinhas.....	124
Figura 2	Via de acesso para o PASJMA.....	125
Figura 3	Plantação de mandioca, no povoado Palmeira dos Eduardos II...	129
Figura 4	Mapa com distribuição dos oito Povoados, no PASJMA.....	134
Figura 5	Escola Municipal de Ensino Fundamental, no Povoado Fazendinha.....	135
Figura 6	Escola de Ensino Médio, no Povoado Morro Alto.....	136
Figura 7	Posto de Saúde, no Povoado Palmeira dos Eduardos I.....	136
Figura 8	Posto de Saúde, no Povoado Olho D'água dos Pereira.....	137
Figura 9	Associação de Moradores do Povoado Morro Alto.....	137
Figura 10	Prática de queimada, no Povoado de Maracujá.....	142
Figura 11	Sede do STTR de Barreirinhas.....	158
Figura 12	Atividades desenvolvidas pelo PCEJAARAMA, junto aos alfabetizadores.....	161
Figura 13	Casa de farinha em atividade no Povoado Palmeira dos Eduardos II.....	179
Figura 14	Estrada de areia, no Povoado Vassouras.....	202
Figura 15	Estrada de areia, no Povoado Jacú.....	203
Figura 16	Meio de transporte coletivo particular do PASJMA (mais conhecido como "Pau-de-Arara").....	204
Figura 17	Atividades desenvolvidas pelos alfabetizadores, no PCEJAARAMA.....	210

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de famílias moradoras do PASJMA por Povoado do PASJMA.....	132
Quadro 2	Principais investimentos do Governo Federal no PASJMA.....	146
Quadro 3	PASJMA: Limitações x Causas.....	147
Quadro 4	PASJMA: Potencialidades x Possibilidades de Uso.....	148
Quadro 5	Ações Estratégicas para o desenvolvimento da educação.....	150
Quadro 6	Ações estratégicas para o desenvolvimento organizacional local.....	152
Quadro 7	Ações estratégicas para desenvolvimento da Gestão do plano....	153
Quadro 8	Escolaridade dos Monitores do PCEJAARAMA, NO PASJMA.....	162
Quadro 9	Visão dos qualificados quanto a alguns aspectos das atividades desenvolvidas em sala de aula no Programa de Capacitação e Escolarização Continuada.....	207



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANOS EST	- Número Médio de Anos de Estudo dos Moradores de 7 Anos ou mais nos Domicílios Rurais (padronizado)
AP	- Ação Popular
ARL	- Área de Reserva Legal
ASSEMA	- Associação dos Assentamentos do Estado do Maranhão
ATES	- Programa De Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBAR	- Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais
CEAA	- Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CEFET / MA	- Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
CMD	- concepção metodológica dialética
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	- Campanha Nacional de Educação Rural
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CREDIAMIGO	- Programa de Microcrédito Produtivo Orientado
CRUB	- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EJA	- Educação de Jovens e Adulto
EM	- Emenda Ministerial
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão
ENERA	- Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
SIC	- Sistema de Informação ao Cidadão
SOF	- Secretaria de Orçamento Federal

FUNDESCOLA	- Fundo de Fortalecimento da Escola
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde
GTRA	- Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária
IFMA	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBES	- Índice Bem-Estar Social
IDR	- Índice de Desenvolvimento Rural
IES	- Instituição de Ensino Superior
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
LDB	- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
IPEA	- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	- Ministério da Educação
MEPF	- Ministério Extraordinário de Política Fundiária Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	- Objetivos do Milênio
OEA	- Organização dos Estados Americanos
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	- Programa de Ação Econômica do Governo
PARA	- Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
PA's	- Projetos de Assentamento da Reforma AgráriaPP
PASJMA	- Projeto de Assentamento São José do Morro Alto

PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PCEJAARAMA	- Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos de Assentamento de Reforma Agrária do Maranhão”
PDA	- Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PESCOL	- Proporção de Crianças de 7 a 14 Anos nos Domicílios Rurais que Frequentam Escola
PIB	- Produto Interno Bruto
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS)
PNERA	- Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PNRA	- Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA	- Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	- Programa de Desenvolvimento do Cerrado
POLONORDES	- Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
TE	
PPA	- Plano Plurianual
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	- Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	- Partido dos Trabalhadores
SDT	- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	- Secretaria Estadual do Planejamento e Orçamento
SIDRA	- Sistema IBGE de Recuperação Automática
STTR	- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUPRA	- Superintendência de Política e Reforma Agrária
SUS	- Sistema Único de Saúde
SUDEMA	- Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	- Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste
TCU	- Tribunal de Contas da União

UDR	- União Democrática Ruralista
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNRISD	- Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO E O PRONERA.....</b>	<b>36</b>
<b>2.1</b>	<b>Ideologia do desenvolvimento e suas repercussões sobre a atuação do Estado: um breve histórico.....</b>	<b>37</b>
<b>2.2</b>	<b>Ideologia do Desenvolvimento e o PRONERA.....</b>	<b>55</b>
<b>3</b>	<b>O PAPEL DO ESTADO NA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DO PRONERA.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1</b>	<b>O papel do Estado capitalista.....</b>	<b>72</b>
<b>3.2</b>	<b>O PRONERA enquanto programa constitutivo da Política Pública de Educação do Campo e sua participação no processo de desenvolvimento socioespacial.....</b>	<b>83</b>
<b>3.2.1</b>	<b>A função mediadora do Estado capitalista a partir da gestão da Força de Trabalho, direcionada para a área educacional.....</b>	<b>85</b>
<b>3.2.2</b>	<b>O PRONERA e sua correlação com o desenvolvimento local.....</b>	<b>101</b>
<b>4</b>	<b>A DINÂMICA DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS CAPACITADOS PELO PCEJAARAMA/PRONERA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL, DO PASJMA.....</b>	<b>116</b>
<b>4.1</b>	<b>Origem e desenvolvimento do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto.....</b>	<b>123</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Histórico do espaço.....</b>	<b>123</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Atualidades do espaço.....</b>	<b>131</b>
<b>4.2</b>	<b>Origem e desenvolvimento do PCEJAARAMA/ PRONERA.....</b>	<b>154</b>
<b>4.3</b>	<b>Contribuições do PCEJAARAMA / PRONERA no processo de desenvolvimento sócio-espacial.....</b>	<b>166</b>
<b>4.3.1</b>	<b>O Projeto de Assentamento São José do Morro Alto sob a perspectiva dos trabalhadores rurais, dos capacitados pelo PCEJAARAMA e de suas entidades representativas.....</b>	<b>166</b>

4.3.2	O PCEJARAAMA / PRONERA sob a perspectiva dos capacitados pelo Projeto e das entidades representativas dos trabalhadores rurais.....	186
4.3.3	A busca de ascensão educacional como fruto do processo de amadurecimento da consciência política.....	195
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>217</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>222</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>233</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>242</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) surgiu como uma ação da área de Educação do Campo, na década de 90, com a proposta de contribuir no estímulo à participação dos trabalhadores do campo, no processo de desenvolvimento local. Esse Programa configurou-se como uma consequência da pressão dos movimentos sociais no campo, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o apoio de várias organizações da sociedade civil, notadamente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária (GTRA).

O PRONERA foi criado através de parcerias firmadas entre Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituições de Ensino Superior (IES), movimentos sociais rurais, Prefeituras, Governos Estaduais - Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de Agricultura e de Saúde, além de instituições afins.

Assim, detectamos, nesse processo de construção, implantação e execução do PRONERA, a participação de várias entidades e associações, a qual foi relevante para a efetivação desse Programa, considerando-se que uma de suas maiores consequências reside no avanço qualitativo de suas ações, através do diálogo e do aprendizado em conjunto. Assim sendo, o sistema de parceria e a consequente inovação social que ele tem gerado é considerado um processo essencial para a promoção de um real desenvolvimento sócio-espacial que englobe os aspectos econômicos e não econômicos.

No estado do Maranhão, são organizações parceiras do PRONERA, dentre outras, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), o MST, a Associação dos Assentamentos do Estado do Maranhão (ASSEMA), os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As IES's acumulam várias funções, dentre elas, o papel de mediação entre os movimentos sociais e o INCRA. No âmbito da Educação do Campo, são responsáveis pela elaboração dos projetos, em diálogo com os parceiros; têm assumido também a execução e acompanhamento pedagógico das ações educativas, bem como a gestão dos recursos financeiros.

No Maranhão, entre 1999 e 2014, foram instalados apenas 26 projetos do PRONERA, de acordo com dados do INCRA/2014, o que consideramos um número insignificante diante da grande demanda por Educação, nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado.

Por outro lado, o Maranhão continua ostentando um dos piores índices socioeconômicos do país, de acordo com o Censo Demográfico/2010 (IBGE, 2010); na área de segurança alimentar, tem-se uma prevalência de 14,8% dos domicílios pesquisados em situação de insegurança alimentar grave. Com relação à amostra de rendimento, dos “domicílios particulares permanentes com classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo”, tem-se 230.577 domicílios, representando um percentual de 15% do total da amostra. E, especificamente na área da Educação, um contingente de 61,5% da população maior de 25 anos não tem o nível fundamental completo.

Esses dados explicam, em parte, o quadro de miséria e o clima de violência existentes em nossos municípios, ratificados através do Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010): Resultados (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada – IPEA / 2013), os quais dizem respeito à incapacidade das famílias em darem respostas a problemas inesperados de ordem social, ambiental e econômico, no qual o Maranhão permanece como estado com pior indicador de vulnerabilidade do país, com índice de 0,348.

Assim, por já termos estudado o modelo de desenvolvimento implantado no Maranhão e detectarmos que o processo de expansão do Capital, atrelado não somente ao processo de colonização implantado no Estado, mas às políticas estatais de desenvolvimento, tudo isto contribuiu para o atraso apresentado pelo Maranhão; por trabalharmos há 21 anos, na área de Educação pública e percebermos que houve um incremento nas ações voltadas para a população rural, com a adoção da Política Pública de Educação do Campo, da qual faz parte o PRONERA; e por reconhecermos que um real desenvolvimento sócio-espacial só acontecerá com a redução das desigualdades, melhor distribuição dos recursos produzidos pelo crescimento social e econômico e maior participação da população nas decisões políticas, resolvemos retomar estudos acerca dessa temática e pesquisar sobre as possíveis contribuições deste Programa para o processo de desenvolvimento sócio-espacial, no Projeto de Assentamento São José do Morro



Alto<sup>1</sup>, em Barreirinhas.

A escolha desse Projeto de Assentamento específico foi motivada pelo fato de já tê-lo projetado em nossa mente, mesmo antes de o conhecer pessoalmente, pois o relato apaixonado/fervoroso de colegas de trabalho que atuavam na Educação de Jovens e Adultos, no PRONERA, nesse espaço, provocou-nos curiosidade de investigar suas particularidade, no universo do Programa.

Consideramos importante o estudo do PRONERA, visto que a educação de qualidade é uma força motriz do desenvolvimento, por proporcionar maior acesso ao conhecimento, permitir aprimoramento da consciência política, possibilitar geração de emprego, renda e melhoria nas condições de vida, ao ensejar compreensão acerca da importância da proteção ao meio ambiente e ao defender o respeito à cultura e valores locais, promovendo resgate da dignidade dos indivíduos envolvidos no processo.

Consideramos ainda a relevância desta pesquisa pela possibilidade de preenchimento da lacuna existente de dados socioeconômicos a respeito do desenvolvimento sócio-espacial do citado assentamento. Também destacamos o fato deste a pesquisa acadêmica trazer elementos importantes para uma reflexão sobre o real significado das Políticas Públicas e seu papel no processo de fortalecimento e amadurecimento dos movimentos de transformação da sociedade, em prol do efetivo controle social das mesmas e da expansão dos direitos humanos.

Por último, embora existam muitos estudos sobre o PRONERA, percebemos a importância da promoção de uma análise crítica dos seus principais aspectos, desafios e resultados, direcionados para a área do desenvolvimento sócio-espacial, para fins de fortalecimento da própria política pública de Educação do Campo.

O PRONERA constitui-se em um programa de educação para os trabalhadores assentados da Reforma Agrária, cujos princípios enfocam temas como geração de justiça social no campo, respeito à diversidade social, cultural, ambiental, política, econômica, de gênero, geracional, de raça e etnia,

---

<sup>1</sup> Quando nos referimos, neste trabalho, aos assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, estamos tratando daqueles que foram capacitados pelo PRONERA, através do Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos de Assentamento de Reforma Agrária do Maranhão” (PCEJAARAMA). Esta preparação objetivava a qualificação dos alunos para atuarem como monitores do Projeto. Ao longo do trabalho, quando citarmos estes agentes, utilizamos também as denominações: alfabetizadores, professores locais, capacitados, qualificados.

desenvolvimento social, economia justa e ambientalmente sustentável, articulação com o mundo do Trabalho.

O Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Maranhão”, do PRONERA, no Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas, relativo ao Convênio nº 10.000 / 2003, conforme dados coletados no INCRA/MA foi executado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, no período de 2003 a 2005, tendo formado, no nível de fundamental maior, o coordenador local e 15 monitores e 14 turmas, com 220 alunos, no nível fundamental menor, atingindo os seguintes povoados: Jacu, Morro Alto, Olho-d’Água do Pereira, Palmeira dos Eduardos I, Palmeira dos Eduardos II, Fazendinha, Maracujá e Vassouras. No entanto, até a presente data não houve qualquer tipo de avaliação dos seus resultados, relativos à área de desenvolvimento.

O PRONERA é um programa integrante das Políticas Públicas de Educação do Campo, e para sua melhor compreensão, é importante o entendimento de Política Pública, enquanto processo de planejamento e gestão, cuja origem tem base em um conflito dentro da sociedade que gerou tamanha inquietação/instabilidade social que culminou na tentativa de consenso entre as partes envolvidas, no qual o Estado toma a frente, com vistas a atender, aparentemente, ao bem comum.

Porém, no discurso oficial, o tema política pública assume uma visão holística, como se as disputas entre partes antagônicas pudessem ser resolvidas prontamente, através da ação de um ser social neutro:

[...] uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUSA, 2006, p. 6).

A partir dessa definição, percebemos a importância do estudo dos movimentos sociais dos trabalhadores, do processo de expansão do Capital e da própria intermediação do Estado entre essas duas forças, para captação da verdadeira essência das Políticas Públicas sociais, considerando-se que seu discurso traz a ideia de mudança social, através da promoção do bem estar das camadas mais marginalizadas na sociedade.

A Política Pública social traz em seu bojo décadas de lutas sociais que envolveram diferentes sujeitos e interesses diversos, demonstrando, assim, seu caráter dialético. Porém, não podemos acreditar que as reivindicações das classes menos favorecidas, como os trabalhadores rurais, no caso do PRONERA, serão prontamente atendidas e respeitadas, mesmo estando definidas na legislação federal.

Para enriquecer este debate, realizamos estudos sobre as obras de Nicos Poulantzas, Ralph Miliband, Claus Offe e Flávio de Farias, autores marxistas contemporâneos, que procederam análises sobre a relação Estado e Capital. Através dessa pesquisa pudemos aprofundar investigação sobre o papel do Estado e das políticas públicas.

Neste trabalho, ratificamos a natureza capitalista do Estado brasileiro e adotamos a visão marxista de Estado: “[...] síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [...]” (MARX, 1982, p. 14), apreendendo-o conceitualmente a partir da formulação marxista sobre a história da sociedade: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 1999, p. 7). Considera-se que o Estado está inserido e é componente importante dessa história.

Assim, o Estado sofre consequências dessa interação entre seus diversos sujeitos sociais, sendo cobrado a atender às exigências das classes sociais que compõem a sociedade e, nesse contexto, as Políticas Públicas surgem como tentativas / possibilidades de reduzir os desequilíbrios sociais, no entanto, com tendência muita vezes implícitas de proteção aos interesses da classe dominante.

Para complementar a compreensão sobre o Estado tecemos comentários a respeito da pressão que a estrutura internacional exerce sobre ele, principalmente nos momentos de maior crise, como aconteceu após a implantação do Neoliberalismo. Conforme Castel (1998), houve neste período uma transformação das ações públicas, pois passaram de “políticas de integração” para “políticas de inserção”, ou seja, abandonaram o discurso da ampliação do acesso mais universal aos serviços públicos e adotaram a perspectiva de redução da distância que separa aqueles que possuem um nível de vida considerado satisfatório daqueles que estão em condições de vulnerabilidade. Na verdade, elas atenderiam às reivindicações de grupos marginalizados que representassem perigo para o sistema, como uma forma de manter sob controle a classe dominada.

O estudo do processo histórico da Educação do Campo também compõe este trabalho, pois o PRONERA data de 1998; no entanto, foi fruto de diversos movimentos e debates. A demanda por essa modalidade de educação é antiga no Brasil, contudo várias legislações e ações direcionadas para o meio rural não atendiam aos interesses dos grupos que compõem o ambiente do campo, nem valorizavam suas identidades ou respeitavam seus valores. Mesmo a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024 / 61, ratificou a negação da existência de diversidade no meio rural brasileiro, pois a escola estava condicionada às intencionalidades capitalistas.

No entanto, ao longo da História, alguns movimentos novos de resistência surgiram e outros ganharam força e projeção na sociedade, como as Ligas Camponesas, formadas com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1945. Por outro lado, os grupos conservadores, embasados pelas orientações estadunidenses, contidas na “Aliança para o Progresso” (1961), as quais representavam uma contraposição aos paradigmas nacionalistas e revolucionários, também se organizaram para conter a expansão da luta por reformas efetivas no campo. E suas ações culminaram com a deflagração de golpes de Estado na maioria dos países do Cone Sul, dos quais o Brasil seria o primeiro caso, e com a eliminação das organizações e movimentos sociais que defendiam posições contrárias aos interesses norte americano.

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, e do MST, em 1984 e com a redemocratização do país, na década de 80, os movimentos sociais do campo estenderam suas reivindicações para além da Reforma Agrária e começaram a exigir também direitos sociais historicamente negados, como Educação, Saúde, moradia e crédito.

O primeiro sinal concreto que percebemos de ação pública, voltada para a Educação do Campo, foi na década de 90, a partir dos agrupamentos para reflexão sobre a questão, organizados pelos próprios movimentos sociais, que influenciaram a elaboração da Lei nº 9.394 / 96, a nova LDB. No entanto, uma grande parcela da população rural continuava à margem do processo educativo e somente começaram a ser atendidos pela ação do governo a partir da criação do PRONERA, através da Portaria nº 10 / 98, expedida pelo Ministério Extraordinário de política Fundiária (MEPF).

Porém, o PRONERA só passou a ser um programa de Política Pública a partir da aprovação do Decreto nº 7.352 / 2010, o qual trouxe alguns avanços quanto ao respeito aos valores sociais e individuais dos moradores de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, como se aponta abaixo, nos princípios desse Programa. *In Verbis*:

Art. 2º [...]

I – respeito à diversidade do campo em seus aspectos, sócias, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

[...]

V – controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010).

O entrelaçamento do Programa com o conceito de desenvolvimento está presente na referida Portaria e também nas ações estabelecidas no citado Decreto.

*In Verbis*:

Art. 4º [...]

II – oferta de educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo. (BRASIL, 2010).

O PRONERA, por toda densidade histórica da articulação entre Educação e Desenvolvimento, apresenta, como pano de fundo, a Questão Agrária, a qual resgata questões como a má distribuição da riqueza produzida socialmente, a elevação da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores rurais, assim como o crescimento da concentração fundiária trazendo em seu bojo, elementos ligados não somente ao nosso processo de colonização, mas principalmente ao modo de inserção do Brasil no processo de acumulação capitalista, o chamado capitalismo tardio (MANDEL, 1985).

Assim, consideramos necessária uma abordagem mais atenta das estreitas ligações das Políticas Públicas sociais com o movimento de expansão do Capital, o movimento dos trabalhadores rurais e de parte da sociedade civil que o apoiou, e, conseqüentemente, da constituição das complexas relações socioeconômicas, pertinentes ao processo de desenvolvimento brasileiro, do qual a problemática agrária é uma consequência.

Ao estudarmos Estado, movimentos sociais, Questão Agrária e Políticas Públicas, descobrimos a relevância da análise das categorias ideologia,

desenvolvimento e ideologia do desenvolvimento para fins de compreendermos a interligação entre as primeiras categorias. Pois, a expansão do sistema capitalista se dá com o desenvolvimento do processo produtivo, das formas de capitalização do dinheiro, das técnicas e tecnologias, da expropriação, exploração e qualificação da Força de Trabalho e também através da produção ideológica, na qual o Estado tem papel importante.

Essa produção ideológica, que é divulgada através dos canais de comunicação e do funcionamento das instituições sociais, embora apresente a predominância da versão burguesia, também recebe contribuições da classe trabalhadora, pois é fruto das “relações entre as classes” (CARDOSO, 1978).

Portanto, concluímos que a ideologia é um processo histórico, através do qual o Capitalismo busca sua expansão e a manutenção da dominação da classe burguesa na sociedade. Esse processo se expressa de diversas formas, porém a mais determinante é a dimensão econômica (CARDOSO, 1978), a qual é formalizada pelo Estado através de políticas de caráter econômico-expansionista do sistema capitalista.

A partir dessa compreensão chegamos até as diversas ideologias desenvolvimentistas adotadas pelo Estado brasileiro, iniciadas a partir da era Vargas, entre 1930-1940, pautadas na modernização do país via industrialização, passando pela Ditadura Militar e presentes também nos governos neoliberais e **neodesenvolvimentista** da atualidade. Nesse estudo, percebemos que, com a expansão do Capitalismo, ocorrida a partir da segunda metade do século XX, as Políticas econômicas brasileiras estiveram cada vez mais monitoradas pelos organismos multilaterais e sintonizadas com os interesses do Capital internacional, definindo as orientações acerca das mudanças nas gestões da moeda e da Força de Trabalho.

Quando focamos da gestão da Força de Trabalho, percebemos o quanto ela historicamente esteve correlacionada à existência ou falta de atenção para com a área da Educação, em especial no espaço rural, e aos interesses da classe dominante e do Capital predominante, compondo os mecanismos ideológicos da função mediadora do Estado capitalista.

Foi a partir desse contexto que analisamos as ações estatais voltadas para a educação rural, tendo por linha mestra as ideologias desenvolvimentista adotadas pelo Estado brasileiro, enquanto agente mediador entre o Trabalho e o

Capital. Assim, estudamos também a expansão do Capital e o contramovimento dos trabalhadores rurais e de parte da sociedade civil que o apoiou na busca de resgate e valorização do espaço rural, até chegarmos ao PRONERA.

O espaço foi abordado enquanto conjunto formado pelas relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996, p 51). Nesse espaço, segundo Santos (1996, p. 51), o homem, através da sua obra, vai transformando cada vez mais a “natureza natural” na “natureza inteiramente humanizada”, impregnada de sistemas de ações e objetos artificiais, tais como pontes, estradas, portos, hidrelétricas, etc.

Essas transformações do espaço se processaram a partir da lógica de expansão do Capital, sintetizada no estabelecimento da propriedade privada, na expropriação e exploração do trabalhador, na apropriação da mais-valia e no desenvolvimento da produção de mercadorias, apresentando consequências sobre os processos de utilização, apropriação e valorização da terra.

Moraes (2011, p. 17) chamou a atenção para a necessidade de se fazer uma diferenciação entre a relação sistema capitalista (superfície da terra) e Capital (espaço terrestre), para que possamos compreender a espacialidade do citado sistema. Assim, a questão espacial se apresenta de diversas maneiras que atestam a valorização capitalista de certos espaços sem detrimento de outros, a saber, desigualdes espaciais e subjugação de formas pré-capitalistas e não-capitalista e demonstram que a partir da análise dos processos de circulação e de fixação do Capital, o sistema é planetário, no entanto, o Capital está presente concretamente somente em alguns espaços.

É no bojo desse contexto que o Projeto de Assentamento São José do Morro Alto foi analisado, enquanto espaço que passou por transformações e onde o Capital, em sua forma mais elaborado ainda não chegou, mas o sistema capitalista já adentrou. Para tanto compreendemos os Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (PA's)<sup>2</sup>, enquanto espaços formados por uma totalidade econômica, cultural, social, política, ambiental, com objetivo maior de promover o projeto de desenvolvimento da agricultura camponesa.

---

<sup>2</sup> No INCRA/MA, o Projeto de Assentamento, no qual a pesquisa se desenvolveu, é denominado de “PA Morro Alto / São José” e no PCEJAARAMA, desenvolvido pelo CEFET/Ma (atual IFMA), ele foi nomeado como “PA São José do Morro Alto”. Porém, como os moradores do espaço o chamam de Assentamento São José do Morro Alto e trata-se de um Assentamento ainda em reestruturação, resolvemos adotar, na pesquisa, a denominação “Projeto de Assentamento São José do Morro Alto” ou simplesmente PASJMA.

No entanto, os PA's estão inseridos em uma totalidade histórica que ultrapassa seu tempo e seu espaço. Assim, suas ações e as repercussões dessas ações recebem influências do sistema externo de objetos e de ações, do qual faz parte o Estado, cuja prerrogativa está direcionada para o projeto de desenvolvimento da agricultura capitalista.

Como este trabalho está direcionado para a apreensão das contribuições que o referido Programa estaria trazendo para uma maior participação dos assentados<sup>3</sup> capacitados pelo PRONERA no processo de desenvolvimento socioespacial, no Projeto de Assentamento de São José do Morro Alto, em Barreirinhas, consideramos relevante a indicação do enfoque dado ao termo desenvolvimento, elaborado por Furtado (2009, p. 18): “o aumento da produtividade do trabalho e suas repercussões na distribuição e utilização do produto social constituem o problema central da teoria do desenvolvimento”.

Porém, para complementação do significado do referido enfoque esclarecemos que o termo desenvolvimento apresenta duas dimensões: a econômica e a social, assim como uma mediação política, através da qual se dão as transformações históricas e a reconstrução do concreto. (BECKER, 2001 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 20).

Foi a partir dessas ponderações que fizemos uso do termo desenvolvimento, enquanto progresso, que depende da produção e reprodução do Capital, mas também é indissociável da produção e reprodução da vida (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 20), e o transportamos para abrangência local do Assentamento São José do Morro Alto, concebendo-o como desenvolvimento sócio-espacial.

Assim, temos dentro do processo de desenvolvimento sócio-espacial, conflitos e contradições que precisam ser superados a partir da interação das habilidades dos agentes econômicos, sociais e políticos, dando origem à configuração social da inovação, que, juntamente com as inovações tecnológicas, culminariam no processo de mudança estrutural, gerando uma dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população local (DALLABRIDA, 2007 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 41-42).

---

<sup>3</sup> Para fins de denominação dos espaços onde residem os assentados são utilizados os termos: Projeto de Assentamento (PA), Projetos de Assentamentos (PA's) ou simplesmente Assentamentos.



Desta forma, o desenvolvimento ocorreria quando a classe, trabalhadora além do ganho econômico, também obtivesse avanços políticos, possíveis a partir sobretudo da formação de interações sociais, institucionais e econômicas, que permitiriam uma melhor distribuição da riqueza e a promoção da justiça social.

Nesse sentido, a política pública de Educação do Campo, na qual o PRONERA está incluído, ao estabelecer como uma de suas diretrizes a articulação com a promoção do desenvolvimento do campo, deveria ser construída e implementada, objetivando atender às demandas dos trabalhadores rurais que vivem em PA's, possibilitando sua participação no aumento da produtividade, na melhor repartição da riqueza produzida socialmente, assim como viabilizar o incremento dos direitos sociais, avanços no campo político e geração de inovações institucionais socioeconômicas.

Porém, consideramos que o conceito referencial de desenvolvimento acolhido pelo PRONERA é o mesmo elaborado pelo Relatório Brundtland (1987)<sup>4</sup>; portanto não traz maiores esclarecimentos para uma melhor compreensão da categoria a ser analisada junto aos PA's. Além do mais, a imprecisão quanto a uma aferição da contribuição do Programa ao nível de desenvolvimento sócio-espacial dos PA's torna-se muito acentuada, em decorrência do Estado brasileiro não definir critérios nem indicadores, na esfera do Programa.

Essa constatação nos levou a dar uma atenção ainda maior para a necessidade de melhor especificarmos o entrelaçamento entre os dois termos: educação e desenvolvimento, no contexto do PRONERA.

Considerando a Educação enquanto propulsora dos mecanismos de geração, apropriação, disseminação e compartilhamento de conhecimentos, capazes de influenciarem no processo de desenvolvimento sócio-espacial, percebemos a possibilidade da mesma atuar junto aos moradores dos PA's ao promover a aplicabilidade desses conhecimentos na evolução das técnicas e métodos de produção, no crescimento dos resultados positivos obtidos da atividade humana para a sociedade, assim como contribuir para o amadurecimento da consciência política do indivíduo, o qual poderá ser aprendido através do

---

<sup>4</sup> Elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, entidade constituinte da ONU e denominado oficialmente como "Nosso Futuro Comum", **Relatório Brundtland, editado em 1987, teve por idéia central a promoção de um desenvolvimento econômico aliado à preservação da natureza, objetivando garantir a sobrevivência da humanidade.** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>.

crescimento profissional, da ascensão educacional e da evolução política, dos envolvidos na ação educacional, permitindo melhoria em suas condições de vida e dos PA's.

Contudo, não basta a ampliação da participação dos trabalhadores rurais nesse processo, faz-se necessário que eles realmente se constituam “sujeitos sociais ativos” (DAGNINO, 1994, p. 108), ou seja, sejam capazes de refletir sobre sua condição social, debatendo e encontrando novos caminhos, definindo seus direitos, lutando por seu reconhecimento e contrapondo-se a qualquer vinculação às estratégias de dominação da classe burguesa e do próprio Estado. Na direção da construção de uma nova perspectiva de cidadania, advinda de inovações sociais, econômicas, políticas e institucionais que reforcem a identidade de classe, promovendo parcerias que fortaleçam a repolitização da classe trabalhadora, resgatando a luta pelos interesses da coletividade.

Assim, com base nessas colocações, várias questões foram construídas, a saber:

a) Qual a contribuição do PRONERA para a participação dos integrantes do Programa, no processo de desenvolvimento socioespacial, no Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas?

b) Qual concepção de desenvolvimento é utilizada pelo PRONERA e pela pesquisa?

c) Qual o papel do Estado capitalista brasileiro, na proposta de desenvolvimento do PRONERA?

d) Como se caracteriza o PRONERA enquanto Programa constitutivo da política pública de Educação do Campo?

e) Qual a dinâmica de participação dos assentados capacitados pelo PRONERA, no processo de desenvolvimento socioespacial?

Quanto às perspectivas teórico-metodológicas e categorias básicas, integrantes da aplicada na pesquisa, devido às considerações formuladas para a pesquisa e por tratar-se de um estudo de natureza sócio-espacial, optamos pelo método histórico-dialético-materialista por possibilitar a ultrapassagem da aparência e a captação da essência do objeto de estudo.

O método proposto por Marx, utilizado neste trabalho, apresenta como categorias analíticas: a totalidade, a contradição e a mediação (MARCUSE, 1969; LUKÁCS, 1970, 1974; 1979; BARATO-MOURA 1977 apud NETTO, 2009, p. 27).

Como categorias fundamentais pesquisadas neste estudo, destacamos: Estado, política pública, desenvolvimento, ideologia, espaço e Projeto de Assentamento de Reforma Agrária (PA).

Esta pesquisa configurou-se como histórica, considerando-se que os movimentos sociais foram analisados enquanto processos que possuem articulações próprias, mas estão inseridos dentro da estrutura e dinâmica do Capital, pertencente a um dado período da história. Desta forma, historicizamos as transformações do espaço a partir do desenvolvimento, fruto das relações socioeconômicas em várias escalas, que influenciaram na criação dos assentamentos rurais, da Política Pública de Educação do Campo e do PRONERA, utilizando as interseções teóricas possíveis para possibilitar-nos compreender a verdadeira essência do objeto da pesquisa.

Pelo lado da Dialética, enquanto compreensão dos contrários em sua unidade ou do positivo no negativo, a pesquisa desenvolveu uma análise do fenômeno estudado, a partir da compreensão de sua totalidade, da apreensão dos seus elementos contraditórios e das mediações envolvidas nos processos de implantação e gestão do PRONERA, direcionados para o desenvolvimento sócio-espacial do PA a ser alvo de estudo, evidenciando suas determinações econômicas, políticas e sociais.

Partimos da ideia de que uma Política Pública é implementada pelo Estado, visando combater um problema existente na sociedade e como há um desequilíbrio social é porque não há consenso diante dos vários interesses opostos e mutáveis. Assim, investigamos os elementos que determinam a criação de uma política pública e quais as contradições entre os interesses do público alvo do PRONERA, aquilo que está estabelecido na legislação, relativo ao desenvolvimento sócio-espacial e, principalmente, em nível de resultados a serem atingidos, e aquilo que, realmente, está sendo executado pelos agentes do Estado e da sociedade civil, envolvidos no Programa.

Para superação dos fenômenos aparentes do PRONERA e possibilitar o resgate de sua verdadeira essência privilegamos as percepções dos próprios usuários e procuramos desenvolver avaliações na perspectiva crítico-dialética, provendo a articulação entre as abordagens quantitativa e qualitativa, priorizando esta última em decorrência da temática tratada necessitar de um vasto estudo de campo e este tipo de abordagem permitir uma melhor interpretação da complexa

realidade social.

Os pressupostos ou as respostas provisórias às questões, formuladas para o trabalho, são:

- a) Educação é uma força motriz para o desenvolvimento sócio-espacial;
- b) As Políticas Públicas são, em grande parte, frutos de movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora, no entanto, sofrem degenerações durante os processos de elaboração e gestão, tornando-se pouco eficientes;
- c) O real conceito de desenvolvimento somente poderá ser apreendido quando for dada a devida importância a sua dimensão intangível, considerando que os dados socioeconômicos são importantes, mas dão uma visão parcial do processo;
- d) Considerando-se a natureza capitalista do Estado brasileiro, as Políticas Públicas, como o PRONERA, direcionadas para atendimento a antigas reivindicações da classe trabalhadora, permitem o reconhecimento de direitos, até o limite da cidadania suportável pela burguesia;
- e) Existe uma relação orgânica entre Estado e Capital, cujos condicionantes e características podem até permitir certa ascensão econômica às classes trabalhadoras, mas almejam impedir seu crescimento político;
- f) Há necessidade de construção de uma nova perspectiva de cidadania que seja capaz de promover o empoderamento da classe trabalhadora, nos processos De Elaboração, Aprovação, Execução E Controle Das Políticas Públicas de modo a contribuir para aumento da riqueza produzida e sua melhor distribuição e para a promoção de resultados positivos, na dimensão imaterial do desenvolvimento sócio-espacial.

Inicialmente, nos procedimentos operativos utilizados nesta dissertação, foram especificados os pontos mais importantes da literatura científica existente sobre o tema, a leitura dessas referências e dos relatórios do PRONERA. Depois, identificamos a realidade a respeito da execução do citado Programa, através de informações coletadas em pesquisa de campo e um trabalho de investigação de

alguns aspectos da vida dos assentados capacitados pelo Programa, para, posteriormente, fazermos as análises e interpretações dos dados obtidos, correlacionando-os com o critério escolhido para mensuração da participação dos capacitados pelo PRONERA, no processo de desenvolvimento local.

A possibilidade de apoio do PRONERA ao processo de desenvolvimento sócio-espacial nos assentamentos, analisada neste trabalho, ainda precisou de mais aprofundamento, pois necessitávamos identificar os critérios associados ao desenvolvimento do espaço e eleger o mais apropriado para mensurar a participação dos seus integrantes no processo de desenvolvimento, dentro dos limites da pesquisa.

Iniciamos essa busca a partir da pesquisa de estudos anteriores acerca de indicadores de desenvolvimento e elegemos três formulações sobre o tema, por trazerem contribuições pertinentes para consolidar a relação entre desenvolvimento e educação, a saber, Siedenberg (2008), Kageyama (2004) e Molina (2003).

A consolidação do termo desenvolvimento, enquanto processo sócioeconômico, trouxe para os estudiosos do assunto a necessidade de ampliação do seu referencial de mensuração, mesmo porque muitas vezes uma nação apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) elevado, mais não era considerada desenvolvida, em decorrência de baixa expressão de suas variáveis sociais. Assim, de acordo com Siedenberg (2008, p. 46):

[...] já em 1954 um grupo de cientistas sociais vinculados à ONU sugeria a necessidade de atrelar ao PIB alguns indicadores da área de saúde, educação, ocupação e habitação para melhor definir desenvolvimento (ONU, 1954).

Entretanto, segundo Nohlen e Nuscheler (1993), é somente na década de 70 que a discussão científica em torno de indicadores de desenvolvimento socioeconômico ganhou corpo e esteve relacionada, principalmente, com os trabalhos de duas agências especializadas da ONU, o Unrisd – United Nations Research Institute for Social Development- e a Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, e com um crescente número de cientistas sociais interessados no assunto, bem como com institutos de pesquisas internacionais, que também manifestavam a necessidade de arrolar ao lado de indicadores econômicos uma série de dados e informações sobre indicadores sociais para analisar o desenvolvimento de países e/ou regiões.

No entanto, Siedenberg (2008, p. 47) ressaltou que não houve unanimidade sobre o assunto, nem sobre os critérios e métodos de mensuração dos indicadores sociais utilizados pelos cientistas e institutos, ligado à ONU, foram

acusados de utilizarem “[...] todo um instrumentário científico para aperfeiçoamento de sistemas de controle político”.

Dessa pesquisa, aprendemos uma definição para indicador, assim como a complexidade e limitação de sua utilização. De acordo com McGranahan (1974 apud SIEDENBERG, 2008, p. 53):

[...] deve-se considerar que uma medida estatística representativa somente se configura como um indicador de desenvolvimento quando se insere num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado. Ou seja, indicadores de desenvolvimento são, na melhor das hipóteses, apenas variáveis representativas de aspectos parciais de determinados processos de desenvolvimento em contextos bem específicos.

Além disso, confirmamos a importância de estarmos atentos à dimensão ideológica do desenvolvimento e ao objetivo do uso do indicador. Conforme Nohlen; Nuscheler (1993 apud SIEDENBERG, 2008, p. 53-54):

Nas pesquisas sobre desenvolvimento regional a utilização de indicadores tem a finalidade de quantificar determinada concepção de desenvolvimento. Entretanto, uma variável econômica ou social somente se configura como um indicador quando representa algum aspecto relevante desta concepção. Em função disso, a questão essencial não está relacionada ao fato de como mensurar algo mas, sobretudo, se aquilo que está sendo mensurado realmente expressa aspectos relevantes do processo de desenvolvimento que está sendo analisado.

Por isso, nossa preocupação em definir indicadores que expressassem mais do que simplesmente um dado quantitativo, como, por exemplo, o número de capacitados pelo PRONERA, mas que exprimissem aspectos qualitativos advindos dessa formação, a partir do momento em que se perceberam capazes e no direito de participarem das decisões que dizem respeito às suas vidas, na intenção de melhorá-las.

Para Siedenberg (2008, p. 55) apesar da relevância dos indicadores e de todo esforço para construí-los e utilizá-los “[...] não há (e dificilmente vai haver) um indicador suficientemente abrangente para mensurar um processo de desenvolvimento regional em toda sua amplitude”.

Como o objetivo de nossa pesquisa não foi mensurar o desenvolvimento ou não do espaço estudado, mas, sim, analisar as contribuições do PRONERA para participação, no processo de desenvolvimento sócio-espacial, dos moradores integrantes do Programa, no Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, em

Barreirinhas, concordamos com Siedenberg (2008, p. 56) quando diz: “A questão central é, portanto, identificar, entre o rol de indicadores possíveis, aquele(s) que melhor representa(m) determinado aspecto que deve ser ressaltado.”

Outra contribuição relevante, extraída do citado trabalho, foi com relação à classificação dos tipos de indicadores, baseada em estudos realizados pelo o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD)/1984:

- Indicadores per capita: estes indicadores exprimem médias estatísticas em relação ao que eles medem diretamente (pela divisão de medidas agregadas pela população estimada). São indicadores de caráter mais econômico e desconsideram classes de distribuição. Exemplos: renda per capita, consumo de calorias por habitantes.
- Indicadores percentuais: estes indicadores exprimem, em relação ao que eles medem diretamente, os percentuais que determinados grupos detêm ou não em relação a um aspecto específico. São, basicamente, indicadores de caráter social e consideram classes de distribuição. Exemplos: concentração/distribuição de renda, alfabetização.
- Indicadores estruturais: são indicadores que, apesar de também apresentarem os dados que quantificam em percentuais, não representam metas de desenvolvimento, ou seja, não têm como objetivo implícito atingir 100% ou 0% nos casos ideais; apenas demonstram determinada estrutura. Exemplo: estrutura etária, classificação por sexo. (SIEDENBERG, 2008, p. 58-59).

No âmbito dessa classificação, identificamos os indicadores que trabalhamos como do tipo “percentual”.

Encontramos ainda em Siedenberg (2008, p. 59) um alicerce explicativo para o uso dos indicadores:

- De uma maneira geral pode-se dizer que indicadores de desenvolvimento podem ser utilizados para os mais diversos fins, entre os quais se destacam:
- diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou setorial;
  - propiciar informações sobre problemas sociais ou crises potenciais;
  - subsidiar planos e decisões políticas;
  - avaliar metas e estratégias globais/setoriais.

Destas constatações do autor resgatamos, no tópico “diagnosticar as condições de desenvolvimento social ou setorial”, um argumento essencial para a utilização de indicadores, visando à análise das contribuições do PRONERA, no processo de desenvolvimento do Projeto de Assentamento em foco.

Outro estudo importante na orientação desse tópico, por focar na relevância dos indicadores sociais na mensuração do desenvolvimento rural, foi o

trabalho de Kageyama (2004), no qual ela propôs uma medida para mensurar o desenvolvimento do campo, o chamado Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).

O IDR foi baseado no conjunto de indicadores, elaborados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)/1996, dentre os quais estava incluído o item “Educação”.

No IDR, a autora construiu quatro índices parciais, dentre eles, o Índice Bem-Estar Social (IBES), no qual enfatizou os indicadores “número médio de anos de estudo dos moradores de 7 anos ou mais nos domicílios rurais (padronizado)” (ANOSSES T) e “proporção de crianças de 7 a 14 anos nos domicílios rurais que frequentam escola” (PESCOL).

Kageyama (2004, p. 391) corroborou “[...] com a declaração da OCDE acerca do desenvolvimento rural ser um ‘conceito complexo e multissetorial’”. E ao se referir ao conjunto de indicadores propostos por esta Organização, concluiu:

Obter as informações para construir todos esses indicadores em níveis regionais adequados só é possível com um enorme esforço institucional dirigido especificamente ao tema. Se o pesquisador está limitado pelas estatísticas disponíveis – e provavelmente coletadas para outros fins – é impossível reproduzir essas medidas para todas as unidades territoriais selecionadas. Mas o quadro pode servir de inspiração para propor medidas factíveis que levem em conta pelo menos alguns aspectos mais importantes contidos na ideia de desenvolvimento rural. (KAGEYAMA, 2004, p. 392).

Desta maneira, também fomos inspirados pelas formulações da OCDE e da supracitada autora e tentamos elaborar indicadores que possam não ser os definitivos, nem os melhores, mas, dentro da lógica desenvolvida pela pesquisa, consideramos serem os mais apropriados para alcance do seu objetivo.

A tese de Molina (2003) também foi relevante para questões ligadas a esse item, por aprofundar estudos que comprovaram a relevância do entrelaçamento entre PRONERA, cidadania, parceria, sustentabilidade, para embasar o debate sobre o referido Programa e suas contribuições para a promoção do desenvolvimento.

Apreendemos da pesquisa de Molina (2003, p. 108), realizada através da aplicação de questionários com professores universitários, gestores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e integrantes do MST, todos participantes do Programa, em primeiro lugar, a importância da alfabetização e da escolarização para a construção da cidadania, a qual se correlacionava com



temáticas, tais como aumento da autoestima, crescimento da capacidade de organização política e social, o resgate de valores, a elevação da autonomia e aperfeiçoamento do processo crítico-transformador sobre si mesmo e sobre o mundo onde vive.

Em segundo lugar, acolhemos a importância da parceria enquanto processo de aprendizagem, que advém também de situações conflituosas existentes entre as universidades e os movimentos sociais dos trabalhadores rurais. Esses conflitos, se canalizados adequadamente, podem contribuir para transformação dos sujeitos sociais e do próprio espaço onde vivem e trabalham.

Outro aspecto focado por Molina (2003) foi o estudo da sustentabilidade, enquanto ação educativa que promove o respeito à natureza, e conseqüentemente à terra, fonte indispensável de sustento para os trabalhadores rurais e de resgate da valorização desses sujeitos históricos.

Consideramos interessante sua abordagem, inclusive porque detectamos-lhe a presença em muitos documentos oficiais sobre o PRONERA, divulgados nos sites do Governo Federal, tais como, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA<sup>5</sup>, e nas legislações vigentes sobre o tema.

A dinamização econômica nos PA's, a ascensão sociopolítica da mulher, a partir da sua participação nos projetos do PRONERA, a capacidade de retroalimentação do Programa e suas repercussões positivas sobre o processo de reflexão a respeito da Educação do Campo em geral também foram apontados como fatores importantes para debates acerca do desenvolvimento. Com relação a estes dois últimos aspectos, Molina (2003, p. 120) enfatizou o fato dos parceiros serem conscientes que o Programa os levou a discutir a Educação do Campo e a lutar por uma política pública mais consolidada e abrangente.

Em vista do exposto, como o PRONERA não elaborou critérios nem indicadores direcionados para auxiliar na mensuração do desenvolvimento nas áreas de assentamento a partir da instalação dos projetos e diante das colocações acima, considerando a concepção de "desenvolvimento" adotada neste trabalho, identificamos vários critérios para a avaliação do desenvolvimento nessas áreas, relacionados à atuação do PRONERA, a saber, 1) aplicabilidade desses conhecimentos na evolução das técnicas e dos métodos de produção; 2)

---

<sup>5</sup> O INCRA, órgão responsável pelo gerenciamento do PRONERA, encontra-se vinculado ao MDA.

melhoramentos na atividade humana; 4) preservação do meio ambiente; 5) nível educacional; 6) nível de renda; 6) nível de ocupação; e 7) amadurecimento da consciência política do indivíduo.

Decidimos utilizar o critério “amadurecimento da consciência política do indivíduo” por ter maior possibilidade de apresentar contribuição substancial ao processo de alteração da ordem vigente e acolhemos os estudos de Gramsci (1966) e Iasi (2007) como orientativos para o processo de compreensão da categoria consciência.

Estabelecemos como indicadores percentuais associados ao citado critério, o crescimento profissional, a ascensão educacional e o avanço político. Todos enquadrados, é claro, a partir de análises pós-PRONERA.

No entanto, em decorrência dos prazos estabelecidos para realização da pesquisa e para apresentação da dissertação, resolvemos focar no indicador ascensão educacional, direcionando sua mensuração em uma amostra de **70%** dos **capacitados pelo** Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Maranhão”, do PRONERA, no Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas.

A técnica a ser utilizada foi o estudo de caso. Elegemos como instrumentos de trabalho de campo as entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam no referido Programa, tais como pedagogos, coordenadores locais, monitores, demais profissionais técnicos envolvidos com a dinâmica educacional, e com integrantes de entidades representativas dos trabalhadores rurais; os questionários aplicados com o grupo a ser estudado; e os depoimentos dos assistidos pelo Programa, do Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas.

Ainda utilizamos a pesquisa documental e a observação simples, para fins de incrementar a verificação da possível participação do público-alvo, no processo de desenvolvimento local, não sob a perspectiva de melhor acesso a serviços e ativos, ou mesmo incremento na aquisição de recursos e conhecimentos, mas em uma perspectiva do amadurecimento da consciência política, identificado através da busca do crescimento no campo educacional.

Após a realização dos estudos e das pesquisas, e seguindo a linha de raciocínio já exposta, estruturamos a dissertação em três capítulos, os quais explicitamos resumidamente abaixo:

No primeiro capítulo, **“O DESENVOLVIMENTO E O PRONERA”**, estudamos as várias produções ideológicas pelas quais o termo desenvolvimento passou ao longo da história do Capitalismo pelo mundo, procurando focar as repercussões dessas ideologias desenvolvimentistas sobre o Estado brasileiro e suas consequências nas políticas econômicas e sociais.

Neste capítulo também analisamos o conceito referencial de desenvolvimento adotado pelo PRONERA e definimos a concepção de desenvolvimento própria da pesquisa, a qual abrangeu as dimensões tangível e intangível desse termo.

No segundo capítulo, **“O PAPEL DO ESTADO NA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DO PRONERA”**, abordamos as funções do Estado, correlacionando-as com o movimento de expansão do Capital, com o contramovimento dos trabalhadores e com dinâmica das políticas públicas, dentro de um contexto mercantil desenvolvido e sob uma perspectiva da luta de classes, buscando compreender como, através da ideologia desenvolvimentista, o Estado capitalista brasileiro exerceu seu papel e definiu a formatação das políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas para a gestão da Força de Trabalho, com repercussões sobre a área educacional, inclusive no espaço rural.

No entanto, antes de analisarmos as funções do Estado e a formatação das Políticas Públicas, focamos no estudo da relação orgânica entre Capital e Estado, da autonomia relativa desse último e das dimensões estatais material e social, especificando seus elementos essenciais e aparentes.

Nessa linha de raciocínio, discorreremos sobre o PRONERA sua contribuição para o desenvolvimento socioespacial, traçando um histórico sobre a criação deste Programa, no qual foram ressaltado os avanços do Programa e do movimento dos trabalhadores rurais e da parcela da sociedade civil que o apoiou, bem como os obstáculos impostos pelo próprio Estado para a construção de uma política pública de Educação do Campo.

No terceiro capítulo, **“A DINÂMICA DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS CAPACITADOS PELO PCEJAARAMA / PRONERA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL, DO PASJMA”**, identificamos alguns critérios para mensuração do desenvolvimento sócio-espacial, nos assentamentos, e tratamos das dinâmicas relativas ao Assentamento São José do Morro Alto e ao PCEJAARAMA / PRONERA, por considerarmos que as

contribuições do Programa ao processo de desenvolvimento sócio-espacial tem relação direta com o processo de amadurecimento da consciência política dos trabalhadores rurais durante criação e desenvolvimento do assentamento e durante a luta por Educação do Campo e participação na gestão do projeto educacional.

Por último, as contribuições do PCEJAARAMA / PRONERA ao processo de desenvolvimento sócio-espacial, no referido Assentamento, focando no critério “amadurecimento da consciência política” e definindo a “ascensão educacional”, como indicador de desenvolvimento, associado a este critério.

Após essas seções, elaboramos as Conclusões Finais sobre o processo e os resultados da pesquisa.

## 20 DESENVOLVIMENTO E O PRONERA

Neste tópico, expomos várias produções ideológicas pelas quais o termo desenvolvimento passou ao longo da história do Capitalismo pelo mundo e focamos nas repercussões dessas ideologias nas políticas econômicas e sociais do Estado brasileiro.

A expansão do sistema capitalista tem-se expressado com o desenvolvimento do processo produtivo, das formas de capitalização do dinheiro, das técnicas e tecnologias, da expropriação e da qualificação da Força de Trabalho, e também através da produção ideológica. Nessa articulação tanto o Estado quanto sociedade civil tem papel importante.

Com relação às forças sociais presentes na totalidade social, embora seja determinada, em última instância, pela dimensão econômica, sofre uma grande interferência da dimensão ideológica, pois na verdade há uma forte interação entre essas duas dimensões quando observamos as relações sociais existentes.

Com relação ao Estado, percebemos que cada formação econômica expressa suas ideologias dominantes e um tipo estatal apropriado/correspondente que as dissemina na sociedade. Esse Estado apresenta como expressão marcante as ideologias econômicas, as quais são indispensáveis para a expansão capitalista.

De acordo com Cardoso (1978, p. 88):

A estrutura ideológica capitalista é montada sob a dominância do seu campo ideológico político, a partir dos aparelhos do Estado, e neste campo a dominância cabe à ideologia econômica, com a formulação de políticas destinadas a garantir a expansão econômica, com a qual a forma de Estado é condizente.

Portanto, o conjunto de valores, representações, ideias e orientações formulado pelo Estado tem predominância, no sistema capitalista, sobre as outras ideologias. E no contexto da ideologia política é a ideologia econômica que prevalecerá, pois é aquela que oferecerá as diretrizes para o desenvolvimento capitalista, as quais serão disseminadas na sociedade com apoio especial dos meios de comunicação.

No entanto, ressaltamos que a “[...] ideologia dominante não se define em função da classe dominante, mas das relações entre as classes.” (CARDOSO, 1978, p. 89). Desta forma, podemos dizer que, na formação capitalista, a totalidade social

é fruto das lutas de classes, assim, as ideologias econômicas, estabelecidas, no plano estatal, dentre elas as direcionadas para a área do desenvolvimento, estão permeadas pelo confronto entre dominados e dominantes, e articuladas com as políticas em campos específicos, tal como o educacional.

## **2.1 Ideologia do desenvolvimento e suas repercussões sobre a atuação do Estado: um breve histórico**

Para compreendermos as políticas de desenvolvimento precisamos apreender o significado dessa expressão. Porém, no próprio meio acadêmico, o termo desenvolvimento não tem uma conceituação precisa e os conceitos existentes já passaram por várias reformulações. (SIEDENBERG, 2008).

As teorizações acerca do desenvolvimento surgiram entre os anos de 1930 / 1940, na América Latina e estavam direcionadas para promoção do crescimento econômico. De acordo com Marini (2010), durante esse período, as teorias latino-americanas sobre desenvolvimento levavam em consideração a questão nacional, ou seja: o território como um todo.

Nesse período, a teoria do desenvolvimento latino-americano foi fundamentada nas concepções de Rostow(1961). Este elaborou uma escala composta por cinco etapas, pelas quais todas as economias que reunissem as condições necessárias deveriam passar para atingir o ápice do desenvolvimento: a era do consumo de massas.

Especificamente, no Brasil, o surgimento do desenvolvimento, enquanto política pública se iniciou na era Vargas, nos anos 1930-1940<sup>6</sup> e foi norteador pela ideia de que o país se modernizaria através da industrialização. Portanto, o núcleo da ideologia se articulou a partir dos interesses de acumulação do Capital presente no país, liderado pela burguesia agroexportadora e pelos industriais, e trabalhou em prol da neutralização das forças antagônicas a seus preceitos.

A tendência à dominação do capital só poderia se alterar no caso de existirem forças sociais em condições de se opor à sua reprodução em moldes capitalistas. Os grupos que se haviam formado e que situavam em posição antagônica à do capital não lograram obter força e organização suficientes e foram neutralizados pela repressão. Nessas condições, a ideologia dominante durante o Estado Novo, configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao

---

<sup>6</sup> Trata-se, como é largamente sabido do famigerado “Estado Novo” ou Estado Nacional.

setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses de setores das classes médias e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força. (GARCIA, 1999, p. 05).

As formulações teóricas internacionais sobre desenvolvimento foram originadas pela crise do capitalismo, após “A Grande Depressão”, ocorrida entre 1929/1930, a qual apresentou além da expressiva queda nas bolsas de valores do mundo todo, uma drástica redução no comércio internacional, alta taxa de desemprego e baixa nos níveis de capacidade produtiva de máquinas e equipamentos.

Toda a inquietação provocada pela crise do sistema capitalista ensejou desconfiança a respeito dos princípios do liberalismo econômico e começaram a surgir outras teorias econômicas contestando os clássicos e neoclássicos. A maior expressão, neste período, foi o Keynesianismo.

A teoria econômica keynesiana representou uma autocrítica burguesa às antigas vertentes da economia que defendiam a ideia da “mão invisível” do mercado, de Adam Smith. Keynes, diante do crescimento do movimento operário, da concentração e monopolização do Capital e do próprio desastre econômico, cuja maior expressão foi a queda da Bolsa de Nova York, em 1929, apontou o Estado como instituição legítima para intervir na fracassada estrutura vigente, através de medidas econômicas e sociais, visando o equilíbrio econômico.

Porém, embora as medidas adotadas pelos governos, levando-se em consideração as teorias keynesianas, tenham acalmado os ânimos do mercado mundial e reduzido a mobilização dos trabalhadores, elas não conseguiram frear a voraz concorrência entre grandes capitais e nem mesmo promover a superação do atraso socioeconômico dos países menos desenvolvidos.

Como resultado da primeira situação que demonstrou a ineficiência das formulações teóricas de Keynes, ocorreu a explosão da 2ª Guerra Mundial. Como consequência da segunda situação, nos anos seguintes, após este conflito mundial, surgiram estudos teóricos mais consolidados sobre o tema desenvolvimento, relacionando-o à pobreza e à segurança, no contexto global.

Conforme Siedenberg (2008), o uso do termo “desenvolvimento” no contexto socioeconômico ganhou projeção, a partir de 1950, com o discurso de Truman, presidente dos EUA, ao anunciar ajuda financeira para a África, Ásia e América Latina, a qual aconteceu após várias reivindicações desses continentes,

originadas pelo apoio que os EUA já haviam concebido à Europa Ocidental, no após a segunda guerra, medidas conhecidas como Plano Marshall.<sup>7</sup>

No entanto, de um modo geral, os estudos comparativos entre países ricos e países pobres apontavam o desenvolvimento como um processo unidimensional e unidirecional para todas as sociedades, sendo focado no modelo industrial e de consumo dos países do primeiro mundo. Contudo, é claro que existia uma ideologia por trás de todos os discursos sobre desenvolvimento, pautada nos interesses da acumulação e expansão capitalista.

Fato importante, no período pós 2ª Guerra Mundial, foi a criação dos organismos multilaterais, tais como, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial. Estas entidades ultrapassam os limites do Estado-Nação e passaram a atuar especialmente na orientação e condução de políticas de desenvolvimento.

Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1947, pela Assembleia Geral da ONU, a partir de reivindicações dos governos latinos americanos que visavam equiparar o apoio econômico a seus países, tendo por parâmetro o auxílio econômico dos EUA à Europa, através do Plano Marshall. Por sua vez os representantes da CEPAL, a época, dentre eles Celso Furtado e Raul Prebisch, apresentaram uma nova abordagem analítica acerca do processo de desenvolvimento e dos obstáculos que ele sofria, diferente da versão ricardiana e keynesiana. Acreditavam que para os países latino americanos se desenvolverem não deveriam reproduzir os modelos de desenvolvimento dos países ricos.

Era necessária uma teoria econômica aplicável à realidade das estruturas e dinâmicas dos países subdesenvolvidos. De acordo com Marini (2010, p. 103), as análises cepalinas elaboraram uma formulação “[...] original de pensamento sobre a

---

<sup>7</sup> Para muitos historiadores, o Plano Marshall não teve um propósito humanitário ou simplesmente econômico, representava medidas reacionárias à expansão do comunismo, à época da Guerra Fria, na Europa [http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/02/plano.htm](http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/02/plano.htm)

“Plano elaborado pelos Estados Unidos e destinado à recuperação dos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Seu nome oficial era Programa de Recuperação Européia, mas ficou conhecido com o nome do Secretário de Estado dos EUA, na época, George Marshall. O Plano foi elaborado após uma reunião com os Países europeus em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados a participar mas se recusaram. Durante os seus quatro anos de funcionamento transferiu cerca de 13 bilhões de dólares (em valores da época) a título de assistência técnica e econômica”.

Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano\\_marshall.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_marshall.htm)>.



região” e tornaram-se o marco da transição da abordagem nacional para a versão regional da teoria do desenvolvimento.

O foco principal das teorias cepalinas era detectar as causas do subdesenvolvimento e como superá-lo. Nas análises dos seus teóricos, para explicar o atraso dos países da América Latina, foram introduzidas variáveis não puramente econômicas, tais como, a distribuição de renda e dos meios de produção, dentro da estrutura social.

As formulações teóricas da CEPAL expuseram a divisão internacional do trabalho como elemento impeditivo da redistribuição igualitária das riquezas produzidas pelo comércio internacional, pois nas relações comerciais entre os países desenvolvidos (centrais) e os subdesenvolvidos (periféricos) predominavam os ganhos econômico para o primeiro, em virtude se terem hegemonias política e econômica sobre os demais.

Perceberam através dos estudos sobre a evolução dos preços dos produtos agrícolas e industriais, entre 1880 / 1945, que a Teoria das Vantagens Comparativas não tinha validade para o comércio entre os países centrais e periféricos, considerando o reduzido poder de compra das exportações agrícolas da periferia, em decorrência da tendência à queda de preço das “commodities”<sup>8</sup> e do rápido crescimento das exportações industriais do centro, os quais apresentavam maior valor agregado, em virtude, inclusive, da incorporação de novas tecnologias e técnicas de produção.

Os cepalinos propuseram, como estratégia de desenvolvimento para a América Latina, o processo de substituição de importações, o qual foi adotado pelo governo brasileiro, em decorrência da insatisfatória situação econômica do país. Segundo Dallabrida (2010), essa política tinha por alicerces: 1) redução do consumo de supérfluos através do aumento das tarifas e restrições quanto à quantidade de importações; 2) incentivo ao ingresso de capitais externos, “governo a governo”; 3) realização da Reforma Agrária para aumentar oferta de alimentos e de matérias-primas, e expandir consumo interno; e 5) elevação do investimento do Estado em infraestrutura básica (energia, transporte e comunicação).

---

<sup>8</sup> Commodities são produtos primário de grande relevância no mercado internacional, tais como soja, minério de ferro, café, cujos preços são definidos pelas cotações das principais bolsas de valores mundiais (Paulo Sandroni. Novo Dicionário de Economia, 1994, p. 61).

O processo de substituição de exportações, conforme Siedenberg (2008), estava incluído no bojo da estratégia de desenvolvimento que ele denominou “modernização por industrialização” (1950), a qual tinha como princípios, além da substituição das importações, o fomento à exportação com aproveitamento das vantagens competitivas, dentro da nova divisão internacional do trabalho e o estímulo aos polos de desenvolvimento regionais, visando promover efeito multiplicador sobre a economia.

Esse modelo contabilizou alguns pontos positivos com relação ao crescimento econômico, considerando o mercado potencial brasileiro e o período de expansão das economias e de internacionalização do Capital produtivo. Entretanto, apresentou um progresso parcial e deixou marcas negativas do modelo de capitalismo tardio (MANDEL, 1985), tais como combinação entre os setores modernos e antigos, elevada dívida financeira externa, além de alta taxa de pobreza e reduzido desenvolvimento social, no meio rural.

A modernização por industrialização acabou por atrair muitas críticas, sendo substituído pela estratégia “dissolução” ou “desenvolvimento endógeno” (1960), que enfatizou o desenvolvimento do mercado interno, subsidiando a produção agrícola, visando proteger a economia local dos efeitos da economia global, pois esta última poderia levar a uma situação de perpetuação das disparidades entre os países.

A CEPAL também percebeu o esgotamento do modelo substitutivo e propôs, a partir da década de 60, várias reformas estruturais para tentar viabilizar o desenvolvimento, tais como a Reforma Agrária e a redistribuição de renda. Mas a superação da dependência externa e a busca por estilos mais justos de desenvolvimento, combinando mercado interno e esforço exportador, eram desejáveis embora difíceis, considerando os interesses hegemônicos vigentes.

Em revisão teórica, elaborada por Dallabrida (2010, p. 104-105), este identificou três correntes principais de estudiosos latino-americanos sobre desenvolvimento, a saber, os estruturalistas, os neoliberais e os socialistas, das quais, a concepção liberal foi a que mais influenciou os governos entre a década de 60 até o final do século XX.

Conforme ainda Dallabrida (2010, p. 104):

A corrente teórica neoliberal acreditava que os países poderiam desenvolver-se com base na especialização agrícola e nas forças do livre mercado. No país não haveria desemprego, mas baixa produtividade. O crescimento econômico seria equilibrado, desde que deixado ser orientado pelo livre mercado. O baixo crescimento, ou desequilíbrios, seria resultante da excessiva intervenção estatal e dos erros da política econômica governamental. O apoio do Estado era aceito pelos liberais, desde que criasse maiores oportunidades para aumento dos lucros do setor privado.”

Realmente, percebemos que, apesar das concepções cepalinas estarem presentes nas ações governamentais, especialmente entre as décadas de 60 e 70, as reformas estruturais propostas por elas não foram adiante. No entanto, temos vários exemplos de intervenções estatais bem aceitas pelo Capital nacional e internacional, por terem ido ao encontro de seus interesses de expansão monopolística, tais como as políticas de incentivos fiscais e financeiros, gerenciados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), vigentes no Brasil no período supracitado, cujo mentor intelectual e primeiro superintendente foi Celso Furtado.

As medidas adotadas no Brasil foram reflexos do momento vivenciado pelo Capitalismo em nível mundial, pois no período pós-Segunda Guerra Mundial presenciamos uma tensão mundial e um acirramento das disputas ideológicas, relativas à formação dos blocos socialista e capitalista, em decorrência dela, os organismos internacionais como o Banco Mundial, começaram a perceber a pobreza como uma ameaça à coesão social e um risco à segurança internacional, ou seja, para a hegemonia capitalista. Assim, passaram a dar atenção especial à situação precária dos países subdesenvolvidos.

Além do mais, era interessante, para o processo de acumulação e expansão do Capital, sua inserção em outros espaços, onde poderia arrecadar altas taxas de juros e contabilizar excelentes lucros, explorando matéria-prima e mão de obra a baixos valores.

Nos anos 70, surgiu uma nova divisão internacional do trabalho, oriunda da dinâmica das crises capitalistas, das inovações tecnológicas, dos avanços nas técnicas de produção, das disputas entre grupos econômicos, tendo por base a reinserção do liberalismo em nova roupagem, o chamado neoliberalismo. Nessa nova fase, a temática do desenvolvimento foi deixada de lado, segundo Cardoso (2000, p. 113), pois ela evidenciava a exclusão provocada pelo novo modelo.

Os teóricos desse modelo atribuíram a crise às constantes pressões dos sindicatos sobre os salários e os gastos excessivos do Estado com a política social, que provocaram redução dos lucros e aumento da inflação. Os principais pressupostos da formulação neoliberal, segundo Behring (2009) foram:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulações econômicas;
- 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos sociais, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos;
- 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior.

Foi com o aprofundamento da crise do Pós-Segunda Guerra, entre os anos de 1973 e 1974, que as ideias neoliberais apresentaram maior repercussão no meio político e econômico, porém só passaram a compor programas de governo com Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979 e com Ronald Reagan, nos EUA, em 1981.

Podemos afirmar que o modelo neoliberal adentrou terras brasileiras com certo atraso, em decorrência da “[...] força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas [...]” (BEHRING, 2009). Iniciou-se, superficialmente, no governo de Fernando Collor, e, efetivamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente após adoção do Plano Real.

Apesar da decadência da teoria desenvolvimentista, nos anos 70, no Brasil ela continuou hegemônica, pois durante o período militar foram adotados instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo que estabeleciam a redução das liberdades democráticas e a implantação de mecanismos de modernização do Estado, que de um modo geral, representaram uma aceleração do processo de expansão do capitalismo no Brasil.

O modelo econômico-ideológico, fundado no princípio da racionalidade, pautou-se na criação de uma sociedade urbano-industrial que atendesse aos interesses da classe burguesa urbana nacional emergente, em especial da paulista, e do Capital internacional que buscava opções de investimentos com boa rentabilidade.

Vários teóricos da época, dentre eles Delfim Neto e Fernando Henrique Cardoso, defenderam a ideia da associação ao Capital estrangeiro, pois segundo eles, iria reduzir a pobreza no país. Mas, primeiramente era necessário deixar o “bolo” crescer para depois reparti-lo com todos (Delfim Neto).

De acordo com Ianni (1979, p. 288-289), a política econômica do período ditatorial militar apresentou uma polaridade: “[...] em um dos seus pólos estaria o projeto de criar um capitalismo nacional, ao passo que no outro estaria o projeto de desenvolver um sistema capitalista associado [...], sob a égide dos Estados Unidos”.

No primeiro ano do Golpe Militar, a lógica econômica revezou entre o nacionalismo e a subordinação ao Capital internacional, porém, após 1964, com a instituição definitiva do aparelho repressor, a posição “nacional-populista” enfraqueceu e os defensores da associação com o Capital internacional saíram vencedores da batalha.

A representação normativa dessa vitória foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), criado no governo do general-presidente Humberto Castelo Branco, elaborado pelo Ministério do Planejamento, sob a responsabilidade de Roberto Campos e implementado pelo Ministério da Fazenda, sob a titularidade de Octávio Gouveia de Bulhões .

O objetivo maior da política econômica, divulgado pelos militares e expressa nos demais planos de desenvolvimento, por exemplo, nos dois primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e PND II), foi a promoção do desenvolvimento, na verdade, do crescimento econômico. Sua expressão máxima foi alcançada nos governos de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, quando o PIB cresceu acima de 10% ao ano (PASSARINHO, 2003, p. 2 apud FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 339), porém com apresentação de um grande aumento na concentração de riqueza produzida no país.

O crescimento do PIB foi a justificativa que alicerçou a visão ideológica da época de que a melhor maneira de administrar a área econômica era através de um regime político tecnocrata e repressivo e não a partir dos pressupostos democráticos.

Conforme Furtado (1972), o crescimento econômico apresentado no período do “milagre econômico brasileiro” foi possível em virtude da estratégia da política de desenvolvimento estar centrada em cinco linhas de ação: a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda; b) redução da taxa do salário

real básico com respeito à produtividade média do sistema; c) fomento, em particular, mediante subsídios, à exportação de produtos industriais, objetivando aliviar os setores produtivos que enfrentavam insuficiência de demanda, d) utilização da correção monetária para controlar a inflação e) criação de instrumentos para atrair as empresas transnacionais.

As medidas presentes nos planos econômicos tiveram como efeitos a redução do poder de compra dos salários, a concentração de riqueza e renda, aumento das exportações de produtos industriais, queda no índice de inflação entre os anos de 1964 a 1973 e a expansão do Capital internacional no país. Porém, já no final da década de 70, o Brasil apresentou crescimento muito elevado dos índices de inflação e de endividamento externo, ensejando a uma crise no planejamento econômico brasileiro.

Nos anos 80, a política neoliberal avançava nos EUA e na Europa, especialmente na Inglaterra, onde o modelo foi aplicado com mais rigidez, com controle da inflação e retomada das taxas de lucro, no entanto, as promessas relativas à reanimação do sistema capitalista não foram cumpridas, em virtude do boom nas operações especulativas, considerando a desregulamentação financeira (CHENAIS, 1996, apud CARDOSO, 2000, p.11) e da redução insatisfatória dos gastos sociais, considerando que o aumento do desemprego demandou o crescimento de investimentos públicos nessa área. (NAVARRO, 1998, apud CARDOSO, 2000, p.11).

Mas os ideólogos das práticas neoliberais procuraram demonstrar-lhe a validade, através de análises comparativas entre as ações gerenciadas pelo mercado e as administradas pelo Estado. Eles indicavam quatro aspectos em que as ações estatais apresentavam efeitos inferiores: 1) na regulação da oferta e da procura e do sistema de preços, os quais definem a alocação de recursos; 2) no desenvolvimento moral e intelectual do consumidor; 3) na produção eficiente e eficaz de bens e serviços; e 4) no estímulo à capacidade de iniciativa dos cidadãos em buscar solução para os problemas (BOITO JR, 1999, apud CARINHATO, 2008, p. 38)

Outro fator que contribuiu para o progresso da doutrina neoliberal entre os países, antes partícipes do Estado do Bem Estar, foi o desmonte do sistema político-econômico da URSS. Ressalteamos ainda a própria desregulamentação financeira como uma das responsáveis pelo fortalecimento hegemônico do Neoliberalismo no

mundo, pois foi a forma encontrada pelas classes dominantes para manterem o ritmo de acumulação de Capital em nível satisfatório, considerando a queda tendencial nas taxas de lucro na produção de mercadorias.

Siedenberg (2008) também apontou a crise do endividamento público nos anos 80 como estimulante para o avanço nas diretrizes do neoliberalismo sobre os Estados, pois fez surgir um novo paradigma, o ajuste estrutural, baseado na necessidade de promoção do saneamento financeiro dos Estados, através de corte nos gastos públicos, privatizações e abertura do mercado.

Para os países em desenvolvimento, como passaram a ser chamados os subdesenvolvidos, a ideologia neoliberal editou, através do conhecido como Consenso de Washington, em 1989, um conjunto de medidas que passou a ser o receituário para promover o ajustamento macroeconômico nesses países, porém, só começaram a ser adotadas, a partir de 1990.

Na América Latina, os pioneiros nas práticas neoliberais foram o Chile e a Argentina, ainda no período ditatorial, porém a maior expansão sobre o continente aconteceu, no final da década de 80. No Brasil, como já dissemos anteriormente, o neoliberalismo chegou tardiamente.

A partir desse período as ideias da CEPAL começaram a perder terreno junto aos governos latinos, pois a crise foi atribuída, em certa medida, ao modelo de industrialização protecionista. Porém, como atestou Vitagliano (2004, p. 116):

A CEPAL não praticava seus projetos, quando muito era parceira, contribuindo com parcerias. Suas recomendações de caráter geral levavam em consideração as classes sociais, mas não os conflitos e interesses em relação ao poder de um projeto político ideológico. Portanto, há uma diferença significativa entre as recomendações da CEPAL e a aplicação das suas ideias em diferentes contextos com forte presença de grupos populistas, provincianos, atrasados e conservadores.

Além disso, a perda de influência da CEPAL foi atribuída às pressões das agências multilaterais para reestruturação dos Estados latino-americanos, pela ruptura de grupos empresariais com o projeto desenvolvimentista cepalino e associação dos mesmos ao Capital internacional e ao processo de globalização, após 1980. (VITAGLIANO, 2004).

Na década de 80, o Brasil viveu uma grave crise econômica, a inflação e a dívida externa alcançaram níveis altíssimos e o Produto Interno Bruto apresentou uma média anual insatisfatória de apenas 2,69%, ou seja, do “milagre econômico”

passamos ao colapso econômico.

E como sempre acontece em épocas de crises profundas, foi necessário adotar-se uma nova ideologia do desenvolvimento. Contudo, antes de propor mudanças na área econômica, foi preciso alterar a configuração política, de modo que fossem evitadas reorganizações estruturais no sistema capitalista já implantado no país.

Surgiram discursos inflamados, no meio político contra o atraso econômico brasileiro e as grandes desigualdades regionais e sociais em nosso país. O Regime Militar perdeu sua força legitimadora (economia) e aos poucos se expandiu uma frente política de oposição à ditadura

Também a sociedade civil iniciou processo de mobilização e reorganização e novas entidades se formaram, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o MST. Eles inseriram na agenda política a luta pela democracia e por reformas na área das políticas públicas. Inclusive, a força dos movimentos sociais dos trabalhadores foi considerada decisiva para o adiamento da instalação definitiva do neoliberalismo no Brasil.

Mas a classe burguesa continuou presente e atuante, nos cenários político e econômico, organizando seus discursos, suas estratégias e definindo seus novos direcionamentos, com vista à manutenção de sua hegemonia e expansão dos seus interesses, dos seus domínios. No calor desse momento de discussões, reflexões, manifestações, debates, foi construída a Constituição Federal de 1988,<sup>9</sup> a qual trouxe alguns avanços como a adoção dos PPA's, a inclusão de dispositivos que determinavam o direito social à educação, os quais favoreceram a elaboração e formulação de um nova LDB, através da Lei n. 9394/96, e a conquista do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entretanto, no confronto entre as classes, no decorrer da História, venceu a concepção burguesa de democracia que diverge de uma definição mais consolidada desse termo, o qual transcende o vago significado das palavras. A consolidação da Democracia acontece, então, mediante seu exercício. Assim, nas palavras de Bobbio (1987, p. 55), Democracia é: “[...] um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta e indireta, nas decisões que interessam a

---

<sup>9</sup>Cunhada popularmente de Constituição do Centrão.



toda a coletividade”.

Nesse ideário, cidadãos de toda e qualquer classe social teriam acesso à participação nas decisões políticas de interesses da sociedade. No entanto, na prática existem vários obstáculos inclusive de natureza jurídico-política, que limitam o amadurecimento e a expansão da projeção das classes dominadas nas ações políticas do país,

Nos anos 90, apesar do fracasso das medidas neoliberais expresso através dos altos índices de desemprego, do aumento da concentração de renda, das taxas de crescimento econômico insatisfatórias, dos maiores endividamentos públicos e privados (famílias e empresas), a hegemonia do Neoliberalismo demonstrou muita vitalidade, ganhando adeptos entre os partidos políticos e mesmo entre governos que, formalmente, se diziam opositores a ele.

Os estudiosos do assunto explicam essa expansão em virtude: 1) da vitória dos neoliberais nas eleições de países recém-saídos do regime comunista, entre 1989 e 1991, pois os novos governadores desses países foram fiéis seguidores do receituário neoliberal de Hayek e Friedman, idealizadores da doutrina; 2) da conjuntura hiperinflacionária existente, principalmente, em países periféricos; e 3) da inexistência de opositores que apresentassem alternativas concretas e organizassem movimentos sociais consistentes.

Com relação à América Latina, especificamente, conforme discorreremos, no último ano da década de 80, após o Consenso de Washington, foi elaborado um documento com medidas de ajustes macroeconômico pelo Banco Mundial e pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se tornou a política oficial do FMI. Ele definiu regras a serem seguidas, a partir de 1990, pelos países em desenvolvimento, com objetivo de resolver a grave crise econômica, em especial a fiscal, na qual estavam imersos, após a “década perdida”.

De acordo com essas diretrizes, os países periféricos só poderiam renegociar suas dívidas externas e receber recursos das agências financeiras internacionais se adotassem as seguintes medidas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimentos estrangeiros diretos, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização e a garantia dos direitos de propriedade. (BANDEIRA, 2002, p.1).

No Brasil, a nova lógica de expansão do Capitalismo continuou pressionando para se instalar no país. No entanto, do confronto entre a classe trabalhadora e a classe burguesa; nesse período, prevaleceu o amadurecimento organizacional das classes dominadas e o neoliberalismo que se alastrava em toda América Latina, encontrou fortes impedimentos em seu avanço em terras brasileiras, confirmando a tese de Cardoso (1978) de que a hegemonia de uma ideologia não depende só da ideologia da classe dominante, mas das relações entre as classes sociais.

O Brasil foi um dos últimos países latino americano a aderir ao projeto político-econômico neoliberal. No início dos anos 90, durante o Governo de Fernando Collor de Mello, houve apenas uma primeira iniciação. Foi somente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com a execução do Plano Real, que definitivamente este regime se consolidou no Estado brasileiro. (CARINHATO, 2008).

O discurso ideológico da burguesia, corroborado por seus aliados, representantes da classe política, acerca da necessidade do Brasil ter um 'choque de capitalismo' (BRUM, 2002 apud CARINHATO, 2008, p.39), levou Collor à presidência da República, mas seu plano econômico "Brasil Novo" não conseguiu ter êxito e o maior descontentamento da população brasileira permaneceu: a inflação galopante. Collor inaugurou a fase de reestruturação produtiva, mas realizou poucas privatizações e efetuou poucas mudanças nos serviços públicos, não obstante a indicação da administração pública como principal responsável pelos problemas do país.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito com ideologia semelhante. O conjunto de propostas, divulgado durante sua campanha eleitoral, teve por base a concepção de desenvolvimento a partir da transição do capitalismo apadrinhado pelo Estado para um capitalismo moderno.

O discurso ideológico defendeu a abertura do mercado, as privatizações e a reforma do Estado como ações essenciais para que o país voltasse a demonstrar bons índices econômicos e sociais, e, amparado pela estabilização monetária, ganhou apoio da população e aliados na classe política.

Esse período de auge do Neoliberalismo no Brasil coincidiu com o momento de mudança de paradigma do Banco Mundial sobre o processo de desenvolvimento e do reconhecimento do fracasso do programa de ajustes fiscal, do

FMI, instituído na década de 80. O alto custo na área social, especialmente nos países periféricos, em decorrência das políticas neoliberais e as reações, em todo o mundo, de cunho antiglobalizante fizeram o Banco Mundial repensar seu discurso e sua atuação, com vista a não colocar em risco a hegemonia neoliberal. (MOTTA, 2012)

De acordo com Motta (2012, p. 05):

O Banco Mundial assume alguns erros de encaminhamento político em prol da urgente necessidade de recompor a estabilidade política, tendo em vista o receio pelos riscos da perda das 'bases de governabilidade' e de 'ruptura da coesão social', principalmente nos países que mais sofreram o impacto das políticas neoliberais. Ao elaborar uma retrospectiva sobre as políticas macroeconômicas dos anos pós-segunda guerra - nas quais se compreendia que o processo de desenvolvimento seria mais bem conduzido através do Estado - e sobre as políticas dos anos 1970-90, mais especificamente as do Consenso de Washington - nas quais defendia uma posição contrária, ou seja, a interferência do Estado na economia impedia o desenvolvimento -, [...]

Em 1995, os organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial, a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se reuniram na Primeira Cúpula Mundial para discutirem sobre o Desenvolvimento Social. A partir desse encontro, surgiu um novo paradigma, baseado no equilíbrio entre as esferas públicas e privada.

Esse novo modo de pensar o desenvolvimento, ainda atribuiu ao Estado a crise dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, considerando que ela foi provocada pela ineficiência do Estado que gastou mais do que podia com políticas sociais e gerou a crise fiscal.

Na nova estratégia, o foco das medidas dos organismos transnacionais e dos Estados não deveria ser o desenvolvimento econômico, mas o social, com vistas a reduzir os efeitos negativos das políticas neoliberais, como a pobreza e a exclusão de grande parte da população do processo de produção de bens coletivos. Segundo Motta (2012, p. 6) "O suporte teórico-metodológico que passa a fundamentar as ações interventivas dos organismos internacionais para o "desenvolvimento do milênio" é a "Teoria do Capital Social" de Robert Putman (2002)".

Siedenberg (2008) classificou essa nova estratégia como "Governança Global", pois trouxe a possibilidade de regulação internacional sobre questões como alimentação (conferência mundial, em Roma, em 1997), habitação (conferência

mundial, em Istambul, em 1994) e população e desenvolvimento (conferência mundial, em Cairo, em 1994).

A proposta se fundamentou na transferência de parte das atribuições estatais para a sociedade civil, sem fins lucrativos, pois seus idealizadores consideravam que se estava desprezando a capacidade das pessoas e das instituições sociais estabelecerem parcerias entre si e com os agentes públicos e assim resolverem os problemas de sua comunidade.

Conforme Antunes (1999), tratava-se da união entre o neoliberalismo e a socialdemocracia, ou seja, o denominado “novo trabalhismo” que “[...] associa a preservação da social democracia e elementos básicos do Neoliberalismo”. (ANTUNES, 1999, p. 95).

Em vez da transferência de ações estatais para o mercado, através das privatizações, temos a entrega da execução de Políticas Públicas para sociedade civil, sem fins lucrativos, através do terceiro setor (PERONI, 2006). Este último é definido como um corpo de iniciativas privadas, mas com objetivos e direcionamentos de caráter público (FERNANDES, 1984, p. 27), na verdade, é o ente conceitual que vai permitir a existência da Terceira Via (GIDDENS, 2001, apud PERONI, 2012, p. 59). Em outras palavras: como as estratégias da Socialdemocracia e do Neoliberalismo não deram certo, foi tentado um terceiro caminho que congregou elementos dos dois primeiros. Observamos que se tratou de um novo discurso ideológico da burguesia, fundamentado em uma estratégia do Capital para superar mais uma crise estrutural, defendendo uma nova formação de parceria entre o público e o privado.

Nessa nova formação, uma das ideias defendidas foi a busca da participação e democratização da democracia (GIDDENS, 2001 apud PERONI, 2012, p. 59), porém, por trás desse discurso estava uma prática de estímulo às individualidades, objetivando o enfraquecimento da identidade de classe na sociedade. De acordo com Motta (2007 apud MOTTA, 2012, p. 393):

[...] a noção de capital social, trata-se, afinal de um mecanismo de hegemonia de função de direção intelectual e moral que implica um processo de despolitização da sociedade civil e de esvaziamento do sentido público – reforçando a concepção liberal de sociedade civil como trama de interesses privados, porém agora mediados pelo terceiro setor e parcerias público-privadas, em conformação com as condições impostas pelo grande capital.

Conforme Montaño (2002), houve uma transferência da responsabilidade social do Estado para a sociedade civil, as políticas públicas perderam sua natureza universalistas e passaram a ser focalizadas e a descentralização sem o devido amparo financeiro gerou uma precarização das mesmas.

As estratégias difundidas e as medidas relativas às reformas econômicas e políticas, propostas pelas agências multilaterais, nos últimos anos do século XX, fracassaram e o resultado social foi a exclusão de milhares de pessoas, as quais ficaram sem acesso aos serviços básicos, à aquisição de bens essenciais e ao mercado de trabalho. Desta forma, o debate sobre desenvolvimento voltou a fazer parte da agenda de discussões a nível mundial, no novo milênio. A ONU, em 2000, ao analisar os principais problemas do mundo, elaborou um documento chamado “Objetivos do Milênio” (ODM), no qual estavam relacionados 8 objetivos a serem atingidos por todos os países até o ano de 2015, sob a coordenação do PNUD.

Nesse documento, renovado em 2010, ficaram estabelecidos os seguintes objetivos: 1) redução da pobreza; 2) atingir o ensino básico universal, 3) igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental e 8) estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento.

Com relação ao desenvolvimento, foram definidas as metas abaixo relacionadas:

1. Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
2. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos  
Inclui: um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda pública para o desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza.
3. Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos

Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral).

4. Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
5. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo.
6. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento.
7. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações. (ONU, 2010)

Na América Latina, o debate foi retomado com força total. Especificamente, no Brasil, a retomada ocorreu no início do primeiro mandato de Lula (2003-2006), conforme Mattei (2011 apud PERONI, 2012, p. 59):

[...] três grupos discutem o novo desenvolvimentismo brasileiro. O primeiro é liderado por Bresser Pereira. O segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistema Financeiro vinculado ao Instituto de Economia da UFRJ. Já o terceiro é vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e foi liderado pelo então presidente do Instituto, Márcio Pochmann. Os três grupos apresentam em comum a defesa da existência de um mercado e Estado fortes, além da diminuição da distância entre o povo e as elites por meio do sistema de proteção social.

Os teóricos do novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo não defenderam a ideologia do “Estado Mínimo”, nem do “Estado Máximo”, entendido enquanto aquele que constrói e gerencia empresas, mas previram uma atuação fortalecida do mesmo nas áreas regulatória, administrativa, política e social.

Portanto, indicaram como principais funções do Estado:

[...] a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país

no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2011, p. 11).

O discurso ideológico dessa corrente desenvolvimentista girou em torno da promoção do crescimento econômico com distribuição de renda, assim adotaram medidas em defesa da produção e do mercado nacional, bem como um sistema de proteção social, visando erradicar a pobreza, que atuou na valorização dos salários, estímulo ao crescimento do emprego formal e programas de transferência de renda.

O modelo de Gestão pública também apresentou mudanças no campo ideológico. O Estado começou a defender a governança pública, uma forma de terceirizar a prestação de serviços públicos sem, no entanto, renunciar às responsabilidades sobre elas.

Segundo Peroni (2012, p. 60)

Não existe um conceito único de governança pública, mas antes uma série de diferentes pontos de partida para uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, por um lado, e as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, bem como os atores da civil (coletivos e individuais), por outro.

No segundo mandato do governo Lula (2007-2010), os teóricos do Neodesenvolvimentismo se fortaleceram na base governista, em decorrência da conjuntura econômica vigente e da pressão dos organismos multilaterais para implementação de ações, voltadas para atendimentos aos Objetivos do Milênio, em especial o combate à pobreza.

A resposta do governo brasileiro foi concretizada, principalmente “[...] através do “Programas de Aceleração do Crescimento”, de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao empresariado brasileiro, políticas de redistribuição de renda, etc.” (SADER; GARCIA, 2010 apud MOTTA, 2012, p. 394).

Para Motta (2012, p. 395), a ampliação dos espaços de participação política, nos limites da cidadania burguesa, promoveu várias mudanças na gestão de políticas públicas e na forma de organização dos movimentos sociais dos trabalhadores.

Em suma: percebemos que as teorias sobre desenvolvimento, implantadas pelo Estado brasileiro sempre têm privilegiado os interesses do Capital.

Após a década de 90, o Capital internacional e, especificamente, a sua expressão financeira, obtiveram grande acolhida em terras brasileiras.

Em contrapartida, o atendimento às classes trabalhadoras através das políticas públicas passou por processo de desqualificação, com a passagem de sua natureza universalista para redutora do 'déficit de integração' (CASTEL, 1998).

Posteriormente, o chamamento da sociedade civil, como parceira na gestão dos programas sociais, não permitiu avanços satisfatórios. Primeiramente, por impor uma inserção com graves distorções administrativas e financeiras, por parte do Estado.

Em segundo lugar, por promover um acirramento da individualidade em detrimento da consolidação de uma consciência de classe, justificado, em parte, por encontrar a classe trabalhadora fracamente organizada, em decorrência do desmonte ocorrido ao longo dos anos. Essa situação apresentou repercussões inclusive sobre o nível educacional e sobre o grau de amadurecimento da consciência política dos trabalhadores, levando seus representantes muitas vezes a não terem autonomia no pensar e no agir e se tornarem dependentes de entidades privadas, as quais, em geral, atuam em defesa de interesses próprios

## **2.2 Ideologia do Desenvolvimento e o PRONERA**

Na década de 90, as exigências dos organismos internacionais adotadas pelo governo brasileiro culminaram no desmonte do Estado e em uma nova formatação das Políticas Públicas, tendo como uma de suas repercussões a enorme perda dos direitos sociais. Essa situação provocou um acirramento do conflito entre Capital e Trabalho, o qual originou o movimento pela Educação do Campo, que apresentou com uma de suas maiores conquistas o PRONERA.

Portanto, esse Programa, cujo objetivo era fortalecer a educação em áreas de Assentamentos da Reforma Agrária, foi criado sob a égide da ideologia desenvolvimentista neoliberal, em um período de grande mobilização da sociedade civil em torno das discussões sobre os direitos básicos do cidadão, em especial a educação.

O contexto existente no Brasil era favorável à conquista por parte dos trabalhadores rurais, pois, de um lado, a classe apresentava-se bem representada pela organização e mobilização dos movimentos sociais do campo, especialmente



pelo MST. E, por outro lado, havia o apoio de uma parcela expressiva da sociedade civil para as reivindicações desses movimentos rurais, influenciada em parte pelos “[...] massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996” (SANTOS, 2012, p. 632).

As injustiças e atrocidades ocorridas no espaço rural brasileiro vieram à tona e de acordo com Santos (2012, p. 632):

Os movimentos sociais do campo souberam bem aproveitar este ambiente favorável à reforma Agrária para trazer a público outras pautas normalmente esquecidas ou desconhecidas pelas autoridades, entre elas a situação da Educação do Campo, notadamente a falta de escolas, e a falta de educadores para as poucas que existiam [...] reproduzindo, nos assentamentos, a mesma lógica de negação histórica do direito aos níveis mais elevados de escolaridade.

A ineficiência da política de Reforma Agrária e o desrespeito aos direitos humanos dos trabalhadores do campo repercutiram negativamente sobre o Governo Federal, especialmente sobre o MEPF, que, preocupado em manter um cenário político positivo, passou a adotar uma série de estratégias. Conforme Molina (2003, p. 54):

Um destes episódios foi a convocação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, para junto com o governo, trabalhar na Reforma Agrária, mostrando assim para a sociedade que o governo estava empenhado em encontrar alternativas para equacionar o problema. Depois de algumas reuniões entre o Ministro e a presidência do CRUB foi articulado o Fórum das Instituições de Ensino Superior em Apoio à Reforma Agrária. A partir daí a primeira parceria decidida foi a realização do Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária no Brasil, realizado pelas universidades brasileiras, a partir de um convênio entre o Incra e o CRUB que quantificou as famílias assentadas até 31 de outubro de 1996. Depois da experiência do Censo da Reforma Agrária, através da realização do II Fórum das Instituições de Ensino Superior em Apoio à Reforma Agrária houve a proposta para participação das universidades nos trabalhos de Assistência Técnica, através do Projeto Lumiar. Durante o desenvolvimento desta segunda experiência de parceria entre as universidades, articuladas pelo CRUB e o governo federal, acontece a realização do I ENERA e aquela reunião no qual o MST desafia as universidades assumirem um trabalho nacional de Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária.

Os resultados alarmantes de analfabetismo obtidos pelo Censo da Reforma Agrária, assim como desafio lançado pelo MST às Universidades, impulsionaram o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) a elaborar a proposta de um projeto nacional de Educação de Jovens e Adultos nas áreas de Reforma Agrária.

Em novembro de 1997, a proposta foi apresentada e aprovada, no III Fórum das IES, ficando sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília, “[...] a tarefa de dar sequência às articulações visando criar mecanismos reais para a implementação de um programa de caráter nacional” (MOLINA, 2003, p. 55), os quais foram concretizados através do Manual de Operações do PRONERA/1998.

Esse documento, que vigorou até agosto de 2001, foi elaborado de uma forma ímpar, em se tratando de uma normatização estatal, pois, segundo Molina (2003, p. 56),

Deve-se destacar, nesta história do PRONERA, a maneira como foi construído. Os objetivos, os princípios básicos e os pressupostos teórico-metodológicos foram debatidos em diversas reuniões que ocorreram na Universidade de Brasília, e que contaram com a participação dos representantes das universidades que compõem a Comissão Pedagógica, dos integrantes do Setor Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura, Contag.

No referido Manual também ficou definido, além das atribuições dos parceiros do Programa, que este desenvolveria programas de Educação de Jovens e Adultos, de formação continuada, de formação técnico-profissional, bem como construiria materiais didático-pedagógicos específicos para o público dos PA's.

Com o instrumento de gestão aprovado pelo Governo Federal, uma comissão iniciou trabalho de sensibilização junto às IES e aos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, no sentido de que se organizassem, elaborassem os projetos e os encaminhassem para a Comissão Pedagógica Nacional. Porém, a existência desses pré-requisitos não foi suficiente para garantir o bom funcionamento do PRONERA. O que percebemos, durante toda a história do Programa, é um movimento pendular em seu desenvolvimento, oriundo do embate entre Trabalho e Capital, mediado pelo Estado, que oscila entre períodos de força política, na esfera federal, e períodos de retrocesso de conquistas.

Em seus primórdios, dois dos maiores entraves para desempenho eficiente do Programa foram a imprevisibilidade e o contingenciamento orçamentário, tornando imprescindível uma articulação política dos parceiros com deputados e senadores, bem como a montagem de estratégias criativas para pressionar o Governo Federal.

Especificamente, no primeiro ano do PRONERA, conforme Molina (2003, p. 57):

O MST e seu Setor de Educação organizaram acampamentos em mais de 20 estados, nas sedes das superintendências do Incra, montando aí salas de aula com assentados, realizando atividades de formação. Com esta pressão, o MEPF remanejou recursos de sua competência e liberou três milhões de reais para se iniciar o Pronera.

Em 1999, apesar da previsão, dentro do orçamento do INCRA, de 21,5 milhões para o Programa, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), alegando falha na tramitação do recurso, impediu sua liberação. A solução foi ocupar novamente algumas sedes regionais do INCRA e negociar diretamente com políticos de esquerda para inserir o Programa no Orçamento Geral da União. Contudo, apesar da aprovação de uma Emenda Parlamentar, do total previsto apenas 9,4 milhões foram liberados.

Também, em 2000, novamente a SOF negou recursos para o Programa e, mais uma vez, os parceiros recorreram à negociação com os deputados e senadores e às ocupações. Foram momentos difíceis, mas o número de convênios crescia e a quantidade de parceiros também. Através de Emenda Parlamentar, em junho de 2000, conseguiram 1,5 milhões para manter os projetos em andamento. Somente, no final de setembro do mesmo ano, foi liberada quantia de 14 milhões para atender, novos projetos. Entretanto, a essa altura dos acontecimentos, o Programa já havia perdido parceiros e interrompido turmas, somando muitos prejuízos para as mesmas.

E a sequência de fatos impeditivos ao PRONERA foram sendo criados ao longo de sua história, tais como, redução das convocações da Comissão Pedagógica Nacional, corte no número de representantes das universidades nessa Comissão, redução da participação dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais na gestão do Programa além da própria tentativa de criminalização dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Para Molina (2003), entre 1997 até 2003, o Programa passou por três fases: 1) entre 30 julho de 1997 até o final de janeiro de 2001, período em que os movimentos sociais dos trabalhadores rurais tiveram grande participação na formatação e gestão, inclusive financeira e política, do PRONERA; 2) de fevereiro de 2001 a até o final de 2002, período em que o Programa ficou vinculado diretamente

à Coordenação Geral de Projetos Especiais do INCRA e seus parceiros perderam a autonomia, tendo uma redução drástica na intervenção sobre a gestão do Programa; e 3) entre o final de 2002 e o ano de 2003, os movimentos sociais reconquistaram seu espaço na Comissão Pedagógica Nacional e o Programa voltou a estar diretamente ligado ao Gabinete da Presidência do INCRA; passou, então, a ganhar projeção no cenário educacional nacional, participando de vários eventos, sendo co-promotor do 5º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos e organizando o I Seminário Nacional do PRONERA.

Na dimensão política, o Programa também apresentou avanços, no último período citado, incrementando sua articulação com o Ministério da Educação (MEC), o MDA e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Segundo Molina (2003, p. 61):

Movimentação positiva à ação interministerial foi a assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica, que visa executar ações conjuntas MDA/INCRA/MEC (Anexo X). O Protocolo prevê realização de atividades integradas de planejamento entre os dois ministérios e estabelece que a ambos compete identificar, mobilizar e articular a participação de órgãos públicos e instituições privadas para promover ações de Educação do Campo capazes de garantir o aumento da escolarização formal e da formação profissional de trabalhadores(as) rurais.

Percebemos que a retomada do prestígio político do Programa deu-se principalmente a partir de 2003, momento em que floresceu no Brasil a ideologia neodesenvolvimentista. Nesse período, as iniciativas realizadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais e pelas IES também tornaram possível: 1) a inclusão do PRONERA no Plano Plurianual (PPA) de 2004, passando a ter uma previsão de recursos próprios para execução de suas ações; e 2) a realização da I Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (I PNERA), publicada em 2005, concebida enquanto ação interministerial (MEC e MDA) e realizada com o objetivo de fazer levantamento e diagnóstico da Educação do Campo em áreas de PA's para fins de subsidiar políticas públicas e ações estatais direcionadas para esta área, de modo a contribuir com a promoção do desenvolvimento do campo através da oferta de uma educação de qualidade.

De acordo com Santos (2012, p. 632), referindo-se aos dados obtidos através do I PNERA:

Em razão desses resultados, o Pronera, que até então executava majoritariamente projetos de alfabetização e escolarização em séries iniciais, passou a incentivar projetos de ensino fundamental completo e nível médio. Com o desenvolvimento destes projetos, a consequente conclusão deste nível de ensino e a necessidade de formação de professores para as escolas conquistadas para os PA's, os próprios movimentos sociais passaram demandar projetos de cursos superiores, inicialmente restritos à área de pedagogia e licenciaturas, posteriormente ampliados para outras áreas, como as de Ciências Agrárias.

Porém, as movimentações contrárias à evolução do projeto de desenvolvimento da Educação do Campo, expressa através do PRONERA, não cessaram e, em 2008, o TCU promoveu outra investida contra o Programa. Através do Acórdão nº 2.653/2008, foram proibidos o pagamento de bolsas de aos alunos e professores universitários e a realização de convênios, os quais foram substituídos por licitação. Esse Acórdão também bloqueou a participação dos movimentos sociais do campo nos processos de gestão do Programa e restringiu os recursos orçamentários e financeiros.

Porém o contramovimento do Trabalho teve duas vitórias expressivas: 1) no ano de 2009, com a instituição do PRONERA, através da inclusão do art. 33, na Lei nº 11.947, através do qual ficou autorizada a concessão de bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Programa; e 2) em 2010, com a edição do Decreto nº 7.352, o qual instituiu a Política Nacional de Educação do Campo e o PRONERA. A partir desses dois dispositivos legais, o PRONERA passou a fazer parte da política de Estado direcionada para a Educação do Campo, tendo garantida a sua continuidade ao longo dos governos.

Através do Decreto nº 7.352 ficou estabelecido que a oferta de educação deveria estar articulada à promoção de desenvolvimento sustentável do campo. Tal articulação foi definida, formalmente, conforme evidenciado abaixo. *In Verbis*:

Art. 4º [...]

II – oferta de educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo. (BRASIL, 2010).

Apesar de referir-se ao termo desenvolvimento e qualificá-lo como sustentável, não há na citada legislação uma definição desses termos, existindo apenas referências aos mesmos, nos sítios oficiais virtuais.

Na página do INCRA, no tópico Educação no Campo / PRONERA, fica estabelecido que:

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade. (INCRA, 2012).

A literatura nacional, que versa acerca da questão do desenvolvimento no âmbito da pauta política brasileira, apresenta algumas periodizações. Neste trabalho elegemos a cronologia defendida por Navarro (2001), em decorrência da mesma demonstrar ser mais apropriada para a compreensão do entrelaçamento entre os temas desenvolvimento, PA's e PRONERA.

O autor destacou dois momentos nos quais o desenvolvimento foi “vedete” da agenda sócio-política. O primeiro período ficou compreendido entre início da década de 50 o final dos anos 70. Assim, iniciou-se após a Segunda Grande Guerra Mundial, estendendo-se até a fase conhecida como “Milagre Brasileiro”, com ações políticas direcionadas para o meio urbano e rural.

Muito embora o ambiente rural tenha sido alvo da intervenção estatal, percebemos as medidas adotada pelo Estado brasileiro tinham por foco a promoção das atividades urbanas, especialmente, da indústria, enquanto o contexto do campo era tido como ator coadjuvante, aquele que iria dar as condições necessárias para o protagonista atuar e obter sucesso. Lembremos que, naquela época, no campo predominavam as atividades agropecuárias, enquanto as atividades do setor secundário concentravam-se nas cidades.

Na década de 70, o Brasil já sob a égide da Ditadura Militar, implantou-se uma série de ações, voltadas para o estímulo ao desenvolvimento rural, inclusive no Nordeste. Nesta região, em grande parte as ações foram conduzidas pela SUDENE. Durante esse período, segundo Navarro (2001), o conceito de desenvolvimento rural estava vinculado aos processos de intensificação tecnológica, de absorção de insumos modernos, de aumento da produtividade e de elevação dos lucros.

Nesse período houve “[...] o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambas com o setor externo, isso tudo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período.” (DELGADO, 2005, p. 58). O entrelaçamento da base técnica da indústria e da agricultura se dá pelo lado

dos insumos e máquinas (produzidos pela primeira e utilizados pela segunda) e pelo lado das matérias-primas agrícolas (produzidas pela segunda e consumidas pela primeira).

No entanto, a condução dessas ações deu-se em torno da “modernização agrícola”, a qual centrava atenção no processo de mudança da produtividade, via absorção de novas tecnologias por grandes empresas agroexportadoras, desprestigiando a camada dos pequenos produtores rurais.

Essa fase do desenvolvimento da agricultura brasileira foi denominada por diversos autores, especialmente por Graziano da Silva, como “modernização conservadora”, resgatando designação criada por Barrington Moore Junior para retratar verdadeiras revoluções promovidas pela burguesia, relativas ao desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão.

No Brasil, o termo foi usado para designar a inserção do sistema capitalista no espaço rural brasileiro, nos moldes da “Revolução Verde”, promovida pelas diretrizes da Aliança para o Progresso, expressas inclusive através do Estatuto da Terra.

Concretamente, tratava-se da inserção de novas relações de trabalho no campo, em uma maior interligação entre as atividades urbanas e rurais, com subjugação desta última, no aumento da extração de mais valia dos pequenos produtores rurais e na criação de uma dependência tecnológica, produzida sobretudo através do estímulo ao uso intensivo de insumos e maquinário agrícolas.

A implantação dos complexos agroindustriais e a decadência dos antigos complexos rurais, permitiram a geração de um mercado interno para as indústrias de máquinas agrícolas, sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

Segundo Silva (1999, p. 92):

É por isso que o processo de modernização da agricultura reflete-se, antes de mais nada, no crescimento do seu consumo intermediário, que indica a crescente dependência da agricultura de compras de “insumos” (de fora do setor ou mesmo intra-setorial) para a produção de suas mercadorias.

O contexto da “modernização conservadora” promoveu também a concentração fundiária, a concentração de renda e a deteriorização da situação econômica e social do produtor familiar. Este se viu obrigado a migrar “[...] para as cidades, para servir de mão-de-obra barata às indústrias, ou para regiões ainda mais

longínguas do norte do país, induzidos a isso pela falsa propaganda e pela construção de grandes estradas que cortaram a selva amazônica, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho” (STEDILE, 1997, p.16).

Com a crise econômica, instalada nos anos 80, as práticas neoliberalistas, na defesa do Estado Mínimo, ganharam força e as ações estatais na área de desenvolvimento, inclusive as direcionadas para o meio rural, perderam status no cenário político-econômico.

De acordo com Andrade e Pierro (2004a, p. 06), também na área educacional pouco foi realizado:

Após duas décadas de intensa urbanização e êxodo rural, a temática da educação do campo não ocupou papel relevante na agenda de política educacional durante o período de transição democrática dos anos 80, e só voltou à pauta do debate político pedagógico nos anos 90, pelas mãos dos movimentos sociais.

Com a retomada das discussões sobre o desenvolvimento, a partir de meados dos anos 90, já na fase de globalização neoliberal, o tema também ganhou projeção no meio rural, impulsionado, inclusive pela própria ONU, em reuniões como a Rio 92.

Nesse período, a definição de desenvolvimento rural já estava incorporada a noção de sustentabilidade, concebida tão somente enquanto preocupação com os padrões ambientais “[...] indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas ”dimensões ambientais”. (NAVARRO, 2001, p. 05 – grifo do autor), o que não significa que, na prática, ações neste sentido estavam sendo desenvolvidas.

Na área educacional, graças aos movimentos sociais em prol da educação no espaço rural e ao surgimento, no contexto internacional, da defesa na introdução da sociedade civil na gestão de ações públicas, as reivindicações pela valorização das populações do campo e pelo reconhecimento dos seus direitos básicos ganharam projeção e permitiram a criação do PRONERA.

Esse Programa também incorporou a ideologia desenvolvimentista propalada pelos organismos internacionais e prontamente adotada pelo governo brasileiro. Tanto que o conceito referencial de desenvolvimento adotado pelo



PRONERA, conforme ANEXO A, é o conceito divulgado pelo Relatório Brundtland (1987), a saber: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (SILVA, 2012, p. 207)

Podemos afirmar que o PRONERA foi criado no momento de consolidação do Neoliberalismo no Brasil, mas do nascimento, em nível internacional de uma nova configuração ideológica desenvolvimentista, o Novo Trabalhismo, uma espécie de associação entre a Social-democracia e o neoliberalismo (ANTUNES, 1999).

No século XXI, especificamente já em 2003, o MDA, órgão ao qual o INCRA é vinculado, passou a adotar uma abordagem multidimensional para o termo desenvolvimento, incorporando ao enfoque territorial conceitos como desenvolvimento local, endógeno e sustentável, utilizando, inclusive, metodologias de gestão participativa.

Para implantar essa nova abordagem, o MDA criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), regulamentada através da Portaria nº 5, de 18/07/2005, tendo por função prioritária a gestão do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), mais conhecido como Territórios Rurais de Identidade, no qual estão inseridos os PA's e o PRONERA.

O PRONAT está articulado ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), cuja formulação é de responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este Conselho também é responsável pela avaliação da utilização dos recursos do PRONERA.

Essas iniciativas do governo Lula evidenciaram a retomada das discussões acerca do desenvolvimento regional no Brasil, que ficaram a cargo do Ministério da Integração (MI), mas tornou os contornos de uma política pública de gestão compartilhada, primeiramente, porque envolveu outros órgãos federais, tais como o MDA, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dentre outros.

Em segundo lugar, porque defendeu a interlocução com instituições da sociedade civil, representando avanço na introdução de elementos do Novo Trabalhismo (ANTUNES, 1999), no Brasil.

No entanto, essa política nacional de desenvolvimento recebeu e recebe muitas críticas, até hoje. Segundo Barbosa (2012, p. 40):

Tanto o pensamento de Tânia Bacelar Araújo quanto os textos do Ministério centralizam crítica contra a ação seletiva do mercado, vislumbrando um papel peculiar ao Estado na correção das assimetrias regionais. Os limites das proposições do Ministério começam na ação política concreta para lidar com os interesses da elite, mas também no esquema teórico de percepção da estruturação do círculo do atraso regional visto sob o prisma da capacidade de poupança, investimento, dinâmica de mercado e socorro imediato à camada de trabalhadores mais empobrecida.

Para a autora, as disparidade entre regiões não são trabalhadas a partir da essência de sua origem nas relações de classes tramadas dentro de um contexto de capitalismo de periferia, que pressupõe as contradições do sistema e a busca incessantemente de sua superação, através de várias estratégias, como as de cunho espacial, que se modelam a partir da divisão internacional e regional do trabalho. Desta forma, a política nacional de desenvolvimento regional se constitui “[...] em uma ideologia tecnocrática do desenvolvimento” (BARBOSA, 2012).

Com base no exposto, mais uma vez temos todo um aparato burocrático, institucional e ideológico montado para atender aos interesses expansionista do sistema capitalista, o qual definiu os contornos de uma nova ideologia desenvolvimentista, denominada no Brasil de neodesenvolvimentismo.

Como o âmaço dessa ideologia, que engloba Estado, sociedade civil e empresas, é norteado pelos interesses do Capitalismo, as ações para promoção do desenvolvimento regional não apresentam bom desempenho, ou seja: não são eficientes.

Conforme Ramalho e Fortes (2012 apud BARBOSA, 2012, p.42):

Os arranjos de cooperação institucional são questionados em várias experiências no país exatamente porque a mobilização econômica atrai empresas verticalizadas e globais que não distribuem poder para a cooperação local, mas orientam a dinamização econômica na localidade. Essa é uma questão de classe e não de organização de instituições.

Foi nesse contexto que o PRONERA desenvolveu e desenvolve suas ações até hoje. E, como o Programa está vinculado ao PRONAT e ao PNDRS, a concepção de desenvolvimento territorial sustentável é a que está norteando suas ações.

De acordo com Delgado e Leite (2011, p. 433), a SDT justificou a abordagem territorial, a partir dos seguintes aspectos:

- a) o rural não se resume ao agrícola;
- b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla;
- c) a necessidade de descentralização das políticas públicas;
- d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

A despeito de todas as qualificações que o termo desenvolvimento tenha adquirido ao longo do tempo, percebemos a adequação do adjetivo “territorial”, considerando ser aquele adotado pelo Estado brasileiro, pelos estudiosos do assunto, pelos organismos internacionais e pelas entidades das classes trabalhadoras.

Porém, o conceito referencial de desenvolvimento sustentável adotado pelo PRONERA peca por seu superficialismo e torna-se ainda mais vago pelo fato do Estado brasileiro não ter definido indicadores nem metas, conforme ANEXO A, que possam possibilitar uma aferição da contribuição do Programa ao nível de desenvolvimento sócio-espacial nos PA's. Desta forma, resolvemos reforçar essa concepção, afirmando que o termo desenvolvimento apresenta duas dimensões: a econômica e a social, assim como uma mediação política, através da qual se dão as transformações históricas e a reconstrução do concreto. (BECKER, 2001 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 20).

Foi a partir desse enfoque que passamos a compreender a expressão “desenvolvimento territorial sustentável”: enquanto progresso que depende da produção e reprodução do Capital, mas também é indissociável da produção e reprodução da vida. (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 20). Tem-se dentro desse processo, correlações de forças em várias escalas que geram conflitos, contradições e culminam em situações favoráveis à classe dominante.

E, para construção de uma nova formatação nessas relações de dominação que tragam avanços para a classe trabalhadora, é necessária a sua

organização e mobilização na busca de interação das habilidades dos agentes econômicos, sociais e políticos, dando origem à configuração social da inovação, que, juntamente com as inovações tecnológicas, poderão culminar em um processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Assim, utilizamos neste trabalho a definição para desenvolvimento territorial, exposta por Dallabrida(007 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 41-42):

Desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vista à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Estas ponderações também apresentam correlação com os aspectos apontados por Furtado (1983, p. 149) como essenciais para o processo de desenvolvimento:

[...] a experiência têm demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico [...] Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Desta forma, o desenvolvimento poderá induzir “[...] à ampliação das possibilidades de escolha [...]” (VEIGA, 2001, p. 4), a qual dependeria do crescimento econômico, da oferta de Saúde, Educação e direitos civis, das inovações tecnológicas e das inovações nas interações sociais, institucionais e econômicas, que permitiriam, um crescimento da riqueza, mas também sua melhor distribuição e utilização (FURTADO, 2009), assim como a promoção da justiça social.

A dimensão material ou tangível do desenvolvimento, segundo Dallabrida e Fernández (2008), refere-se aos aspectos deste que podem ser “expressos pelos indicadores econômicos” e a dimensão imaterial ou intangível diz respeito “à capacidade coletiva para realizar ações de interesse social”. Com relação à dimensão material, considera-se importante acrescentar também os indicadores nas

áreas da saúde, educação, saneamento básico, moradia, dentre outros.

Para consolidarmos a concepção acerca da categoria desenvolvimento, utilizamos a definição de desenvolvimento territorial de Dallabrida e Fernández (2008), reforçada pelo entendimento sobre o assunto exposto por Furtado (2009; 1983) e Veiga (2001), e a transportamos para a escala local do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, concebendo-a em seu aspecto sócio-espacial.

A seguir abordamos o desenvolvimento sob o enfoque sócio-espacial, considerando a concepção de espaço enquanto fruto da interação entre elementos naturais, artificiais e relações sociais, formando um conjunto histórico, o qual não pode ser analisado separadamente.

Outras ponderações relevantes a serem feitas nesta discussão acerca da possibilidade do PRONERA contribuir na promoção do desenvolvimento local referem-se ao papel do Estado e, portanto do objetivo real das políticas públicas por ele elaboradas e gerenciadas, considerando que ele se posiciona como mediador entre Capital e Trabalho, atendendo, na aparência, no caso do PRONERA, a reivindicações de oferta de educação para os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

### **30 PAPEL DO ESTADO NA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DO PRONERA**

Como o PRONERA é um programa inserido numa Política Pública social da área de Educação do Campo, a análise de sua contribuição na promoção do desenvolvimento nas áreas de assentamento apresenta grande complexidade, exigindo uma análise mais apurada que ultrapassa o limite da simples verificação do alcance ou não das metas estabelecidas pelo Estado.

Ao adotarmos uma definição de desenvolvimento que agrupe seus aspectos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), percebemos a necessidade de ir além da aparência dos dados quantitativos, na busca da apreensão dessa contribuição ao desenvolvimento local, estabelecido nos documentos oficiais.

Contudo, a proposição de analisarmos a contribuição que um programa associado à Política Pública de Educação do Campo, traz a necessidade de compreensão do papel do Estado e da própria Política Pública que ele elabora, executa e monitora, pois, quando se tratar de ações estatais públicas, muitos conflitos de interesses entrarão em jogo, considerando-se que são interesses de classe.

Desta forma, assumimos, neste trabalho, a concepção de Estado Capitalista, concebida por Marx e ampliada por outros autores marxistas, cujas contribuições o reafirmaram, dentro do contexto de luta entre classes antagônicas, como um instrumento em defesa dos interesses da classe dominante.

Na concepção marxista sobre a origem do Estado, presente em Engels (1974), é defendida a ideia de que o Estado surgiu por uma necessidade da própria sociedade que atingiu um nível de desenvolvimento, no qual implodiram vários antagonismos que exigiram o surgimento de uma entidade superior capaz de manter a ordem e evitar destruição do corpo social.

No entanto, essa instituição ao longo do processo de desenvolvimento das formações sociais também sofreu alterações, apresentando, assim como estas últimas, leis gerais e leis específicas. Para Marx (1982), o Estado é um produto das relações materiais da vida, produzidas na base econômica, ou seja: na sociedade civil, e desempenha o papel de instrumento coercitivo, muitas vezes sem o uso da força, apenas utilizando-se do aparato ideológico de suas instituições, em favor da classe dominante.

Além da função coercitiva, o Estado exerce outras funções com objetivo de garantir a viabilidade do sistema capitalista, tais como, travar guerras para expandir o domínio capitalista e investir em infraestrutura.

No entanto, Isso não significa que somente as relações econômicas sejam capazes de explicar os acontecimentos no campo jurídico-político, mas sim que, para uma verdadeira compreensão dos fenômenos que ocorrem na superestrutura, faz-se necessário utilizar a produção e reprodução da vida material como fio condutor da análise. Assim, o fator econômico é o principal determinante da história das sociedades, assim como da configuração do Estado.

Dessa forma, na transição do Feudalismo para o Capitalismo, período que Marx (1985) denominou de “acumulação primitiva do capital”, além da mudança na divisão do trabalho e na luta de classes, também foram observadas modificações no aparelho estatal, assim como na sua natureza e no seu papel, devido à vinculação criada entre esta categoria e o capitalismo.

Nesse momento, a burguesia detentora de grande potencial econômico e político passou a exigir mudanças nas relações de produção e como o principal elemento natural dessa produção era a terra, foi necessária “[...] a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação - dos meios e do material do trabalho.” (MARX, 1985, p. 65), isto é, a privação do produtor direto dos meios de subsistência, obrigando - o a vender sua Força de Trabalho em troca de dinheiro e permitindo a apropriação do trabalho excedente pelos donos do Capital.

E a estrutura social, que tornou possível o atendimento às demandas da classe emergente, foi o Estado. Este, dentre outras ações, garantiu o estabelecimento da propriedade privada, permitiu a expropriação dos trabalhadores de suas terras e promoveu estratégias para definir nível de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, dentre outras formas, defendendo a liberdade deles em venderem sua capacidade produtiva. Marx (2003) descreveu as transformações ocorridas nesse período, chamado de acumulação primitiva, onde o Estado atuou como regulador das relações de produção. Contudo, sua atuação em desfavor da classe trabalhadora vem ocorrendo ao longo da História da sociedade, pois ele foi sendo construído e reformulado a partir da luta de classes existente dentro dela.

Embora possa transparecer que haja uma total subordinação do Estado ao Capital, autores como Poulantzas defendem a ideia de uma autonomia relativa desta instituição em relação à base econômica (MILIBAND; POULANTZAS, 1975).

Em uma análise focada em sua aparência, nas especificidades dimensionais de mantenedor da ordem e de estabelecedor de normas, pode transparecer uma autonomia em relação à estrutura econômica, porém no desvendamento de sua essência acaba por despontar um entrelaçamento complexo com as outras formas. (ENGELS, 1975 apud FARIAS, 2001, p. 33).

Porém, a exemplo de Poulantzas, consideramos que ele apresenta uma autonomia relativa, primeiramente, “[...] pois dispõe dos meios de existência na sua esfera particular [...]” (FARIAS, 2001, p. 28) e em segundo lugar, por não atender ao Capital em sua forma individualizada, mas sim ao sistema capitalista como um todo. É por isso que mesmo sendo responsável pela manutenção das condições necessárias para a produção e a reprodução do Capital, no intuito de executar bem essa missão, algumas vezes, o Estado precisa contrariar interesses de frações da burguesia e atender necessidades dos trabalhadores. (MOLLO, 2001, p. 376-377).

Assim, de pronto, rejeitamos o conceito de Estado de Direito, defendida pelos formalistas “[...] como se o jurídico pudesse ser a expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma.” (PACHUKANIS, 1977, p. 174 apud FARIAS, 2001, p. 24), pois este conceito não nos deixa enxergar “a relação orgânica entre o Estado e o Capital”. (FARIAS, 2001, p. 24).

Obviamente que existe uma lógica formal sustentando as ações puramente reguladoras do Estado, mas a visão míope dos instrumentalistas e dos funcionalistas está no fato de a base de sua definição defender esta categoria como necessária para a promoção do consenso geral entre partes em conflito, a partir do estabelecimento de leis a serem obedecidas por todos.

Segundo Farias (2001, p. 25), também não adianta proceder às análises isoladas que estabelecem relações lineares entre luta de classe e legitimação do Estado, entre divisão do trabalho e aparelhos de Estado, nem mesmo proceder a abordagens desconexas sobre governo e Estado, pois para apreensão das múltiplas determinações capitalistas desse Estado, faz-se necessário “[...] análise da passagem dialética de um para o outro de todos esses aspectos.” (FARIAS 2001, p. 25).

Existe uma reificação e uma personificação do Estado que precisam ser superadas e nesse intuito Farias (2001) fez alguns apontamentos, enfatizando a necessidade de uma análise profunda do processo dialético de passagem da subjetividade em objetividade, ou seja, da luta de classes e legitimação do Estado



em divisão do trabalho e aparelho estatal (reificação) e do movimento inverso (personificação).

Essas considerações podem contribuir na elucidação da necessidade do Estado parecer algo separado da sociedade, de que não há relação entre Capital e Estado. No entanto, existe uma unidade entre eles que só é captada após análise das vinculações específicas e das articulações mútuas que existente entre essas categorias, no contexto da formação econômica e social capitalista.

A análise dessas relações demonstra que, dependendo da circunstância a ser analisada, o que era causa passava a ser efeito e vice-versa. Ou seja, ao apreendermos sua natureza capitalista, o Estado é efeito e o Capital é causa, mas se buscamos a apreensão de seu papel na economia capitalista, o Estado é causa e o Capital é efeito (FARIAS, 2001), fazendo transparecer “[...] a reciprocidade ou a relação orgânica entre Estado e Capital.” (FARIAS, 1988 apud FARIAS, 2001).

No âmbito deste último enfoque que passamos a discorrer sobre o papel do Estado capitalista, pois é a atuação desse ser jurídico-político que permite, de acordo com Mandel (1985, p. 333), a sustentação de uma estrutura de classe e relações de produção.

### **3.1 O papel do Estado capitalista**

Como já foi discutido, na gênese da sociedade burguesa, o Estado necessitou adequar-se para permitir a produção e reprodução das relações de produção capitalista e assim é feito até hoje nos momentos de crise do Capital.

O Estado capitalista tem seus fins gerais e seus fins específicos, os quais são representados enquanto mediações que se desenvolvem em períodos de contradições, “[...] em profundidade e em extensão, com sua autonomia relativa e sua presença particular cada vez maior nesta sociedade.” (FARIAS, 2001, p. 36). E essas mediações são desempenhadas pelo Estado através de seus aparelhos (dimensão objetiva) e respaldadas pela sua legitimidade (dimensão subjetiva).

O Estado capitalista possui uma unidade ideológica que objetiva esconder os antagonismos de classes, as contradições existentes entre os interesses individuais e os coletivos e as crises do próprio sistema. Neste sentido, o poder ideológico estatal ajuda a criar a partir das relações de produção materiais da vida uma falsa consciência junto à classe trabalhadora de que a situação de opressão e

exploração do trabalhador é algo natural e inevitável e de que os valores burgueses difundidas na sociedade são universais, frutos do senso comum e, conseqüentemente, atendem aos interesses da coletividade.

Esses valores são a base de constituição da estrutura jurídica estatal, a qual permite uma maior eficiência da organização política da classe dominante, ao mesmo tempo em que desorganiza politicamente a classe dominada, em decorrência do isolamento próprio das relações econômicas. (POULANTZAS, 1977)

No entanto, inicialmente queremos ressaltar a necessidade de limitarmos o Estado, ao espaço concreto das instituições que o compõem, seguindo a tradição marxista que inclui a sociedade civil na base econômica, em oposição à concepção de Estado ampliado, em Gramsci, para o qual, nas sociedades ocidentais, este ser político era composto pela junção de sociedade política (aparelho estatal) e a sociedade civil (organizações sociais ideológicas).

Assim, as instituições ideológicas, discutidas por Miliband e Poulantzas (1975), tais como partidos políticos, sindicatos, escolas, as igrejas, e de certa forma até a família,

[...] são parte integrante de um sistema de poder, e que estão, como Poulantzas afirma, cada vez mais ligadas a/e reforçadas pelo Estado, também é importante não perder de vista o facto de não serem, nas democracias burguesas, parte integrante do Estado, mas sim do sistema político. (MILIBAND; POULANTZAS, 1975, p. 49).

Concordamos com este autor nessa distinção e ratificamos sua análise quanto afirma que estas instituições apesar de não fazerem parte do Estado, estão cada dia mais a mercê de um processo de estatização, processo que se acentua em decorrência da necessidade do Estado em promover a “doutrinação e mistificação política”, diante da perenidade das crises do capitalismo avançado.

No entanto, para compreensão do papel do Estado não podemos perder de vista que ele juntamente com a sociedade civil representa uma totalidade complexa e que existe uma relação orgânica entre este ente social e o Capital. Assim, para aprendermos a essência de suas funções, no contexto de uma sociedade capitalista, faz-se necessário ir além do estudo do Estado em si e atentarmos para leis específicas do capitalismo, como a do valor, da mais-valia e da baixa tendencial da taxa, e para fatos como o imperialismo, o fordismo e as guerras mundiais.

Desta forma, para captar a real compreensão do papel do Estado aprofundemos algumas das reflexões acima expostas, utilizando a análise realizada por Farias (2001), na qual foi inserido um estudo mais apurado das suas funções enquanto agente de intervenção, articulador espacial dos sistemas produtivos e mediador, fazendo as devidas interseções com outros autores marxistas contemporâneos.

a) As funções do Estado enquanto agente interventor

É interessante observar como o Estado capitalista assumiu formas particulares ao longo da História, as quais estão relacionadas às mudanças nas formas específicas de “[...] relações de produção e a fases importantes da luta de classes: capitalismo concorrencial, imperialismo, capitalismo de Estado.” (MILIBAND; POULANTZAS, 1975, p. 24). Nesses processos de mutações pelo qual o Estado passou, também suas funções em relação à dinâmica de reprodução material da vida sofreram ajustamentos.

De acordo com Mézáros (2002, p. 110):

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômica, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente.

No período do Estado Absolutista a política econômica adotada foi o mercantilismo, pois ele

[...] precisava dispor de um grande volume de recursos para manutenção de um exército permanente, de uma marinha poderosa, para pagamento dos funcionários reais e à manutenção do aparelho administrativo e, ainda, para o custeio dos gastos suntuosos da corte e das despesas das guerras no exterior. (LOURENÇATO, 2005, p. 28).

Posteriormente, a doutrina sustentada no Liberalismo econômico, na não intervenção do Estado e na defesa da propriedade privada, culminou na formatação do Estado Liberal, no qual a atuação estatal estava restrita ao fornecimento da base legal para garantir a instalação e expansão da economia de mercado (CARNOY, 1988), ou seja: do processo generalizado de “relações de troca entre mercadorias”, a oferta de instrução aos indivíduos e a construção de infraestrutura material da

produção, tais como, pontes e estradas (LOURENÇATO, 2005).

Com a Grande Depressão, iniciada em 1929, surgiu a teoria keynesiana que apregoava o papel do Estado como agente regulador das imperfeições do mercado. A ineficiência do mercado justificava sua substituição pelo Estado “[...] seja para produzir bens públicos, seja para estimular a demanda agregada” (PIRES, 1995, p. 15). Dessa forma, os gastos estatais na atividade produtiva ou na área social, assim como as ações abrangendo as políticas fiscal e monetária eram indispensáveis para garantir a regulação da dinâmica econômica e a distribuição dos seus benefícios.

Em substituição ao Estado do Bem-Estar defendido por Keynes, surgiram as primeiras ideias sobre o Neoliberalismo, após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas da Europa e da América do Norte. Esse debate representou uma retomada das discussões contra a intervenção do Estado na economia.

Segundo Lourençato (2005): “A doutrina neoliberal surgiu da união de ideias comuns em oposição ao modelo de Estado interventor e de Bem Estar.” E teve como mentor intelectual Friedrich Hayek, que defendia a soberania do mercado e a não intromissão do Estado para regular as distorções, na área econômica. No entanto, as ideias de Hayek e seus seguidores permaneceram somente na teoria, até o início dos anos 70, quando começou a despontar a crise do modelo capitalista do pós-Guerra, representada pela estagnação da economia e pelas altas taxas de inflação.

De acordo com essa doutrina econômica, o desenvolvimento da economia só ocorreria se houvesse controle dos gastos público, especialmente com a redução das despesas com as políticas sociais e a indução às privatizações. Pregava ainda:

[...] a desregulamentação financeira, abertura externa, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, reestruturação das políticas sociais, dentre outras. De acordo com Hayek e seus companheiros, essas atitudes seriam necessárias para o retorno do crescimento econômico, baseado no sistema de concorrência imperfeita, onde os indivíduos se sobressairiam no mercado de acordo com suas aptidões. (LOURENÇATO, 2005, p. 103).

Percebemos que em todas as mutações ocorridas nas estratégias de intervenção econômica do Estado, a ideologia burguesa preponderou, pois foi ele, através do seu corpo burocrático e da sua estrutura jurídica, que produziu as

condições necessárias para a perpetuação do modo de produção capitalista.

Conforme Farias (2001, p. 42):

Trata-se de mitos e de ideias que têm uma eficácia no nível da práxis burguesa contemporânea de intervenção governamental. Por isso, convêm ao movimento conjuntural de entrada e saída de cena do Estado, cuja verdade se encontra em outro nível, na evolução da divisão capitalista do trabalho e da luta de classes, que formam um todo contraditório.”

Assim, as oscilações na intervenção econômica estatal estão diretamente ligadas ao nível de evolução da divisão capitalista do trabalho e da luta de classes (FARIAS, 2001), de modo que interferência do Estado nessa área é apenas mais uma das formas encontradas, dentro do Capitalismo, para criação das condições necessárias na busca de uma solução para suas crises.

b) As funções do Estado enquanto articulador espacial dos sistemas produtivos

Neste trabalho, optamos por utilizar a categoria espaço de acordo com a concepção elaborado por Santos (1996, p. 51): “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Esses espaços sofrem transformações, através da ação do homem, as quais se processam a partir da lógica de expansão do Capital, apresentando consequências sobre os processos de utilização, apropriação e valorização da terra.

A referida lógica encontra-se sintetizada, de acordo com Moraes (2011, p. 13), através dos seguintes indicadores: “[...] relações de trabalho, relações de propriedade, forma de divisão do trabalho social, o arcabouço técnico das atividades produtivas, a forma de estratificação social, os meios de dominação política básicos, as formas de legitimação das práticas vigentes, entre outros.”

Harvey (2005) utiliza a questão espacial como eixo analítico do processo de acumulação capitalista, segundo ele, o ajuste espacial teria por objetivo conter a tendência à baixa da taxa de juros. De fato, observamos que o Capital precisa atuar sobre a espacialidade a partir de duas vertentes: busca de novos espaços para implantação do sistema e procura de novos espaços para instalação do Capital propriamente dito.

Sobre este assunto, Moraes (2011, p.17) chama a atenção para a necessidade de se fazer uma distinção entre a relação sistema capitalista e Capital, para que seja possível compreendermos a espacialidade do citado sistema. Assim, a questão espacial se apresenta de diversas maneiras que atestam a valorização capitalista de certos espaços em detrimento de outros (promovendo desigualdades espaciais e subjugação de formas pré-capitalistas e não-capitalista) e demonstram que a partir da análise dos processos de circulação e de fixação do Capital, o sistema é planetário, no entanto, o Capital, em suas formas mais modernas, está presente concretamente somente em alguns espaços.

Nessa empreitada, o Estado, através do aparelho estatal, nas suas dimensões repressora e jurídico-ideológicas, assim como dos próprios arranjos institucionais engendrados por ele, é seu parceiro incondicional. Como afirmou Harvey (2004, p. 81), o Estado, se mostra como "[...] o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global".

Esses mecanismos estatais permitirão a utilização do poder do Estado na conformação das relações básicas entre Capital e Trabalho, muitas vezes favoráveis ao primeiro e sempre necessárias para a manutenção do sistema capitalista.

Desta forma, toda vez que existirem mudanças nas relações de produção e desenvolvimento da luta de classes, em decorrência da necessidade do Capital em combater a tendência à queda da taxa de lucro e suas demais contradições, haverá "[...] modificações de todo o aparelho de Estado e da sua forma de unidade internacional [...]". (MILIBAND; POULANTZAS, 1975, p. 25).

Assim, na forma particular atual desta instituição, a democracia social burguesa (HARVEY, 2005), o Capitalismo para reorganização da produção material da vida necessita que o Estado remodele sua articulação na esfera espacial e redirecione sua atuação em favor do Capital transnacional, tornando necessária uma investigação acerca da inserção dos espaços nacionais na divisão internacional do trabalho.

De acordo com Farias (2001), o estudo do papel espacial do Estado desvenda sua atuação essencial na relação Força de Trabalho e espaço, na dimensão geral, referente "[...] à repartição dos produtos do trabalho, às condições de exploração e à repartição espacial dos fatores (objetivos e subjetivos) da produção [...]". (BORDIGA, 1978, p. 124 apud FARIAS, 2001, p. 43) e na dimensão particular, referente "[...] à articulação dos sistemas produtivos e à penetração das

relações capitalistas no território [...]”. (REY, 1978 apud FARIAS, 2001, p. 43).

Uma categoria relevante para compreensão da função espacial do Estado, abordada por Farias (2001), é a divisão social do trabalho, nos níveis internacional e regional, a qual traz elementos importantes para entendimento do processo de desenvolvimento desigual e combinado, promovido pelo capitalismo, considerando que as mudanças na estrutura econômica localizada no tempo e no espaço acompanham as readequações na divisão social do trabalho.

A mundialização do Capital, que acompanha todo processo de acumulação e expansão do sistema capitalista, tem provocado mudanças nas relações entre o local e o global e nas articulações entre Estado-Nação e os interesses nacionais e internacionais, acentuando o desequilíbrio entre os espaços ao criar nichos de desenvolvimento em regiões onde o Capital se instala, em especial o Capital mais valorizado, em detrimento de outras áreas consideradas desprestigiadas pelo sistema e ao criar mecanismos que permitem uma combinação espacial, desfavorável para os espaços menos desenvolvidos. Conforme Farias (2001, p. 44):

Nas experiências de desenvolvimento desigual e combinado, o Estado assume dois papéis distintos, a saber: um sobre o conjunto do território e outro sobre as suas partes. Referem-se, respectivamente, à expansão no espaço das relações capitalistas dominantes (divisão capitalista do trabalho) e à articulação espacial de todas as relações produtivas existentes numa formação econômica e social dada (divisão regional do trabalho). As ações para articulação dos espaços englobados e dos espaços locais<sup>16</sup> não levam à superação do desenvolvimento desigual e combinado, mas à globalização, que aumenta a submissão dos processos de trabalho periféricos aos processos de valorização centrais.

No entanto, a exemplo do que acontece em âmbito local, é claro que não podemos afirmar que existe uma subserviência direta do Estado aos interesses capitalistas internacionais, mas observamos um estreitamento nas relações entre a base da produção econômica na esfera mundial e a formatação e o funcionamento estatais, detectável a partir de uma análise mais aprofundada das decisões tomadas pelo Estado, no nível macroeconômico, as quais apresentam repercussões sobre a formatação das estruturas econômicas em suas diversas escalas.

c) As funções do Estado enquanto agente mediador

Se partirmos da ideia de que a sociedade é fruto da divisão social do trabalho e das constantes lutas de classes e tomarmos o Estado enquanto instituição surgida, a partir desses conflitos, para manter “a coesão de uma unidade de formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 237), concluímos que um dos papéis mais importante que ele assume é o da mediação. Aqui entendida enquanto “[...] processo real que não elimina a polaridade própria às relações mercantis simples e desenvolvidas.” (FARIAS, 2001, p. 40).

Portanto, embora as dinâmicas das formas de Estado se modifiquem, “[...] a natureza da opressão e da exploração capitalista” (FARIAS, 2001, p. 41) não são extintas. Assim, para manter a ordem social e a solidez das relações materiais de produção, as ações mediadoras do Estado na esfera da repressão e da integração assumem novas formas.

As funções repressora e integradora do Estado são assim definidas por Mandel (1985, p. 334):

- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominadas ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário:
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologizada sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é ‘dos males o menor’, ou a ‘vontade suprema’, ou porque nem percebem a exploração).

Neste trabalho, focamos as atividades estatais de mediação relacionadas à gestão de Força de Trabalho, pois proporcionam uma apreensão das interseções existentes entre divisão do trabalho, luta de classes, aparelho do Estado e legitimação estatal e permitem uma boa percepção da ideologia do Estado burguês.

Porém, para compreendermos essas mutações, não partimos da análise da luta de classes, mas do desenvolvimento da produção de mercadorias, por considerarmos que ela juntamente com o valor define a sociedade capitalista e auxiliam na apreensão da relação dialética entre luta de classe e legitimação do Estado, na dimensão estatal subjetiva, e da relação dialética entre divisão do Trabalho e aparelho do Estado, dimensão estatal objetiva, possibilitando a percepção da verdade na relação entre Estado e Capital.



A Força de Trabalho é a representação mercantilizada do Trabalho de uma classe despossuída de meios de produção, apresentando particularidades que só são geradas dentro de uma sociedade onde predomina a troca de mercadorias, cujo objetivo maior é a apropriação da mais valia.

Portanto, temos duas conclusões sobre esse tema: 1) a propriedade privada é a garantia, da transformação em mercadoria, da capacidade produtiva daqueles que não possuem os meios de produção e 2) o Capital só existe se as relações de produção submeterem essa capacidade laborativa à condição de mercadoria.

De acordo com Brunhoff (1985, p.7):

O primeiro eixo principal da intervenção econômica do Estado, seja ela política econômica ou não, é a gestão da força de trabalho como mercadoria particular. Essa gestão responde a uma necessidade do capital que não pode ser diretamente satisfeita pelo próprio capital. Vários autores marxistas mostraram como a reprodução da força de trabalho assalariada implica meios externos às empresas capitalistas. A análise feita aqui é diferente, embora utilize uma parte dessas contribuições. Ela trata principalmente de um tipo de intervenção estatal cuja forma, mesmo se modificando, permanece sempre condicionada pelas características capitalistas da utilização da força de trabalho. Essa utilização combina dois aspectos diferentes e complementares: a disciplina do trabalho e a insegurança do emprego.

A disciplina do Trabalho e a insegurança do emprego têm como pré-condições de existência a ausência de posse, por parte do trabalhador, dos meios de produção e a formação de um exército de reserva desses despossuídos, o que permite pagamento de baixos salários, pois o trabalhador necessita adquirir seu meio de sobrevivência e não possui poder de barganha para pleitear aumento salarial. No entanto, o valor de troca de sua Força de Trabalho não garante sua reprodução, assim torna-se “[...] indispensável à existência de instituições não capitalistas para assegurar a gestão do ‘estoque’ de Força de Trabalho de que o capitalista necessita, mas que não pode por si só assegurar diretamente” (BRUNHOFF, 1985, p. 8).

Segundo Brunhoff (1985, p. 08-09), a gestão estatal da Força de Trabalho está presente em todos os períodos do Capitalismo, desde a assistência aos pobres nos primórdios do século XIX, através da ‘work-house’ inglesa, até as modernas instituições de seguridade social dos EUA.

A perpetuação e expansão do sistema capitalista dependem do funcionamento do esquema D-M-D', nesse intuito, a gestão pública da Força de Trabalho é um dos seus pilares, expondo as fragilidades e contradições desse sistema que para garantir sua existência depende da atuação de formas não-capitalistas, que variam forma e grau de intervenção de acordo com as "[...] necessidades da produção e da circulação do capital" (BRUNHOFF, 1985, p. 65).

Em certos momentos da História, outra espécie de gestão estatal, a da moeda, caminhou em conjunto com a gestão da Força de Trabalho, tornando-se partes constitutivas da política econômica, sendo as normatizações relativas à Força de Trabalho, chamadas de política social, salarial ou de emprego e as referentes à moeda, de política monetária. Essas conjunções históricas vêm da necessidade do planejamento e execução de ações direcionadas para reprodução dos trabalhadores e da moeda "[...] que assegurem o valor de uso desses trabalhadores." (BRUNHOFF, 1985, p. 65), assim como sua dominação ideológica.

As políticas econômicas surgem dentro do contexto de luta de classes, embasada primeiramente, pelo fato do Trabalho ter sido convertido também em mercadoria e ser ao mesmo tempo concorrente e complementar ao Capital (MARX, p.251 apud BRUNHOFF,1985, p.65). Concorrente à medida que, quanto menor o salário pago ao trabalhador maior o lucro do Capital, e complementar, uma vez que é através da capacidade laborativa que o valor é produzido pelo trabalhador com auxílio dos meios de produção de propriedade do capitalista e repartido entre os dois sujeitos históricos.

No entanto, esse esquema exige a intervenção estatal para garantir por um lado, a reprodução do trabalhador cujo salário pago pelo capitalista não possibilita, e por outro, a apropriação por parte do proprietário dos meios de produção do valor superior ao salário, que o trabalhador produz (excedente).

Em segundo lugar, o embasamento das políticas sociais se dá pelas particularidades provenientes do Trabalho, no meio produtivo, exposto no mercado através da Divisão Social do Trabalho, exigirem uma intervenção estatal, no âmbito da circulação mercantil, com vistas a permitir a equivalência entre mercadorias e a permutabilidade entre as moedas. Além do mais, o Capital ainda necessita, para garantir sua perpetuação, dos empréstimos e subvenções oferecidos pelo Estado.

Assim, essas constatações acabarão por dar ênfase à concepção de relação orgânica entre Estado e Capital a qual se dá sob o ponto de vista mais geral

e não de uma visão individualizada do Capital. É na perspectiva da vinculação intrínseca do Estado aos interesses do sistema capitalista que essa relação orgânica se sobressai, ao chamar atenção para o interesse do Estado no funcionamento do capitalismo.

Essa relação orgânica pode ser melhor visualizada através das gestões da moeda e da Força de Trabalho e do próprio estabelecimento da propriedade privada efetuados pelo aparelho do Estado, na dimensão objetiva do Estado-Nação e legitimadas pela normatização estatal, em sua dimensão subjetiva. No entanto, é o desenvolvimento da Divisão Capitalista do Trabalho e da luta de classes que define as estruturas estatais. Inclusive, é a partir da percepção do estágio de complexidade dessas duas situações sociais que o Estado, dentro da sua autonomia relativa e para garantir a produção e reprodução do sistema capitalista, faz algumas concessões e atende demandas da classe trabalhadora.

Essas situações começaram a surgir a partir dos “[...] movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre Capital e Trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (HÖFLING, 2001, p. 31), dando origem às Políticas Públicas sociais nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, dentre outras, e ampliando a função mediadora do Estado, no capitalismo contemporâneo.

Porém, de acordo com Mollo (2001, p. 351), nesses embates entre Capital e Trabalho, no qual a mediação do Estado faz surgir uma política social, pode haver alteração na balança da luta de classe, restringindo o ganho econômico da classe capitalista, mas nunca seu poder político. Seguindo esta linha de raciocínio, podemos concluir que os trabalhadores podem conquistar ganhos financeiros, a exemplo do que ocorreu no Fordismo, mas dificilmente teriam avanços no campo político.

Conforme Farias (2001, p. 41):

Ao contrário dos regulacionistas, não se considera que o fordismo tenha a capacidade de estabelecer uma primazia dos momentos de harmonia sobre os de luta entre os agentes sociais que personificam os pólos do capital e da força de trabalho. A dinâmica do fordismo permanece alimentada pelas contradições de classes, embora suas mediações assumam novas formas. As mutações nas gestões da moeda e da força de trabalho não eliminam a natureza da opressão e da exploração capitalista.

Na verdade os ganhos econômicos obtidos pelos trabalhadores, na época do Fordismo, foram acompanhados por um grande enfraquecimento em sua capacidade de organização, mobilização e participação nas decisões políticas. Contudo, acreditamos que o avanço político da classe trabalhadora poderá acontecer caso haja um reordenamento da organização, da mobilização e do próprio processo educacional dos trabalhadores, com conteúdos e práticas que possibilitem a formação de consciência de classe, de modo a permitir a superação das amarras do capitalismo e a promoção de mudanças estruturais na sociedade.

Essa superação poderá ocorrer a partir da percepção do Trabalho dentro de um contexto mercantil desenvolvido. Assim, podemos entender a relação orgânica que há ente Estado e Capital, a partir dos movimentos estruturais que forjam a identidade nacional, e passamos a ter uma compreensão mais aprofundada da relação dialética, existente na passagem da luta de classe (Essência Social) para a legitimação estatal (Aparência Social), no contexto da dimensão subjetiva do Estado e na transição da Divisão Social do Trabalho (Essência Material) para aparelho estatal (Aparência Material), na dimensão objetiva do Estado.

### **3.2 O PRONERA enquanto programa constitutivo da Política Pública de Educação do Campo e sua participação no processo de desenvolvimento sócio-espacial**

Já sabemos que as ideologias difundidas pelo Estado, na área de desenvolvimento, são consequências das relações de classes e de suas frações que contemplam interesses antagônicos, dentro de um contexto mercantil desenvolvido. Assim, a **apresentação** do Estado enquanto agente interventor, mediador e articulador espacial do sistema produtivo sofre variações trazendo repercussões sobre suas ações, dentre elas sobre as políticas públicas.

Consideramos que a criação do PRONERA, enquanto Política Pública de Educação do Campo, foi consequência da luta de classes, no quadro ideológico vigente na época do seu surgimento, recebendo influências da atuação do Estado nas três dimensões estudadas anteriormente. Porém, neste trabalho, detemo-nos em analisar as repercussões da função mediadora do Estado, a partir do viés da gestão da Força de Trabalho, voltado para a área educacional.

A estrutura estatal da gestão da Força de Trabalho é definida a partir do nível de desenvolvimento da Divisão Capitalista do Trabalho e da luta de classes. Inclusive, é a partir da percepção do estágio de complexidade dessas duas situações sociais que o Estado, dentro da sua autonomia relativa e para garantir a produção e reprodução do sistema capitalista, faz algumas “concessões” e atende demandas da classe trabalhadora.

Acolhemos a concepção de Políticas Públicas enquanto um conjunto de programas estatais, direcionados para áreas específicas, presente em Jaccoud (2008, p. 3):

[...] as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população.

Assim, para definirmos Políticas Públicas sociais consideramos que são ações, cujas legislações e discursos nos fazem crer que atuam no sentido de promover uma melhor distribuição de benefícios e riquezas sociais, mas que na verdade buscam apenas manter a ordem social vigente.

Ordem social esta que, ironicamente, tem como maior destaque os grandes desequilíbrios sociais que tornam injustas sua estruturação, os quais foram gerados pelos processos de acumulação e expansão do Capital, sob a tutela do Estado.

E é esse mesmo Estado que se põe como mediador dos conflitos entre as classes, nos momentos em que o acirramento da luta de classes poderia desestabilizar o controle da sociedade e promover mudanças estruturais.

Conforme Mézáros (2002, p. 110):

Em todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômica, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades [...]

Nesse ajustamento, algumas vezes o Capital, através da ação do Estado, precisa fazer certas “concessões” em prol do Trabalho, visando manter sob controle,

inclusive, parcelas da população não inserida no processo produtivo (OFFE, 1984), ou seja: trabalhadores não assalariados.

Embora uma Política Pública social, como o PRONERA, possa representar ganho para a classe trabalhadora, a intenção principal presente na articulação conjunta entre Estado e Capital é de que não haja avanço político para não colocar em risco a estrutura social vigente.

A partir dessas constatações, consideramos relevante investigar o processo de evolução da Educação do Campo no Brasil, pois atrelados a ele estão os embates entre Capital e Trabalho, sob a mediação do Estado, através dos quais podemos extrair elementos que nos permitam detectar a participação do PRONERA no processo de desenvolvimento sócio-espacial, explicitado no capítulo anterior.

### 3.2.1 A função mediadora do Estado capitalista a partir da gestão da Força de Trabalho, direcionada para a área educacional

Partimos do pressuposto de que o estudo das ações do Estado, de um modo geral, só poderá ser realizado a partir da análise dos conflitos entre Capital e Trabalho, em um contexto mercantil desenvolvido, isto é, os projetos, os programas e as políticas públicas, dentre elas as de cunho social, como as da área educacional, se originam da luta entre classes e facções de classes, em um espaço onde predomina a propriedade privada, a expropriação do trabalhador, o valor de troca e o Trabalho abstrato.

O Estado brasileiro sempre defendeu o projeto do Capital e nesse processo a expropriação e exploração dos trabalhadores. Também consentiu e, em certos momentos, promoveu a concentração de terras, relegou o campo ao segundo plano e por diversas vezes o utilizou como trampolim para estimular o progresso das atividades urbanas, tais como a indústria, chegando mesmo a agropecuária a se tornar um apêndice da atividade industrial.

A falta de atenção com o meio rural brasileiro e falta compromisso na área social com sua população são fatos históricos. A problemática que envolve o campo atualmente, tal como a questão fundiária, é reflexo da forma de colonização implantada pelos portugueses, através das Capitânicas Hereditárias, das Sesmarias, da Lei da Terra, de 1850, e da estrutura dos modelos de desenvolvimento adotada pelo Estado brasileiro, baseada em uma estreita articulação com o Capital, assim

como dos movimentos de resistência e luta no meio rural.

Ainda no primeiro mandato de Getúlio Vargas (1930-1945), com a implantação da ideologia desenvolvimentista, pautada no nacionalismo, vários foram os limites impostos à instalação de um projeto autônomo de reformas, nas áreas social e econômica, em decorrência da opção pela associação ao Capital estrangeiro.

A modernização econômica dependente implicou uma modernização cultural e institucional que, assim como a econômica, tendeu a se dar dentro dos limites necessários à incorporação da economia nacional ao conjunto da economia capitalista mundial a que se subordinava. (XAVIER, 1990, p. 58)

Na ideologia desenvolvimentista do governo Vargas predominou o estímulo às atividades urbano-industriais, gerando um esquecimento da zona interiorana brasileira e a difusão da concepção de que o campo era local de atraso, cuja consequência imediata foi o crescimento do êxodo rural.

Na área educacional, com o foco econômico na industrialização, montou-se um quadro propício para a instalação de uma nova ideologia educacional<sup>10</sup>, direcionada para atendimento das demandas do setor econômico, pautada na ideia da importância da educação para a reconstrução da sociedade brasileira e para o progresso do país.

Na verdade, de acordo com Xavier (1990, p. 63-64), os resultados concretos dos debates e movimentações sobre o assunto se limitaram ao aumento no número de estabelecimentos escolares, sem uma contrapartida na esfera qualitativa, considerando-se que a organização interna do processo educacional continuou direcionada para a formação humanística, pensada em termos de classe dirigente.

No espaço rural, a sujeição aos mandos e desmandos da oligarquia e ao esquecimento por parte dos governos, especialmente no Nordeste, foi construída uma realidade de concentração fundiária, expropriação, exploração, humilhação e empobrecimento dos trabalhadores, os quais foram desprovidos de acesso à educação.

---

<sup>10</sup>Recorde-se a censura às publicações, através do conhecido DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)

Conforme Ramos, Moreira e Santos (2004, p. 7 apud CHAVES; BARBOSA; BESERRA, 2011, p. 3);

A escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891 [...].

A partir de 1920, a elite do país começou a se preocupar com o intenso crescimento da migração campo-cidade, pois viu nesse movimento a possibilidade de geração de uma instabilidade social. Assim, perceberam a Educação como um mecanismo para evitar a perda do controle da sociedade.

De acordo com Barreiro (1989, p. 90):

Passou-se a pensar em uma escola que valorizasse a vida no campo, sem, contudo, levar em conta as estruturas determinantes das condições de vida da população migrante. Preocupados em promover o habitante rural através da educação, as elites pensaram em uma escola que pudesse atender às orientações do 'ruralismo pedagógico' Nesses moldes, propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo maior era promover a 'fixação' do homem ao campo (2). Dessa forma a educação rural atendia de um lado, aos interesses na oligarquia, na medida em que não se reduzia a produtividade na lavoura, assegurando ainda braços para o trabalho De outro lado, os industriais davam-se por satisfeitos, à medida que, promovendo a 'fixação' no campo, evitava-se um possível 'inchaço' nas cidades e a impossibilidade de absorver essa mão-de-obra.

No entanto, a normatização sobre o assunto foi muito restrita. Na Constituição de 1934, apesar do Art. 150 estabelecer como dever do Estado o ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva, inclusive, aos adultos, a educação rural só foi citada uma vez, no Art. 156, parágrafo único: "Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual" (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 6).

E na Constituição Federal de novembro 1937, segundo Ferreira e Brandão (2011, p. 6):

A educação rural não é citada diretamente e existem elementos que nos indicam que a educação no Brasil não priorizaria o trabalhador do campo. A orientação político educacional para o mundo capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado – a industrialização.



A atenção do governo estava direcionada para a formação do trabalhador urbano e somente, em 1946, o ensino agrícola foi regulamentado no país, apesar dos trabalhos na área de educação para jovens e adultos terem sido iniciados com a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, ficando sob a responsabilidade da União sua regulamentação e implementação.

Porém, a Constituição Federal de 1946, em seu Art.168, estabeleceu também a obrigatoriedade das empresas industriais, comerciais e agrícolas manterem ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes. Mas, na prática, as escolas criadas dentro das grandes propriedades rurais teve por objetivo maior a produção de mão de obra técnica e especializada barata e, muitas vezes gratuita, para atendimento aos produtores rurais.

O quadro de pobreza nos países periféricos gerou o crescimento nas discussões e ações voltadas para a educação para todos os adolescentes e adultos, na década de 40, mas forma medidas insuficientes sob o aspecto quantitativo e qualitativo.

A situação de precariedade nesses países trouxe preocupações também para as nações ricas, pois consideravam que eles ficariam vulneráveis à aceitação da ideologia comunista. Assim, a própria UNESCO estimulou a execução de programas nacionais de educação como instrumento de combate ao comunismo e de manutenção da ordem social. Na verdade, representavam uma espécie de controle ideológico, com vistas ao domínio político e econômico dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Esta agência multilateral também incitou a realização de campanhas de alfabetização em massa como a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), criada em 1947, e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), com atuação entre 1952 e 1963, que teve como foco a região Nordeste. (VENTURA, 2001).

Essas campanhas basearam-se na técnica do “Desenvolvimento da Comunidade” e foram financiadas através de convênios com a ONU. Originaram-se dos trabalhos implantados pela Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), através das ‘Missões Rurais’, as quais se constituíram em um processo de vinculação ideológica à concepção norte-americana sobre desenvolvimento, visando expansão do sistema capitalista no campo.

Especificamente a CNER representou a inserção definitiva da educação capitalista no campo e não trouxe nenhum avanços em relação ao 'ruralismo pedagógico', pois se constituía em uma campanha de postura conservadora, estreitamente articulada ao movimento de expansão do Capital a nível mundial.

No entanto, os trabalhadores do campo não se acomodaram com essa situação injusta e imensamente desfavorável ao seu bem estar e de suas famílias e travaram várias lutas, tendo a terra como alvo de disputas. Ocorreram, no Brasil, muitas manifestações de resistências localizadas de índios, de quilombolas, de imigrantes europeus, mas estavam enquadradas na situação descrita por Gramsci (1968) como grau de consciência política econômico-corporativo, pois apesar dos integrantes do grupo se solidarizarem ainda não se reconheciam enquanto uma classe social.

Foi a partir de 1945, com a expansão do projeto capitalista, no Brasil, concretizada através do crescimento da industrialização e da exigência de modernização da agricultura, e com o retorno do país à Democracia, que passaram a acontecer grandes mobilizações sociais de massas camponesas e começaram a vir à tona os mais diversos conflitos agrários. Esses movimentos tiveram como bandeira principal a luta pela Reforma Agrária, dentro de um entendimento de que é a terra que permite a preservação do modo de ser e de viver da população do campo (IANNI, 1986, apud ANHAIA, 2011, p. 6).

Porém, as agremiações sindicais, embora permitidas, tiveram grandes dificuldades em adquirir personalidade jurídica, de forma que, até 1954, apenas quatro ou cinco organizações rurais funcionavam legalmente, no campo brasileiro (MORAIS, 2012, p. 21-22).

Em 1954, tivemos como marco referencial das lutas camponesas, a criação das Ligas Camponesas, pelo Partido Comunista. Elas se constituíram em instrumentos de fortalecimento político dos trabalhadores rurais, pois as centenas de agremiações formadas em todo o país permitiram [...] a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 2012, p. 22), apesar do elevado índice de analfabetismo no campo.

Com a proscrição do Partido Comunista, em 1947, o movimento das Ligas se desmobilizou, restando apenas algumas diretorias que agiram na clandestinidade. No entanto, Morais (2012, p. 23) destacou quatro movimentos

camponeses que marcaram o período de 1948-1954, a saber, a Guerrilha de Porecatu, no Paraná, a Revolta de Dona Noca, no Maranhão, o Território Livre de Formoso, em Goiás e o I Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, em Pernambuco.

As Ligas voltaram à cena novamente, a partir de 1954, com uma formatação mais consolidada, inclusive com a institucionalização do Conselho Regional das Ligas, “[...] composto por profissionais liberais e políticos amigos do movimento camponês [...]” (MORAIS, 2012, p. 22). Outros movimentos e agremiações se constituíram nessa década (VIDE ANEXO B), como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Outros movimentos da sociedade aconteceram, por exemplo, em 1952, visando discutir e preparar o lançamento da CNER foi realizado o 1º Congresso de Educação de Adultos, que lançou o slogan “ser brasileiro é ser alfabetizado”, destacando a importância da educação de adultos para a democracia e defendendo a alfabetização em nome do exercício da cidadania. Nota-se, então, como a educação de adultos vincula-se, estreitamente, à vida cívica, até mesmo pelo retorno das eleições diretas que marcou aquele momento histórico.

Observamos que, após 1954, o Brasil viveu um período de discussões intensas sobre os problemas que afetavam sua população, tais como a fome e a Reforma Agrária, com ampla divulgação nos meios de comunicação, em virtude “[...] da ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à presidência e vice-presidência da República, respectivamente”. (MORAIS, 2012, p. 22).

A explicação para a expansão do ambiente democrático encontramos nas análises de Cardoso (1978, p. 159-160) sobre os temas desenvolvimento e segurança, no governo de Kubitschek:

De acordo com a ideologia desenvolvimentista o estado de miséria, em termos absolutos e relativos, conduz a uma situação potencialmente subversiva. As causas das agitações e conspirações contrárias ao regime não devem ser buscadas apenas nos níveis ideológicos, mais próximos, mas principalmente nas suas raízes mais profundas, nas suas origens, e para isso teremos que chegar até os níveis econômicos. Nesse sentido é que a questão da repressão ‘é muito mais social do que policial’<sup>100</sup>. Há que ser racional para combater problema tão sério. A própria eficiência deste combate ficará prejudicada se não se proceder a uma análise minuciosa dos mecanismos geradores da insatisfação que funciona como pré-disposição para a rebeldia.

Os discursos de Kubitschek giravam em torno das estratégias de desenvolvimento econômico<sup>11</sup>, apresentadas como principais ferramentas para debelar a pobreza no Brasil. Para tanto, ele identificou como principal obstáculo para o progresso a escassez de Capital no país, e assim trabalhou no sentido de atrair investimentos estrangeiros e associá-los recursos nacionais.

Outra limitação indicada pelo governo foi o nível educacional dos brasileiros. Na formatação da política educacional um aspecto relevante foi a necessidade de sua adequação ao projeto de desenvolvimento econômico. Assim, conforme Cardoso (1978, p. 219):

Por isso principalmente que as transformações educacionais são vistas como simultâneas às transformações industriais. Uma coloca as necessidades, a outra vai-se modificando para poder atendê-las. Trata-se, em ambos os casos, de reivindicações muito concretas e não de aplicação de formas ideais. Mais uma vez estamos diante de uma atitude altamente pragmática nesta ideologia.

Desta forma, foram criados cursos complementares ao ensino básico com objetivo de oferecer orientação profissional, estimulando mesmo o trabalho de crianças, além de cursos técnico-profissionalizantes. A ideologia desenvolvimentista estimulou a formação de operários qualificados, deixando o ensino acadêmico apenas para os alunos mais talentosos. Leia-se: para os filhos das classes mais abastadas.

A ideologia do desenvolvimento não se detém um só momento, neste particular, para analisar com mais cuidado a situação presente que exclui dos estudos uma parcela enorme da juventude. Este fato é para ela unicamente um dado que a realidade apresenta e sobre o qual ela trabalha. (CARDOSO, 1978, p. 222).

No meio rural, ressaltamos que a CNER, apesar de criada em 1952, somente foi regulamentada no governo de Kubitschek, em 1956, passando a dispor de recursos próprios para sua atuação. Essa regulamentação, conforme Barreiro (1989, p. 116) expressou:

A convicção por parte de seus mentores de que através da educação se resolveriam os problemas sociais existentes entre as populações rurais. Dentro dessa perspectiva, a educação rural era colocada como um fim em si mesma, servindo para acobertar os determinantes estruturais da

---

<sup>11</sup> O slogan populista “50 anos em 5” foi muito conhecido.

condição a quem estavam submetidos os camponeses dos anos 50. Ao invés de se abordar os problemas dos camponeses no contexto estrutural da luta de classes, eles eram deslocados ao nível do individual e da comunidade. Questões que determinavam a existência daquelas condições de precariedade e pobreza entre os camponeses, como a exploração capitalista da força de trabalho agrícola e a expropriação da terra, advinda com a modernização agrária dos anos cinquenta, eram aprovadas pela Companhia Nacional de Educação Rural, que explicava sistematicamente a origem da penúria dos camponeses pelo primitivismo e atraso de suas culturas. Assim, pois, a Companhia Nacional, comprometida com os interesses do Estado, cuja tarefa era de preservar as estruturas dominantes e favorecer o desenvolvimento do capitalismo, pela via da modernização do meio rural (2), vê na educação a solução para os problemas sociais dos camponeses.

No entanto, o Brasil continuou a apresentar altas taxas de analfabetismos, em virtude da falta de investimentos do governo, inclusive no meio rural. Assim, em 1960, no final do mandato de Kubitschek foi registrada uma taxa de 39,35% de analfabetos entre a população com faixa etária superior a 15 anos, considerada ainda muito alta para um país que pretendia ser desenvolvido.

A sociedade civil sempre se mobilizou para discutir essa problemática educacional e, entre 1958 até 1961, houve a Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA), e em 1958, aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde Paulo Freire foi considerado a maior expressão do cenário progressista da educação.

O período entre 1961 e 1963 caracterizou-se por agitações políticas e culturais, estimuladas, por um lado, pelas reformas de base anunciadas pelo governo e por outro, pela organização e mobilização popular nas discussões políticas do país.

No governo de Jânio Quadros, que durou entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, em decorrência de sua renúncia, a ideologia desenvolvimentista se fundamentou no fortalecimento nacional, cujos princípios foram a integridade nacional e a autodeterminação, tendo três objetivos próximos: o fortalecimento nacional, a valorização do homem e o desenvolvimento integral, e dois fins último: a democracia e a paz mundial. (CARDOSO, 1978, p. 289).

No plano social, a Educação ganhou destaque na promoção do fortalecimento nacional, porém o governo considerou não somente a importância de sua articulação com o crescimento econômico, mas também sua relevância no campo cultural.

Segundo Cardoso (1978, p. 341)

Com a sua problematização, Jânio abandona a superficialidade do debate do relacionamento entre educação e desenvolvimento, já porque o centro da sua reflexão não é mais o desenvolvimento. Ele vai ao fundo da questão educacional, considerando-a como elemento básico da reestruturação da sociedade, ou mesmo da constituição dela em termos de sociedade funcional. Tanto é assim que leva a sua preocupação até a elaboração de uma política cultural, dentro da qual possa ganhar significado o planejamento educacional. Não dá a este qualquer tratamento de sentido utilitarista, nem imediatista.

No mandato de Jânio Quadros, o Brasil presenciou um período de grandes movimentações dos trabalhadores do campo, com a realização do I Congresso Nacional de Camponeses, em Minas Gerais, e diversos momentos de lutas em várias partes do país, a saber: acampamentos promovidos pelo Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, resistência armada e ocupações de terras, no Rio de Janeiro, expansão das Ligas Camponesas e ampliação de conflitos e manifestações, no Nordeste.

Contudo, as expectativas de avanços na luta pela terra e pelos direitos sociais não se confirmaram. Na área educacional, após quatro meses da renúncia de Jânio Quadros, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)/1961, depois de decorridos treze anos de intensas disputas entre os dois grupos que defendiam propostas bem diferentes: 1) a estadista, liderada por educadores, intelectuais, militantes e sindicalistas, os chamados reformadores, e 2) a liberalista, encabeçada pela Igreja e iniciativa privada.

De acordo com Oliveira, Zientarski e Drabach (2010, p. 02), esses embates representaram muito mais divergências de interesses econômicos do que de interpretações sobre concepções de políticas educacionais:

O contexto dessa primeira lei de diretrizes e Bases da Educação nacional começa a se desenhar ainda nas décadas de 1930 e 1940 quando se verifica a atuação do Estado mais com o intuito de atender às pressões do momento, com definições de políticas econômicas e de desenvolvimento. Nesse cenário, a questão educacional passa por um processo de organização, pois o sentimento nacionalista que pairava na sociedade e orientava as ações do governo precisava se firmar e, nesse contexto, a educação tem um papel relevante.

A LDB / 61 representou a vitória do grupo liberalista que defendeu a não intervenção do Estado no campo econômico e educacional:

Com a discussão da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, durante o longo período que compreende de 1948 a 1961, constata-se, portanto, a disputa de duas propostas de lei que traduz a relação paradoxal e contraditória no âmbito político-econômico, cujo embate acontece entre o grupo que defendia o nacionalismo desenvolvimentista, sendo o Estado o carro-chefe no planejamento da economia estratégica para o desenvolvimento do mercado nacional, sem a dependência asfixiante do capital externo e, de outro lado, um grupo que sustentava a tese da iniciativa privada como mecanismo de gerir a economia e a educação institucionalizada, objetivando qualquer intervenção normatizadora e fiscalizadora do Estado, tanto na área econômica, como na educacional. (OLIVEIRA, ZIENTARSKI; DRABACH, 2010, p. 04).

Com relação à Educação do Campo, a esfera federal apresentou certo distanciamento ao repassar para particulares atribuições relativas ao ensino primário. No Título III, Capítulo II, Art. 32, da LDB / 61 ficou estabelecido que

Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades. (BRASIL, 1961).

As Prefeituras, que não apresentaram condições financeira, pedagógica e administrativa. (SOUZA, 2004; BRAGA, 2005 apud CARVALHO, 2006, p. 96) também receberam essas atribuições.

Na verdade, na época não houve uma preocupação em ofertar educação para todos, nem com preceitos crítico-humanísticos, muito menos no meio rural. Como o foco da atenção do Estado foi defender o desenvolvimento industrial, foram construídas escolas no ambiente urbano, enquanto no campo muitas foram desativadas.

Quanto às diretrizes relativas à educação do nível primário (hoje fundamental menor), inclusive no campo, foram definidas de acordo com os interesses das indústrias (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 8), objetivando a formação do exército industrial de reserva.

No contexto econômico e político, no período entre 1961 e 1964 (governos de Jânio Quadros e de João Goulart), conforme Ianni (1979, p. 216-217), o Brasil viveu uma crise que apresentou três dimensões:

Em primeiro lugar, ela exprimia o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento. Em segundo lugar, ela exprimia o aprofundamento dos antagonismos entre os poderes da República, em especial o Executivo e o Legislativo. E, em terceiro lugar, à medida que se estendia e aprofundava a crise político-econômica, politizavam-se ainda mais as populações urbanas e rurais, acentuando-se as contradições entre as classes sociais.

De acordo com Ianni (1979), os dois presidentes tentaram fortalecer seus poderes, sobrepor-se ao Congresso, marginalizar os partidos políticos, aproximando-se das massas populares e divulgando a ideologia desenvolvimentista nacionalista, a qual se baseou em uma política econômica governamental que buscava a emancipação das decisões sobre a economia brasileira. Os adeptos dessa estratégia ideológica foram componentes da pequena burguesia industrial, de setores da grande burguesia industrial, beneficiados com o protecionismo e com favores políticos, e dos trabalhadores assalariados dos centros urbano-industriais.

Ainda existiram duas outras correntes ideológicas: a primeira defendia uma política econômica governamental que ampliava a estatização da economia e seus adeptos foram os participantes do bloco socialista; e a segunda pugnava por uma política econômica governamental que acentuar-se a dependência da economia do Brasil ao Capital internacional. Seus adeptos foram o grupo econômico, vinculados à economia agroexportadora, e o grupo econômico que se formou a partir da expansão industrial, à época do Programa de Metas. Esta última formação, por agregar as camadas mais poderosas do País, se impôs sobre as demais. (IANNI, 1979, p. 221-222).

Porém, no campo, segundo Medeiros (1989, apud STEDILE, 2012a, p. 19), em 1962, aconteceu a regulamentação da sindicalização rural e, em 1963, houve a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, a constituição da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), o Congresso de formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a greve geral dos trabalhadores canavieiros na Zona da Mata, em Pernambuco.

Especificamente, no ano de 1963, o sindicalismo rural teve grande projeção, fruto da norma regulamentadora e da realização do I Congresso Nacional dos Camponeses, em 1961. Também, um anos após o citado congresso, as Ligas Camponesas se expandiram por 13 dos estados brasileiros e a ULTAB esteve ativa em todas as unidades federativas.

A organização dos trabalhadores rurais pode ser observada ainda por iniciativas como 'A Grande Marcha dos Camponeses', em Brasília e vários levantes armados nos estados brasileiros. Três fatos foram marcantes nessa retomada da mobilização no campo: 1) Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), no Uruguai, que definiu a necessidade, dentre outras, de profundas mudança na estrutura agrária dos países latino-americanos, 2) a participação da ala direitista



e esquerdista da Igreja, no processo de organização rural e 3) a atuação de dois ministros do Trabalho, do governo Goulart, Almino Affonso e Amaury Silva, ambos favoráveis à Reforma Agrária. (MORAIS, 2012, p. 57-58).

As crises econômicas e políticas e o crescimento das manifestações populares no meio rural e urbano incomodaram a facção da burguesia ligada à economia agroexportadora: a burguesia industrial em expansão, a qual estava associada ao Capital externo e as forças armadas. Assim, este grupo apontou o clima de instabilidade econômico-político-social como fator impeditivo para o desenvolvimento do país. De fato, queria restaurar o controle da sociedade e implantar definitivamente sua dominação sobre os demais grupos, bem como promover a expansão do Capital estrangeiro no Brasil.

Desta forma, essa “elite orgânica” (DREIFUSS, 1987) utilizou a situação econômico-político-social do país, que colocava em risco seu poder hegemônico, como argumento para justificar a necessidade de intervenção militar efetiva no país, através do Golpe Militar, que seria deflagrado no dia 31 de março de 1964.

De acordo com Dreifuss (1987, p. 229):

A conquista do poder político pela elite orgânica não foi simplesmente um resultado da crise político-econômica do período e o imediato colapso do regime, levando a uma subsequente queda do governo. Nessas críticas condições, [...], a elite orgânica tentou levar adiante uma campanha para dominar o sistema tanto em termos políticos, quanto ideológicos.<sup>2</sup> A quebra da convergência de classe vigente e a ruptura da forma populista de dominação foram alcançadas pelo bloco de poder multinacional e associado através do exercício de sua influência em todos os níveis políticos.<sup>3</sup>

Falando especificamente da ascensão da burguesia industrial no período, Furtado (1972, p. 33-34) afirmou:

Fato de não pequena significação, que marca este decênio, foi a ascensão do grupo industrial à posição de elemento hegemônico do sistema nacional de poder. Durante um quarto do século, a partir do colapso do café, o poder central apoiou-se na aliança, sob a liderança de Vargas, da classe política (conglomerado de elementos representativos de interesses locais e sociais) com as Forças Armadas, que no Brasil tradicionalmente são um partido político sui generis. O equilíbrio dessa aliança fez-se cada vez mais precário na medida em que Vargas (e ainda mais seu sucessor Goulart) procurou ganhar maior autonomia de decisão apoiando-se nas massas desprivilegiadas. O processo aberto em 1964 levaria à deslocação da classe política (relegando-se a segundo ou terceiro planos os interesses regionais e sociais que ela bem ou mal representava) e à ascensão do grupo industrial com sua flamante equipe de tecnocratas

Com o novo regime político, muitas mudanças ocorreram no Brasil, inclusive na política econômica, dentre elas as relacionadas à gestão da moeda e da Força de Trabalho, que visaram à expansão do setor privado e o atendimento as exigências de reprodução capitalista (IANNI, 1979, p. 233).

A reformulação das instituições, normas, técnicas e objetivos relacionados com os mercados de capital e força de trabalho foi orientada nos termos dos seguintes planos governamentais: Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976) e Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970). (IANNI, 1979, p. 226).

Para superar os problemas na área econômica, propuseram uma nova estratégia de desenvolvimento baseada especialmente em cinco linhas de ações: 1) reorientar o processo de concentração de renda para promover o crescimento do Capital fixo e do mercado de consumidores de bens duráveis; 2) reduzir a taxa do salário real básico de modo a permitir geração de novos empregos; 3) impulsionar a exportação de produtos industriais, minerais e agrícolas, em grande parte através da oferta de subsídios; 4) estimular, a partir do controle estatal, o mercado de capitais; e 5) criar condições para entrada de capitais e tecnologias externas. (IANNI, 1979, p. 225; FURTADO, 1972, p. 37).

Com relação ao divulgado colapso da Democracia representativa, os representantes do regime político militar resolveram depor o presidente, extinguir os partidos políticos, reformular as condições de funcionamento dos novos partidos e do sistema sindical, os quais ficaram sob o controle do governo, e redefinir as funções do Poder Judiciário, em decorrência das novas atribuições do Executivo. (IANNI, 1979, p. 227-228).

Com relação ao aumento do conflito entre classes e, especificamente, ao crescimento da mobilização e organização dos trabalhadores rurais, que colocaram em risco o poder hegemônico da elite, várias estratégias foram adotadas, objetivando controle da situação em prol das condições de expansão do sistema capitalista no Brasil ou para evitar que verdadeiras reformas de base fossem executadas.

Por um lado, esse grupo hegemônico tinha muitos poderes e influências e foi capaz de utilizar diversas táticas para enfraquecer o movimento dos trabalhadores, algumas bastante violentas e ultrajantes. Práticas que foram desde o

controle ideológico, a intimidação e cooptação até destruição de roçados de subsistência, das moradias e dos pertences, ameaças, espancamentos, prisões, torturas e mortes. (ANEXO C).

Para se manter no poder, a burguesia utilizou-se de diversas táticas de cisão, que foram das formas violentas às mais brandas, como, por exemplo, o controle ideológico dos trabalhadores, da desorganização das massas. Todas possuíam estrategicamente um só alvo: desmobilizar, atenuar a luta de classes, “conciliar” o antagonismo inconciliável entre burguesia e proletariado. (MORAIS, 2012, p. 77).

Por outro lado, a própria vulnerabilidade apresentada pelas entidades representativas dos trabalhadores do campo, exposta, dentre outros fatores, pela inexistência de estrutura orgânica consolidada e de coesão político-ideológica sólida entre elas, considerando-se, por exemplo, ainda as constantes divergências e disputas entre as Ligas e a ULTAB (MORAIS, 2012), impediu o fortalecimento da classe trabalhadora e o enfrentamento eficiente contra a expansão do sistema capitalista.

Em contrapartida, o Capital se fortaleceu, de acordo com Furtado (1972, p. 36):

[...] trata-se menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais. O traço mais significativo de aproximação com as burguesias nacionais históricas está na preocupação de dar legitimidade ao sistemas de poder mediante a tradução em linguagem de objetivos nacionais dos interesses do grupo. O nacionalismo surge, assim, como uma técnica de legitimação e como um meio de consolidação da aliança com as Forças Armadas. Ocasionalmente esse nacionalismo terá que ser mais que simbólico, como no caso das milhas marítimas e no das grandes obras de prestígio e integração nacional.

O período da Ditadura Militar foi de muita repressão a todo e qualquer pensamento, expressão ou ação contrária aos ditames do regime, que defendeu a todo custo os interesses hegemônicos do Capital. Ocorreram cassações de deputados, senadores, governadores, prefeitos, demissões de funcionários públicos e professores considerados subversivos, fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE). Também os sindicatos foram impedidos de reivindicar melhorias salariais; livros considerados esquerdistas foram confiscados (OLIVEIRA; ZIENTARSKI; DRABACH, 2010, p. 6).

No entanto, apesar de todas as atrocidades e ameaças sofridas pela classe trabalhadora, ainda houve movimentos de resistência e de lutas, inclusive no meio rural, muitos deles liderados por grupos esquerdistas, oriundos do PCB, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e da Ação Popular (AP), com apoio de líderes comunitários, educadores, religiosos e estudantes. (GOHN, 1995 apud OLIVEIRA; ZIENTARSKI; DRABACH, 2010, p. 6). Muitos desses opositores foram cassados, exilados ou calados pela opressão, pela tortura, pela morte.

O Estatuto da Terra teve por objetivo atender legalmente a algumas das questões postas pelas organizações de trabalhadores rurais, no entanto, de fato, objetivou implantar medidas na área rural que atendessem, dentro do modelo adotado pelos militares, aos interesses da industrialização, nos centros urbanos e impedissem as verdadeiras mudanças sociais e políticas, exigidas pelos trabalhadores do campo.

O propósito do Governo Militar era se apropriar do conceito “Reforma Agrária”, que era um dos principais vetores da Aliança para o Progresso. Este documento criado pelo governo de Washington definia o rumo das políticas que deveriam desenvolver os países da América Latina, estabelecendo as diretrizes para a implantação de uma reforma socioeconômica no espaço rural latino-americano (STEDILE, 1997), baseada na assistência técnica e financeira norte-americana (LIMA; ROS, 2012, p.10).

Na verdade, as ações implementadas pela ditadura representavam um amplo projeto hegemônico que, ao descaracterizar a bandeira da Reforma Agrária, pretendiam desmobilizar as formas organizativas dos trabalhadores rurais, afastar a possibilidade de expansão da doutrina socialista/comunista no espaço brasileiro e criar as condições necessárias para aprofundar a inserção da agricultura capitalista no Brasil.

A área educacional também sofreu influências dos conflitos ideológicos da época. O Estado, ao privilegiar os interesses do grupo hegemônico, transferiu para as empresas funções que deveriam ser de sua responsabilidade, tais como a garantia do acesso à educação dos empregados e de seus filhos. Foi uma forma de repassar para os alunos os valores burgueses e os conteúdos que interessavam para o setor privado, além de mantê-los distantes de ideologias antagônicas às da classe capitalista.

Conforme Carvalho (2006, p. 97-98):

Quanto à legislação educacional, na Constituição de 1967 torna-se obrigatório para as empresas convencionais agrícolas e industriais oferecerem o ensino primário gratuito dos seus empregados, excluindo-se as empresas agrícolas de promover a aprendizagem para os trabalhadores menores. Já na Emenda Constitucional de 1969, a responsabilidade educacional volta-se para a garantia do ensino primário gratuito para os filhos dos empregados entre 7 e 14 anos inclusive das empresas agrícolas, as quais mais uma vez ficam isentas em relação aos trabalhadores menores.

O caráter profissionalizante do ensino firma-se na Lei nº 5.692/71, a qual reflete a preocupação com o desenvolvimento social e econômico do país. No contexto do “Milagre Brasileiro” tornava-se essencial a qualificação da força de trabalho e isto trouxe à tona novamente o debate sobre o analfabetismo, criando-se projetos especiais como o Educação Rural Básica no Nordeste Brasileiro (EDURURAL) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em atuação até a década de 80.

Várias outras ações na área da Educação foram implementadas no campo, algumas inseridas nos programas de desenvolvimento, financiados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO).

Entretanto, apesar da propalada modernização e industrialização do país e do financiamento internacional, após vinte e cinco anos de ditadura, onde o país viveu um período de grande autoritarismo cujas principais características foram “[...] o desrespeito aos direitos humanos, a concentração de renda e a desnacionalização da economia.” (OLIVEIRA; ZIENTARSKI; DRABACH, 2010, p. 6), chegamos aos anos 80 com altos índices de pobreza e analfabetismo.

Porém, a sociedade nunca parou de clamar por liberdade e Democracia e este inconformismo e espírito de luta foram responsáveis pelo processo de reabertura política, no início da década de 80, com repercussões sobre a área educacional, expresso através, principalmente, nos preceitos da Constituição Federal/88 e na nova LDB / 96.

De certa forma, os avanços expressos nessas legislações, a respeito da gestão democrática na área educacional, não foram frutos apenas do progresso dos movimentos sociais dos trabalhadores, considerando-se que a ideologia das agências multilaterais também defendia a descentralização político-administrativa.

De acordo com Oliveira, Zientarski e Drabach (2010, p. 6):

A gestão democrática do sistema educacional, estabelecida como princípio do ensino público na Constituição de 1988 e na LDB 9.394/96, tem sua origem, em parte, a partir dos movimentos sociais e dos embates políticos ocorridos ao final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980. Outro fator que converge para a normatização deste princípio está calcado na descentralização político administrativa do Estado Neoliberal, que marca consideravelmente o contexto de formulação destas legislações. Sob esse enfoque, aparentemente houve uma convergência entre os interesses do capital e do trabalho, pois o discurso da gestão democrática serviria tanto ao processo de descentralização político administrativa do Estado, como à luta da sociedade por democracia. No entanto, mais uma vez o capital se sobressaiu, pois jogava para a sociedade a defesa dos interesses sociais sob uma perspectiva privatista do Estado.

Essa perspectiva privatista do Estado se materializa, dentre outras formas, pela transferência de responsabilidades na área educacional para o chamado “Terceiro Setor”.

Assim, ao mesmo tempo em que crescia o movimento social em prol da Educação do Campo, enquanto: “[...] projeto coletivo incorporado no processo de luta pela terra de trabalho.” (RIBEIRO, 2012, p. 03), também aumentava a pressão internacional para revitalização da concepção liberal, a qual se contrapunha ao ideário construído pelos grupos participantes do primeiro movimento:

Por sua vez, o Estado, sob forte influência do movimento liberal reacionário dos anos de 1990, adota políticas educacionais definidas pelos organismos multilaterais, entre estes o Banco Mundial, como condição para a efetivação de empréstimos solicitados pelo Brasil. Nesse contexto, o Ministério da Educação – MEC retoma a concepção liberal de “escola nova”, de Dewey, revestindo-a de uma nova versão, por meio do Programa Escola Ativa. (RIBEIRO, 2012, p. 03)

É nesse contexto de embate entre o movimento dos trabalhadores rurais e o movimento de expansão do Capital, no Brasil, que se revitalizaram as discussões e movimentações acerca da Educação do Campo, as quais foram responsáveis pela criação do PRONERA, pelos obstáculos impostos à sua gestão, assim como pela correlação do Programa com o desenvolvimento local, cujos estudos abordamos no próximo item.

### 3.2.2 O PRONERA e sua correlação com o desenvolvimento local

Como foi discorrido até agora, a questão educacional, especificamente no meio rural, não pode ser dissociada da problemática agrária, especialmente do processo de **luta pela terra e luta na terra**, considerando que ambas estão

vinculados à criação e à disseminação de políticas de desenvolvimento adotadas pelo Estado brasileiro, a partir de sua articulação ao movimento de expansão do Capital no âmbito mundial, e suas respectivas ideologias.

Existem várias formas de luta pela terra, dentre elas destacamos as ocupações de terras improdutivas ou de prédios públicos pertencentes a órgãos direta ou indiretamente ligados à política de Reforma Agrária, bem como aos acampamentos em beira de estrada, em áreas próximas àquelas cuja desapropriação se pretende.

No entanto, embora a área jurídica do Estado e a mídia tendam a apresentar as ocupações como práticas criminosas, elas representam um mecanismo da luta pela terra, cujo objetivo não é a apropriação indevida de propriedade alheia, mas sim, obter a emissão, por parte do Governo Federal, de um decreto desapropriatório e a deflagração de um processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária, ou seja, que seja iniciado um processo judicial estatal, visando o estabelecimento de um Projeto de Assentamento. (GARCIA, 2012, p. 461)

Porém, após a criação do PA, muitas outras medidas são necessárias e exigidas pelos assentados, tais como Educação, Saúde, moradia, energia, sistema de abastecimento de água, crédito, assistência técnica. Estas reivindicações pela obtenção de direitos relevantes para o cidadão representam as lutas na terra, as quais são imprescindíveis para a garantia de uma boa qualidade de vida aos moradores do espaço, dentro do contexto dos seus valores e das suas tradições.

A Questão Agrária, no Brasil, aqui entendida enquanto conjunto de elementos, relativos ao modo como se organiza a posse, a propriedade, a utilização da terra e às próprias relações sociais na produção (SILVA, 1980), teve sua origem na formação política, econômica e social do Brasil Colônia e se agravou com a consolidação, **a partir da lei de Terras, de 1850**, da transformação da terra e da capacidade laborativa do homem em mercadorias, repercutindo sobre a problemática dos direitos sociais no campo.

Segundo Rocha (2011, p. 32):

Dadas as origens de nossa sociedade, desde sua constituição, não somente o direito à terra, mas o direito ao trabalho, à educação, dentre outros direitos, foram colocados historicamente em segundo plano em nosso país.

O próprio avanço do sistema capitalista no campo do Brasil, aliado ao abandono desse espaço pelo Estado, notadamente na área de Políticas Públicas, propiciou o desenvolvimento do processo contra hegemônico. As principais formas de organização dos trabalhadores rurais, na segunda metade do século XX, a saber, as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER focaram suas lutas na reivindicação de uma política de redistribuição fundiária, sem deixarem de cobrar do Estado outros direitos básicos, como a oferta de ensino rural.

No processo evolutivo da organização dos trabalhadores do campo, eles perceberam que a luta não era apenas pelas condições materiais de sobrevivência, mas também pela valorização e preservação da cultura, de um modo de ser e de viver diferente daquele apregoado pelo capitalismo.

Durante a Ditadura Militar, em decorrência das estratégias de opressões, ameaças e assassinatos, houve declínio do movimento dos trabalhadores. No entanto, já em 1979, ressurgiu o debate sobre a necessidade de implementar a Reforma Agrária, com as teses defendidas pela CONTAG, seguindo-se com o surgimento do MST, em 1984, e seu ideário sobre o tema, assim como pelas concepções do PT sobre a temática, as quais estavam sintetizadas e formalizadas no Programa Agrário, constante das propostas do partido para as eleições presidenciais de 1989. (STEDILE, 2012b, p. 15).

Entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, surgiram vários movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, os quais estavam interligados pelo temática da Democracia:

[...] para Stedile e Fernandes (1999), o surgimento do movimento pela Reforma Agrária não é resultado apenas da vontade dos trabalhadores do campo, mas associa-se ao ressurgimento das greves operárias e à luta contra o regime militar ou seja está articulado a um processo mais amplo de luta pela redemocratização. (ANHAIA, 2011, p. 08)

Conforme Stedile e Fernandes (1999 apud ANHAIA, 2011, p. 09), durante o período militar e no início da redemocratização do Brasil, a CPT<sup>12</sup> teve uma participação muito relevante, no processo de organização dos trabalhadores rurais:

---

<sup>12</sup>De acordo com Stédile, a CPT teve participação fundamental na conscientização e organização dos trabalhadores rurais. Ele também destacou a importância do Concílio Vaticano II, das Encíclicas progressistas e da Teologia da Libertação. Com o trabalho de padres, agentes pastorais, religiosos, dentre outros, a CPT conseguiu tornar concreta a teorização da Teologia da Libertação, estimulando os camponeses a se organizarem para resolverem seus problemas (NETO, 2007, p. 335 apud Stédile; Mançano, 1996, p. 20)



A CPT, neste contexto de exceção, consegue canalizar as resistências com sua contribuição fundamental para que a organização dos trabalhadores sem terra se constituísse num movimento único, de abrangência nacional e com um caráter ideológico capaz de enfrentar a ditadura militar, contribuindo para que o movimento no campo renascesse com outra identidade.

[...] as lutas travadas neste período foram vitoriosas na conquista porém faltava um espaço articulador das experiências e das discussões provenientes desta relação entre a repressão sofrida, a resistência e os processos vitoriosos. Nesse sentido a CPT passou a promover encontros das lideranças e dos vários grupos que atuavam nos acampamentos e outras lutas de Reforma Agrária, nas regiões e nos estados, culminando com um Encontro Nacional de 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, que consegue reunir 800 pessoas, representando 13 estados. Neste encontro oficializa-se a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A mobilização dos trabalhadores do campo assim como sua capacidade organizativa se acentuaram a ponto de conseguirem a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. Esse Plano, de acordo com Mendonça (2010, p. 20), representou uma das tentativas do grupo que estava à frente do projeto da “Nova República” para conquistar prestígio e legitimidade, diante do crescimento do movimento dos trabalhadores rurais.

O I PNRA pretendeu promover a desapropriação de terras consideradas improdutivas, principalmente nos focos de conflitos, na região Nordeste e Norte. (MENDONÇA, 2010, p. 21).

A pressão desses trabalhadores provocou tanta preocupação entre os grandes proprietários rurais, especialmente daqueles ligados aos conglomerados econômicos do Sul e Sudeste do país, que eles, objetivando frear o avanço da classe trabalhadora, resolveram criar a União Democrática Ruralista (UDR).

De acordo com Anhaia (2011, p. 09), a expansão da UDR:

[...] além de fortalecer e organizar a violência cria uma ideologia de proprietário rural também entre os pequenos e médios proprietários, sustentada pelo discurso de que o PNRA estaria aprovando a desapropriação de áreas produtivas.

Na década de 90, diversas ações estatais foram executadas, objetivando a descentralização e mercantilização da Reforma Agrária, com financiamento do Banco Mundial, assim como o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores rurais, especialmente no período em que o neoliberalismo se instalou de vez no país, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como exemplos dessas ações desmobilizadoras, citamos os massacres de Corumbiara, em 1995, e

Eldorado do Carajás, em 1996.

Mesmo com todos os obstáculos impostos pelo grupo hegemônico e contando com o apoio de grupos da sociedade civil, tais como a Igreja Católica, o movimento dos trabalhadores rurais se fortaleceu e amadureceu as diretrizes de lutas, incorporando novos elementos e novas áreas, como a educação. A prova fundamental que corroborou essa afirmação, encontramos na criação do PRONERA, em 1998, período de apogeu dos princípios neoliberalismo no Brasil.

O MST foi o movimento de trabalhadores rurais, apontado com essencial para a promoção da Educação do Campo. A partir das discussões e das experiências, na batalha pela Reforma Agrária, vivenciadas pelas famílias sem terra, pelos intelectuais e pelos religiosos, a educação saiu eleita como objetivo essencial para o sucesso na luta pela terra e na terra.

O despertar para a Educação, dentro do MST, foi iniciado com o trabalho de base das mães, das professoras, depois ganhou apoio dos pais, de algumas lideranças e até mesmo das crianças. Em 1987, foi criado o Setor de Educação<sup>13</sup>; em 1991, elaboraram uma proposta esboçada sobre o tema e, em 1995, durante o III Congresso Nacional do MST, a educação passou a contar no Programa de Reforma Agrária (CARVALHO, 2006, p. 118).

O MST deu prosseguimento ao processo de lutas históricas do campesinato brasileiro, mas representou uma evolução nesse contexto, pois já havia sido incorporado o caráter de classe do Movimento, ficando mais próximo da situação descrita por Gramsci (1968) como grau de consciência ético-política de classe, promovendo alterações em suas relações com o Estado.

Com o desenvolvimento das ações-reflexões do movimento dos trabalhadores rurais, frente ao avanço do Neoliberalismo no país, muitos embates foram travados entre o Trabalho e o Capital mediados pelo Estado capitalista brasileiro, inclusive com a participação das agências multilaterais. Um dos mais expressivos foi o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997.

---

<sup>13</sup> O Setor de Educação do MST foi criado quando este movimento de trabalhadores rurais reestruturou-se, em 1988. Seu surgimento é consequência da organização e mobilização obstinada/perseverante de pais e professores que atribuíam à educação papel prioritário na luta pela Reforma Agrária. Esse Setor ocupa-se da organização e realização de debates, reuniões, pesquisas e estudos direcionados para a referida área, com objetivo de orientar as escolhas teóricas e a prática que melhor se encaixam no projeto de desenvolvimento para o campo, defendido pelo Movimento.

Segundo Chaves, Barbosa e Beserra (2011, p. 4-5), o I ENERA reuniu:

[...] 700 participantes e contando com segmentos importantes como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A partir desse encontro a reivindicação por um projeto de educação do campo foi apresentada às universidades e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como resposta às reivindicações foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que firma convênio com universidades públicas e movimentos sociais a fim de promover o acesso à educação dos povos do campo em vários níveis, da alfabetização até o ensino superior, como também no nível de pós-graduação.

O PRONERA foi instituído em um momento de expansão das diretrizes burguesas na Educação do Campo, pois, no ano de 1997, havia sido criado o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), através do qual foi executado o Programa Escola Ativa, pelo Ministério da Educação (MEC) e de acordo com Ribeiro (2012, p. 5):

[...] contando com financiamento do Banco Mundial, esse Programa se destinava a introduzir novas concepções/práticas de gestão das escolas multisseriadas rurais, através da formação de seus professores e do fornecimento de material didático adequado à proposta.

O grande contrassenso, nessa história, foi o fato de o MEC não ter aceitado a responsabilidade sobre o gerenciamento do Programa, preferindo absorver a Escola Ativa, ficando a cargo do MEPE a coordenação do PRONERA. Apesar desse aparente desprestígio perante a pasta de educação do Governo Federal, o PRONERA foi o maior triunfo concreto do I ENERA.

Esse encontro foi considerado a concretização de todas as ações, experiências e discussões ocorridas ao longo dos anos, no contexto do movimento dos trabalhadores rurais, para a área educacional, embora a totalidades das práticas não estivessem presentes no mesmo.

No entanto, de acordo com Anhaia (2011, p. 10):

[...] ele pode ser entendido como constituidor do Movimento Nacional de Educação do Campo por desencadear um processo articulador de uma fração de classe que irá pautar a educação no interior desta fração e demandar ao Estado ações específicas.

A partir desse momento, percebemos aprimoramento na consciência política de classe, com a efetiva participação dos trabalhadores rurais nas decisões políticas de seu interesse, demandando mudança de atitude do Estado e chamando a sociedade para novos debates sobre a educação, através dos quais foi organizada a I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em Luziânia, no estado de Goiás, em 1998, expandindo o debate e ampliando a demanda pela Educação do Campo. (RIBEIRO, 2012, p. 5).

Esta Conferência, considerada um marco na história da Educação brasileira, foi promovida pelo MST, pela CNBB, pela UNESCO, pela UNICEF e pela Universidade de Brasília (UnB), congregando os educadores, educandos e demais sujeitos envolvidos com os movimentos sociais do campo, como a CONTAG e os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A partir dela a expressão “Educação do Campo” foi formalmente legitimada, incorporando um novo significado para os movimentos dos trabalhadores rurais, ao estabelecer que há uma unidade entre os trabalhadores rurais, resgatando seu conceito enquanto uma concepção de classe.

Conforme Kolling (1999, p. 29 apud ANHAIA, 2011, p. 12-13):

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem hoje e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando se discute a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

Na I Conferência, consolidou-se o conteúdo da Educação do Campo. No texto preparatório é esclarecido o seguinte: O lema da Conferência “Por uma Educação Básica do Campo” refere-se ao processo de construção, no qual o enfoque da educação básica é o que consta da LDB e a designação “do campo” tem o objetivo de incluir, nas discussões a relevância do Trabalho e das lutas camponesas. (CARVALHO, 2006, p. 106).

Este recorte coloca em pauta qual o lugar do campo no desenvolvimento brasileiro. No documento consta a indagação: “Ainda há espaço para um modelo de produção camponês?” Ao responder à questão, expõe a crítica às teorias que propagam o fim das áreas rurais e também às representações da sua inferioridade e

sujeição às cidades. (CARVALHO, 2006, p. 107).

A conferência representou um papel tão relevante para o fortalecimento da Educação do Campo que fomentou a constituição da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, composta inicialmente pela UnB, pelo MST, pela CNBB, pela UNESCO e pela UNICEF, a qual teve por atribuições principais: 1) construir ações capazes de transformar os povos do campo em sujeitos do seu próprio processo educacional; e 2) mobilizar os recursos necessários para a materialização da Educação do Campo.

Segundo Carvalho (2006, p. 108), nos Estados, também foram organizadas:

[...] articulações com o propósito de continuar a discussão envolvendo novos sujeitos e de envidar esforços para efetivar as propostas documentadas, abrangendo participantes de universidades, movimentos sociais rurais, CPT, ONGs e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Este trabalho mobilizador pressiona e obtém a institucionalização das Diretrizes Operacionais por uma Educação do Campo pela resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação em 3 de abril de 2002 [...].

Após esses eventos, muitos avanços na direção da construção de uma política pública de Educação do Campo foram alcançados: 1) incorporação de novos sujeitos nas discussões, dentre outros, as comunidades quilombolas e os povos do mar, 2) progresso na consolidação da identidade de classe; 3) organização da estrutura das escolas; 4) melhoria nas proposta curriculares; 5) implementação de programas e políticas públicas; e 6) projetos de desenvolvimento para o campo. (CARVALHO, 2006, p. 110).

Como exemplo de materialização dessas ações, indicamos o PRONERA, principalmente pelo avanço na construção de proposta pedagógicas vinculadas com o viver no campo e pela articulação com a promoção do desenvolvimento, presente em sua teorização.

Este último aspecto foi focado em nossa pesquisa, em decorrência da reduzida consistência da definição referencial adotada pelo PRONERA, sem maiores detalhamentos/especificações acerca da definição do termo desenvolvimento ou mesmo de formas de mensurá-los, através de metas ou indicadores.

Na falta de uma sólida definição acerca do termo desenvolvimento, nos documentos relativos ao PRONERA, consideramos plausível, conforme ponderações expostas no item 1.2, a adoção e adequação, no caso da presente pesquisa, ao âmbito local do assentamento, do conceito de desenvolvimento territorial, formulado por Dallabrida (2007 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 41-42)

Desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vista à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Complementando-o com as formulações de (2009 e 1983), expostas no item 1.2 e de Veiga (2001), conforme exposto no item 1.2.

A constatação da fragilidade da definição do termo desenvolvimento, dentro do PRONERA, a inexistência de formas de mensurá-lo e o contexto ideológico que o permeia, já estudados no item 1,1, assim como a importância que atribuímos à participação popular no processo de desenvolvimento, nos lembrou da necessidade de estarmos atento às manobras realizadas dentro e a partir da legislação. Pois não podemos acreditar que as reivindicações dos trabalhadores rurais, como no caso do PRONERA, são prontamente atendidas e respeitadas, sendo necessária a vigilância ativa nos processos de elaboração, acompanhamento, controle e avaliação das políticas públicas, pois conforme afirma Sposati (2002, p. 2, grifo do autor):

Caracterizo como **regulação social tardia** os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. Portanto, não cessa a luta dos movimentos pela inclusão de necessidades de maioria e de minorias na agenda pública. Embora estejam inscritos em lei, seu caráter difuso não os torna autoaplicáveis ou reclamáveis nos tribunais.

O PRONERA foi resultado de todo um processo de luta e resistência contra a concepção de que o rural é espaço de atraso e de inferioridade, pois este preconceito se constituiu na base sobre a qual se forma toda uma justificativa para o desrespeito e o descaso para com os direitos dos povos do campo.

Contudo, ao longo dos anos, o discurso do arcaísmo rural sempre esteve atrelado à ideologia desenvolvimentista utilizada pelo Estado capitalista brasileiro. Esse discurso tinha sua formatação modificada de acordo com os interesses do Capital, os quais privilegiaram as estruturas urbano-industriais.

O meio rural foi visto apenas como um apêndice para as atividades desenvolvidas nas cidades, desta forma o Estado apoiava no campo o grupo oligárquico latifundista, estimulando a concentração de renda, a concentração fundiária, o analfabetismo, a expropriação e a exploração dos trabalhadores rurais.

O papel do Estado capitalista brasileiro foi manter as condições necessárias para a produção e reprodução do sistema, através de suas funções: mediadora, interventora e articuladora espacial. Desta forma, com as interferências das agências internacionais e a formatação do Estado mínimo, houve uma drástica redução dos investimentos em políticas sociais. No entanto, de acordo com Carvalho (2006, p. 194): “[...] este Estado Ajustado encontra como obstáculo “um projeto político democraticamente amadurecido, desde o período da resistência ao regime militar fundado na participação da sociedade”.

Nessa linha de raciocínio, compreendemos o PRONERA como uma ação do Estado, no contexto ideológico desenvolvimentista vigente, dentro de sua atuação mediadora, a partir da gestão da Força de Trabalho direcionada para a área educacional. Assim, o Estado, para atender aos interesses do sistema capitalista, desagradou uma parcela do Capital ao conceder ganho, inclusive político, para a classe trabalhadora, no entanto dentro de um limite que não colocasse em risco o controle da sociedade.

Por outro lado, o PRONERA também é uma ação de parcela da sociedade civil, constituída pela classe trabalhadora, que se mobilizou, se organizou e amadureceu na busca de uma identidade de classe, passando a exigir seus direitos.

Aparentemente, o PRONERA representou um consenso entre partes antagônicas, mediadas pelo Estado, com avanço para a classe trabalhadora ao conseguir maior participação nas decisões políticas na área educacional, que ocorreu pela pressão dos trabalhadores rurais e parcelas aliadas da sociedade civil, os quais também estavam envolvidos na luta pela Reforma Agrária, considerando que não temos como entender a luta pela terra dissociada da luta pela educação.

Mas o PRONERA também convergiu com o ideário descentralizador, pretendido pelo Neoliberalismo, em um chamamento da sociedade civil para atuar na gestão de setores que anteriormente eram restritos ao Estado.

Conforme Carvalho (2006, p. 56), parceria:

[...] é uma terminologia que faz parte do vocabulário tanto dos movimentos sociais (que reivindicam participação e verbas para a realização de projetos) quanto das instâncias governamentais (que sugerem participação da comunidade como meio de garantir a realização de projetos). Utilizando-se da ideia de descentralização e envolvimento da comunidade, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), objetivando atender 'às demandas sociais por educação dos assentamentos', em âmbito nacional.

Seria “o casamento perfeito”: de um lado a sociedade civil, representada pela classe trabalhadora, desejando participar das decisões políticas e de outro o Estado defendendo a descentralização de ações nas áreas sociais?

Explicitamos essa questão, partindo das palavras de Lebrun (1984, p. 68), citando Hobbes e Habermas, acerca do significado do termo cidadão:

Cidadãos enquanto partícipes do poder, os eleitores de Reagan ou Giscard o são apenas pouco mais que vocês (sem falar nos eleitores de Brejnev). A verdade é que, em toda parte, 'cidadão' quer menos e menos dizer 'indivíduo político enquanto codificado pelo poder, determinado inteiramente por ele, produzido por ele'. É por isso que a repolitização da sociedade não é, absolutamente, incompatível com o apolitismo dos indivíduos, entendendo por isso a sua exclusão (por princípio ou de fato – pouco importa) da esfera das decisões políticas.

Por isso, não bastou aos trabalhadores rurais e a parcela da sociedade que os apoiou travar debates, manifestações objetivando a elaboração de normas públicas, como o PRONERA: foi necessário a luta pela sua aprovação sem muitas alterações ao texto inicial, a participação na elaboração e gestão dos procedimentos, instrumentos e mecanismos do próprio Programa, assim como um olhar atento sobre sua execução, acompanhamento e avaliação, detectando desvios, falhas e propondo melhorias.

Nesse ponto começaram as primeiras divergências no “casamento”, pois a autonomia pretendida pelos integrantes do Programa foi de encontro aos interesses do Capital, sob a mediação do Estado, ultrapassando os limites à cidadania permitida pela burguesia, ou seja: a conquista dos direitos sociais e a formação de parcerias sob a tutela do clientelismo, do patrimonialismo e da



burocracia e sob o domínio do Capital.

Segundo Dagnino (1994, p. 108-109):

[...] a nova cidadania, ao contrário da concepção liberal, não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo. A nova cidadania requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania 'de baixo para cima'.

[...] a ideia de que a nova cidadania transcende uma referência central do conceito liberal que é a reivindicação de acesso, inclusão, membership, 'pertencimento', (belonging) ao sistema político na medida em que o que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade. Estou pensando aqui, de um lado, no fato de que a conquista dos direitos de cidadania, tal como definidos por aqueles que hoje no Brasil estão excluídos dela, implicará, desde logo, modificações radicais na nossa sociedade e na estrutura das relações de poder que a caracterizam.

Foi justamente porque os indivíduos do PRONERA trabalharam no sentido de alterar a estrutura das relações de poder e implantar sua visão de mundo, seus valores e ideias no Programa que os embates começaram a acontecer. O Estado, claro defensor do projeto hegemônico da burguesia, começou a se incomodar com a transformação dos sujeitos históricos do Programa em sujeitos políticos ativos, adquirindo maturidade e autonomia nos processos decisórios e, portanto, conseguindo grandes avanços na área política, pois eles colocariam em risco o sistema como um todo.

Esse incômodo explicou o aparecimento de novos desafios à consolidação do PRONERA. De acordo com Rocha (2010, p. 167): 1) o processo de criminalização dos movimentos sociais, promovidos pelo Estado, e seus efeitos negativos sobre o fortalecimento da luta coletiva e sobre o apoio das instituições públicas "no fazer político e pedagógico das ações formativas dentro do Programa.", e 2) as constantes ações estatais no sentido de bloquear "o desenvolvimento do PRONERA", materializadas através do Acórdão nº 2.653/2008, do Tribunal de Contas da União (TCU) que proibiu o pagamento de bolsas aos alunos e professores universitários, impediu a realização de convênios e determinou sua substituição por licitação, bloqueou a participação dos movimentos sociais do campo nos processos de planejamento, execução e acompanhamento do Programa e

restringiu os recursos orçamentários e financeiros.

Consideramos esses entraves provas concretas da articulação do Estado ao projeto de desenvolvimento rural, pretendido pelo Capital. Nessa linha de pensamento, corroboramos com as análises realizadas por Grabowski (2010 apud RIBEIRO, 2012, p.11). Inicialmente, a autora esclareceu que

[...] os projetos encaminhados ao PRONERA/INCRA, no que tange à utilização dos recursos, têm de ser avaliados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), um órgão colegiado que integra a estrutura do MDA. Isso porque o financiamento sustenta-se na arrecadação de 2,7% da contribuição básica sobre a folha de pagamento das agroindústria, incluindo cooperativas rurais.

Primeiramente, diante da vinculação financeira entre empresas rurais e o PRONERA, a autora questionou se não estaria havendo uma pressão por parte delas para efetuar “[...] controle sobre os recursos repassados ao PRONERA, pelo INCRA, eliminando a participação dos movimentos sociais populares e oferecendo cursos na modalidade dos que funcionam pelo Sistema ‘S’?” (RIBEIRO, 2012, p.11), o que promoveria uma quebra na autonomia técnica e pedagógica do Programa.

A segunda questão, elaborada por Ribeiro (2012), referiu-se ao procedimento licitatório para contratação das parcerias em substituição aos convênios. Ela chamou atenção para três pontos: 1) o aluno que cursasse Graduação em Agronomia pelo Programa custaria a metade do valor de um aluno dessa modalidade fora do PRONERA; 2) as licitações poderiam representar um encarecimento do Programa, considerando a abertura para empresas que visam lucro; e 3) haveria o risco de transformação da educação, via PRONERA, em mercadoria (afirmação da professora Adelaide Coutinho, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em audiência pública aos pesquisadores e reitores com representantes do TCU, em 17/09/2010). Acrescentemos a essas argumentações o fato recorrente nas licitações públicas, que, ao objetivarem menor preço, representam, na maioria das vezes, uma baixa qualidade dos produtos e serviços prestados.

A terceira questão referiu-se à proibição da atuação dos movimentos dos trabalhadores rurais, nos processos de gestão do PRONERA. Para Ribeiro (2012, p. 11), expressou a disputa entre Capital e Trabalho pelo conhecimento, enquanto força produtiva. Acrescentemos a esta colocação o significado político da

apropriação do conhecimento e também do próprio processo de investigação, reflexão, amadurecimento, discernimento e produção do mesmo, o qual poderá levar a uma ruptura com o padrão de dominação a que os trabalhadores estão submetidos.

Essas constatações nos levaram a concluir que o papel do Estado capitalista brasileiro, dentro da proposta de desenvolvimento do PRONERA, perpassa por todas as funções estatais, com predominância da mediadora, à medida que, dentro de uma ideologia desenvolvimentista vigente, propaga temáticas como a conquista da cidadania, inclusão social, reconhecimento de direitos sociais dos excluídos, dentre outros, tentando transparecer uma “bondade”. Conforme Freire (1987, p. 31 apud ROCHA 2011, p. 40): “A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

No entanto, os avanços alcançados pela classe trabalhadora, no caso do PRONERA, de fato, não foram frutos dessa pretensa “generosidade”, motivada pelo receio, por parte do sistema capitalista e do próprio Estado, em perder controle sobre a sociedade, mas da pressão social do movimento dos trabalhadores rurais, em especial do MST, e dos seus parceiros.

Realmente, todas essas questões revelam não somente as medidas adotadas pelo Estado para enfraquecer as inovações implementadas na área de Educação do Campo, promovidas por esses representantes da sociedade civil, assim como as repetidas tentativas, e em alguns casos com sucesso, desse ente social em se apropriar da concepção do PRONERA.

As ações estatais, embasadas pelo projeto hegemônico de Educação, expressam a impotência da sociedade civil em fazer valer as vitórias conquistadas e já aprovadas através de leis, decretos, portarias. Nas palavras de Ribeiro e Antônio (2007, p. 4): “[...] algumas situações que desvelam a contradição entre a promessa da lei conquistada e as condições objetivas para sua concretização.”

Fica demonstrado claramente uma quebra na autonomia dos movimentos sociais populares toda vez que o Estado promoveu ingerências sobre a definição dos currículos, a formação dos professores, as formas de avaliação dos cursos, os métodos de ensino-aprendizagem e o processo de participação dos trabalhadores rurais e de suas entidades representativas na gestão dos projetos.

Ele também engendrará obstáculos para impedir o bom desenvolvimento das atividades do PRONERA, ao não viabilizar uma estrutura física adequada às

escolas, ao não disponibilizar materiais didáticos apropriados e em quantidade suficiente, ao atrasar os repasses financeiros, ao contingenciar os recursos orçamentário, dentre outros.

Nesta linha de raciocínio, coube-nos questionar se, a partir do embate entre Trabalho e Capital, mediados pelo Estado, presente na gestão do PRONERA, haveria possibilidade de apoio à promoção do desenvolvimento local? Pergunta que tentamos responder no próximo tópico, considerando os arcabouços teórico e empírico, explicitados, anteriormente.

#### **4A DINÂMICA DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS CAPACITADOS PELO PCEJAARAMA/PRONERA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÒCIO-ESPACIAL, DO PASJMA**

Partimos da premissa de que o PRONERA poderá ser uma ação auxiliar na promoção do desenvolvimento nos assentamentos, considerando a forma de gestar a Educação, explicitada em sua normatização e o rol de parcerias firmadas através dele.

Conforme Barbosa (2013, p. 17), passamos por uma evolução no processo de participação da sociedade civil nas decisões políticas:

Atualmente, na sociedade brasileira, encontra-se um celeiro de iniciativas e de ideias no que diz respeito à ampliação da participação de cidadãos e cidadãs nas decisões públicas, dentre elas: movimentos sociais, fóruns, associações, conselhos de políticas públicas, Organização Não Governamental (ONG), fundações, institutos, etc. Os brasileiros, para além do voto, têm ao seu alcance uma pluralidade de instâncias e de mecanismos de alargamento da esfera pública, normatizados e inseridos na burocracia estatal, algumas vezes por pressão de organizações da sociedade civil e, por outras, “a convite” do próprio estado, como é o caso dos conselhos de políticas públicas nos três níveis de poder: municipal, estadual e federal.

No que pese à questão das parcerias, O PRONERA foi instituído, em âmbito nacional, através dos movimentos e parcerias estudadas no item anterior. A gestão geral coube à Coordenação Geral de Projetos Especiais do INCRA setorial nacional e, em âmbito local, foi prevista sua administração através de parcerias firmadas entre Superintendências Regionais do INCRA, IES, movimentos sociais rurais, sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Prefeituras, Governos Estaduais - Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de Agricultura e de Saúde, além de instituições e entidades afins.

No estado do Maranhão, o Programa foi concretizado através da parceria entre movimentos sociais dos trabalhadores rurais, tais como sindicatos de trabalhadores rurais, MST, FETAEMA, ASSEMA e as IES: IFMA, UFMA e UEMA.

Essas IES's acumulam várias funções, dentre elas, o papel de mediação entre os movimentos sociais e o INCRA. No âmbito da Educação do Campo, são responsáveis pela elaboração dos projetos, em diálogo com os parceiros; assumem também a execução e acompanhamento pedagógico das ações educativas, bem como a gestão dos recursos financeiros.

De acordo com informações obtidas junto ao INCRA/MA foram desenvolvidos 26 projetos do PRONERA, no estado do Maranhão, até a presente data. Um número insuficiente para atender a demanda, dos 988 PA's e das 128.491 famílias assentadas, cadastrados junto ao INCRA. (INCRA / 2014).

Assim, acreditamos na possibilidade de o PRONERA apoiar o processo de desenvolvimento a partir da nova formatação de cidadania, já exposta no capítulo anterior e nas afirmações de Dowbor (2001, p. 23) sobre as oscilações entre Liberalismo e Estatização (Estado mínimo x Estado máximo): “Ultrapassando a tradicional dicotomia entre Estado e a empresa, o público e o privado, surge assim com força o espaço da sociedade civil organizada, e as nossas opções se enriquecem”.

Essas afirmações vão ao encontro das concepções acerca do desenvolvimento, presentes em Furtado (1983; 2009) e em Veiga (2001), também detalhadas no capítulo anterior, bem como das ponderações de Dallabrida (2007 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008) sobre os elementos principais para a promoção do desenvolvimento: mudança estrutural, recursos materiais e imateriais, melhoria na qualidade de vida e dinamização socioeconômica; e sobre a necessidade de organização e mobilização na busca de interação das habilidades dos agentes econômicos, sociais e políticos, dando origem à configuração social da inovação, que juntamente com os avanços tecnológicos, poderão um processo de desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, concluímos que a Educação, enquanto propulsora dos mecanismos de geração, apropriação, disseminação e compartilhamento de conhecimento, constitui-se no elo entre o campo, o trabalhador rural e o desenvolvimento. No entanto, conforme Rocha (2011, p. 39): “[...] o conhecimento por si só nada pode mudar; pode, sim, orientar uma prática social – a práxis e, através dela, mudar a história dos trabalhadores [...]”.

Dessa forma, para que o processo educacional seja capaz de influenciar o processo de desenvolvimento, precisa atuar junto aos assentados ao promover a aplicabilidade desses conhecimentos na evolução das técnicas e métodos de produção, no crescimento dos resultados positivos obtidos da atividade humana para a sociedade e para o meio ambiente e no amadurecimento da consciência política do indivíduo, permitindo ascensão profissional, educacional e política dos envolvidos na ação educacional, e por conseguinte, possibilitando melhoria em suas

condições de vida, sob os aspectos material e imaterial.

Destarte, com base nas das colocações acima, das ponderações expostas nos capítulos anteriores e da metodologia utilizada neste trabalho, identificamos vários critérios para auxiliar na mensuração do apoio ao desenvolvimento em áreas de assentamento relacionados à atuação do PRONERA, a saber, 1) aplicabilidade desses conhecimentos na evolução das técnicas e dos métodos de produção; 2) melhoramentos na atividade humana; 3) preservação do meio ambiente; 4) nível educacional; 5) nível de renda; 6) nível de ocupação; e 7) amadurecimento da consciência política do indivíduo.

Decidimos utilizar o critério “amadurecimento da consciência política do indivíduo”, por representar maior força transformadora em direção às mudanças estruturais positivas na ordem social vigente, e consideramos pertinente, para tal fim, o uso de três indicadores percentuais, a saber, progresso profissional, ascensão educacional e avanço político. Todos enquadrados, é claro, a partir de análises pós-PRONERA. No entanto, em decorrência do prazo estabelecido para realização da pesquisa e para apresentação da dissertação, resolvemos focar no indicador ascensão educacional, pela capacidade que o processo educacional libertador tem sobre a transformação da sociedade.

Especificamente, quanto à questão do amadurecimento da consciência política dos indivíduos participantes do PRONERA, como forma imprescindível para apoio ao desenvolvimento local, nossa visão partiu da concepção de ideologia enquanto processo histórico (CARDOSO, 1978).

Se a cada momento da história temos uma ideologia do desenvolvimento correspondente, a qual é fruto das lutas de classe, dentro de um contexto mercantil desenvolvido, a consciência política dos indivíduos tem participação fundamental para compreensão desse fazer histórico. Pois se, de um lado, o espaço histórico-político-cultural-social onde o sujeito vive influencia na construção da sua consciência política, por outro lado, é esta mesma consciência política que poderá promover mudanças nesse espaço ou manter a situação vigente.

Essa retroalimentação também está presente nas interligações existentes entre ideologia e relações concretas presentes na realidade social. Nas palavras de Iasi (2007, p. 26): “[...] a ideologia corresponde às relações concretas que comprovam e reforçam essa ideologia ao mesmo tempo em que esta a justifica e reforça”.

A superação dessa representação mental e superficial da realidade concreta poderá ser atingida a partir de estudos e de reflexões que permitam ao indivíduo construções de pensamentos capazes de promoverem reformulações mais bem elaboradas acerca de todo processo histórico e das relações sociais de produção, associadas a esse fazer histórico. Situando-se ele próprio, nesse contexto, enquanto ser social e político e possibilitando incremento em sua consciência política.

Nessa linha de raciocínio, consideramos que a consciência política pode ser definida como o nível de percepção a partir do qual o indivíduo desvela o significado da realidade na qual vive, ou seja: das relações de poder, de dominação e de influência que interferem em seu cotidiano.

Sob esse fundamento, percebemos que, durante o desenvolvimento das relações materiais de produção, o entrelaçamento entre ideologia e consciência torna-se tão enraizado e determinante, no sentido de permitir o aprofundamento da alienação dos indivíduos ou sua superação.

Com relação à consciência do indivíduo, Iasi (2007, p. 18) começou a analisá-la, partindo da sua primeira fase, a alienação, compreendendo enquanto estágio no qual “cola-se à própria constituição de aparato psíquico uma concepção de mundo”.

Gramsci (1966, p. 12) nos deu uma grande contribuição para o entendimento dessa questão:

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa [...] criticar a própria concepção de mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa portanto criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário.

Assim, quanto maior o grau de consciência política, mais capacitado estará o indivíduo, representante da classe trabalhadora, em atuar ativamente da vida em sociedade e promover transformações no sistema social. Do mesmo modo que os representantes da classe burguesa estão em agir em prol da manutenção da ordem vigente.



A partir desse embasamento, consideramos que a contribuição do PRONERA ao desenvolvimento poderá advir da forma participativa e valorativa como o processo educativo se dá, sendo capaz de promover elevação da autoestima, crescimento da capacidade organizativa e mobilizadora política e social, resgate de valores, e aperfeiçoamento do processo crítico-transformador sobre si mesmo e sobre o mundo onde vive.

De acordo com Molina (2003, p. 109):

Essa compreensão crítica se organiza na medida em que “há um resgate da cidadania do homem do campo e uma conscientização do seu papel dentro da família e na comunidade em que ele vive” (Incra/MA). Esse entendimento exige que a educação se realize na relação dialética e não idealista e que leve em consideração a história que eles estão construindo no contexto da Reforma Agrária como possibilidade de mudanças. Por isso, participar do Pronera “amplia o conhecimento dos sujeitos envolvidos no processo educativo e eleva a sua consciência crítica e qualifica a sua prática diária tanto no trabalho como na sua vivência pessoal” (MST/MA), o que nos indica o sentido para pensarmos nas inúmeras possibilidades que se abrem através da educação.

Também consideramos importante, na construção da consciência política dos educandos, o enfoque dado por Molina (2003) ao sistema de parceria, apreendido também como um processo de aprendizagem. Pois a relação existente no Programa, especialmente entre os movimentos sociais dos trabalhadores rurais e as Universidades, é muitas vezes conflituosa, emperrada, porém acabam gerando novas formas de participação social em decisões importantes para a comunidade e a possibilidade de transformação da sociedade.

Segundo Molina (2003, p. 114):

É importante observar como a experiência advinda da construção das parcerias contribuiu para a ampliação do poder, mas não é qualquer poder, é um poder intrinsecamente ligado às novas formas de participação na sociedade que não se esgota apenas no poder representativo. Longe de uma visão ingênua da educação como alavanca principal de transformação da sociedade, estamos tentando compreender, através dela, novas possibilidades. Apesar das dificuldades para um amplo engajamento dos demais parceiros nos projetos, o Pronera conseguiu ampliar a inserção de outros órgãos públicos nos assentamentos com o envolvimento das secretarias de educação, e também de outras secretarias como saúde e agricultura, por exemplo.

Outro aspecto focado por Molina (2003), que também consideramos relevante para o amadurecimento da consciência política dos indivíduos, foi

asustentabilidade, pois essa temática muito difundida nos sites e documentos oficiais do Governo Federal, é capaz de despertar para uma maior valorização do meio ambiente e promover mudanças na relação com a natureza.

Conforme Molina (2003, p. 116):

Se a terra é o que garante a unidade e ao mesmo tempo a diversidade da lutados trabalhadores e trabalhadoras, as questões inerentes a ela devem ser vistas pelas suas inter-relações. Educação requer sustentabilidade como princípio e estímulo ao pensamento que trabalhe de modo crítico a visão das pessoas sobre os problemas. Essa visão é composta por crenças, atitudes e valores e, é tão importante, quanto a realidade imediata e objetiva que elas devem enfrentar.

Portanto, respeitar a natureza, preservando-a para as próximas gerações, considerando que ela é fonte primária e essencial de sustento para a humanidade, não poderia estar dissociado do processo educacional, principalmente quando percebemos que o despertar da consciência ecológica perpassa pela cultura, pelo saber empírico, técnico, científico, tecnológico e pela ética.

Em suma: percebemos que a ampliação da participação dos trabalhadores rurais no PRONERA e na vida da comunidade constitui-se a base do processo de amadurecimento da consciência política dos educadores do Programa, pois é a partir desse momento que passam a se comportar como "sujeitos sociais ativos" (DAGNINO, 1994, p. 108).

A ativação desse indivíduo é expressa, sobretudo, a partir de sua capacidade de refletir sobre sua condição social, debatendo e encontrando novos caminhos, definindo seus direitos, lutando por seu reconhecimento e contrapondo-se a qualquer vinculação às estratégias de dominação da classe burguesa e do próprio Estado. Enfim, construindo uma nova perspectiva de cidadania, advinda de inovações sociais, econômicas, políticas e institucionais que reforcem a identidade de classe, resgatando a luta pelos interesses da coletividade, promovendo parcerias que fortaleçam a repolitização da classe trabalhadora, aqui compreendida enquanto participação efetiva nas decisões políticas.

Porém, o desenvolvimento das práticas educativas do PRONERA, assim como as repercussões positivas ou não que possam apresentar junto ao processo de desenvolvimento dos PA's dependerão muito do grau de amadurecimento, mobilização e organização dos assentados e do nível de compreensão acerca do Programa por destes, dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, das

universidades, do INCRA e dos demais parceiros, pois o embate com o Capital, mediado pelo Estado capitalista sempre estará presente na criação e gestão das ações estatais.

De acordo com Molina (2003, p. 115), “Isso tudo nos faz reafirmar que a intervenção é histórica, é política e é cultural, o que nos faz compreender que as consequências dessas intervenções também o são”.

Acreditamos que as ideologias acerca do desenvolvimento rural, apropriadas pelas organizações públicas e privadas que participaram direta e indiretamente do processo de Educação do Campo, também exerceram influências sobre os resultados dos projetos do PRONERA, pois dependendo das visões sobre o desenvolvimento são formulados entendimentos diversos a respeito do Programa, a partir dos quais são criados modelos explicativos e propositivos de superação dos problemas educacionais no meio rural.

Conforme Fernandes (2012, p. 19):

Os princípios construídos pelo movimento das políticas públicas da reforma agrária e da Educação do Campo defendem a emancipação e autonomia como condição de superação da subalternidade. Construir estas condições é o desafio principal para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Não é demasiado afirmar que a educação tem papel essencial neste processo. Sabe-se disso há tempos e foi por essa razão que a Educação do Campo foi criada concomitantemente ao PRONERA. Estas políticas têm atuado no sentido de fortalecer os assentamentos de reforma agrária e suas organizações para o desenvolvimento humano. O PRONERA começou preocupado com a Educação Básica e hoje atua em todos os níveis, tendo um papel importante na formação técnica e no Ensino Superior, inclusive na Pós-Graduação. Mas, este processo não se desenvolve sem enfrentar ataques. Em muitos casos, para criar um curso de nível superior foi preciso superar barreiras de forças contrárias à democratização da educação.

Sabemos da beleza e coerência das proposições presentes nas legislações, nos manuais, nas normas e nos projetos do PRONERA, no entanto, as peculiaridades inerentes a cada processo de criação e de gestão dos projetos são decisivas para o alcance ou não das supracitadas autonomia e emancipação, aliadas indispensáveis do amadurecimento da consciência política dos indivíduos.

Conhecemos, também, os processos de luta e resistência dos trabalhadores rurais, os quais através da organização e mobilização, culminaram na constituição dos PA's. Porém, a história destes não é linear nem homogênea: cada PA é um caso único; portanto, o nível de alcance do amadurecimento da consciência política varia muito entre eles.

Segundo Iasi (2007, p. 7):

Esse movimento das formas de consciência encontra sua determinação material no movimento próprio do ser da classe trabalhadora, ora amoldada à ordem do capital, ora em luta por interesses imediatos, ou, em circunstâncias especiais, se conformando como uma classe que aponta para além do capital.

Assim, tomando a consciência enquanto processo, Iasi (2007, p. 8) reconheceu os obstáculos e os riscos existentes para a transposição da classe trabalhadora de uma simples componente da sociedade capitalista para uma formação emancipatória em contraposição sólida ao Capital.

Desta forma, consideramos relevante estudarmos as especificidades do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, focando nos aspectos da Questão Agrária e dos conflitos gerados por ela, no estado do Maranhão, e as particularidades do próprio Projeto do PRONERA desenvolvido nesse espaço, para fins de melhor compreendermos os resultados advindos da pesquisa acerca do amadurecimento da consciência política dos indivíduos, com foco na ascensão educacional, pós-PRONERA.

#### **4.1 Origem e desenvolvimento do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto**

##### **4.1.1 Histórico do espaço**

Especificamente em Barreirinhas, conforme informações coletadas no INCRA, percebemos que o enredo dos assentamentos possuem duas vertentes, muito embora todos apresentem conflitos entre os agentes.

Os assentamentos mais antigos envolveram principalmente conflitos entre colonos e proprietários, e tem resultado de desapropriação de áreas de grandes fazendas, algumas dessas construções datam dos primórdios da colonização.

Os PA's mais recentes envolveram principalmente conflitos entre posseiros e os "ditos" proprietários, movidos por interesses externos e especulativos,

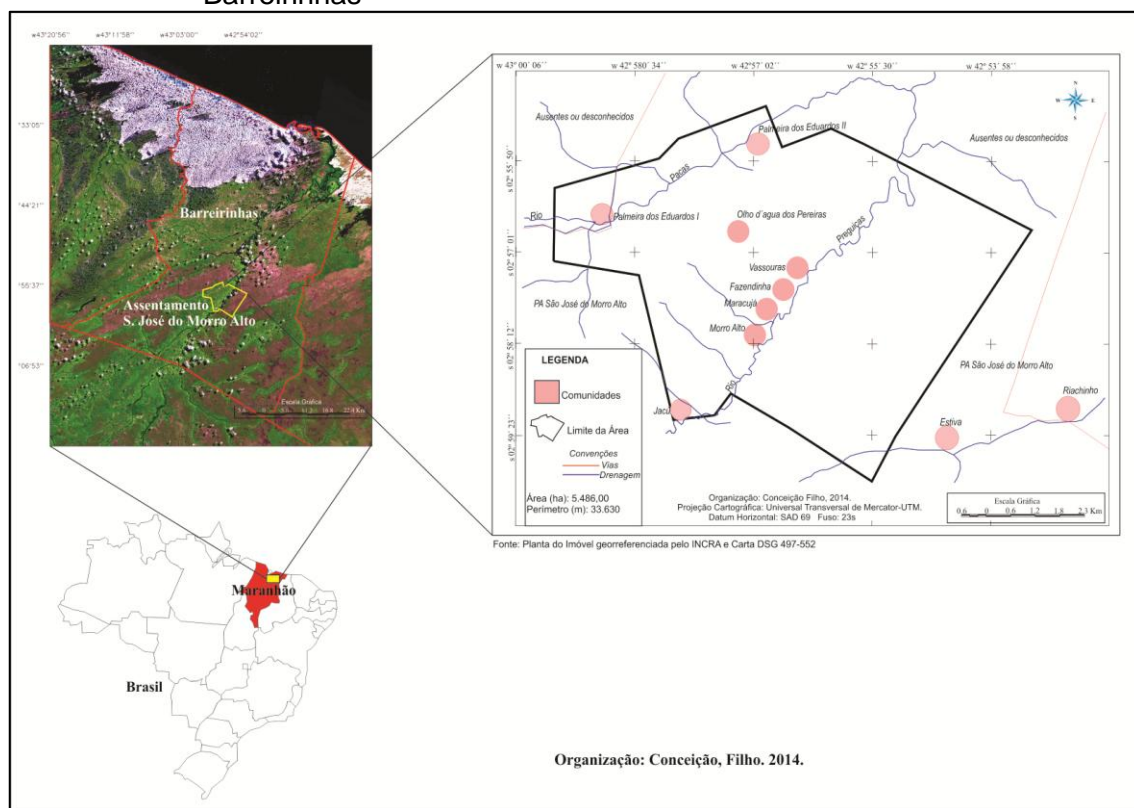
apresentando aspectos que lembram o quadro de grilagem<sup>14</sup> presente em outras áreas do estado, motivado pelo processo de valorização da terra que acompanha o movimento de expansão do Capital.

Segundo Silva (2006, p. 181),

A expansão dos projetos de assentamentos que ocorreu na Microrregião dos Lençóis é um processo recente e que, como foi dito anteriormente, decorre principalmente da regularização de áreas cuja permanência dos moradores encontrava-se ameaçada por interesses externos e especulativos de pretensos proprietários. É preciso lembrar que essa microrregião constitui atualmente um dos principais alvos da indústria do turismo.

O espaço correspondente ao Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, doravante denominado apenas PASJMA, foi composto pelos imóveis “Fazenda Morro Alto” e “Fazenda São José”, com área de 5.486,44 hectares, localizado em Barreirinhas, a 30 km da sede (Figura 1).

**Figura 1** - Mapa de localização do PASJMA em relação ao Brasil, ao Maranhão e à Barreirinhas



Fonte: Conceição Filho (2014)

<sup>14</sup> A prática de grilagem é a apropriação indevida de extensas terras por pretensos proprietários, que alegam direito sobre o imóvel, através da apresentação de documentação adulterada, em sua maioria.

A principal via de acesso é a MA-225, atual Translitorânea, sendo complementada por estradas de piçarra (Figura 2) e areia. O relevo é plano, em sua maioria, e a hidrografia dispõe de vários cursos de água permanentes, além do rio Preguiças.

**Figura 2** -Via de acesso para o PASJMA



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Os proprietários desse espaço, de acordo com cópia do Processo nº 1.344 / 83, cedida pelo INCRA, detinham a posse regularizada do imóvel há cerca de 30 anos e alegavam que antes os ocupantes pagavam “foro”, pois um dos donos vivia na área. Mas, após sua ausência por período prolongado, em decorrência de doença grave, os moradores pararam de efetuar pagamento e, na sua volta, eles ter-se-iam negado a continuar pagando pelo usufruto da terra e os proprietários perderam controle sobre a mesma.

Conforme relatos dos moradores mais antigos, os proprietários não aceitavam ficar sem o pagamento do foro e contratavam pessoas para cobrar, ameaçar os moradores e até mesmo invadir as casas e recolher a produção e seus mantimentos.

Na documentação do INCRA e em vários outros documentos encaminhados pela CONTAG, pela FETAEMA, pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas (STTR), pela Prefeitura e Câmara de

Vereadores do Município, ficou demonstrado que os proprietários estavam interessados em vender o imóvel para uma empresa paulista, para fins de instalação de atividades agropastoris, porém sem sucesso.

Além desse acontecimento, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2008) relatou outra tentativa de venda das terras:

No ano de 1985 chegou a Barreirinhas vindo de Santa Quitéria, o Sr. Pedrosa, major do exercito reformado, a procura do “dono” da propriedade o Sr. Pedro Ataíde Neto, herdeiro das terras do Morro Alto, para realizar a demarcação da área, a fim de adquiri-la através de um processo de compra. A senhora Fátima, ativista comunitária, soube da negociata e tratou de informar as famílias moradoras da área, que estava deslocando um grupo de topógrafos do proprietário para realizar a demarcação, com vista à efetivação da venda da referida área. O Sr. José Alfredo, líder comunitário da comunidade Palmeira dos Eduardo, através de levante, impediu a demarcação e conclusão da compra

Ficou evidente, nesses fatos, além da capacidade organizativa e mobilizadora dos moradores, a angústia e revolta dos mesmos, perante a possibilidade de venda do espaço onde viviam e trabalhavam, incrementando o clima de instabilidade.

Houve, inclusive, uma tentativa de negociação para compra por parte dos trabalhadores, porém ela não foi exitosa, em decorrência do alto preço estipulado pelos donos da propriedade, gerando tensão entre os ocupantes e consequentemente, conflito entre eles e os donos do imóvel.

Percebemos neste processo histórico ‘um esvaziamento da relação de patronagem, que até então organizava a vida social’ (CARNEIRO, 2004 apud MIRANDA, 2010, p. 172).

A situação descrita ainda apresentou um caráter contraditório, pois os trabalhadores, ao se negarem a pagar o foro, estavam lutando contra um processo injusto de concentração de terras, mas ao mesmo tempo geraram um ótimo argumento para os proprietários negociarem junto ao Estado a venda de seu bem, com vantagens financeiras.

De acordo com Miranda(2010, p. 170), referindo-se ao assentamento que analisou: “A recusa no pagamento da renda da terra por parte dos moradores favoreceu a ação do proprietário no sentido de buscar uma alternativa economicamente mais interessante, que seria a venda da terra”.

Nesse contexto, observamos ainda o duplo movimento de luta exposto por Miranda

(2010, p. 170): “Dois movimentos configuram-se concomitantemente: a luta dos moradores pela desapropriação da área e a do proprietário pela venda.”Essa situação conflituosa despertou, portanto, nos trabalhadores rurais e em suas entidades representativas a necessidade de expor os fatos e buscar solução para o problema. Na documentação presente no Processo nº 1344 / 83, constam reiterada solicitações enviadas, a partir de 1983, para o INCRA, para a FETAEMA, para a CONTAG, visando o assentamento definitivo dos trabalhadores (INCRA, 1983). Inclusive, também constam ofícios expedidos pela Prefeitura Municipal de Barreirinhas e pela Câmara de Vereadores, que, conforme relatos do presidente do STTR de Barreirinhas, à época da desapropriação do imóvel, foram frutos das visitas e cobranças periódicas, realizadas pelos representantes dos trabalhadores rurais do espaço, exigindo um posicionamento por parte das autoridades municipais.

Além dessas diversas documentações, muitas reuniões foram realizadas, envolvendo as entidades dos trabalhadores rurais e instituições públicas, alertando para as tensões no local e a iminência de acirramento dos conflitos, indicando a necessidade de providências, objetivando a desapropriação das terras.

A situação dos trabalhadores rurais, no referido espaço, e os acontecimentos que os envolveram, retrataram as mesmas repercussões negativas sobre a estrutura agrária e fundiária disseminadas em todo o Maranhão, iniciadas na década de 60. Esses ocupantes, não possuíam propriedade da terra ou mesmo conhecimento da necessidade de sua regularização perante o Estado. Com a expansão do contexto mercantil desenvolvido e a conseqüente consolidação da terra como mercadoria e sua utilização como reserva de valor, houve detrimento de sua função social, outrora estabelecida no Estatuto da Terra.

Em vista do exposto, os trabalhadores rurais acabaram tornando-se alvo dos processos de grilagem e especulação fundiária, os quais promoveram o acirramento da concentração fundiária maranhense, a expropriação e a exploração da Força de Trabalho rural, sob a proteção do próprio Estado.

A própria política de desenvolvimento implementada pela Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), durante as décadas de 60 e 80, estimulada pela expansão monopolista do Capital no Maranhão e associada á política fundiária do governo estadual, muito contribuiu para a formação desse quadro caótico de expansão da grilagem, concentração e especulação fundiária.



Quanto à questão da grilagem, a legislação fundiária do Estado do Maranhão, a saber, a Lei nº 2.979/1969 e a Lei nº 6.383/1976, permitiram a expulsão dos antigos ocupantes e legitimaram a grilagem nesse espaço. Elas regulamentaram a venda de grandes lotes de terras a preços irrisórios, sem necessidade de concorrência ou leilão e com pagamento sem cobrança de juros ou de correção monetária (HOLANDA, 2012 apud COSTA, 2013a, p. 16)<sup>15</sup>.

A consolidação da tendência à concentração fundiária foi exposta pelo trabalho de Arcangeli (1987, p. 145), pois os dados demonstraram que os estabelecimentos maiores de 50 hectares, que representavam 85% da estrutura fundiária maranhense, em 1960, passaram para 89%, em 1975.

A situação da especulação fundiária, que tornou a terra inacessível para os pequenos produtores, agravou o problema dos grupos excluídos, provocou o aumento dos conflitos de terra e o surgimento dos assentamentos no Maranhão. Segundo Arcangeli (1987, p. 155), “[...] a inflação da terra teve grande expressão no período que vai de 1966 a 1978, quando o preço das terras de lavoura apresentara acréscimo de 42% a e das terras de pastagem, 41% a.a. Essa elevação do preço da terra é resultado da ‘expansão do monopólio privado da terra’.

Foi no bojo desse contexto de injustiça social que os trabalhadores rurais das Glebas São José e Morro Alto e suas organizações trabalhistas se mobilizaram, com o apoio da CPT e sua Comunidade Eclesial de Base (CEB) e, após várias manifestações e encaminhamento de documentos, conseguiram pressionar o INCRA a iniciar os procedimentos, objetivando a desapropriação do imóvel por interesse social.

A tramitação formal do processo, no INCRA/MA, foi iniciada com a realização da vistoria no local, a partir da qual o imóvel foi classificado como latifúndio por exploração, por não cumprir sua função social. Depois efetuaram levantamento socioeconômico e reconheceram a ocupação e exploração da terra para fins de sustento pelas 257 famílias de pequenos produtores sem terra, desde longa data. Na gleba, 238 chefes de família trabalhavam na lavoura, sendo que os demais tinham outra profissão ou eram aposentados.

---

<sup>15</sup> Informação fornecida por meio de Palestra proferida pelo Professor Dr. Felipe de Holanda, em Seminário no Mestrado de Desenvolvimento Sócio-espacial Regional, na UEMA, no dia 01 de Agosto de 2012.

No laudo técnico de viabilização e avaliação, apresentado pelo INCRA, em 1986, constou que o imóvel a ser desapropriado era de fácil acesso, banhado por vários cursos de águas permanentes, inclusive o rio Preguiças, com relevo plano e pequenas ondulações e apresentando clima tropical.

Quanto à atividade econômica, predominava a cultura de subsistência, com a comercialização do excedente para os mercados de Barreirinhas, Tutóia e Urbano Santos, feita por intermediários. Na agricultura, houve destaque o plantio de mandioca (Figura 3), enquanto a pecuária era pouco expressiva, apresentando pequena criação de gado bovino. Havia uma criação de animais de pequeno porte, relativamente desenvolvida, principalmente de suínos e aves.

A maior dificuldade que as famílias de agricultores encontravam para o crescimento das suas atividades econômicas consistia no problema de acesso à assistência técnica, considerando-se que existiam somente dois técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão (EMATER) para uma grande população de agricultores; e na impossibilidade de obtenção de crédito, considerando-se que os bancos exigiam garantia para concessão de empréstimos e as famílias não possuíam nem o título de propriedade da terra.

**Figura 3** -Plantação de mandioca, no povoado Palmeira dos EduardosII



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Na época, a região não possuía posto de saúde, as casas eram de piso de chão batido e cobertas de palhas, em sua maioria, com poucas escolas primárias, o que evidenciava um alto índice de analfabetismo nas glebas.

Para fins de efetuar a desapropriação da terra, durante a tramitação de documentação, todas essas informações foram encaminhadas pelo INCRA, através do Ofício nº 495, de 22 de dezembro de 1986, para o Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, contendo como anexo o processo INCRA/MA nº 1344 / 83, no qual constavam vários documentos, dentre eles, laudo técnico e parecer jurídico sobre o assunto, além do relatório da Comissão Agrária do Estado do Maranhão, com atesto favorável à desapropriação.

Através da Emenda Ministerial (EM) nº 010 / 87, de 07 de janeiro de 1987, enviada pelo Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário ao Presidente da República, foi encaminhada a proposta de decreto, para fins de desapropriação, das Glebas São José / Morro Alto, localizada na margem esquerda do rio Preguiças, possuía 5.486,44 ha, situada no município de Barreirinhas, a qual estava inserida em área considerada prioritária para fins de Reforma Agrária, conforme Decreto nº 92.619, de 02 de maio de 1986.

Em 28 de janeiro de 1987, através do Decreto nº 93.980, o Presidente da República, declarou de interesse social para fins de desapropriação o imóvel rural, denominado Gleba São José / Morro Alto e em 03/12/1987, finalmente o PA foi criado, após um longo período de tramitação técnica e jurídica, que envolveu muitos conflitos e tensões, no espaço em questão.

No entanto, essa vitória, quando analisada superficialmente, faz parecer que foi fruto de um processo de luta e resistência “curto” e “pacífico”, mas, na verdade, guarda em sua essência uma longa trajetória de injustiças e crueldades praticadas pelo Estado brasileiro, associado ao Capital, contra o homem do campo. Ela também representou o reinício da batalha por tantas antigas reivindicações por estradas, Educação, Saúde, crédito, assistência técnica, extensão rural. Também representou uma redescoberta da necessidade de implantar melhorias na organização e mobilização política dos moradores do PASJMA, gerada a partir do amadurecimento da consciência política dos mesmos.

#### 4.1.2 Atualidades do Espaço

A morosidade dos procedimentos do Governo Federal, relativos ao trabalhador rural é tão indubitável que a própria expedição dos títulos definitivos da terra, após 27 anos da desapropriação, ainda não aconteceu no PASJMA!

Porém, essa situação pode ser consequência da discussão dentro dos movimentos dos trabalhadores rurais com relação à luta pela emissão dos títulos definitivos de propriedade ou pela concessão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Este impasse está justificado pelo fato da expedição dos títulos definitivos de propriedade predispor os PA's ao processo de emancipação, o que significaria:

- I) A redução ou total inexistência de obrigações por parte do Governo Federal em ofertar benefícios às famílias assentadas, mesmo sendo sabedores da não existência de uma real autonomia socioeconômica dos Assentamentos.
- II) A possibilidade dos assentados poderem vender seus lotes, pela pressão do sistema capitalista, que não dá as devidas condições para o desenvolvimento da agricultura familiar e, por outro lado, prestigia os grandes projetos.

Assim, movimentos sociais como o MST consideram importante que o Estado continue concedendo aos trabalhadores rurais direitos que lhes foram negados durante décadas, tais como o acesso ao crédito.

O acesso dos assentados ao crédito pode ser efetivado através do PRONAF, para tanto eles necessitam que o INCRA faça expedição da DAP, o que tem se constituído um processo moroso, complexo e excludente.

O PASJMA encontra-se na etapa de desenvolvimento, na qual são realizadas obras de melhorias, tais como a reestruturação de moradias. Também nesta fase é executada a ampliação de serviços, que pode ser efetivada através da cessão de áreas do PA para a Prefeitura local construir escolas, postos de saúde, dentre outros.

Até o último levantamento residiam no local 373 famílias, em um espaço com capacidade para até 378. No entanto, no PDA/2008, ficou atestado que 501 famílias residiam nesse espaço, as quais estavam assim distribuídas, em 2008:

**Quadro 1** - Número de famílias moradoras do PASJMA por Povoado do PASJMA

<b>Comunidades</b>	<b>Nº de Famílias Cadastradas</b>	<b>Nº de Famílias Não Cadastradas</b>
Olho D'Água	50	16
Palmeira dos Eduardos I	62	10
Palmeira dos Eduardos II	59	15
Vassoura	26	-
Maracujá	30	4
Morro Alto	60	80
Fazendinha	44	06
Jacu	33	06
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>137</b>

Fonte: Extraída de INCRA/FETAEMA/PLANEJA(2008, p. 38).

Entre cadastradas e não cadastradas, somavam 2.132 pessoas das quais 1.027 (48.17%) mulheres e 1.105 (51.83%) homens, estando a grande maioria situada na faixa etária dos 18 a 60 anos (48,59%).

De acordo com o “Painel dos Assentamentos/2014” (INCRA, 2014), do total de famílias assentadas, 306 estavam inscritas no cadastro único de programas sociais, com 243 delas apresentando renda de até R\$ 70,00 mensais per capita, enquanto 236 recebiam Bolsa Família.

Das três rotas de Assentamento definidas pelo INCRA, o Assentamento estava contemplado em duas: Assentamentos Verdes e Reestruturação Produtiva. Na primeira rota, foi incluso a partir do Território da Cidadania “Lençóis Maranhenses / Munim”, estando com 317 chamadas homologadas e não contratadas, em 2013, relativas ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

Não se encontrava incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para recebimento de retroescavadeira ou motoniveladora, nem no Bolsa Verde, o qual oferta instrumentos de gestão ambiental aos assentados.

Na segunda rota, incluso também a partir do Território citado anteriormente, o PASJMA foi contemplado no ATES e 127 assentados receberam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)<sup>16</sup>. O PRONAF<sup>17</sup> é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. No entanto, o PASJMA não foi incluído no PAC e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Embora o INCRA/MA seja responsável pelo PDA, a sua realização, após assinatura de convênio com a FETAEMA, ficou a cargo primeiramente da Fundação Beneficente São Sebastião, a qual elaborou o documento preliminar, editado em 2004. A partir desse ano, a empresa Planeja Consultoria e Assessoria em Desenvolvimento Sustentável passou a elaborar os Planos de Desenvolvimento do PASJMA, juntamente com os assentados (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008).

Atualmente, está sendo elaborado o PDA/2014, a cujo processo de culminância junto aos moradores cadastrados no INCRA/MA. No entanto, os dados socioeconômicos repassados a seguir são relativos ao ano de 2008.

Conforme o PDA/2008, nos oito povoados (Figura 4) que compõem o PASJMA, a infraestrutura física demonstrou a seguinte estrutura:

- Palmeira dos Eduardo I – 58 casas de alvenaria, 11 casas de adobe, igreja católica, sede da associação em adobe, posto de saúde, escola da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Maior, 10 casas de forno;
- Palmeira dos Eduardo II – 49 casas de alvenaria, 22 casas de adobe, unidade de beneficiamento da raiz de mandioca, 05 de áreas de pastos, igreja adventista, sede da associação em adobe, um poço tubular profundo e rede de distribuição, 13 casas de forno;
- Olho D'água – 46 casas de alvenaria, 28 casas de adobe, uma igreja adventista e uma católica posto de saúde, escola da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Menor, unidade de beneficiamento da raiz de mandioca com a estrutura física de adobe. 08 casas de forno;
- Morro Alto – 60 casas de alvenaria, 43 casas de adobe, 01 igreja

<sup>16</sup> DAP é um instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, como aptos a realizarem operações de crédito rural relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central do Brasil, Capítulo 10, Seção 2 (Informação extraída do Manual do Agente Emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF. Versão 1.0, de 21.01.2014.

Disponível em:

<<http://dap.mda.gov.br/dapweb/ManualDAP/MANUAL%20DO%20AGENTE%20EMISSOR.pdf>>.

No caso específico do PASJMA, os assentados foram beneficiados apenas com a DAP do tipo “A”. Ela se refere ao PRONAF “A” destinado para: 1) financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias e 2) financiamento de investimentos em projetos de reestruturação complementar.

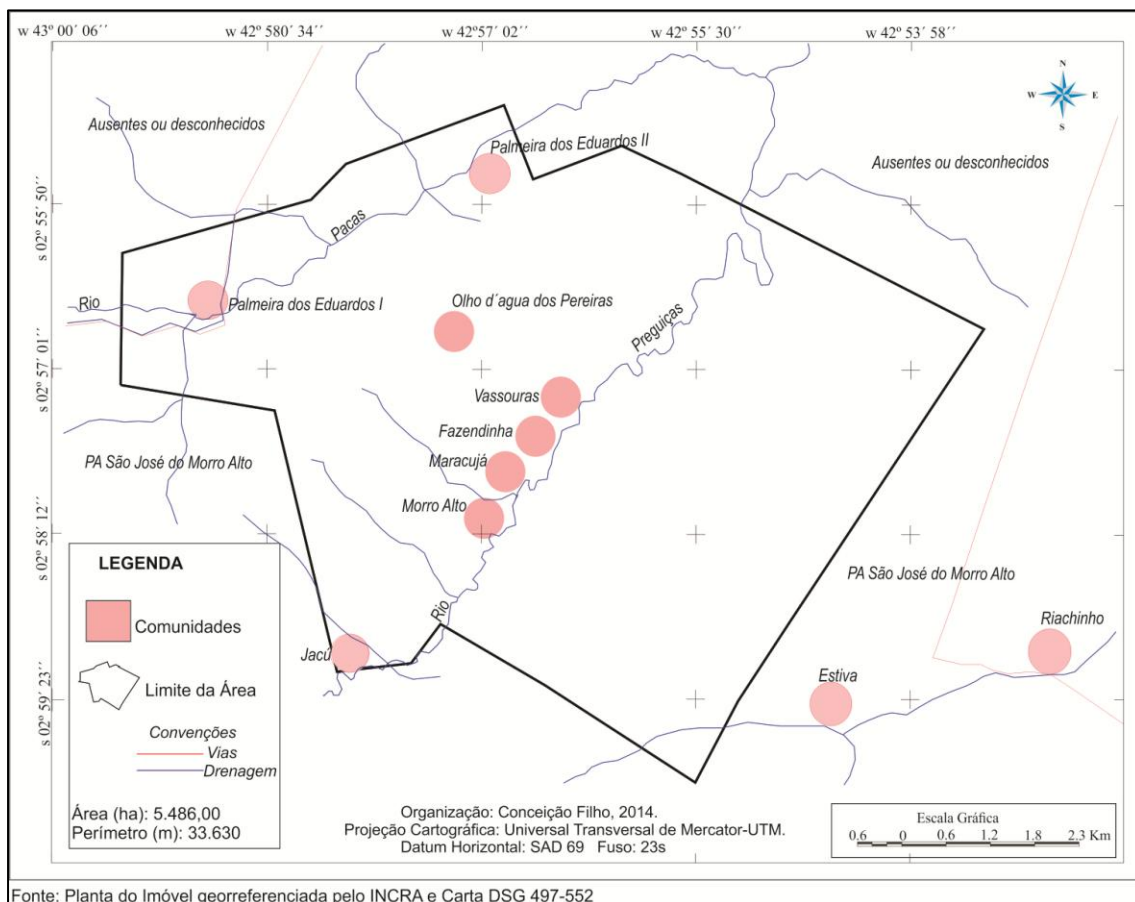
<sup>17</sup> O PRONAF, de acordo com dados cedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (<http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/4430.pdf>), relativos a julho/2013, possui treze classificações, dentre grupos e linhas de crédito. No caso específico do PASJMA, atua apenas o PRONAF “A”, com liberação de créditos até o limite de R\$ 21.500,00, operando com juros que variam de 0,5 a 1,0% a.a e prazo de pagamento em até 10 anos.

adventista, sede da associação em adobe, posto de saúde, 02 escolas com duas salas de aula em cada uma, unidade de beneficiamento da raiz de mandioca com estrutura física de adobe, 16 casas de forno;

- Jacu – 29 casas de alvenaria, 04 casas de adobe, 01 igreja católica, 05 casas de forno, 01 escola em fase de construção;
- Maracujá – 29 casas de alvenaria, 03 casas de adobe, 01 sede da associação em adobe, unidade de beneficiamento da raiz de mandioca, 05 casas de forno.
- Fazendinha – 35 casas de alvenaria, 08 casas de adobe, 01 igreja adventista, 01 escola com duas salas de aula, 06 Casas de forno, 02 mini usinas de arroz e 01 áreas de pasto.
- Vassouras – 25 casas de alvenaria, 01 casa de adobe, 03 casas de forno.

Em todas as comunidades existe energia elétrica, mas no povoado Olho D'água, para atender toda a comunidade, utiliza a "gambiarra", ou seja, ligação ilegal e que pré-dispõe os moradores a reais acidentes. (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 41-42)

**Figura 4 - Mapa com distribuição dos oito Povoados, no PASJMA**



Fonte: Extraída de INCRA/FETAEMA/PLANEJA (2008).

A partir do trabalho de pesquisa local e das entrevistas, coletamos informações mais atualizadas sobre a situação das escolas, dos postos de saúde e das associações de moradores.

Com relação às escolas, como já foi abordado, prevalecem as escolas municipais de ensino fundamental (Figura 5). A novidade reside no fato do PA da instalação do Ensino Médio, há cerca de sete anos, em escola localizada no povoado de Morro Alto (Figura 6). No entanto, não consegue atender a toda comunidade, em decorrência das poucas vagas ofertadas e das dificuldades de deslocamentos e de transporte existentes entre os povoados. Por outro lado, os próprios moradores percebem a precariedade do ensino, gerando certo descrédito no processo educacional local.

**Figura 5** -Escola Municipal de Ensino Fundamental, no Povoado Fazendinha



Fonte: COSTA, Katia Regina castro (2014)



**Figura 6** -Escola de Ensino Médio, no Povoado Morro Alto



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Quanto à área da Saúde, existem postos de saúde (Figuras 7 e 8) apenas em alguns povoados e funcionam de modo insatisfatório, pois na maioria das vezes não possuem itens básicos para o bom desenvolvimento dos procedimentos. Sem contar que há presença de médico apenas um ou dois dias da semana, e em alguns casos apenas uma vez ao mês.

**Figura 7** -Posto de Saúde, no Povoado Palmeira dos EduardosI



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

**Figura 8** -Posto de Saúde, no Povoado Olho D'água dos Pereira



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Quanto às associações de moradores (Figura 9), poucos povoados possuem sede própria, realizando suas atividades de forma improvisada em locais variados como igrejas, escolas, em barracões ou nas casas dos presidentes. Esta situação dificulta a organização dos associados, principalmente porque é mais um impedimento para garantir a regularidade das reuniões.

**Figura 9** -Associação de Moradores do Povoado Morro Alto



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Além da infraestrutura física o PDA/2008 contemplou levantamentos nas áreas ambiental e produtiva. Como o município de Barreirinhas integra o Território Rural dos Lençóis Maranhenses e Munim, recorte adotado pela SDT/MDA para fins de gestão do desenvolvimento no país, todas as ações direcionadas para o espaço em questão são trabalhadas a partir da perspectiva territorial.

Os estudos realizados pela PLANEJA também seguiram esta orientação espacial e detectaram, primeiramente, um forte processo de degradação ambiental, que gerou a diminuição do número de indivíduos das populações de flora e de fauna locais. Esse processo iniciou-se antes mesmo da criação do PA:

[...] quando o antigo proprietário do imóvel realizou o desmatamento de extensas áreas objetivando a implantação de pastagens para exploração pecuária e para a implantação de cultivos de plantas executados de forma itinerante.

Esse fato evidenciou mais uma vez que a expansão da pecuária no Maranhão, ocorrida após a década de 60, com os projetos da SUDENE, também influenciou a definição das atividades econômicas no espaço em análise.

Para tentar recuperar a Área de Reserva Legal (ARL), o INCRA investiu em projetos de reflorestamento de 32,91 hectares no PASJMA, promovendo o plantio de “[...] espécies que tenham potencial de utilização pelas famílias, além da capacitação dos assentados e da construção de viveiro para produção de mudas.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 30)

Ressaltemos que a abrangência espacial dessas ações, diante da ARL do PASJMA de 1.147,1204 hectares, corresponde a somente 2,87% desse total. Esses dados revelaram um grande descaso do Estado com a área ambiental, considerando que este PA tem 27 anos de criação.

As atividades de reflorestamento são realizadas juntamente com os assentados, nas margens do rio Preguiças e dos riachos Pacas e São José. Porém, a mata ciliar do rio Preguiças foi a área que necessitou de maior atenção, por se constituir no curso d’água mais importante para o PA e para o município de Barreirinhas. Apesar da realização dessas ações, direcionadas para o despertar de uma consciência ecológica dos assentados do PA, o PDA/2008, considerou o espaço vulnerável, em decorrência da existência de métodos tradicionais de exploração. Consideramos que essa constatação demonstrou não somente a força

destrutiva do já citado processo de desenvolvimento, promovido pelo Estado, via SUDENE, em décadas anteriores, como também a dificuldade que o INCRA tem em realizar assistência técnica e extensão rural junto aos assentados.

Em outras palavras: o Estado não considera e nunca considerou a Reforma Agrária, nem mesmo a atenção à agricultura familiar, uma prioridade dentre as ações públicas direcionadas para o desenvolvimento do campo.

Quanto ao sistema produtivo do PASJMA, o PDA/2008 afirmou que é composto por atividades agrícolas, pecuaristas e extrativistas, mas todas apresentavam “[...] uma baixa produção e produtividade, decorrente de fatores como o padrão tecnológico adotado, a escassez de recursos financeiros, dentre outros. (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 42)

As principais atividades agrícolas detectadas pelo referido Plano foram:

- Sistema Roça no Toco

Nesse sistema predomina a prática do corte e da queima, em áreas itinerantes, porém com curtos períodos de descanso para a terra. O roçado do milho, do feijão e da mandioca é feito através da cultura do sequeiro, onde a planta cresce sem a necessidade de irrigação, contando apenas com a água das chuvas Também cultivavam, para o consumo da família: abóbora, melancia, quiabo, maxixe, macaxeira.

- Campo Mecanizado

Essa prática ocorre nas áreas de cultivo da mandioca, as quais são adubadas, embora não passem por uma análise físico-química do solo e o tempo de repouso da terra também é muito curto, “[...] devido à escassez de terras agricultáveis.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p.44). Este sistema exige o manejo anual da área, assim como a retirada de todos os tocos, atividades realizadas com trator alugado. Porém, as outras etapas do cultivo, tais como o plantio, são realizadas manualmente.

- Sistema de Arroz de Várzea

Esse sistema caracteriza-se pela grande produtividade, em parte explicada pela baixa incidência de doenças nas plantas. Os especialistas na cultura justificam que o período do plantio, restrito aos meses de junho e julho, é

responsável pela reduzida incidência de pragas. A localização desse cultivo limita-se às áreas ribeirinhas do rio Preguiças.

- Sistema de Caju Nativo

O cultivo do cajueiro, para fins de comercialização basicamente da castanha de caju, expandiu-se por todo o PASJMA, no entanto foram os moradores dos povoados Palmeira dos Eduardos e Olho d'Água do Pereira que iniciaram essa atividade agrícola, nos anos 70, com objetivo de obterem melhoria em sua renda financeira. Ela é praticado nos “[...] espaços ociosos oriundos do cultivo da mandioca nos solos pobres e arenosos do assentamento.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 44-45). Porém, os métodos produtivas são ainda muito rudimentares, o único cuidado que tomam é a capina quando do início da produção do cajual.

Observamos que a castanha de caju processada é um produto muito procurado pelas pessoas que visitam a cidade de Barreirinhas, apresentando um preço razoável no comércio local, se comparado aos praticados em São Luís. No entanto, apesar de algumas tentativas no PASJMA, os moradores ainda não conseguiram agregar valor ao produto, em parte pela ausência de apoio das autoridades responsáveis.

Eles repassam a castanha “in natura” para atravessadores ou a vendem diretamente para o comércio na sede do município a valores irrisórios e sabem que têm mercado e podem melhorar seu lucro, mas não possuem os recursos necessários para tal empreitada. De acordo com relatos obtidos durante a pesquisa, o produto algumas vezes vai para fora do estado, através de cooperativas e chega, a Barreirinhas, custando muito mais.

- Sistema de Pomares de Fundo de Quintal

Esta prática era desenvolvida praticamente em todos os quintais, caracterizando-se pelo plantio e cultivo de hortaliças, especialmente coentro, cebolinha, vinagreira, pimenta, tomate; e árvores frutíferas, predominantemente mangueiras, bananeiras, cajueiros, goiabeiras, limoeiro, laranjeira, coqueiro, assim como pés de tangerina, acerola e ata.

Essas atividades visavam principalmente o consumo familiar, somente uma parcela reduzida da produção é destinada à comercialização, havendo um grande desperdício de frutas. Porém, com o aumento do Turismo na sede de

Barreirinhas, “[...] algumas famílias, juntamente com a ajuda da equipe de ATES, vêm desenvolvendo ações de promoção e transformação destas frutas em polpa e/ou levando-as *in natura* para a comercialização na sede do município.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 45).

- Sistema Culturas Financiadas pelo PRONAF “A”

Até o ano de 2005, o PASJMA não havia acessado nenhuma das linhas de crédito do PRONAF, destinadas à agricultura. Assim, de acordo com o PDA/2008, houve necessidade dos técnicos do ATES/INCRA iniciarem “[...] trabalho de identificação e sensibilização de famílias em condições de acessar o Pronaf “A”.” (INCRA/FETAEMA//PLANEJA, 2008, p. 46)

A equipe de ATES identificou vários problemas que precisavam ser solucionados, visando à obtenção do crédito, a saber:

[...] o descrédito generalizado quanto ao crédito (experiências anteriores quanto a assistência técnica não viabilizaram o crédito), a desorganização das famílias nas associações e em torno da produção e a irregularidade das oito associações e também de parte dos assentados junto a Receita Federal, TRE, SPC e SERASA. (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 46).

Com o auxílio do INCRA, houve superação dos problemas, por parte de alguns assentados, o que viabilizou a aprovação de 65 projetos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), especialmente de cajucultura, nos povoados de Jacu, Maracujá, Fazendinha e Palmeira dos Eduardos I e Palmeira dos Eduardos II, no ano de 2006, totalizando R\$ 914.764,20.

Esses dados demonstraram uma grande defasagem, inclusive cronológica, entre a demanda e a oferta de crédito, pois temos um PA criado no final de 1987 que apenas em abril de 2005 conseguiu receber atenção nesse sentido. Por outro lado, existiam 364 famílias, se levarmos em conta apenas aquelas que estão cadastradas, junto ao INCRA, em 2008, que esperavam esse estímulo às suas atividades produtivas.

O PDA/2008 esclareceu que foi intensificada a aplicação do crédito, no ano de 2007, porém uma das limitações para sua expansão foi o desconhecimento, por parte dos contemplados, das formas de gestão do crédito, necessitando do apoio da equipe técnica durante todo o processo.

Essa situação nos trouxe à tona algo que é esperado em toda ação no espaço rural, seja pública seja privada: o choque de culturas. Embora, muitos já soubessem da possibilidade de obtenção de financiamento de suas atividades agropecuárias e ansiassem por consegui-lo, eles tinham reduzida noção dos procedimentos burocráticos exigidos para tal empreitada. Portanto, esse desconhecimento e as dificuldades que advém dele e não deveriam ser impeditivos para expansão creditícia em áreas de PA, pois já deveriam ter sido trabalhadas com bastante antecedência, fato que não ocorreu porque as questões relativas à Reforma Agrária nunca foram consideradas prioritárias para o Governo Federal.

Porém, apesar das dificuldades, o PDA/2008 apontou avanços nos padrões tecnológicos produtivos, tais como, “[...] irrigação por microaspersão, sementes selecionadas, adubação orgânica, controle fitossanitário [...]”, expressos através da redução da prática da queimada (Figura 10) e utilização da cobertura vegetal morta no processo de adubação orgânica.

Quanto à pecuária, as principais criações eram de galinha caipira, gado bovino, suíno, caprino e piscicultura todas realizadas apenas com conhecimentos tradicionais até a chegada dos técnicos do INCRA.

**Figura 10** -Prática de queimada, no Povoado de Maracujá



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

- Criação de Galinha Caipira

Essa atividade era praticada em todos os oito povoados, com as aves demorando de um a dois anos para chegarem ao período de abate, em decorrência do sistema de criação em aberto e com alimentação através da ciscagem.

O PDA/2008 detectou a ausência “[...] de controle de vacinação das aves em postura e da sanidade destas aves, o que propicia um alto grau de mortalidade no início das chuvas [...] a falta de consumo de proteína animal/dia (ovos) e o elevado tempo de abate destas aves [...]”. (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 47). E, através da aplicação do PRONAF “A”, junto a poucos assentados, promoveu o redimensionamento da criação em aberto, a introdução de aves geneticamente melhoradas, bem como o controle dos processos de postura, idade, sanidade e alimentação através de ração.

- Bovinocultura

A pecuária bovina era desenvolvida por poucos assentados, que criavam um número que varia de 2 a 10 animais, em um sistema itinerante, conforme o período de estiagem ou chuvoso. Eles não praticavam os controles zootécnicos adequados para a criação, aplicando apenas a vacina contra aftosa.

Com o objetivo de implantar técnicas de criação mais modernas, a equipe de ATES promoveu palestras e intercâmbios entre o Território Lençóis Maranhenses/Munim e o Território do Vale do Itapecuru), nos anos de 2005, 2006 e 2007. O PDA/2008 pontuou que essas ações possibilitaram alterações nas práticas de algumas famílias assentadas e foram responsáveis pela contratação do PRONAF “A”, com objetivo de incrementar o lote de animais que passou a se alternar entre gado de corte e leiteiro, conforme a demanda do PA.

- Piscicultura

A criação de peixes em cativeiro, das espécies tambaqui, tilápia e pacu, era uma atividade nova no PA, mas estava recebendo muitas adesões entre os assentados, principalmente após a instalação “[...] de uma unidade de produção de alevinos no povoado Fazendinha, denominada “Rio Jordão”. De investimento próprio, o criatório propiciou o aumento de tanques escavados nas terras altas [...]” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 49).



A técnica de escavação de tanques nas áreas acima das várzeas e sua cobertura com lonas plásticas para retenção da água foi introduzida no PA, a partir do trabalho conjunto entre a equipe de ATES e o STTR de Barreirinhas e apresenta baixo custo e uma melhor eficiência no que se refere à conservação dos mananciais do rio Preguiças.

- Suincultura

A prática dessa atividade não tinha grande expressão no PASJMA, sendo desenvolvida de maneira esporádica e por apenas algumas famílias, caracterizando-se “[...] pela utilização de chiqueiros ou de forma isolada amarrados no “terreiro”. O controle zootécnico, manejo alimentar e sanitários são adequados na criação.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 49).

- Caprinocultura

Esta atividade também não apresentava expansão nos povoados do PA, em decorrência da necessidade do criador de percorrer grandes distância até a área de pasto e pelos conflitos gerados com os agricultores locais, devido aos estragos na lavoura que os animais causavam. Conforme o PDA/2008, existia apenas um único projeto de criação de caprinos financiado pelo PRONF “A”, no qual o criador recebia orientação da equipe de ATES “[...] mediante a utilização a realização de práticas como o casqueamento, vacinação, vermifugação e castração.

- Extrativismo

O PASJMA possui uma flora bastante diversificada, mas sua exploração para fins de atividade extrativista é muito reduzida, por um lado pela ausência de ações públicas ou privadas que estimulem sua prática, e por outro, em decorrência das normas legais de preservação ambiental que regulamentou a proteção de árvores como o buritizeiro, o pequizeiro e o bacurizeiro.

Outra consequência da falta de estímulo a essas atividade é observada quanto às técnicas bastantes rudimentares, utilizadas para confecção do artesanato, para preparação de polpas e doces, assim como a própria extração do óleo praticada no passado.

A equipe de ATES, de acordo com o PDA/2008, vem tentando implantar melhorias nessas práticas, através de

[...] capacitações em obtenção e aproveitamento dos óleos essenciais destas três principais árvores nativas da região (buriti, bacuri e pequi) bem como o treinamento em gestão da cadeia do buriti, vem elevando o valor agregado ao artesanato feito pelas mulheres dos povoados. (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 51)

No entanto, no PDA/2008, evidenciamos que somente o artesanato da fibra do buriti apresentou efetivamente um incremento em sua produção, pois o tingimento das peças que era realizado somente com tintas naturais, passou “[...] a utilizar também as tinturas artificiais como a anilina, em busca de colorações específicas solicitadas por compradores.” (INCAR/PLANEJA, 2008, p. 51), quanto às demais inovações, o referido documento não trouxe dados que comprovassem melhorias nas práticas produtivas nem de gestão.

Com relação à inserção de novas técnicas e tecnologias de produção, principalmente na Agricultura, acrescentamos que existem muitas críticas por parte dos movimentos sociais e de parceiros seus da área agrícola quanto à utilização de novos procedimentos e materiais no espaço do PA's, pois eles podem distorcer o modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa, uma vez que associam cada vez mais o processo produtivo dos PA's ao sistema capitalista, fomentando a dependência dos assentados aos conglomerados responsáveis pela oferta de sementes, fertilizantes químicos, agrotóxicos e às grandes empresas compradores de matérias-primas agrícolas.

O PDA/2008, em seu item “Análise Sucinta dos Sistemas Produtivos” reconheceu a inexpressiva atuação do Estado na promoção do apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

A equipe de ATES alegou que realizava reuniões mensais com os representantes dos oito povoados, com as artesãs da fibra do buriti e o STTR de Barreirinhas, com objetivo de “[...] planejar ações estratégicas de desenvolvimento sustentável para o PA Morro Alto / São José.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 52). No entanto apontou vários impedimentos para a efetivação das atividades planejadas, dentre elas, a deficiência de estrada, eletrificação, transporte, sistema de abastecimento d'água, etc.

Os principais investimentos realizados, desde o momento da criação do PASJMA, em 1987, de acordo com o PDA/2008, estão relacionados no quadro abaixo:

**Quadro 2 - Principais investimentos do Governo Federal no PASJMA**

ÁREA	VALOR (R\$)
Habitação	R\$ 1.820.000,00
Poço tubular profundo com rede de distribuição	R\$ 32.000,00
Campo agrícola irrigado 5,00 há	R\$ 50.000,00
Programa Caprinocultura	R\$ 8.000,00
Máquina de Beneficiamento de Castanha	R\$ 20.000,00
Pronaf A	R\$ 914.764,20
TOTAL	R\$ 2.844.764,20

Fonte: Extraído DE INCRA/FETAEMA/PLANEJA/2008

Consideramos que os recursos aplicados no PASJMA foram irrisórios tendo em vista o número de famílias moradoras do espaço, ainda mais se levarmos em conta o lapso de tempo de mais de duas décadas, existente entre o ato de criação do PA até o ano de elaboração do PDA.

O PDA/2008 também informou que, além da melhoria na infra-estrutura básica, outras medidas precisavam ser adotadas, visando implantar melhorias nos sistemas produtivos espaciais, tais como, “[...] capacitação continuada, intercâmbios, palestras, dias de campo, etc.” (INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008, p. 52).

Porém, apesar do inexpressivo/reduzido desenvolvimento observado no espaço, em grande parte devido à pouca participação eficiente do Estado e ao limitado amadurecimento político dos assentados, a equipe, que elaborou o PDA/2008, vislumbrou um cenário de boas perspectivas para o PASJMA, em consequência do crescimento do turismo, em Barreirinhas, especialmente oriundo do turismo ecológico no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Desta forma, o PDA/2008 trouxe dois levantamentos objetivando subsidiar estudos e tomadas de decisões sobre essa questão. Primeiramente, montou um quadro com as principais fraquezas e ameaças, relativas ao PA, associando-as às suas respectivas causas:

**Quadro 3 - PASJMA: Limitações x Causas**

Limitações		Causas
Meio Físico	Redução da fertilidade do solo e assoreamento de recursos hídricos	Queimadas, desmatamentos e utilização de práticas inadequadas de exploração agropecuária.
	Área de Reserva Legal em dimensão inferior à exigência legal	Indefinição da organização territorial do PA quando da sua criação; supressão de vegetação para extração de madeira e implantação de áreas de cultivo e pastagens; baixo nível de consciência conservacionista.
Meio Biótico Flora	Redução da diversidade e da quantidade de espécies da flora	Supressão de vegetação, uso irracional do buriti para fins de artesanato (retirada do “olho” do buriti), extração de madeira, queimadas, implantação de projetos produtivos e implantação de infra-estrutura.
Meio Biótico Fauna	Redução espacial de habitats silvestres e redução da biodiversidade da área	Desmatamento e queimadas
	Redução do quantitativo de espécies e de indivíduos da fauna nativa	Pressão da atividade de caça sobre a fauna nativa e redução de habitats
	Migração e mortalidade de espécies nativas mais vulneráveis	Queimadas, desmatamento e caça predatória.

Fonte: Extraído De INCRA/FETAEMA/PLANEJA Ou PDA/2008.

Em seguida, construiu outro quadro, contendo as fortalezas mais relevantes, correlacionando-as às suas possibilidades de utilização:

**Quadro 4 -PASJMA: Potencialidades x Possibilidades de Uso**

Potencialidades	Possibilidades de Uso
Existência de espécies vegetais com potencial produtivo nas áreas brejosas (buriti, juçara e bacuri)	Atividades extrativistas, aproveitamento de espécies medicinais.
Disponibilidade de recursos hídricos em bom estado de conservação e com grande beleza natural	Turismo ecológico, lazer, irrigação e uso doméstico para consumo humano e para dessedentação animal.
Significativa quantidade de palmáceas com potencial produtivo, especialmente o buriti.	Fabricação de produtos artesanais, além de processamento de subprodutos (polpa, compota, doces, sorvete)
Ocorrência de grande diversidade de espécies frutíferas da flora nativa	Comercialização e consumo dos frutos e de seus subprodutos

Fonte: Extraído de INCRA/FETAEMA/PLANEJA ou PDA/2008.

Quanto às contatações presentes nas análises do sistema produtivo, a partir do PDA/2008, consideramos relevante enfatizar que sempre houve um comércio incipiente entre os povoados do PASJMA e a sede de Barreirinhas e mesmo com cidades vizinhas, realizado de forma precária sem perspectiva de expansão, decorrentes de várias barreiras.

Pelo lado do fluxo da sede para o PA, as limitações eram muitas, mas a principal residia na pouca circulação de dinheiro no espaço. Isto melhorou com os programas assistenciais do Governo Federal. Durante muitos anos predominavam nas relações comerciais a prática do escambo, ou seja, troca de produtos por produtos.

Pelo lado do fluxo do PA para a sede, podemos listar como entraves: dificuldade de transporte, morosidade nos deslocamentos, desconhecimento das práticas comerciais e de técnicas de produção mais modernas, reduzido acesso ao crédito, limitações para promover uma irrigação mais eficiente e mesmo para agregar valor aos produtos.

Ressaltemos que atrelar o desenvolvimento do PASJMA somente ao incremento do turismo na área dos Lençóis Maranhenses constitui-se um risco, pois predispõe o PA a uma dependência excessiva da sede, além de encobrir as inúmeras possibilidades de relações comerciais com outras cidades, outros estados e outros países. Por outro lado, não podemos esquecer da importância de promover

o próprio crescimento do efeito multiplicador das atividades produtivas dentro dos povoados, estimulando as cadeias internas horizontal e vertical de produção e comercialização.

Após realização do supracitado diagnóstico, a equipe do PDA/2008, procedeu à elaboração do Plano de Ação, a ser executado ao longo dos três anos seguintes, com objetivo principal de nortear as ações direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável do PA's.

Nesse intuito, foram definidos cinco programas a serem atendidos: 1) Organização Espacial; 2) Produtivo; 3) Garantia de Direitos Sociais; 4) Garantia de Direitos Ambientais; 5) Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano.

Para cada programa constavam subprogramas, ações, metas e estratégias operacionais. Neste trabalho, detalhamos apenas dois programas, a saber, "Garantia de Direitos Sociais" e "Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano".

Especificamente, no programa Garantia de Direitos Sociais Básicos, temos os seguintes subprogramas: 1) Desenvolvimento da educação; 2) Melhoria da Qualidade da Saúde e 3) Cultura, Esporte e Lazer. Neste trabalho, focamos no primeiro subprograma por estar associado aos dois temas da pesquisa: educação e desenvolvimento.

Conforme o PDA/2008, o detalhamento do referido subprograma tinha a seguinte formatação:

**Quadro 5 - Ações Estratégicas para o desenvolvimento da educação**

Ações	Metas	Estratégia Operacional
Seminário sobre Educação do Campo.	Realização de 04 Seminários sobre Educação do Campo para gestores municipais, diretores, corpo docente e comunidade, no período de 02 anos.	Para realização dos seminários fazer articulações com a Superintendência de Educação do Campo do Estado, FETAEMA, INCRA.
Formação de comissão para discutir e fiscalizar aplicação dos recursos da educação.	Formação e capacitação de uma comissão objetivando a fiscalização dos recursos destinados a educação no assentamento no período de 01 ano.	Sensibilização e escolha dos representantes da comunidade; Constituição e capacitação da comissão.
Construção de 02 escolas no assentamento.	Construção de 02 escolas 01 na comunidade Vassoura e 01 na comunidade Maracujá no período de 01 ano.	Articulação com o poder público municipal para viabilização da construção.
Reforma das escolas	Reforma das 06 escolas existentes no assentamento no período de 02 anos.	Articulação com poder público municipal para viabilização das reformas.
Implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos.	Formação de 10 turmas, para implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no período de 01 ano.	Articulação com o INCRA, FETAEMA, STTR de Barreirinhas e as 08 associações do assentamento.
Implantação do Programa Saberes da Terra.	Formação de 03 turmas para implantação do Programa Saberes da Terra para atender a demanda de alunos da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, no período de 02 anos.	Articulação com a Superintendência de Educação do Campo do Estado.
Implantação do Ensino Médio	Implantação de 03 salas de Ensino Médio no período 01 ano.	Articulação com Secretaria estadual de Educação, Secretaria municipal de educação.

Ações	Metas	Estratégia Operacional
Aumento do número e melhoria do transporte escolar.	Aumento do número de transporte escolar e melhoria do mesmo de forma que atenda os alunos que estudam nos turnos matutino, vespertino e noturno, no período de 02 anos.	Articulação com o poder público municipal.
Melhoria da merenda escolar.	Inserção de agricultores no Programa da Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - CAEF, ou Compra Local para aquisição da produção, para ser doada para escola, no período de 01 ano.	Articulação com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Prefeitura Municipal.
Construção do Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas do assentamento.	Elaborar com professores, alunos, pais e comunidade o Projeto Político Pedagógico das escolas.	Articular com a Secretaria Municipal de Educação, comunidade escolar.
Implantação do projeto horta na escola	Implantação do projeto horta na escola com caráter pedagógico, contemplando as dimensões, social, econômica e ambiental, com produção orgânica voltada para o consumo da própria escola, no período de 06 meses.	Articulação com Secretaria de Agricultura, STTR, ATES.
Capacitação continuada para professores.	Capacitação continuada para professores principalmente em conteúdos referente ao campo, no período de 01 ano.	Secretaria municipal de Educação, Superintendência de Educação do Campo do Estado, FETAEMA, MDA e ATES.

Fonte: Extraído de INCRA/FETAEMA/PLANEJA ou PDA/2008.



Quanto ao programa Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano foi composto pelos subprogramas “Desenvolvimento Organizacional” e “Gestão do Plano”. O primeiro subprograma teve por objetivo principal incrementar a participação dos assentados no processo organizativo do PASJMA, fortalecendo suas organizações locais e permitindo melhor acesso aos serviços básicos e ao crédito.

O PDA/2008 identificou uma grande debilidade nas formas associativas dos povoados:

[...] estas instituições em sua maioria encontram-se fragilizadas, apresentando problemas comumente relatados pelos assentados, entre eles: a falta de união da comunidade e a dificuldade de entendimento de alguns associados do real papel da associação. Logo, a promoção de ações visando à capacitação e a integração dos agricultores no sentido de melhoria das relações entre os mesmos e com a instituição são imprescindíveis para o bom funcionamento das Associações.

Para minimizar essas limitações/barreiras ao desenvolvimento das organizações locais, o PDA/2008 traçou o seguinte esquema estratégico:

**Quadro 6 - Ações estratégicas para o desenvolvimento organizacional local**

Ações Propostas	Metas	Estratégia Operacional
Capacitação da diretoria da Associação e associados.	Realizar 03 capacitações em gestão de organizações associativas voltadas para a diretoria da associação e associados no período de 03 anos.	Buscar parcerias com instituições de assessoria técnica para realização das capacitações.
Incentivo ao grupo de jovens na participação das atividades da Associação.	Promover a participação efetiva dos jovens nas decisões da Associação, na organização das atividades recreativas e festejos religiosos do assentamento.	Buscar parcerias com instituições de assessoria técnica para acompanhamento dos jovens na realização das atividades.

Fonte: Extraído de INCRA/FETAEMA/PLANEJA, 2008.

O segundo subprograma, “Gestão do Plano”, teve por objetivo principal a orientação e capacitação dos assentados para fins de torná-los agentes de controle

e acompanhamento, em conjunto com as instituições públicas e a sociedade civil, das ações propostas no Plano de Gestão.

**Quadro 7 - Ações estratégicas para desenvolvimento da Gestão do plano**

Ações Propostas	Metas	Estratégia Operacional
Assessoramento técnico às famílias assentadas.	Garantir a continuidade ao Programa de ATES no assentamento e parcerias com o Sistema Seagro e poder público municipal.	Mobilizar as famílias assentadas para a formação dos grupos e busca de parcerias com as instituições para garantir o assessoramento técnico, organizativo e gerencial.
Criação de grupos de apoio à implementação das ações programadas.	Criação de grupos de apoio à implantação das ações produtivas, sociais e ambientais previstas no plano no período de 01 ano.	Buscar parcerias com instituições de assessoria técnica para realização das capacitações.
Capacitação contínua das famílias assentadas.	Realização de capacitações em técnicas de gerenciamento e gestão participativa durante todo o período de execução do plano.	

Fonte: Extraído de INCRA/FETAEMA/PLANEJA

A tônica de todo PDA é o desenvolvimento territorial sustentável e dentro da linha de pensamento adotada pela pesquisa, corroboramos com a idéia de que o desenvolvimento advém não somente do crescimento econômico, mas também das inovações sociais que ele pode gerar, trazendo repercussões positivas para os assentados, inclusive e principalmente no campo das relações sociais e políticas.

O plano de ação do PDA/2008 defendeu a participação dos assentados em sua elaboração e gestão. Porém, estamos falando da proposta de um Estado capitalista que, através da sociedade civil, traz os indivíduos oponentes e expropriados pelo Capital para um debate e uma obra que extrapola sua capacidade de organização, mobilização e reflexão sobre as reais relações de poder e disputas existentes no contexto local e global, considerando-se que os mesmos estão inseridos em um espaço onde o sistema capitalista já adentrou, reforçando a cada dia as individualidades e enfraquecendo a identidade de classe desses trabalhadores.

Assim, compreendemos que uma configuração eficiente das propaladas parcerias e inovações sociais, direcionada para a classe trabalhadora, somente poderá ocorrer após processo de amadurecimento da consciência política que leve a um resgate consistente da cidadania dos trabalhadores rurais, sem a manipulação do Estado ou das entidades que representam os interesses da classe capitalista.

#### **4.2 Origem e desenvolvimento do PCEJAARAMA<sup>18</sup> / PRONERA.**

No Maranhão, entre os anos de 1999 e 2012, segundo dados coletados no INCRA/MA, foram implantados 26 projetos, englobando as modalidades de Educação de Jovens e Adulto (EJA), Magistério em Nível Médio, Técnico Integrado e Superior, beneficiando 21.971 alunos e 1.049 professores capacitados e abrangendo 769 Projetos de Assentamentos (PA's), em 309 municípios.

Desse total, cinco projetos foram desenvolvidos pelo IFMA, nome que passou a ser designado, desde 2008, o Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (CEFET / MA)<sup>19</sup>: três na modalidade EJA e dois cursos técnicos integrados em agropecuária, dos quais foram concludentes 3.365 alunos. Enquanto ainda estão em execução dois projetos: um na modalidade EJA e um curso Técnico Integrado em Agroecologia, os quais atendem 1.560 alunos.

Esses dados representam um número insuficiente diante da demanda por educação no meio rural, em especial nos PA's. De acordo com a I PNERA / 2005, do total de 450.848 assentados no Maranhão, sob a jurisdição do INCRA, 193.720 têm mais de 18 anos e estão fora da escola. Desse total, a pesquisa demonstrou que 11,2% frequentaram escolas, mas não dominam a escrita e a leitura, enquanto 19,9% nunca tiveram acesso à escola.

Especificamente, em Barreirinhas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em um universo de pessoas de

---

<sup>18</sup> O PCEJAARAMA foi um projeto do PRONERA, desenvolvido entre os anos de 1999/2005, nos municípios de Barreirinhas, Chapadinha, Brejo, Penalva, Viana, Matinha, Pinheiro e Mirinzal. No entanto, para fins deste trabalho, utilizaremos o termo quando nos referirmos às informações relativas a ele, no PASJMA.

<sup>19</sup> O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), com sede em SÃO LUIS, é uma autarquia com atuação no estado do Maranhão, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Ele foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET/MA) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras.

Sou mais anos, em 2010, em uma população de 48.159, 13.560 não eram alfabetizados, representando 28,16%. Desse percentual, a grande maioria era composta por moradores do perímetro não urbano.

Na década de 90, o quadro de analfabetismo na zona rural era ainda pior e foi essa realidade revoltante que levou a FETAEMA a procurar o INCRA/MA, em 1998, objetivando implantar um projeto de alfabetização de jovens e adultos, no PASJMA.

Depois desse primeiro contato, técnicos do INCRA/MA iniciaram sondagem acerca da Instituição de Ensino Superior (IES) que pudesse elaborar e executar o projeto de EJA. Assim, a partir de reuniões realizadas com as IES, o CEFET/MA (atual IFMA), demonstrou interesse em participar da ação.

Vários encontros aconteceram entre os representantes da FETAEMA, os técnicos do INCRA/MA e os pedagogos e dirigentes do CEFET/MA, visando firmar a parceria. De acordo com relatos da pedagoga responsável pelo Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Maranhão”, doravante denominado apenas PCEJAARAMA, os dirigentes do Centro, inicialmente, não foram muito favoráveis à participação no PRONERA.

Eles alegavam que a alfabetização de jovens e adultos, alvo principal do Programa, não estava contemplada dentre os objetivos da atuação do CEFET/MA, previstos em lei. Porém, a diretora-geral em exercício, na época, resolveu contribuir e firmar parceria com o PRONERA.

Em seguida, surgiu outro empecilho, pois o Centro não tinha pessoal especializado para trabalhar com a modalidade EJA. A solução encontrada foi buscar profissionais em outras instâncias públicas. Acabaram conseguindo reforços na esfera estadual e municipal.

O grupo de educadores, inicialmente, foi formado por uma professora de Língua Portuguesa, uma professora de Metodologia da Alfabetização, uma professora de Ciências História e Geografia, um professor de Matemática, três professores de Artes (Teatro, Pintura e Música) e três pedagogas, dentre as quais a responsável pelo Projeto, citada anteriormente.

Percebemos, nesse estágio do PCEJAARAMA, a superação das limitações de pessoal para efetivação do projeto, a partir do esforço subjetivo coletivo, demonstrando a continuidade do processo de consolidação das parcerias necessárias para a implantação do PRONERA, no PASJMA. E, retratando também a

força da organização e mobilização dos movimentos sociais, a própria capacidade dos preceitos do Programa quando da conquista de aliados e a relevância da formação de parcerias para sua realização.

Este último fator representou uma característica fundamental do PRONERA, não somente para implantação para os processos de gestação e criação do Programa, mas também para a implantação e execução dos projetos. Segundo Molina (2003, p. 113):

Um dos pontos centrais do Pronera, tanto em termos da qualidade, quanto das dificuldades, colocado desde os primeiros anos, por diferentes sujeitos, está relacionado à prática da construção de parcerias, principalmente entre os movimentos sociais e as universidades. Mesmo com toda a diferença que existe entre a lógica das universidades, entre a cultura, entre o ritmo, entre a maneira de funcionar das universidades e a maneira de funcionar dos movimentos sociais, mesmo com todos os conflitos que, muitas vezes, ocorrem nessa interação, aprendeu-se a trabalhar junto, aprendeu-se que mesmo tendo ritmos diferentes e lógicas de organização e funcionamento distintas, pode-se construir grandes coisas juntos.

Além da aliança institucional para compor a equipe de educadores também ocorreram outras parcerias para fins de efetivação do PCEJAARAMA, as quais foram relatadas no decorrer deste capítulo.

No ano de 1999, segundo informações contidas no Relatório de Atividades/2000, foi encaminhado projeto ao INCRA, atendendo aos preceitos estabelecidos no Manual de Operações do PRONERA e nos indicadores dos parceiros envolvidos, no caso, o INCRA/MA e a FETAEMA. No entanto, em decorrência de problemas orçamentários e pedagógicos, o projeto foi devolvido para revisão.

A habilitação dos projetos junto à central do PRONERA seguia várias etapas de avaliações técnicas, onde eram verificados os critérios de elegibilidade, a consistência pedagógica e metodológica dos conteúdos, as condições mínimas de infraestrutura para funcionamento e acesso às salas de aula, assim como as quantidades exigidas de alunos e monitores. (ANDRADE; PIERRO, 2004b). Para fins de formalização e implementação dos projetos, via convênio firmado entre a Superintendência Nacional do INCRA e a instituição de ensino proponente era imprescindível à apresentação de uma carta dos movimentos sociais, comprovando parceria.

No caso do PCEJAARAM, foi a FETAEMA que expediu a Carta de Aceite (ANEXO E). No entanto, antes de sua expedição foi necessária a formação de uma comissão para reformular o projeto, a qual recebeu financiamento e orientações do INCRA / MA para realização de viagens de diagnóstico junto ao assentamento, com objetivo de fundamentar a proposta pedagógica e analisar a viabilidade da ação educativa.

Nas visitas de sondagem foram realizados levantamentos preliminares, tais como demanda de alunos, estabelecimento dos ambientes onde funcionariam as escolas, condições de funcionamento das mesmas e definição do coordenador local e dos monitores, a qual era realizada a partir de aplicação de uma avaliação com os interessados.

Durante as viagens, os profissionais perceberam uma grande demanda por alfabetização de jovens e adultos e a carência de locais apropriados para instalação das salas de aulas, assim foi definido que as turmas funcionariam em escolas, igrejas, barracões e residências de alfabetizadores. Em algumas localidades, a iluminação era a gás.

A definição dos alfabetizandos e a indicação dos alfabetizadores e do coordenador local (considerando que só foram efetivados aqueles que apresentaram melhor desempenho nas avaliações aplicadas) foram de responsabilidades das associações locais e do STTR de Barreirinhas (Figura 11), em conjunto com a FETAEMA. O coordenador local escolhido foi aquele que apresentou escolaridade e articulação política apropriadas.

**Figura 11** -Sede do STTR de Barreirinhas



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro (2014)

Após análise das avaliações, os responsáveis pela área pedagógica perceberam a necessidade de capacitar e escolarizar os monitores, pois perceberam que muitos só tinham até a 4ª série. Então, fizeram o bloco de 5ª a 8ª série para os monitores, de modo que, ao mesmo tempo em que eles eram capacitados, também estavam sendo escolarizados. Desta forma, além do Programa de Alfabetização, direcionado para os alfabetizandos, o Projeto também contemplou o Programa de Capacitação e Escolarização Continuada, voltado para os alfabetizadores, em virtude do baixo nível educacional da maioria dos monitores, explicitando a carência de ensino localmente.

O conteúdo programático do primeiro programa abrangia apenas Português e Matemática, enquanto o segundo compreendia ainda Ciências, História, Geografia, Filosofia e Economia Rural. O movimento social tinha um espaço reservado para ministrar palestras, objetivando a formação política dos participantes.

Vencida a fase de formação das turmas de alfabetizandos e alfabetizadores, a equipe responsável pelo projeto elaborou o diagnóstico situacional e concluiu o documento final. Mas o Projeto, embora reformulado, ficou temporariamente sem coordenação, atrasando a assinatura do Convênio nº

9.008/99, que só ocorreu, em 26 de novembro de 1999.

De acordo com o Relatório Parcial do PCEJAARAMA/2004 (CEFET/MA, 2004b), o Projeto, foi coordenado pelo CEFET / MA, em parceria com a FETAEMA, o INCRA/MA e a Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA (FSADU), contando com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais e associações das localidades, atendendo oito municípios, a saber, Barreirinhas, Chapadinha, Brejo, Penalva, Viana, Matinha, Pinheiro e Mirinzal.

As atribuições de cada entidade parceira constavam nos planos de trabalho do PCEJAARAMA e nos convênios firmados entre o CEFET / MA e a Superintendência Nacional do INCRA.

O PCEJAARAMA foi executado em duas etapas, relativas aos Convênios nº 9008/99 e nº 10.000/03. A primeira etapa (Convênio nº 9008/99) foi planejada para ser executado no prazo de 14 meses, no entanto, em decorrência dos entraves impostos pelo Governo Federal, entre eles a morosidade dos repasses financeiros e de vários outros óbices, tais como dificuldade de acesso devido às chuvas, problemas de visão dos alfabetizandos, foi concluído apenas em maio de 2001.

Com relação aos obstáculos criados pelo Governo Federal ao PRONERA, além dos já citados, ressaltamos que, durante a implementação do PCEJAARAMA ocorreu uma redução no nível de autonomia do Programa, o que dificultou bastante sua execução. Nas palavras de Molina (2003, p. 59):

No final de 2000 e início de 2001 procedeu-se grande mudança comandada por Francisco Orlando Muniz da Costa, presidente do Incra: exonerou o professor João Cláudio Todorov, alegando que o Mst mandava no Pronera e o Incra não tinha o controle das ações do programa. Instituiu no organograma do Pronera uma Direção Executiva e um Colegiado Executivo com integrantes do Incra. a coordenação do Programa ficou com Ana Maria Faria do Nascimento, à época Coordenadora de Projetos Especiais do Incra.

O presidente do Incra emitiu portaria estabelecendo “ser terminantemente proibida a celebração de qualquer modalidade de convênio, no âmbito dos objetivos do Pronera, sem a autorização oficial e expressa da Coordenação Geral de Projetos Especiais” (Anexo VI). Este procedimento mudou a sistemática de tramitação dos projetos, e significou na prática a perda de autonomia e a diminuição da capacidade de intervenção dos parceiros nas definições do programa. A centralização de poder no Incra, partindo-se a principal característica desta política pública: uma gestão participativa e colegiada, com efetiva integração dos movimentos sociais. De 2001 ao início de 2003, o Pronera ficou subordinado à Coordenação de Projetos Especiais do Incra.



Mesmo com os entraves, a primeira etapa do Projeto atendeu inicialmente a 1.300 jovens e adultos, distribuídos em 65 turmas, nos citados municípios. Especificamente, em Barreirinhas, no Assentamento São José do Morro Alto, existiram 15 turmas, contemplando 300 alunos.

Esta etapa foi concluída com 873 alunos, em 62 turmas. Em Barreirinhas, no referido Assentamento, 271 alunos concluíram o curso, nas 15 turmas em funcionamento, de acordo com dados coletados, junto ao INCRA/MA.

O Programa de Capacitação e Escolarização Continuada a atendeu 51 dos 62 monitores, dos quais 16 foram escolarizados em a nível de 5<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> séries, na primeira etapa, e 35 foram escolarizados em a nível de 7<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, na segunda etapa.

No PASJMA, além dos monitores, também o coordenador local foi escolarizado e capacitado (Figura 12). E, segundo informações coletadas no INCRA/MA, a situação inicial apresentou 15 monitores, apresentando a mesma quantidade até o final, em 2005.

**Figura 12-** Atividades desenvolvidas pelo PCEJAARAMA, junto aos alfabetizadores



Fonte: CEFET/MA(2004a)

De acordo com dados informados pelo CEFET/MA, a escolaridade dos monitores, na época da sondagem para a primeira etapa do Projeto, apresentava-se

da seguinte forma:

**Quadro 8 – Escolaridade dos Monitores do PCEJAARAMA, NO PASJMA**

<b>TURMAS</b>	<b>ESCOLARIDADE DOS MONITORES</b>
<b>Palmeira dos Eduardos I</b>	1º grau incompleto
<b>Palmeira dos Eduardos I</b>	1º grau incompleto
<b>Palmeira dos Eduardos II</b>	1º grau incompleto
<b>Palmeira dos Eduardos II</b>	1º grau incompleto
<b>Morro Alto</b>	2º grau incompleto
<b>Morro Alto</b>	1º grau incompleto
<b>Morro Alto</b>	1º grau incompleto
<b>Morro Alto</b>	1º grau incompleto
<b>Vassoura</b>	1º grau incompleto
<b>Maracujá</b>	1º grau completo
<b>Jacu</b>	1º grau incompleto
<b>Olho D´água dos Pereiras</b>	1º grau incompleto
<b>Olho D´água dos Pereiras</b>	1º grau completo
<b>Fazendinha</b>	1º grau incompleto
<b>Fazendinha</b>	1º grau incompleto

Fonte: Relatório de Atividades do PCEJAARAMA /2000 (CEFET/MA, 2000)

Segundo a coordenadora do projeto, no IFMA, as maiores dificuldades enfrentadas foram acesso a alguns locais, devido à chuva, aos atrasos no repasse financeiro, à baixa escolaridade dos monitores, a mudanças dos alunos, em virtude da busca de novas ocupações em outros locais, aos problema de visão dos alunos, pois a aquisição de óculos não estava contemplada no projeto.

A solução era quase sempre encontrada em conjunto. Com relação à situação de vista, o CEFET/MA, A FETAEMA, os sindicatos e as associações providenciaram as consultas oftalmológicas, enquanto o INCRA/MA arcou com a compra dos óculos.

O Relatório Parcial do PCEJAARAMA/2004 (CEFET/MA, 2004b) esclareceu que houve períodos de paralisação de quatro meses, durante o processo de alfabetização, assim como no reinício da segunda etapa. Desta forma, a primeira etapa terminou em maio de 2001. E de acordo com dados coletados no INCRA/MA,

dos 300 alunos inscritos no Projeto, 271 concluíram o curso, apresentando uma taxa de evasão de 15,3%.

Em virtude do atraso na conclusão da primeira etapa e problemas na prestação de contas, a retomada do Projeto, agora em sua 2ª etapa (Convênio nº 10.000/03), também demorou a ser aprovada.

A equipe do CEFET/MA, juntamente com a equipe do INCRA/MA, após realização de diagnóstico da situação, percebeu a necessidade de reiniciar as atividades pedagógicas do projeto a partir da alfabetização, pois as paralisações prejudicaram a metodologia do PRONERA. Assim, se alguns ajustes não fossem feitos, “o produto final do projeto”, qual seja, “[...] que os assentados tivessem um bom nível de leitura e escrita alfabética, ou seja, lendo e escrevendo significativamente todo e qualquer texto”. (CEFET / MA, 2004b, p. 4) seria muito prejudicado.

Após esse diagnóstico, ficou decidida a manutenção de 15 turmas e a inscrição de 300 educandos, em Barreirinhas, com aproveitamento da maioria dos monitores e coordenadores locais, recomposição e remanejamento de algumas turmas.

No Relatório de Acompanhamento do PCEJAARAMA / 2004 (CEFET/MA, 2004a), realizado pelo CEFET/MA, com relação a Barreirinhas, um grande obstáculo foi o já citado problema oftalmológico. A coordenação, juntamente com o STTR, tentou contornar a situação, pois embora a aquisição de óculos já estivesse aprovada pelo INCRA, não existia médico especialista na área, na cidade e nem na vizinhança.

Após, superado esse contratempo, surgiu outro, pois conforme informações contidas no supracitado Relatório, durante execução do convênio nº 10.000 / 2003:

No item óculos para alfabetizando, que por reivindicação das coordenações gerais, parceiras com o INCRA-MA, na execução do Projeto – PRONERA, foi incluído como material pedagógico, ficou praticamente inviável atender a demanda total dos alfabetizando com problemas de vista neste projeto. Isto se deve ao valor dos óculos orçado em 2002 que está completamente defasado para o ano de 2004. (INCRA / MA, 2002, p. 269-270).

Segundo dados colhidos no INCRA / MA, o problema de vista foi uma das maiores razões apontadas para a grande taxa de evasão dos alunos do PASJMA

mensurada ao final da etapa: 26,7%, ou seja: dos 300 alunos inscritos, apenas 220 concluíram o curso.

No referido relatório, a coordenação explicou que houve necessidade de fechar uma das turmas do povoado Olho d'Água do Pereira e de remanejar oito assentados que estavam interessados em continuar os estudos para a outra turma, em virtude do abandono dos alunos.

Houve também o problema da baixa frequência, pois grande parte dos alunos precisava trabalhar para garantir seu sustento e de sua família, no entanto, esse fato não foi suficiente para justificar o fechamento de turmas, nem a descontinuidade dos trabalhos. Também, nesse relatório, foi enfatizado o empenho do coordenador local em realizar reuniões para tentar minimizar o problema da baixa frequência e da evasão, assim com para fortalecer parcerias com as associações. No entanto, ele alegou que alguns presidentes não estavam participando a contento.

No Relatório Final do PCEJAARAMA / 2005 (CEFET/MA, 2005), conforme dados cedidos pelo INCRA/MA, nos oito povoados do PASJMA, **o coordenador local e todos os monitores**, que não possuíam o fundamental maior, embora tenham havido substituições e fechamento de uma turma, foram certificados nessa modalidade, enquanto 220 assentados foram alfabetizados.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento do PCEJAARAMA (CEFET/MA, 2004a):

Cabe ressaltar que todos os alfabetizadores/educadores que não tinham o ensino fundamental completo ao final da parceria foram certificados com escolarização de 5ª a 8ª séries, estando dessa forma aptos a continuarem seus estudos no ensino fundamental. (INCRA/MA, 2002, p. 492).

Quanto à certificação dos alunos, o IFMA reconheceu que muitos não obtiveram êxito na conclusão da 4ª série, recebendo documentação relativa apenas à 2ª série. Porém, o INCRA/MA nos informou que, no Relatório Final da Coordenação do Projeto (INCRA/MA, 2002), não constou o nível de certificação dos alfabetizados, o que consideramos uma grave lacuna nos processos de acompanhamento e avaliação do PRONERA.

No levantamento de avaliação de desempenho dos alunos, onde foram mensurados o nível de habilidade com a leitura e a escrita, no PASJMA a situação foi a seguinte:

- a) 36,9%, ou seja: 73 assentados foram enquadrados no perfil: escreve seu nome sem dar significado às palavras;
- b) 26,2%, isto é, 52 assentados foram enquadrados no perfil: lê e escreve não só seu nome como também pequenas palavras;
- c) 20,7%, a saber, 41 assentados foram enquadrados no perfil: lê e escreve dando significado às palavras, frase e pequenos textos;
- d) 16,2%, ou seja: 32 assentados foram enquadrados no perfil: lê e escreve variados textos a partir de sua realidade de vida.

No Relatório Técnico de Acompanhamento/Execução do Convênio Nº 10.000/2303, a comissão do INCRA responsável pelo PCEJAARAMA, relatou as dificuldades na gestão do referido projeto, ressaltando as relativas aos atrasos na liberação dos recursos financeiros, e considerou que os resultados alcançados foram satisfatórios e os objetivos atingidos, respaldando-se nas avaliações realizadas com os participantes do projeto, durante a última viagem de fiscalização:

Ouvimos muitas expressões nos depoimentos durante o último acompanhamento, como por exemplo: 'através do prouera pude realizar um grande sonho – aprender a ler e escrever; hoje sou mais feliz – sinto-me mais preparado(a) para enfrentar a vida; minha vida tem um marco – antes e depois do prouera', etc. (INCRA/MA, 2002, p. 492).

Porém, na proposta do PCEJAARAMA (INCRA/MA, 2002, p. 16), encaminhada ao INCRA/MA, consta como objetivo específico a alfabetização de jovens e adultos, entendida enquanto processo que promove a aquisição das capacidades e habilidades do domínio da leitura e da escrita, de conhecimentos básicos de matemática; da sociedade; da vida e da natureza.

No entanto, com relação aos educandos, como o conteúdo programático do primeiro programa abrangeu apenas Português e Matemática, o despertar para a consciência política ficou a Cargo apenas das palestras ministradas pela FETAEMA.

Contudo, analisando-se o projeto e considerando-se o objetivo citado acima, os dados expostos acerca do desempenho dos alunos na área da escrita e da leitura e por não ter encontrado nas documentações do PCEJAARAMA avaliações nas demais áreas, reconhecemos que o resultado direcionado para este objetivo específico não foi satisfatório.

Quanto aos educadores, como não constavam avaliações de desempenho dos mesmos, e considerando a metodologia de trabalho do PRONERA e o conteúdo programático do segundo programa, o qual compreendeu ainda Ciências, História, Geografia, Filosofia e Economia Rural, além das palestras da Federação, nesta etapa da pesquisa, apenas podemos conceber que o amadurecimento da consciência política foi mais exitoso.

No entanto, se consideramos a totalidade do processo, incluindo-se o quadro de analfabetismo existente anteriormente no PASJMA, a burocracia estatal, os diversos entraves criados pelo próprio Governo Federal para gestão do PRONERA, o esforço dos participantes e parceiros do projeto para levá-lo adiante e as avaliações positivas expostas pelos representantes dos movimentos sociais, pelo coordenador local, pelos monitores e por uma amostra dos alfabetizandos (INCRA/MA, 2002, p. 496, 505, 509-515, 552-554 e 563, 2007), reconhecemos que foram obtidas algumas melhorias pelos trabalhadores rurais com a instalação do PRONERA no Assentamento.

### **4.3 Contribuições do PCEJAARAMA / PRONERA no processo de desenvolvimento sócio-espacial**

#### **4.3.1 O Projeto de Assentamento São José do Morro Alto sob a perspectiva dos trabalhadores rurais, dos capacitados pelo PCEJAARAMA e de suas entidades representativas**

Percebemos que as transformações vivenciadas pelos moradores do PASJMA, desde o período em que ainda eram arrendatários até os dias atuais, já como assentados da Reforma Agrária, são muitas e de uma diversidade bastante complexa.

Partindo-se da premissa do contexto mercantil desenvolvido, onde predominam ideologias do desenvolvimento que são originárias das lutas de classes, observamos as mudanças ocorridas nas áreas social, econômica, política e espacial enquanto consequências de trajetórias de disputas, de negociações e de reconstrução local, as quais poder ser visualizadas sob duas dimensões.

A primeira diz respeito à inserção do sistema capitalista no espaço em questão, muito embora o Capital em suas facetas mais modernas ainda não tenha

adentrado lá. Ela traz como uma de suas principais repercussões, a especulação fundiária, a qual começou a apresentar mais projeção, em Barreirinhas, a partir da chegada da PETROBRÁS, na década de 60, com fins de estudos de prospecção de petróleo e gás. Ressaltemos que foi neste período que os moradores do PASJMA receberam a notícia de que as terras onde viviam e trabalhavam eram propriedades particulares.

Depois, a inflação da terra teve destaque, na década de 80, com o processo de ocupação da Amazônia Maranhense pelo eucalipto e posteriormente com a descoberta da região como grande potencial turística para o Estado, o qual ganhou reforço com a construção da rodovia MA – 402, inaugurada em 2002. Relembremos que, após a década de 90, aumentaram as ameaças aos trabalhadores rurais de Barreirinhas, em decorrência da especulação fundiária e do aparecimento de “pretensos proprietários” (SILVA, 2006).

Porém, consideramos que esta situação ocorreu de forma mais consolidada no espaço em estudo, a partir da chegada de todo o aparato de obras e serviços trazidos pelo INCRA, com o processo de desapropriação.

A segunda está relacionada à luta e à resistência dos trabalhadores rurais, a partir do crescimento da sua capacidade organizativa e mobilizadora, enquanto consequência do processo de amadurecimento da consciência política dos mesmos, para o qual contaram com o apoio decisivo de organizações da sociedade civil.

No Maranhão, a exemplo do que ocorreu em várias partes do país, assistimos a uma disputa entre o Capital e o Trabalho, no espaço rural, mediada pelo Estado, a qual trouxe sérios prejuízos para a classe trabalhadora e para a agricultura familiar, com grandes repercussões negativas sobre o pretendido desenvolvimento do campo.

Nesse embate entre o movimento de expansão do Capital e o contramovimento do Trabalho, Carneiro (2012, p. 80-81) identificou três períodos principais: 1) o período de “apogeu da política de modernização da grande propriedade fundiária”, entre as décadas de 1970/1980, tendo como uma de suas repercussões principais “o agravamento dos conflitos fundiários”; 2) o período em que as lutas camponesas “assumem um caráter mais ofensivo, com movimentos de ocupação de terras”, a partir de 1985, resultando no início do processo de crescimento dos PA's; e 3) o período de “expansão do agronegócio da soja, da



cana-de-acúcar e dos plantios florestais”, iniciado no final da década de 90, representando uma “retomada da expansão da grande propriedade”, e conseqüentemente a elevação da “disputa entre Capital e Trabalho nas suas diferentes formas”

As circunstâncias dessa periodização guardam estreita relação com as ideologias desenvolvimentistas da época. O primeiro período correspondeu ao desenvolvimentismo, disseminado pelo Regime Militar, com a liberação dos incentivos fiscais e financeiros para o Nordeste.

O segundo período correspondeu ao momento em que a expansão do Capital externo já estava consolidada no Brasil, porém com a retomada do processo democrático que culminou com o final da Ditadura Militar, houve um fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores em todo o país.

O terceiro período disse respeito ao momento de consolidação da ideologia desenvolvimentista Neoliberal no país, com a valorização do grande Capital nacional e internacional e o declínio no processo de organização e mobilização dos trabalhadores brasileiros.

Como um dos resultados desastrosos dessas políticas desenvolvimentistas para o quadro socioeconômico do campo maranhense, temos o desaparecimento, entre 1985 e 2006, de 240 mil estabelecimentos agropecuários, a expressiva queda dos estabelecimentos de até cem hectares e a redução de 750.951 postos de trabalho na agricultura familiar, entre 1985 e 2006. (CARNEIRO, 2009, p. 22).

Como um dos resultados positivos, obtido em decorrência das lutas e resistências dos trabalhadores rurais maranhenses, mas também do oportunismo do Capital que utilizava a terra como reserva de valor, tivemos o crescimento no número de PA's. Conforme Costa (2013b, p. 18):

Porém Silva (2006, p. 160-161), apesar de comprovar que houve um aumento superior a 320%, no número de assentamentos no Maranhão, entre 1996 – 2006 e corroborar com a ideia de que expansão dos assentamentos é uma consequência da força do movimento social, chamou atenção para o fato de muitas áreas desapropriadas terem sido anteriormente propriedade de grandes empresas privadas, beneficiados pelos incentivos da SUDENE e SUDAM.

Também Pedrosa (2007, p. 20), trouxe contribuições a esse respeito:

Muitos dos grupos econômicos, que adquiriram as terras devolutas da Comarca a preço de banana, recebendo incentivos fiscais do governo, foram desapropriados pelo Incra, na década de 80 e 90, mediante vultuosas indenizações, como a Cacique, a Terra Bela, a Mesbla, a Tucumã, a Flomasa, a Promasa, a Varig, a Amazônia, a Faísa, etc.

Essas constatações confirmam que a estrutura agrária herdada desde a época de nossa colonização, a qual já se encontrava associada aos interesses do movimento de expansão do Capital, nos tempos mais recentes, continua a guardar estreita relação, via políticas públicas de desenvolvimento, com a lógica do sistema capitalista.

Levando-se em consideração o contexto cronológico especificado acima, constatamos que o PASJMA foi criado, em 03/12/1987, no período de resgate do processo democrático no Brasil e dois anos após a aprovação do I PNRA. De acordo com classificação adotada por Miranda (2010, p. 31), incluímos o referido PA como um caso de “resistência na terra”, por ser originário da permanência dos ocupantes, no espaço onde moravam e trabalhavam, mesmo contra a vontade do dito proprietário.

Ainda no contexto cronológico, mas agora adotado em um nível micro, se levarmos em conta o começo do conflito, impulsionado pelo “esvaziamento da relação patrão-empregado”, poderemos afirmar que o processo de desapropriação foi muito demorado e penoso para os trabalhadores rurais, considerando as diversas circunstâncias e situações injustas aos quais foram expostos, tais como dificuldade de acesso às informações, inexistência de serviços públicos, dificuldade de comunicação, inclusive por causa da precariedade ou inexistência de estradas, escassez de recursos financeiros, vulnerabilidade, imprevisão quanto ao futuro, ameaças, invasões, violências, apropriação indevida de produtos e bens.

No entanto, se levarmos em conta o início das solicitações formais por desapropriação do espaço, ocorridas em 1983, podemos afirmar que o processo, comparando-se com outras situações semelhantes, no estado do Maranhão, transcorreu com certa rapidez e aparente “pacificidade”. Elencamos duas razões para tal celeridade: 1) a percepção por parte dos proprietários de que era mais vantajoso vender as terras para o Estado; e 2) o fato dos proprietários terem parentesco com um dos dirigentes do INCRA / MA. E indicamos como motivo para o clima de “tranquilidade”, a ideia por parte dos trabalhadores de respeito para com os antigos proprietários, considerando que os mesmos nunca se indispuseram

pessoalmente com eles e ainda possuem casa, no PASJMA.

Sobre este aspecto, Miranda (2010, p. 22), ao analisar outro PA, enfatizou:

Aurora Miranda chama a atenção para o fato de que os *assentados*, apesar do discurso de liberdade do jugo do antigo patrão, não conseguiram romper com a tradição que receberam dos antepassados, inclusive na relação com o antigo proprietário. Hoje parecem conviver “harmoniosamente”, com os seus descendentes, ainda presentes no *assentamento*. Sugere que esse comportamento pode decorrer do fato de perceberem que o poder que essa família exercia sobre eles foi substituído por diferentes instâncias do poder público a quem prestam contas de suas ações.

Em tal circunstância, evidenciamos as ponderações de Foucault sobre a microfísica do poder, abordadas por Filho e Vasconcelos (2006/2007, p. 10), nas quais afirmaram que, para este autor, o poder deveria ser estudado a partir de suas estratégias estabelecidas e exercidas dentro das lutas dos poderes que se cristalizam “[...] nos aparelhos estatais, na formulação das leis, nas hegemonias sociais.”

A partir dessas ponderações, desenvolvemos uma análise na qual privilegamos a perspectiva dos trabalhadores rurais e de suas entidades representativas e consideramos imprescindível iniciarmos com uma definição acerca de PA:

[...] precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural. (FERNANDES, 2000, p. 120).

Ampliando nossa compreensão sobre o conceito de assentamento, Miranda (2010, p. 21) nos diz:

[...] assentamento, que é considerado como um *campo político*, um *continuum* espaço temporal que não é composto apenas por indivíduos e suas estratégias, mas também por homens em movimento e por ações e empreendimentos que dependem, para o seu sucesso, de operações que transcendem o espaço e consideráveis períodos de tempo, combinando dados antropológicos e material histórico. Sua análise indica que a sociabilidade construída nos *assentamentos* transcende as relações entre os *assentados*, envolvendo os agentes externos, na forma de gestores de órgãos públicos, funcionários de ONG, membros do MST, movimento sindical, instituições religiosas, etc.

Portanto, os assentamentos se sustentam também a partir de ações que buscam o real desenvolvimento de seu espaço, assim para alcançar este objetivo acabam por enfrentar o próprio sistema capitalista cuja prerrogativa atual demanda esforços do Estado para investimentos em grandes projetos e, em especial nos agronegócios, tendo por bases a propriedade privada, a apropriação da mais-valia e a concepção do Trabalho em um contexto mercantil desenvolvido.

No entanto, o protagonismo nesse cenário de disputas, negociações e reconstrução sempre caberá aos assentados, muito embora o nível de alcance de resultados positivos para a classe trabalhadora dependa do grau de consciência política dos mesmos, o qual será capaz de descortinar ou não a realidade e o próprio discurso oficial, repassado através de vários agentes, que representam vários interesses. Personagens, estes, que sempre alegam a busca de uma melhoria na qualidade de vida para os moradores dos assentamentos, visando a promoção do desenvolvimento do país (MIRANDA, 2010, p. 30)

Nessa linha de raciocínio, coletando informações sobre a origem do Assentamento e de seus povoados, descobrimos um texto (ANEXO D) produzido por dois assentados capacitados pelo Programa que retratava, dentro da realidade deles, a origem do Povoado Olho d'Água dos Pereiras.

A redação informava os nomes dos primeiros moradores, a origem do nome do povoado e também trazia dados que corroboraram os momentos de conflitos e tensões vivenciados pelos moradores, a partir do aparecimento dos proprietários das terras. O texto falava das dificuldades de acesso para o povoado, inicialmente chamado de riacho e informava que o transporte de cargas e a locomoção das pessoas era através dos rios e riachos, que demorava vários dias. No início, de acordo com o relato, só havia quatro casas. Depois outras pessoas foram chegando e o espaço foi-se modificando. Na década de 60, um senhor muito rico, chamado Conrado Ataíde, apareceu no povoado dizendo ser o proprietário das terras e contratou um morador da localidade para ser o “cobrador do aforo” (imposto).

Conforme o presidente do STTR de Barreirinhas, à época da criação do PASJMA, sempre houve muita desconfiança por parte dos moradores com relação à legalidade da dita posse, pois, embora o INCRA tenha comprovado que as terras pertenciam à citada família, desde a década de 60, os moradores mais antigos chegaram ao espaço, nos últimos anos do século XIX.

De acordo com Costa (2013b, p. 16), relatando acerca da ocupação de Barreirinhas, consideramos que essa ocupação tenha sido fruto do: “[...] processo de povoamento espontâneo, iniciado no final do século XIX”.

Segundo Castro (2012, p. 155) foi originado pela migração de sertanejos, expulsos pelos ciclos de seca do Nordeste, em especial do Ceará:

[...] veio do leste fugindo da seca e se fixou nas restingas arbustivas, nos rios menores ou em margens fluviais, ainda sem influência de comunidades pré-existente, e até mesmo nas restingas interiores dos lençóis.

Estes migrantes eram tanto pescadores quanto pecuaristas, ora mais, ora menos, além da prática universal a todos da agricultura, da mandioca, do milho, feijão [...].

Porém, muitos desses ocupantes, por não possuírem a propriedade da terra e pela própria falta de conhecimento sobre as questões legais, com a transformação desse bem em mercadoria e sua utilização como reserva de valor, viraram alvo do processo de grilagem e especulação fundiária, acirrando a concentração fundiária maranhense, sob a proteção do próprio Estado.

Pois, mesmo em áreas onde o Capital ainda não se havia fixado, o sistema capitalista já se havia manifestado, subjugando formas pré-capitalista e não-capitalistas, priorizando a terra enquanto reserva de valor em detrimento de sua função social.

De acordo com os escritos dos capacitados do PRONERA, quando um trabalhador não pagava o “aforo”, o capataz invadia a residência e levava a produção da família, deixando muitas vezes as pessoas desprovidas de alimentos, gerando descontentamentos e conflitos.

Com relação a essa situação, o presidente do STTR de Barreirinhas, nos contou que, mesmo nos anos em que a lavoura não dava bons resultados, os trabalhadores não eram isentos da obrigação de pagar o arrendamento. E quando o capataz não conseguia tomar quantidade de bens, considerada suficiente para cobrir o foro, ela era cobrada, no ano seguinte.

Isso provocou muita revolta entre os moradores, os quais começaram a procurar ajuda externa. Ele lembrou que a primeira entidade a apoiar os trabalhadores rurais foi a Igreja Católica, através das reuniões da CEB, nas quais esse e outras questões eram alvo de análises e reflexões.

Segundo ele, a luta da comunidade começou com as discussões sobre essa injustiça de pagar foro, na década de 70. Inclusive, eles se perguntavam se as terras eram mesmo daqueles que se diziam proprietários, pois nas reuniões da CEB participavam, além dos religiosos, outros profissionais mais esclarecidos e que conheciam as leis. Então, com esse apoio, eles começaram a falar dos seus problemas, dúvidas, solicitar ajuda, esclarecimentos, uma solução, uma alternativa para a situação de riscos que viviam.

*Nessas reuniões que a Igreja fazia com a participação de advogados, gente da universidade, traziam informações, passamos a ter consciência da questão dos direitos e deveres, definidos em lei, que tinham direito a trabalhar na terra e ter uma vida digna e tranquila.*

*A gente se perguntava: “por que vamos pagar um foro se a terra não produziu, se a gente nem sabe se eles tinham o documento da terra? e decidimos que só pagava se ele provasse que a terra era dele mesmo. Antes o proprietário tinha que mostrar que era dono, que pagava os foros, os impostos. Foi a partir das reuniões da CEB que eles criaram o Sindicato.*

Outro problema que existia na época, ainda de acordo com o presidente do STTR de Barreirinhas, era a invasão no gado dos proprietários nas lavouras:

*O trabalhador tinha sua roça e vinha o gado do dito dono da fazenda e arrasava com a lavoura e os trabalhadores não podiam nem reclamar, pois a polícia, o juiz, o prefeito, todos eram favoráveis aos proprietários.*

Pelo citado relato dos dois participantes do Projeto, os moradores do citado povoado viveram momentos difíceis, até que, em 1988, “[...] apareceu uma história que o Sr. Conrado Ataíde iria vendê as terras para o INCRA, em 1992, esta história se tornou realidade, graças a deus e a chegada do INCRA, as coisas começaram a melhorar, foi criado assentamento e as pessoas se organizaram em associação [...], depois que as terras passaram a ser do INCRA, temos alguns benefícios como estrada, projeto habitacional, energia, um sistema de irrigação, PROCERA e PRONERA, temos também posto de saúde, escola do município, igrejas e campo de futebol”.

Segundo a supracitada redação, ficou evidente um certo distanciamento dos capacitados e de suas famílias, em relação à luta pela terra, confirmando a declaração do presidente do STTR de Barreirinhas, quanto à reduzida participação dos moradores no processo de desapropriação, o que pode ser justificado pelas dificuldades de comunicação, de acesso e de transporte, pela falta de recursos, pela

impossibilidade dos trabalhadores se ausentarem de seu trabalho, pelo reduzido nível educacional dos moradores, pelas ameaças que as famílias recebiam, dentre outros motivos.

Apesar de todo o trabalho de formação de base, realizado pela Igreja Católica, pareceu-nos que a cultura do medo e do “deixa que o outro faz” perdurou na mente de muitos moradores, demonstrando que o processo de amadurecimento da consciência política ainda estava em estágio embrionário, ou seja predominava a fase de alienação.

Através das entrevistas realizadas junto ao morador mais antigo do Povoado Olho d'Água dos Pereiras, atualmente com 94 anos, e sua família, e também junto ao coordenador local e aos monitores do PCEJAARAMA, os quais doravante designaremos apenas como “educador(a) formado(a) pelo PCEJAARAMA”, capacitado(a) ou simplesmente entrevistado(a); e mesmo através da simples observação, percebemos, no espaço em questão, uma evolução do PA que está muito aquém da esperada pelos moradores, considerando toda a expectativa gerada, a partir da desapropriação, ocorrida em 1987. A maioria dos moradores achou que a vida melhorou em alguns aspectos, mas apontaram vários problemas.

De acordo com os entrevistados, antes da criação PASJMA existiam poucas escolas e eram do ensino fundamental menor. Inclusive, a falta de educação no espaço era tão preocupante que alguns moradores traziam parentes ou contratavam pessoas de outras localidades para alfabetizar os filhos. Essa iniciativa demonstrou como alguns moradores davam importância à educação e construíam alternativas inovadoras em contrapartida à inoperância do Estado, ao desconhecimento por parte dos mesmos dos direitos e à fragilidade/inexistência dos mecanismos de cobrança, junto ao poder público.

Alguns capacitados pelo PCEJAARAMA chegaram ao local a convite de parentes, um deles chegou ao povoado Olho d'Água do Pereira, no ano de 1973, atendendo ao chamado do sogro de sua irmã que queria que ele ensinasse os netos a lerem e escreverem.

Sua irmã era quem ensinava, pois já tinha o ensino médio, porém, ao adoecer, ficou impossibilitada de trabalhar. Assim, seu sogro teve a ideia de chamar o irmão dela. Apesar de, na época, ele ainda não ter concluído o ensino fundamental, aceitou o convite e assumiu o compromisso de alfabetizar seus

sobrinhos.

Outra iniciativa, nesse sentido, foi coletada na entrevista com o morador mais antigo do Povoado Olho d'Água dos Pereiras. Ele nos disse que já nasceu no espaço em questão e que foi responsável pela criação da primeira escola do local. Ele, que trouxe a primeira professora, com objetivo de ensinar duas filhas. Elas foram alfabetizadas e continuaram a ensinar as pessoas da família. Depois outras pessoas se interessaram e passaram a frequentar as aulas, em sua própria casa.

Então ele, procurou o prefeito e conseguiu que este as contratasse para dar aula no povoado. No entanto, como suas filhas não quisessem continuar os estudos e a demanda por séries mais avançadas cresceu, o prefeito o orientou a contratar uma pessoa mais capacitada para assumir as turmas.

Segundo familiares desse morador mais antigo, a primeira escola municipal foi instalada, em 1977, e era frequentada pelos "mais novos", somente alguns anos depois é que chegou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), direcionado para alfabetizar os jovens e adultos.

Atualmente, o PASJMA já tem várias escolas, inclusive ministrando até o fundamental maior. Porém, para se frequentar o ensino médio é necessário o deslocamento até Barreirinhas e, além da despesa com transporte, precisa adequar-se ao horário restrito do transporte particular local.

De acordo com outra educadora formada pelo PCEJAARAMA, quando ela concluiu o fundamental maior no PRONERA, o seu interesse e da família para que ela concluísse os estudos era tão grande que a mãe comprou uma moto para ela fazer o trajeto da escola (Assentamento-Barreirinhas/sede-Assentamento)!

Outra entrevistada formada pelo PCEJAARAMA relatou que, depois do Bolsa-Família, todas as crianças passaram a frequentar a escola, mas ela percebeu que alguns pais não estão preocupados com a educação dos filhos, mas só em receber o dinheiro.

Quanto a área da Saúde, não existia posto de saúde no espaço em questão. De acordo com um dos entrevistados, quando alguém adoecia era tratado com remédio natural, em casa. Nos casos mais graves, procuravam um médico, em Barreirinhas, que lhes ensinava outras receitas caseiras. Depois da criação do Assentamento, foram abertos postos de saúde.



No espaço em questão não havia energia elétrica, água encanada, nem esgoto. Com a criação do PASJMA, esses itens, que eram prerrogativas do Governo Federal, começaram a chegar lentamente. Segundo outra educadora formada pelo Projeto, a energia chegou e sua casa, a partir de um projeto da associação com o INCRA/MA. Contudo, sua casa até hoje não tem esgoto, só fossa. Quanto à água encanada, ela fez um poço artesiano, pois o que o INCRA construiu não atendeu todo o povoado.

Antes da instalação do Assentamento, as casas eram todas de taipa, cobertas com palha. O projeto do INCRA/MA incluía a construção de casas de alvenaria, mas não contemplavam banheiro. Devido a isso, alguns moradores resolveram construir banheiros por conta própria, mas outros foram em busca de apoio junto ao governo, em virtude das dificuldades financeiras.

Ela contou indignada que, apesar de todos os esforços da presidente da associação do povoado Palmeira dos Eduardos II, na época e de moradores do povoado junto a funcionários da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e ao prefeito de Barreirinhas, visando construção de banheiro nas residências, depois do projeto aprovado e já em fase de execução, o INCRA chamou a atenção dos assentados, afirmando que eles não poderiam participar desse tipo de projeto.

De acordo com outra educadora formada pelo PCEJAARAMA, as primeiras casas tinham formato de igreja, com quatro compartimentos: sala, cozinha que era copa e dois quartos, mas nas de hoje, acrescentaram banheiro. As casas têm fossa e água encanada, do poço artesiano coletivo. A bomba do poço instalado pelo INCRA/MA funciona em três intervalos e não consegue atender a demanda da comunidade. Assim, os moradores compraram caixa d'água, bomba e fizeram poço próprio, mas a estrutura é muito caro e poucos moradores podem arcar com a despesa com a bomba e o poço. Ela só tem poço, ainda não comprou caixa d'água, nem bomba.

Sobre a qualidade do material de construção utilizado nas casas, escutamos uma série de reclamações, pois conforme relatos, o INCRA/MA fez reuniões com os moradores alertando para não aceitarem produto de baixa qualidade, mas quando reclamavam não tinham receptividade por parte do órgão.

Segundo um dos capacitados pelo Projeto:

*No início o INCRA era muito empenhado, até o diretor (um tal de Ataíde) vinha por aqui, também uma senhora chamada Nazaré nos acompanhava direto. Antes de ter recurso era um cuidado grande, o máximo que ficavam longe era 60 dias. Falavam que com a chegada dos recursos seria formada uma comissão para avaliar o andamento dos trabalhos que eles poderiam reclamar se o material e o serviço não estivesse satisfatório. Mas depois que o recurso caiu, não apareceu mais ninguém (nem os técnicos), pois eles não aceitaram os fornecedores deles.*

*Uma vez, uma senhora veio fazer uma reunião e meteu a chibata, não pediu opinião de ninguém. E ele falou que esse modo de agir era do tempo dos índios que hoje as pessoas são informadas, que ela veio de São Luís, mas quem conhecia a região eram eles, que era preciso ela escutar eles. A pessoa que estava presente e tinha cometido a irregularidade quis sair da reunião e eles não deixaram. Montaram uma nova comissão com o mesmo grupo. Daí veio a desconfiança que cometiam as irregularidades com apoio do INCRA. Era uma distribuição de porcentagem e sobrava pouco no final. Mas como o incra tinha dito quanto era de tijolo, cimento etc, eles tinham como ver a diferença e cobrar*

*Agora na reforma, o fornecedor definido pelo INCRA trouxe coisas de 2ª e ele não aceitou.*

Alguns entrevistados afirmaram que, nas primeiras casas, o material era bom, porém nas etapas seguintes, relativas ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”, as empreiteiras quiseram usar produtos de segunda qualidade. Uma parte dos moradores aceitou e a outra não.

Acerca dessa situação, uma das educadoras formadas pelo PCEJAARAMA explicou que até fez uma denúncia, em reunião, em Barreirinhas, onde estavam presentes o superintendente do INCRA/MA, os responsáveis pelas empreiteiras, prefeito e presidente de sindicato, orientando o INCRA “para mandar uma equipe para fiscalizar as obras, pois lá tinha um bando de surrupiaadores.”

Ela não aceitou os produtos de baixa qualidade. Disse “que o dinheiro era meu e comprava o que queria com ele. Disse para levar”. E ainda alertou os demais moradores, mas muita gente aceitou.

Justificando as pessoas que aceitaram passivamente o material, ela explicou: “as pessoas do povoado, são facilmente enganadas, elas têm boa fé e não brigam por seus direitos.”

A entrevistada declarou que suas atitudes lhe trouxeram prejuízos, contou que sofreu retaliações das empreiteiras e nunca mais trouxeram material de construção para sua casa. Além disso, percebeu que alguns moradores a culpavam pela paralisação das obras.

Em relação às atividades econômicas, os entrevistados são unânimes em afirmar que o número de pessoas que trabalhavam na lavoura e a própria produção de cada família já foi bem maior. Conforme um dos parentes do morador mais velhos do Assentamento, todo mundo trabalhava na lavoura (inclusive as mulheres), havia muita mandioca, feijão, milho. Mas a lavoura foi “ficando fraca”. Ele atribuiu quatro razões para essa queda na produção: a) a demora de dois anos para a lavoura dar resultado; b) o fato de as pessoas mais jovens preferirem trabalhar em firma, em outros Estados (pois ganham dois mil por mês); c) a lavoura “puxa muito”, a terra “tá mais fraca”; e d) o inverno era mais longo (fevereiro para junho e atualmente começa em fevereiro e termina em março).

Para outro entrevistado, além desses fatores ainda pesa contra o trabalhador rural a falta de investimento em irrigação, o que poderia sanar o problema da estiagem.

Com referência ao sistema de irrigação, uma das entrevistadas esclareceu que apareceu uma pessoa de uma empresa, que o INCRA/MA mandou para instalar a irrigação. Segundo a entrevistada, essa empresa:

*[...] passou a perna dos moradores e saiu de lá fugida. As únicas pessoas que ele não enganou de todo foi eu e meu marido, pois a gente acompanhou de perto a instalação.” Ela tem as notas do serviço, mas o filtro nunca chegou e faz falta, pois com o filtro a água vem sem resíduo e sem ele “a água vem suja e entope os bicos e precisa fazer constantemente manutenção (arrumando, desintupindo).”*

De um modo geral, a produção na lavoura e a criação eram para consumo da família e para trocar por outros produtos. Pouca quantidade era para venda. Comercializavam e ainda comercializam a farinha de mandioca, a goma dela. No passado, a cultura da mandioca era tão forte que cada produtor tinha sua casa de forno (Figura 13).

**Figura 13**-Casa de farinha em atividade no Povoado palmeira dos EduardosII



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro Costa (2014)

De acordo com depoimento de um dos parentes do citado morador mais antigo, hoje em dia a vida melhorou por causa do “aposento”. Porém, considera que antigamente a vida era melhor, pois “Se arranjava 10, 20 pessoas para ajudar na lavoura. Agora com a Bolsa-Família, não se consegue mais ninguém para trabalhar na lavoura. Alguns ainda tem um roçadinho.”

Nas entrevistas, ficou perceptível que até o comércio da farinha, tradicional na região, apresentou queda acentuada. Em contrapartida, o que tem demonstrado tendência ao crescimento é a venda de castanha “in natura”. Inclusive, alguns moradores perceberam que poderiam lucrar mais, vendendo a castanha assada e já tentaram se organizar nesse sentido, mas não deu certo.

Outra educadora formada pelo PCEJAARAMA fez um esclarecimento sobre a queda da produção na lavoura, correlacionando-a com a saída temporária dos jovens para trabalhar na construção civil, em outros estados:

*Tem muito jovem, mas eles não querem trabalhar na lavoura e saem para trabalhar nas firmas. Vão pra fora do estado (Minas Gerais, Mato Grosso), passam 2, 4 meses, depois voltam. Passam um tempo no povoado, depois*

*retornam novamente. Em geral, trabalham na construção civil. Na minha família, apenas o cunhado foi contratado uma vez. O contato é feito em Barreirinhas.*

Percebemos que a geração mais nova foi inserida no sistema capitalista, de forma mais consolidada, embora continue vivendo no espaço que suas famílias conquistaram. Porém, causa preocupação e insatisfação nos mais antigos o distanciamento que possuem em relação ao cultivo da terra. E sem o apoio mais efetivo ou da sociedade civil e do Estado, que toma partido do agronegócio, a tendência aponta para o enfraquecimento cada vez maior da agricultura familiar.

Também a produção artesanal de chapéu, bolsa, toalhas a base de fibra de buriti teve redução acentuada no espaço em questão. Conforme um dos entrevistados: “A gente trabalhava com artesanato de fibra de buriti, mas depois do Bolsa-Família, caiu muito a produção. Com isso “o buriti respirou”, mas o atravessador ficou sentido, chamando as mulheres de preguiçosas.”

A expressão “o buriti respirou”, expressa a preocupação e o respeito dos entrevistados com a natureza. Alguns disseram claramente que se houvesse uma extração excessiva os buritizeiros iriam desaparecer. De certa forma, a bolsa assistencialista do governo permitiu que eles deixassem a palmeira “respirar”.

Investigamos também sobre o quesito assistência técnica. Uma parte dos entrevistados disse que recebeu assistência técnica enquanto outras afirmou que não recebeu.

Outro educador formado pelo PCEJAARAMA afirmou: “Já teve assistência técnica pelo INCRA, mas agora a Secretaria de Agricultura só dá semente.” Ele também lembrou que houve um período (ele não soube precisar o ano) em que o INCRA, através do PRONAF implantou um projeto agropecuário e segundo ele: “Foi um projeto mal feito, teve muito insucesso, pois traziam gado e capim que não se adaptavam à região (era uma cópia do sul)”. Uma das entrevistada esclareceu que: “há distribuição de semente pra plantar só para quem é associado que trabalha com campo.”

Uma entrevistada informou: “O INCRA de 2009 a 2012 deu assistência técnica, mas em 2013 não. [...] às vezes dão semente. Esse ano compramos, em São Luís.”

De um modo geral, pareceu-nos que a assistência técnica apresenta uma descontinuidade e está restrita, nos dias atuais, à distribuição de sementes e

somente para aqueles trabalhadores rurais que participam da associação do seu respectivo povoado.

Com relação às associações, alguns entrevistados afirmaram que o INCRA colocou como item essencial para a consolidação do assentamento, a criação de associações nos povoados, pois o termo de posse definitivo sairá em nome delas. No entanto, em nossas conversas, percebemos que não há uma participação efetiva dos moradores nessas entidades, existindo mesmo certa descrença com a atuação das mesmas, o que pode ser explicado pela falta de cultura organizativa dos moradores do espaço e pelo histórico de má administração dos recursos por estas.

Segundo um dos entrevistados:

*Cada povoado tem uma associação. Em 1993, eu fui presidente. depois foi seu Eduardo e caiu recursos para construir as casas. e não implantou recursos e venceu Mizael e ele colocou na cabeça que o recurso ele tinha conseguido e não abriu mão. Montou uma diretoria falsa e com isso a associação deles tá na justiça até hoje. Eles pediam pra todo mundo, para as lideranças políticas ajudarem a resolver a situação e ninguém ajudou. Mesmo o INCRA teve uma situação que resolveu de modo insatisfatório, pois os empreiteiros que eram ordenados por seu Monteiro (presidente do INCRA na época) queriam uma porcentagem e eles não aceitavam. Montaram outra comissão, mas daquele jeito: tira 6 e coloca meia dúzia, ficou a mesma coisa.*

*Montaram uma comissão e nada mudou. Mas eles nunca aceitaram ele administrar o trabalho deles. Eles tomaram a frente da construção das casas, via associação. Faltou poucas coisas: dobradiças, trincos. mesmo a associação estando na justiça, eles que tomaram a frente.*

*Os técnicos do INCRA sondavam o trabalho, mas ele dizia que tava tudo bem que não ia brigar, fazer questão de pouco dinheiro (se uma pessoa tá me devendo 4000 e me paga 3500, o restante deixo pra lá)*

Pareceu-nos que a exigência de criação de associações nos povoados do Assentamento, considerando-se o nível de consciência política dos moradores, foi uma estratégia que atendeu ao interesse do sistema capitalista, mais do que ao processo de emancipação dos trabalhadores rurais. Pois a inexistência de estrutura e formação orgânicas do movimento social no espaço em questão, apesar de todo o esforço da parcela da sociedade civil que auxiliou na formação de base e do próprio movimento dos trabalhadores rurais, predispôs, desde o início, as associações a estarem em vinculação direta e extremamente perigosa com o Estado e as empreiteiras e, conseqüentemente, desconectadas do processo de luta pelos interesses coletivos.

Essa ausência de um aparato ideológico mais consistente, que impediu a constituição de estrutura e de formação orgânicas mais consolidadas, também foi observada por Moraes (2012, p. 76), ao justificar a vulnerabilidade e desaparecimento das Ligas Camponesas:

Sem uma estrutura orgânica e, ainda por cima, sem uma ideia correta em matéria organizativa no nível nacional, a tentativa de transformar as Ligas de um movimento regional nordestino (ou melhor, pernambucano) num movimento amplo, conduziria, inevitavelmente, à inconsistência e à superficialidade, que o tornaria vulnerabilíssimo às lutas internas e externas.

Para o tópico extensão rural, obtivemos poucas informações junto aos entrevistados. Somente um dos educadores formados pelo PCEJAARAMA lembrou que alguns cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foram oferecidos, em 2011. Esses cursos coordenados através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o qual é vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, estão, à primeira vista, associados à lógica desenvolvimentista do agronegócio e desvinculados da proposta de fortalecimento da agricultura familiar.

Com referência ao crédito rural, há uma série de restrições para sua obtenção, uma delas é a inexistência do título definitivo da terra. Um dos entrevistados disse que, em uma das tentativas para adquirir empréstimo, o gerente do Banco do Brasil desse que só daria para criar “peba”, no assentamento, pois o inverno não era garantido. Ele retrucou: “Aí fora as pessoas colocam irrigação. Banco exige fiador. Mas hoje em dia existe a possibilidade de empréstimo em situações de risco que em caso de estiagem o governo perdoa.”

Ele reclamou que não teve essa oportunidade, em virtude de não ter o título definitivo de terra, pois serviria como garantia do empréstimo. Afirmou que o gerente, através do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), descobriu essa limitação e logo tirou sua esperança de fazer melhorias na terra e em sua produção.

Muitos entrevistados fizeram referência ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (CREDIAMIGO), destinado a microempreendedores, pertencentes ao setor formal ou informal, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, comercialização de bens e prestação de serviços.

Uma das educadoras formadas pelo Projeto informou que tirou um financiamento para trabalhar com o setor aviário. Outra conseguiu empréstimo para

vender cosméticos. Outros dois entrevistados contrataram o crédito para comercializar farinha de mandioca. Todos afirmaram que gostaram dos resultados e pretendem renovar os contratos. A maior preocupação deles é com relação ao curto prazo para pagamento das parcelas, o que impede o investimento na lavoura.

Somente uma entrevistada informou que ela e o marido, apesar de não terem o título definitivo da terra, conseguiram crédito através do PRONAF. Essa constatação demonstrou que os assentados entrevistados possuem poucas informações acerca do acesso ao crédito, via PRONAF. Pois a verdade é que eles não poderiam acessar financiamento através do sistema bancário de forma independente, mas o podem através do banco conveniado com o INCRA, desde que possuam a DAP.

Quanto às estradas, os entrevistados afirmaram que, quando em época de chuva algumas áreas ficam intransitáveis, mas, atualmente, a situação está bem melhor do que antes da criação do Assentamento.

De acordo com relatos, a primeira estrada de asfalto foi construída com a chegada na PETROBRÁS. Após a desapropriação foram construídas outras estradas de piçarra, unindo os povoados.

Segundo contou-nos um dos entrevistados:

*A PETROBRÁS veio só pesquisar e só enlarqueceram a estrada. A estrada começou a ser construída pelos próprios moradores, depois o prefeito continuou e a PETROBRÁS enlagueceu. Foi a época que o INCRA chegou.*

O morador mais antigo do referido povoado disse-nos que já nasceu no local e que tem lembrança que o primeiro morador da família no espaço foi seu avô. Ele nos contou que as primeiras trilhas foram abertas por ele e outros moradores, que se uniram para melhorar o acesso e deslocamento de pessoas e produtos, pois o transporte era todo feito através de canoas pelos rios e lagoas do local. Eles levavam, em média, uns cinco dias para irem e voltarem de Barreirinhas.

O item transporte também foi alvo de muitas reclamações, principalmente por causa do preço cobrado e da frequência diária reduzida. Alguns entrevistados resolveram comprar moto ou mesmo carro, objetivando reduzir suas despesas, ganharem tempo, liberdade e autonomia nos deslocamentos.



Uma das educadoras formadas pelo PCEJAARAMA disse-nos que a maior deficiência do seu povoado, Palmeira dos Eduardos I, é o transporte:

*A maior necessidade do povoado é o transporte pela prefeitura para fazer linha direta, pois o único meio de transporte passa por lá 4 ou 4:30h para barreirinhas e só tem um que sai de lá as 10:30h.*

Nos depoimentos acima, evidenciamos que os entrevistados perceberam de maneira superficial as mudanças ocorridas nas relações materiais, a continuidade da essência das relações sociais, assim como as contradições inerentes a esse contexto, no espaço em questão, a partir da desapropriação.

De acordo com Iasi (2007, p. 28):

*O indivíduo vive as novas relações, julgando-as e buscando compreendê-las, com o mesmo arcabouço de valores que antes orientavam sua vida, de forma que a introjeção de novos valores acaba provocando uma contradição, que é vivida pelo indivíduo como um conflito subjetivo. A primeira forma de manifestação dessa contradição não é ainda a superação da alienação, é mais uma forma transitória que se expressa de maneira mais nítida, no estado de revolta.*

Porém, constatamos que não houve uma passagem para essa forma transitória em todos os entrevistados, pois alguns ainda vêem a realidade de uma forma idealizada. Outros, embora percebam que a realidade é injusta e não queiram mais submeter-se, não conseguem avançar e passam a acreditar na 'inevitabilidade' das relações: 'sempre foram injustas' 'sempre serão injustas. (IASI, 2007, p. 28).

Poucos entrevistados conseguem se ver pertencentes a um grupo e captar no outro as mesmas contradições que vivenciam, chegando mesmo a dar "um salto de qualidade" ao perceberem sua identidade com o outro, a chamada consciência em si (IASI, 2007, p.29-30).

Alguns entrevistados afirmaram que o INCRA só entregará o termo definitivo quando devolverem tudo que o Estado gastou no espaço, inclusive com a construção das estradas.

Uma das entrevistadas foi mais enfática nas explicações e disse:

*Vamos no futuro pagar por algo que não usufruímos. Pois no contrato que assinamos com o INCRA, para projeto de desapropriação, diz o valor que temos de receber, tudo que deve ser feito, o pagamento que eles vão fazer. Lá diz que quando sair o título da terra, nós temos que devolver tudo.*

A grande maioria não soube dizer o porquê de só terem adquirido o título provisório da terra; outros disseram que o INCRA informou para eles que o documento definitivo só sairá quando todas as casas estiverem dentro do padrão, definido em projeto específico.

Declarações como estas deixam claro o nível de consciência dos entrevistados e a conseqüente fragilidade de sua organização e mobilização, pois a questão não reside no fato de terem ou não o título definitivo da terra, ela abarca situações mais abrangentes e complexas relativas aos serviços e direitos sociais que lhes foram negados pelo Estado, as quais são alvo de debates por parte dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Independentemente da luta pela terra, tão ou mais importante é a luta na terra, pelo incremento nas reivindicações por Educação, Saúde, transporte, moradia, crédito, apropriados ao seu modo de viver e trabalhar. A luta é para que as famílias, que sofreram todo um processo de marginalização, expropriação e exploração, tenham direito de trabalhar a terra de forma digna e autônoma, garantindo assim uma boa qualidade de vida e não pela valorização da propriedade privada, a qual pode levar a uma introdução ainda maior do sistema valorativo burguês no espaço rural.

Apesar dos entrevistados demonstrarem um misto de satisfação, indignação e conformismo pelo que possuem e pela maneira como vivem, nos depoimentos ficou muito evidente o valor que dão aquele espaço, pois tudo é melhor do que viver em uma situação de vulnerabilidade, sem direito a nada, ou quase nada, sem acesso a informação e/ou serviços.

Também percebemos o clima de tranquilidade e solidariedade em que habitam, partilhando o espaço, definindo entre os vizinhos até onde vai “seu chão”, cedendo, às vezes, “um bocado de terra” para o outro fazer “seu roçado”. Essa percepção, à primeira vista, pareceu-nos demonstrar que, até o presente, embora os valores do sistema capitalista já tenham adentrado o espaço, os antigos valores, herdados dos seus antecedentes, ainda estão vivos em suas memórias e presentes em suas práticas.

#### 4.3.2 O PCEJARAAMA / PRONERA sob a perspectiva dos capacitados pelo Projeto e das entidades representativas dos trabalhadores rurais

É inegável o protagonismo dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais no processo de inovação e diferenciação do projeto educacional do campo. Dentre outras razões, apontamos o fato deles serem responsáveis por darem a tônica da luta pelo projeto de desenvolvimento da agricultura familiar, pelos direitos sociais, e pelo seu enfileiramento ao projeto de desenvolvimento capitalista.

Segundo Molina e Freitas (2011, p. 17):

Esses sujeitos coletivos, a partir de suas lutas sociais e de suas práticas educativas, articulados nacionalmente no movimento de educação do campo, têm sido capazes de, com suas ações, interrogar e apresentar alternativas ao projeto hegemônico de desenvolvimento rural, às tradicionais escolas rurais e aos processos de formação de educadores. As principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios do movimento referem-se a: formular e executar um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, garantir a articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico; e, vincular os processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos.

Portanto, se analisada do ponto de vista dessas autoras, a educação que o PRONERA deverá implantar no campo será uma ação no sentido de fortalecer os trabalhadores rurais em sua luta pela inserção do seu projeto de agricultura camponesa no campo e pela resistência ao projeto de agricultura capitalista, contra a expansão capitalista em seu espaço.

Dito de outra forma, o PRONERA se propõe o imenso desafio de contribuir no processo de transformação da sociedade e do homem do campo. Nas palavras de Molina e Freitas (2011, p. 24) sobre a Educação do Campo:

Ela se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral do trabalhador do campo, no sentido de promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana.

Entretanto, para ter esse objetivo como horizonte, será exigida uma participação ativa desses trabalhadores e dos seus movimentos sociais tanto na

elaboração dos projetos, quanto em sua gestão diária. Pois tão importante quanto o conteúdo programático dos projetos são as formas como os recursos teórico e o prático são apresentados e debatidos.

Tal assertiva nos remete as ideias de Iasi (2007) sobre eficiência da educação popular, desenvolvida pelas CEB's e a Concepção Metodológica Dialética (CMD), cujos preceitos destacamos abaixo:

- A CMD não é senão a aplicação da teoria dialética do conhecimento ao processo educativo: "assim como conhecemos, assim devemos educar."
- Dessa primeira afirmação deriva o procedimento básico:
  1. partir da realidade imediata, que é produto não só da ação ou experiência, mas de toda a prática social e histórica;
  2. apropriar-se de conceitos teóricos, para melhor conhecer a realidade além da aparência imediata;
  3. com esse conhecimento mais profundo da realidade e dos conhecimentos teóricos alcançados e construídos no processo educativo, passar à ação da transformação da realidade, daí que o eixo fundamental seria a vinculação entre teoria e prática, o que levaria à famosa formulação P-T-P. (IASI, 2007, p.159)

Esta CMD se aproxima da metodologia pretendida pelo PRONERA e só poderá ser utilizada com eficiência a partir da participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais e de educadores comprometidos com os projetos. Conforme Molina e Freitas (2011. p. 25):

Os movimentos sociais do campo, ao disputarem os espaços de escolarização, sejam no nível de educação básica ou no nível superior, põem em questão a separação entre processo de produção do conhecimento e vida real dos educandos. Eles exigem tornarem-se partícipes desses processos, trazendo seus saberes e fazeres para dialogar com os conhecimentos científicos, na perspectiva de, a partir desse encontro, produzirem um novo conhecimento que os auxilie na interpretação crítica da realidade e, principalmente, na sua intervenção sobre ela.

No entanto, no caso do PCEJAARAMA, sentiremos três deficiências do contexto acima apresentado que representaram obstáculos para atendimento ao intento de transformação do homem do campo e conseqüentemente do espaço onde vive, São elas:

- 1) A germinação das associações sob a contaminação dos valores do sistema capitalista.
- 2) A insuficiente participação da FETAEMA, no processo formativo dos alunos e educadorese

3) o reduzido amadurecimento da consciência política dos assentados entrevistados

Porém, caso esses entraves não existissem, ainda assim seria difícil essa construção em virtude de tantos obstáculos de ordem prática que precisaram ser enfrentados, tais como, a escassez orçamentária e o atraso nos repasses financeiros por parte do Governo Federal, dificuldades de infraestrutura das escolas, ausência de pessoas qualificadas para trabalharem como alfabetizadores, dificuldade de acesso às escolas, a vida no campo, o deslocamento dos alunos para outras áreas em busca do “pão de cada dia”, os problemas de vista, além dos conflitos interpessoais e dos problemas de ordem político-ideológica.

Os esforços direcionados para sanar as dificuldades concretas do dia-a-dia canalizaram tanta energia que acreditamos ser quase impossível sobrar forças para empenhar na reflexão consistente, no campo das ideias, quando não se tem um movimento consistentemente organizado e uma classe trabalhadora com seu processo de consciência em si consolidado!

Com relação aos embates ideológicos, podemos ainda citar a própria atuação do Estado, no sentido de distanciar, enfraquecer a participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais no processo, através do acórdão Nº 2.653/2008, do TCU, a normatização da subordinação do PRONERA à Coordenação de Projetos Especiais do INCRA, citados anteriormente, além das constantes estratégias para desacreditar o MST, ao tentar criar uma imagem deturpada dele diante da sociedade.

Também evidenciamos, através da análise dos manuais de operacionalização do programa, um esvaziamento da participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais.

Analisando-se a definição de atribuições das entidades representativas dos trabalhadores rurais, descobrimos reduções drásticas, na comparação entre os manuais do PRONERA de 2004 e de 2012, o que representou perda qualitativa nos projetos.

No Manual de Operações do PRONERA/2004, as atividades atribuídas aos movimentos sociais eram as seguintes:

- Mobilizar jovens e adultos moradores das áreas de reforma agrária para a identificação das demandas;
- Identificar, em conjunto com os demais parceiros, as áreas de reforma agrária que participarão dos projetos;
- Participar da elaboração e do acompanhamento durante a execução dos projetos educacionais;
- Buscar, em conjunto com as instituições públicas de ensino, governos estaduais e municipais e o Incra, a infra-estrutura necessária ao funcionamento do programa nas áreas de reforma agrária;
- Acompanhar, em conjunto com os demais parceiros, todo o processo pedagógico desenvolvido pelos (as) educadores(as) e coordenadores(as) locais quanto à adequação curricular, metodologias, formas de participação, entre outros;
- Participar da seleção e capacitação dos (as) educadores (as) das áreas de reforma agrária;
- Discutir, acompanhar e avaliar em conjunto com os demais parceiros a aplicação dos recursos e execução do plano de trabalho e do projeto. (BRASIL, /2004)

Já no Manual de Operações do PRONERA/2012, as atribuições das entidades representativas foram limitadas a duas ações: indicar as demandas educacionais das áreas de reforma agrária e do crédito fundiário, em conjunto com os demais parceiros; acompanhar e avaliar o processo pedagógico dos cursos. (INCRA, 2011)

No início do PRONERA, os projetos só eram aprovados se os movimentos sociais demandasse e se estivessem de acordo com os preceitos da Educação do Campo. Conforme a responsável pelo PRONERA, na FETAEMA, o controle político e pedagógico mais efetivo dos projetos acontecia no passado. Depois que o PRONERA passou a fazer parte da Política Pública de educação rural, a partir de 2010, a FETAEMA e os movimentos sociais, de um modo geral, passaram a ter uma participação menos ativa nessas áreas. Ela atribuiu essa situação a um processo de descentralização que o Estado foi obrigado a fazer, pressionado, inclusive pelas autoridades municipais, associado a um esmorecimento dessa entidade representativa com relação à questão.

Por exemplo, quanto ao quesito Carta de Aceite, atualmente ele não é mais exigido para fins de aprovação de projetos do PRONERA, o que de certa forma, demonstra um enfraquecimento da participação ativa dos movimentos sociais.

Os projetos poderão começar sem necessariamente o movimento social demonstrar a existência de demanda, ou seja: “não é um projeto orgânico do movimento”. Isso ensejará outras evidências que corroborarão a perda de autonomia

dos mesmos, como a própria questão do conteúdo programático dos projetos. Conforme a responsável pelo PRONERA, na FETAEMA:

*Quando tu formava uma turma de agropecuária é pra ti formar um aluno que acredite que ele pode mudar a realidade do assentamento a partir da pequena agricultura... aí o professor montava um projeto e ele queria fazer um estudo com os meninos sobre o agronegócio, que não emprega ninguém, que é padrão de exportação, que exaure a terra até a exaustão [...] esse tipo de professor nós não apoiamos, pois não atende. Agroecologia pra quem? a nossa divergência com alguns professores começou por aí. a gente dizia: professor a gente não aceita que nossos alunos façam estágio no agronegócio [...] por que a gente não é alimentado pelo agronegócio, não gera riqueza pra esse povão que a gente tem no maranhão. Muito, muito agricultor pequeno [...] é um curso de pedagogia, mas é pra formar professor para o campo, é um curso de agropecuária, mas é para lidar com a agricultura familiar e não com o agronegócio. e aí alguns começaram a fazer diferente [...]*

Ela considera que “hoje o PRONERA é frio”, pois até um certo período os movimentos sociais tinham maiores atribuições. Havia uma interação grande entre os parceiros. Uma presença maior do movimento no dia a dia do programa. Os projetos só eram aprovados depois que o movimento enviava uma Carta de Aceite que expressava a aprovação da sua formatação dentro de um contexto de emancipação do trabalhador do campo.

Dessa forma, depois que o PRONERA tornou-se um Programa da Política Pública de Educação do Campo, contraditoriamente, as entidades representativas dos trabalhadores rurais perderam espaço e passou a ser possível a aprovação de projetos sem a demonstração da demanda por parte dessas entidades ou mesmo a expedição da Carta de Aceite.

Quanto ao PCEJAARAMA, que foi realizado no período em que os movimentos sociais tinham maior participação no PRONERA, a representante da FETAEMA, apesar de ter sido responsável pelo Projeto, lembrou-se de poucas informações sobre ele. Apontou que o Programa não exigia a expedição de relatórios, que ficava a cargo da IES parceira e reconheceu a falta de sistematização documental das ações relativas a ele, na Federação.

De acordo com ela, na FETAEMA, três foram os critérios determinantes para a definição, diante da grande necessidade de alfabetização no espaço rural maranhense, do PASJMA, para ser beneficiado com a implantação do Programa.

Pelo critério da demanda espontânea dos municípios (lista de PA's com demandas), a sondagem local realizada pela Federação demonstrou um índice

alarmante de analfabetismo no espaço em questão. De acordo com o critério político, Barreirinhas apresentou um movimento sindical mais fortalecido, mais atuante e mais estruturado. E, finalmente, conforme o critério geográfico, o PASJMA teve vantagens por estar próximo a São Luís e muito perto da sede municipal, além de apresentar razoáveis condições de acessibilidade.

Ela e o presidente do sindicato lembraram que foram muitas as dificuldades que o projeto teve que enfrentar. Os primeiros problemas estavam relacionados à infraestrutura: local para funcionamento das salas de aula, móveis escolares, iluminação, dentre outros.

Depois vieram outros entraves, tais como a rigidez das rubricas orçamentárias que foram sendo reduzidas e adequadas às necessidades do projeto, em decorrência de muita luta. Ainda ocorreu o grave problema da deficiência visual dos alunos que foi vencido com o empenho de todos e a ampliação do conceito de artigo pedagógico. Também o atraso na liberação dos recursos financeiros, por parte do Governo Federal, provocou problemas de todas as espécies, inclusive no campo pedagógico, pois as aulas eram suspensas, limitando o processo ensino-aprendizagem e limitando o progresso no desempenho dos alunos.

Segundo a representante da FETAEMA, muitas vezes as equipes do Projeto tiveram que investir financeiramente para ele não fracassar, pois o PRONERA sempre exigiu “compromisso com a causa”.

Outra dificuldade foi a falta de professores locais capacitados, que foi sanada com a decisão do grupo em ofertar o Programa de Capacitação e Escolarização Continuada. Ressaltamos que acerca do processo de escolha, os relatos do presidente do sindicato e a representante da FETAEMA, à época de criação do PCEJAARAMA, expuseram os problemas que tiveram, principalmente, com os presidentes das associações dos povoados.

As disputas locais por poder ocorriam porque as funções representavam prestígio, demonstração de força e ganho financeiro, em virtude do recebimento de bolsas.

Esse quadro nos lembrou as afirmações de Araújo (2010, p. 230) ao abordar sobre as relações de poder presente durante processo de gestão das políticas públicas na área de assistência técnica, denominada ATES, a nível micro:



Os relatórios identificam situações em que as associações e as cooperativas de assentados se fortalecem em decorrência do trabalho das equipes locais, mas, questionam a participação pretendida, em função da condução, “de maneira autoritária”, dos movimentos sociais sobre os destinos de seus representados e em função das teias de microrrelações de poder local.

Na verdade as relações de poder vão se afunilando, de uma dimensão macro até a dimensão local, onde essas políticas são implementadas:

Sua execução é permeada de tensões que começam nas microrrelações, dentro das estruturas burocráticas do MDA e do INCRA nacional, onde a proposta é concebida, se aprofundando nas superintendências regionais e locais, entre os técnicos do órgãos e equipes de Ates e entre estes e os assentados. (ARAÚJO, 2010, p. 311).

Conforme a representante da FETAEMA, a entidade não interferia na questão pedagógica, pois confiavam no trabalho das universidades, mas fazia o controle pedagógico dos projetos. A Federação contribuía, em sala de aula, com atividades extracurriculares sobre “a história dos movimentos sociais, auto estima, política pública, importância dos movimentos sociais, da agricultura familiar, empoderamento, cidadania, valorização do sujeito, [...] deles se sentirem [...] né, como a gente diz, que é um chavão usado pelo movimento: sujeitos de sua própria história.”

De acordo com ela, as pessoas envolvidas no processo se apaixonavam pelo PRONERA e estavam sempre unidos na busca de soluções. A própria aquisição dos óculos foi uma batalha, pois este item não estava contemplado na rubrica do projeto e eles fizeram várias reuniões, se mobilizaram e pressionaram a setorial nacional do INCRA/PRONERA para conseguirem a autorização para compra dos mesmos.

Disse-nos que, no período do PCEJAARAMA, foram realizados muitos seminários, reuniões internas e externas, com os parceiros, em especial, o sindicato, o INCRA/MA e o CEFET/MA, para resolver questões diversas, inclusive de mau uso do dinheiro público e conflitos interpessoais. Existia um colegiado no INCRA/MA para acompanhar os projetos e resolver problemas mais graves.

Em todos os depoimentos que ouvimos e também nas entrevistas realizadas, colhemos boas impressões sobre a avaliação do Projeto pelos participantes, incluindo alfabetizandos, alfabetizadores, sindicato, INCRA / MA, FETAEMA e CEFET / MA. E elas foram confirmadas, através da análise das

avaliações escritas dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais e dos capacitados do PCEJAARAMA, do PASJMA, presentes no Relatório de Fiscalização e Avaliação Final (INCRA/MA, 2002).

As avaliações das entidades representativas dos trabalhadores rurais foram unânimes em declarar que, apesar do PRONERA não ter resolvido o problema do analfabetismo no PASJMA, ele deu uma “valiosa contribuição” e também se constituiu em um espaço de diálogo, cuja continuidade é imprescindível. Consideraram também que o Programa representou avanço significativo para o processo de escrita, leitura e compreensão crítica do mundo.

Conforme o presidente do STTR de Barreirinhas, à época do PCEJAARAMA: “Que o programa continue para que o trabalhador tenha oportunidade de melhorar um pouco mais seus conhecimentos e também sua visão de mundo – saiba quais são seus direitos e deveres” (INCRA/MA, 2002, p. 496).

Segundo a responsável pelo PRONERA, na FETAEMA, à época do Projeto:

[...] o projeto foi coordenado pedagogicamente e politicamente de forma transparente, com o compromisso efetivo dos parceiros, além da relação ensino-aprendizagem ter sido muito produtiva, com o avanço significativo dos educandos no ler e escrever e pensar criticamente as relações sociais (INCRA/MA, 2002, p. 563).

Embora o PCEJAARAMA tenha capacitado 15 alfabetizadores e ainda o coordenador local, no citado processo apenas este último e sete monitores apresentaram suas avaliações acerca do projeto. Em sua maioria, todos afirmaram muita satisfação em terem participado do PCEJAARAMA e solicitaram a continuidade do mesmo, o que, após passados nove anos, ainda não ocorreu: “[...] Tanto eu quanto os alfabetizados tivemos a oportunidade de estudar. É necessário que o projeto continue. Apelamos para a sensibilidade das autoridades; e “[...] me considero uma pessoa mais preparada tanto para ensinar quanto para continuar estudando” (INCRA/MA, 2002, pp. 505 e 510).

Em muitas das respostas foram expostas referências ao fato da ampliação do conhecimento, advindo com o projeto, ter possibilitado incremento na maneira de se expressar, através da fala e da escrita, como também no modo de viver: “Acrescentou coisa de mais, muitos conhecimentos novos, uma maneira muito melhor de trabalhar na sala de aula; eu sou muito mais preparado para viver”

(INCRA/MA, 2002, p. 509).

Uma monitora, que respondeu ao questionário do INCRA/PRONERA, afirmou: “Eu aprendi muito. Meus conhecimentos foi enriquecido. Meu vocabulário melhorou, hoje eu me expesso melhor. Foi uma experiência muito valiosa. Eu conclui a 8ª série e só por essa razão já valeu”. (INCRA/MA, 2002, p. 512).

Outra monitora também expressou semelhante depoimento ao avaliar as contribuições que o PRONERA acrescentou em sua vida: “Mais conhecimentos, diminuiu minha timidez, portanto aprendi melhor me expressar. Hoje, depois do PRONERA me considero uma pessoa mais preparada tanto para ensinar quanto para continuar estudando” (INCRA/MA, 2002, p. 510).

Ainda apreendemos dessas avaliações a importância que deram aos avanços que tiveram não apenas em sua vida pessoal, mas também na profissional: “Foi valioso. Como eu disse acima eu não tinha prática de sala de aula, no PRONERA eu ganhei esta experiência e muito mais coisas boas (INCRA/MA, 2002, p. 511).

Em outra declaração acerca da capacitação que receberam, um dos monitores respondeu: “Foi boa de mais, eu aprendi muitas coisas que estão contribuindo bastante para minha vida pessoal e profissional” (INCRA/MA, 2002, p. 511).

A percepção sobre o problema do analfabetismo e a preocupação com ele, no espaço onde vivem, assim como a satisfação/o orgulho por estarem contribuindo com sua redução e com o empoderamento dos alunos, transpareceu nas avaliações: “[...] foram muitos os trabalhadores(as) que deixaram de ser analfabetos, sendo por demais valioso”; “[...] A grande maioria dos alunos saíram realmente alfabetizados, lendo e escrevendo e com uma outra visão de mundo” e “[...] Consegui ajudar meus alunos e companheiros trabalhadores alfabetizando-os: hoje eles sabem ler e escrever graças ao nosso trabalho.” (INCRA/MA, 2002, pp. 510, 512, 513).

De um modo geral, as avaliações demonstraram evolução no processo de amadurecimento da consciência crítica dos capacitados pelo PCEJAARAM, em Barreirinhas, apresentando, ainda elevação da auto-estima e mesmo da autonomia.

Em vários depoimentos, transpareceu a sensação de vitória e de felicidade dos entrevistados ao declararem, por exemplo, que após o PRONERA conquistaram a liberdade de assinarem seus documentos, sem necessidade de

pagamento de taxas para procurador.

Fatos como esses, aparentemente irrelevantes para aqueles que vivem em outras condições de vida, apresentam grande significado para os trabalhadores rurais dos PA'S, demonstrando que as conquistas advindas da apropriação do conhecimento estão além do árduo processo de escrita e leitura, mas dizem respeito a algo ainda mais complexo: a descoberta de outras facetas do mundo onde vivem que os permite lutar por uma vida com mais dignidade.

#### 4.3.3 A busca de ascensão educacional como fruto do processo de amadurecimento da consciência política

A dificuldade de desenvolvimento das ações do PRONERA são consequências dos obstáculos impostos pelo próprio Estado, conforme detalhados anteriormente, mas também da fragilidade da organização e mobilização de parte dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Se de um lado temos organizações bem estruturadas, inclusive com articulações internacionais, incansáveis na luta contra as manobras do Estado, as quais objetivam o enfraquecimento das mesmas, evidenciamos, também, entidades representativas com estruturas de gestão bastante incipientes, cujos dirigentes são facilmente cooptados pelo sistema.

Para que o PRONERA possa estabelecer-se como uma ação educativa contra-hegemônica é necessária a participação consciente e efetiva dos trabalhadores rurais nas atividades de planejamento, execução e avaliação deste Programa e de seus projetos. E essa atuação só prosperará se os movimentos sociais do campo estiverem fortalecidos a ponto de descortinarem e enfrentarem com eficiência as relações de forças dentro do Estado e de suas próprias organizações, pois todo o esforço deve ser em nome da classe trabalhadora e não de indivíduos.

Essa consciência poderá ser melhor alcançada a partir de um processo educativo libertador. Porém a educação tradicional, promovida pela sociedade burguesa, caminha em sentido contrário e, embora na atualidade se apresente em uma nova roupagem, guarda em sua essência a defesa dos interesses do grande Capital nacional e internacional e portanto da ordem social, ao trabalhar em prol do fortalecimento da direção intelectual e moral da classe dominante.

Conforme Neves e Sant'Anna (2005, p. 20):

O novo bloco histórico que se foi constituindo no início do século XX mantém até os dias atuais suas características essenciais. No plano econômico, a reprodução ampliada do capital – sob a direção do grande capital, a partir do emprego diretamente produtivo da ciência e da técnica -, a expropriação crescente do trabalho pelo capital e a extração da mais-valia, por intermédio da intensidade do trabalho e do aumento da produtividade da força de trabalho. No plano político, um Estado que intervém nos rumos da produção e nas relações político-sociais com vistas à legitimação dos padrões de relações sociais vigentes

Uma das facetas do Neoliberalismo reformulado ou “novo trabalhismo” é a chamada “Terceira Via”. Trata-se de uma estratégia que propõe mudanças no conteúdo e na forma de atuação da sociedade civil junto às demandas sociais, com vista a manter a predominância da visão de mundo da burguesia e conquistar o consenso, ou seja, convencer o todo de que os interesses de uma minoria hegemônica representa o caminho para o atendimento ao bem comum.

Essas alterações se condensaram no alargamento da participação política dos indivíduos, considerando a constante pressão da luta entre classes, para resolver a contradição mestra do Capitalismo: a socialização do Trabalho e a apropriação privada do Trabalho social. Porém, acabou gerando outra contradição: a socialização política e a apropriação grupista do poder. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 20).

A área educacional, por ser um local de produção e disseminação do conhecimento, também é espaço de atuação dos novos elementos/mecanismos/instrumentos implantados pela “Terceira Via”. Para Gramsci, inclusive, ela foi considerada como o mais importante aparelho de hegemonia política e cultural da classe dirigente. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 27):

Sob a hegemonia burguesa, ao formar intelectuais orgânicos em sentido amplo e em sentido estrito segundo os ideais, idéias e práticas da classe dominante e dirigente, a escola torna-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, concomitantemente, em veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 29)

Na concepção gramsciana, a Educação é forte aliada no processo de desmistificação e de transformação estrutural da sociedade por parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, as diretrizes, princípios e metodologia de trabalho

estabelecidos no PRONERA poderão torná-lo uma ação educativa contra-hegemônica, ao possibilitar o fortalecimento da classe trabalhadora rural nas funções de defensora do projeto de desenvolvimento da agricultura camponesa e de opositora ao projeto de desenvolvimento defendido pelo Capital. No entanto, trata-se de uma tarefa difícil e bastante complexa, pois o sistema capitalista a cada dia elabora estratégias novas com vista à mercantilização da terra, da Força de Trabalho e das atividades agropecuárias.

Para que esse empoderamento do trabalhador rural ocorra é necessário que haja “[...] a ampliação da consciência e da prática dos educadores e educandos vinculados ao PROGRAMA, na perspectiva da transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento de campo vigente no Brasil”.(MOLINA; JESUS, 2011, p. 34).

Portanto, é preciso superar os mecanismos desarticuladores da classe trabalhadora, criados pela relação Estado-Capital, presentes na prática da “Educação para Todos” e focar na essência dos pressupostos da Educação Popular, da qual faz parte a Educação do Campo. Nas palavras de Coutinho, Diniz e Muniz (2011, p. 190):

[...] aqueles que numa interpretação histórica errônea, concluem que a Educação popular é temática ou luta superada, porque estamos sob as diretrizes mundiais da “Educação para Todos”, das parcerias, dos diálogos e fóruns, de aprovação de leis e diretrizes educacionais, convém lembrar que a Educação Popular não é somente educação escolar, alfabetização. Educação Popular é expressão organizativa, existência cultural, social e política, a serviço de todos aqueles que, se sentindo oprimidos pelas relações sociais vigentes, criam novas formas de ser e de produzir sua existência, contrapondo-se aos processos econômicos, sociais, políticos e ideológicos que forjam a hegemonia do capital.

Nessa linha de raciocínio, fizemos uma síntese referente ao perfil dos indivíduos qualificados pelo PCEJAARAMA, para atuarem como monitores e sistematizamos algumas considerações relativas ao processo educativo do qual participaram e à busca da ascensão educacional por parte desses indivíduos, com objetivo de configurar o processo de amadurecimento da consciência política dos mesmos, enquanto forma de evidenciar a possível contribuição do PRONERA ao desenvolvimento sócio-espacial do PASJMA.

Na análise dos questionários submetidos aos assentados que foram capacitados pelo PCEJAARAMA, atestamos que do total de 12 entrevistados,

58,33% estavam na faixa etária de 31- 43 anos, 33,33%, na faixa etária de 44 - 56 anos e 8,33% com idade acima de 56 anos. E, considerando-se que o Projeto foi implantado entre 1999-2005, evidenciamos que a grande maioria dos participantes da qualificação para a docência eram jovens, na época de execução do Projeto, o que nos reportou ao conceito de Juventude Rural muito debatido nas áreas acadêmicas e das políticas públicas e desta forma, também pelo PRONERA.

Usualmente, consideramos jovens aqueles que estão na fase após a puberdade e a idade adulta. Os organismos internacionais e o Poder público especificaram um recorte etário que vai dos 18 aos 29 anos, para viabilizar pesquisas e estabelecer o público-alvo de Políticas Públicas.

Essa definição rígida é muito questionada pelos estudiosos sobre o assunto. Mas de um modo geral, há um consenso de que a juventude é um período de transitoriedade, por isso ela guarda uma essência dialética. Pois, ao mesmo tempo em que se apresenta com certa carga de subordinação social, ela também demonstra uma forte tendência transformadora na sociedade.

Segundo Castro (2012, p. 441):

Podemos afirmar que juventude é uma categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e a transformação social.

Vários termos são usados para designar os jovens, no espaço rural, que ainda não se emanciparam e que vivem com os pais, tais como “juventude rural”, “jovem rural”, “jovem camponês”, “jovem do campo” (CASTRO, 2012, p. 441), porém o primeiro é mais recorrente.

Independente da nomenclatura utilizada, sua concepção está permeada de questões e significados diversos e complexos. A problemática da migração é muito enfatizada quando se trata dos jovens rurais, apresentando nas diversas pesquisas duas principais vertentes: estratégia dos pais para evitar a fragmentação da propriedade a um nível incapaz de garantir o sustento familiar e o desinteresse dos jovens pela permanência no campo, gerado em parte pela falta de oportunidades ou mesmo pelo descontentamento com o processo decisório dentro da família.

Após o desenvolvimento das discussões e ações nas áreas de Reforma Agrária e Educação do Campo, a categoria Juventude Rural ganhou projeção e a questão da migração do jovem do campo apresentou nova formatação, trazendo novos elementos para a discussão sobre a realidade desses deslocamentos e suas repercussões sobre o espaço rural.

No novo contexto, com o crescimento dos PA's, houve uma revalorização do campo e a participação dos jovens camponeses nos movimentos sociais teve uma reordenação, pois a despeito de todos os preconceitos contra a população rural, a juventude desse espaço realiza uma reação mais eficiente a eles. Primeiramente pelas características que são inerentes aos jovens, especialmente a capacidade de contestação e inovação, e também por se apresentarem conectados com o mundo globalizado.

No entanto, de acordo com o Carneiro, (1998, p. 14apud STROPASOLAS, 2005, p. 06) os deslocamentos permanentes ou temporários dos jovens do campo em direção às cidades, ao exporem os jovens a outros sistemas de valores, apresentam duas tendências: rejeição dos novos valores, reforçando “os laços identitários com a cultura original” ou absorção dos novos valores, através da “elaboração de um novo sistema cultural e de novas identidades sociais que merecem ser investigadas.

Mesmos os jovens que nunca estiveram em cidades, também estão sujeitos a essa duplicidade de escolha, considerando-se que os meios de comunicação e as experiências, relatadas por outros jovens, possuem grande capacidade de influenciá-los.

Os estudos que relacionam Juventude Rural e movimento social demonstram que os jovens, que fazem opção pela valorização dos seus costumes e tradições, quando são incorporados aos movimentos sociais do espaço rural, reivindicam o acesso permanente à educação pública com um conteúdo teórico-pedagógico que dialogue com a realidade do campo.

No PASJMA, o movimento social da Juventude Rural não nos pareceu muito atuante, porém, pelos relatos obtidos, percebemos que existem jovens com os dois perfis. No entanto, entre aqueles que atuaram como monitores do PCEJAARAMA predomina a ideia de pertencimento e o profundo apego às suas raízes.



Porém, o fato de valorizarem seus costumes e tradições não os impediu de buscarem melhorias em suas vidas; ao contrário: perceberam que alguns avanços eram verdadeiramente necessários para garantir a permanência digna no espaço conquistado, sendo importantes para preservação da identidade rural

De um modo geral, todos os que responderam ao questionário da pesquisa expressaram opiniões semelhantes acerca do assunto em pauta. Quando relataram as razões porque gostavam de morar no PASJMA, citaram os benefícios, a existência de rios no espaço, o trabalho que desempenhavam no PA, o sentimento de que são donos da terra, a felicidade por estarem no PA, o acesso a projetos, ficando “o apego às raízes” e “o modo de vida” com os maiores percentuais, 15,79% e 42,11%, respectivamente.

Quanto à questão de gênero, 58,33% dos capacitados eram do sexo feminino e 41,66%, do masculino. A tendência ao predomínio das mulheres no processo educativo pode ser justificada por essa ação representar uma das maneiras que elas encontraram para romper com os padrões patriarcais existentes no meio rural, que representam obstáculos para a emancipação feminina.

A escolaridade desses indivíduos, que no período de implantação do Projeto possuíam em geral o nível Fundamental completo ou incompleto, apresentava-se, após a participação no PCEJAARAMA com a seguinte estruturação: 25,00% com o Fundamental completo, 8,33% com o Fundamental incompleto, 25,00% com o Médio completo, 16,66% com o Médio incompleto e 25,00% com o Superior incompleto, nos cursos de Pedagogia, Educação Especial e Geografia, todos em instituições particulares.

Essas informações ganham uma relevância ainda maior se lembrarmos que, sem o PRONERA, as possibilidades de avanço educacional seriam muito reduzidas. Essa constatação foi melhor detalhada posteriormente.

Com relação à permanência no PASJMA, após o avanço educacional promovido pelo PRONERA, 83,33% permaneceram no espaço, enquanto uma pessoa precisou mudar, em decorrência de ter casado. Outro indivíduo informou que sempre morou em outro PA e havia sido escolhido como monitor, por ter sido considerado uma pessoa com perfil adequado para a função, após desistência de outro participante. Essas informações convergiram com a percepção positiva que possuem do espaço onde moram e trabalham, demonstraram a sintonia que possuem com a vida do campo e a possibilidade de participarem do fortalecimento

do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar.

Segundo Rocha (2011, p. 130):

Programas sociais como o PRONERA, ainda que sejam de natureza *compensatória*, tornam-se indispensáveis para que esses(as) trabalhadores(as) do campo possam não somente ter acesso aos seus estudos, mas também e, principalmente, continuidade à vida com permanência no campo.

Quanto à caracterização do PRONERA pelo entrevistado, várias questões foram formuladas, objetivando resgatar o nível de participação e conhecimento que tinham do processo de instalação e implementação do Programa e compreender o universo do PCEJAARAMA em suas vidas.

Apenas um dos capacitados pelo Projeto respondeu que não sabia o motivo da vinda do PRONERA, esclarecendo que havia sido escolhido posteriormente ao processo de implantação, em virtude da desistência de outro participante. Os demais afirmaram que sabiam as razões pelas quais o PCEJAARAM chegou ao PASJMA, dentre os motivos especificados constavam: promover o desenvolvimento do PA (14,28%), estimular o desenvolvimento da educação (28,57%), dar oportunidade para os assentados avançarem nos estudos (7,14%), incrementar o aprendizado dos moradores do PA (7,14%), elevar o conhecimento (14,28%), melhorar a vida dos assentados (14,28%), ajudar a erradicar o analfabetismo (14,28%).

Percebemos que, na maioria das vezes, os capacitados relacionaram a vinda do PRONERA à promoção do desenvolvimento da educação no PA, expressando-a de diversas formas, concentrando nesse tópico 71,41% das respostas.

Com relação às suas participações nas ações para trazerem o PRONERA para o espaço em questão, a imensa maioria lembrou-se da participação em reuniões, envolvendo os assentados (21,87%), as associações dos moradores (21,87%), o STTR de Barreirinhas (12,5%), a FETAEMA (15,62%), o CEFET/MA (12,5%) e o INCRA/MA (9,36%). Apenas dois qualificados atestaram a não participação em nenhuma ação (6,25%). Essas declarações demonstraram a existência de um processo participativo na instalação do PCEJAARAMA, o qual poderia permitir o fortalecimento político desses indivíduos, com relação especialmente à relevância de suas participações no processo educacional.

Rocha (2010, p. 161) fez um destaque interessante acerca da contribuição do PRONERA à construção da identidade coletiva dos indivíduos do campo:

Desde a sua gênese, o PRONERA apresenta-se como espaço de construção de políticas públicas que articula parcerias internas ao governo federal, instituições de ensino superior, Movimentos e organizações do campo de luta pela terra, além de organizações não governamentais. Para os movimentos do campo que atuam no PRONERA, este espaço se consolidou como estratégia de luta e organização social, no qual a garantia do direito à educação não está desvinculada da luta pela terra, pela produção, pela vida e pela construção de um projeto de desenvolvimento do campo. O permanente exercício do direito está presente na atuação, na formas de organização destes sujeitos coletivos, nos cursos e na concepção do Programa.

Quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas para participarem do Projeto, as razões que mais se destacaram foram falta de dinheiro (27,58%), carência de transporte (24,14%) e dificuldade no acesso às escolas (17,24%). Este último obstáculo pode ser confirmado até nos dias atuais, pois a existência de áreas com grande volume de areia impede o deslocamento no PASJMA (Figuras 14 e 15), situação que se apresentava ainda mais acentuada na década passada. Com menor incidência, apareceram os motivos relacionados com problemas de saúde (10,34%), ocupação com o trabalho (10,34%), ocupação com a família (6,90%) e pouco apoio da família (3,45%).

**Figura 14** -Estrada de areia, no Povoado Vassouras



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro Costa (2014)

**Figura 15**-Estrada de areia, no Povoado Jacú



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro Costa (2014)

Essas constatações demonstraram claramente a importância que a Educação ganhou na vida desses assentados, pois muitos conseguiram superar condições extremamente desfavoráveis à continuidade dos estudos. De acordo com Rua e Abramovay, (2001, p. 89 apud MOLINA, 2003, p.34):

Em primeiro lugar, os assentados atribuem grande valor à educação, em suas diversas acepções e são capazes de muitos esforços para superar tanto os obstáculos ao prosseguimento dos estudos como a baixa qualidade do ensino e as difíceis condições de frequência à escola nos assentamentos. Em segundo, embora em geral a escolaridade seja baixa, a população assentada mostrasse um pouco mais escolarizada que o conjunto do meio rural brasileiro.[...]

A dificuldade com transporte também existe atualmente, pois o único veículo coletivo para deslocamentos entre os povoados e a sede do município é o conhecido “Pau-de-arara” (Figura 16). Na época do PCEJAARAMA, os problemas com transporte eram solucionados com a ajuda do STTR de Barreirinhas ou através do próprio comprometimento financeiro dos capacitados, que alugavam carro com essa finalidade.

**Figura 16**-Meio de transporte coletivo particular do PASJMA (mais conhecido como “Paude-Arara”)



Fonte: COSTA, Katia Regina Castro Costa (2014)

Chamou nossa atenção, nas resposta a essa questão, o fato de nenhum dos capacitados ter apontado a falta de interesse ou a desconfiança em sua capacidade de aprender e ensinar, o que desvelou o discurso vazio daqueles que têm uma visão pejorativa sobre o homem do campo. Eles são capazes de participar ativamente de um processo educativo de qualidade, desde que se sintam estimulados para isso e tenham as condições necessárias. Condições estas que não são prontamente oferecidas pelo Estado e, para existirem, demandam organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Sobre a inexistência de interação do PRONERA com outras Políticas Públicas, Andrade e Pierro (2004b, p. 129) fizeram as seguintes colocações:

Na maior parte dos contextos, essa intervenção não impacta significativamente as condições de vida, devido à ausência e/ou insuficiência de políticas públicas outras de combate à pobreza, garantia de direitos e desenvolvimento rural, como o acesso ao crédito e à assistência técnica, melhoria das condições físicas de infraestrutura (moradia, sistema viário, meios de transporte, iluminação, saneamento básico), segurança alimentar, saúde e educação escolar. Nessas condições, nem sempre a

população assentada encontra suficiente motivação para engajar-se ou permanecer em processos educativos que envolvem grande investimento pessoal e familiar, sendo elevada a evasão nos cursos de alfabetização de jovens e adultos.

Todos os participantes da pesquisa enfatizaram que o PRONERA trouxe melhorias para suas vidas, indicando avanços como passar em concurso público (6,25%), o fato de poderem conhecer outras pessoas (6,25%), o recebimento de bolsa financeira (6,25%), o desejo de progredir na vida (6,25%), a oportunidade de ter mais experiências com alunos (6,25%), a aquisição de novos conhecimentos (25%), a promoção de desenvolvimento (12,5%), a geração de mudanças (6,25%), a possibilidade de continuar os estudos (12,5%) e de fazer mais leituras (6,25%) e a descoberta de novas habilidades e da capacidade de trabalhar (6,25%).

Conforme Rua e Abramovay, (2001, p. 94 apud MOLINA, 2011, p.34), Educação é pré-condição para a reinvenção do campo, pois nos PA's existe uma "noção muito clara do papel desempenhado pela educação no desenvolvimento pessoal e coletivo, na construção da cidadania e no aumento das oportunidades de realização pessoal e bem-estar da comunidade".

Sobre as instituições que ajudaram durante a execução do PRONERA, além do INCRA/MA e do CEFET/MA, indicaram a FETAEMA (26,92%), as associações de moradores (26,92%), STTR de Barreirinhas (26,92%), a Prefeitura de Barreirinhas (7,69%) e a CONTAG (7,69%). Apenas 3,84% dos entrevistados não souberam informar participação de nenhuma entidade.

As respostas sobre o tipo de auxílio prestado pelas entidades variaram entre oferta de transporte, cessão de espaço físico, doação de carteiras e bancos, incentivo ao estudo, realização de palestras e reuniões com esclarecimentos, informações, estímulo e apoio de modo geral. Somente um dos capacitados afirmou não saber indicar qual entidade deu apoio ao PRONERA, enquanto três deles não souberam informar qual a participação das mesmas.

A atuação dessas entidades reforçou localmente uma das características mais marcantes do PRONERA, o sistema de parcerias, o qual recebe configurações diferenciadas de acordo com as correlações de interesses e forças, sobre as quais os projetos estejam envolvidos. No entanto, não temos como negar a importância das parcerias para a superação dos desafios do PRONERA, nos aspectos operacionais e pedagógicos. No PASJMA, através das informações obtidas nesta

pesquisa, detectamos que a atuação das entidades representativas dos trabalhadores esteve mais direcionada para atender às questões de ordem prática do PCEJAARAMA.

Todos os entrevistados na pesquisa consideravam importante o trabalho de suas entidades. Apenas dois qualificados não indicaram as contribuições, enquanto dez deles alegaram que elas prestavam ajuda aos associados (20,00%), davam representatividade a eles (10,00%), traziam projetos (10,00%), promoviam o desenvolvimento para os povoados (20,00%), proporcionavam seu reconhecimento perante a sociedade (10,00%), traziam conhecimento para os povoados (20,00%), além de auxiliar na organização do PA (10,00%). A grande maioria, 91,67%, encontrava-se vinculada a apenas uma entidade, a saber, ao STTR de Barreirinhas, às associações dos povoados ou às associações comunitárias de saúde. Somente uma pessoa não se encontrava associada, pois não conseguiu o cadastro, em virtude de ainda morar com os pais que já são associados. E apenas um entrevistado informou estar vinculado em duas entidades.

Entretanto, apesar de considerarem importante a atuação de suas entidades representativas, nos depoimentos percebemos certo distanciamento e descontentamento desses indivíduos, com relação às mesmas, demonstrando a fragilidade da organização e mobilização dos movimentos sociais no espaço, conforme analisada anteriormente.

Quanto às atividades desenvolvidas em sala de aula, os qualificados apontaram suas impressões sobre como eram realizadas, sobre o compartilhamento de conhecimento e sobre o aprendizado, conforme quadro abaixo:

**Quadro 9** - Visão dos qualificados quanto a alguns aspectos das atividades desenvolvidas em sala de aula no Programa de Capacitação e Escolarização Continuada

ASPECTOS	QUANTIDADE DE INDICAÇÕES	PERCENTUAL (%)
COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS	15	11,53
PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DE ESTUDO	6	4,61
CORREÇÃO COLETIVA DOS ERROS	7	5,38
APRENDIZADO NA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AULA	9	6,92
DIÁLOGO ACERCA DE SUAS EXPERIÊNCIAS NO ASSENTAMENTO	6	4,61
ELABORAÇÃO DE TEXTOS SOBRE SUAS VIDAS NO CAMPO	8	6,15
DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO COMO UMA AÇÃO LIBERTADORA	8	6,15
VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DO SABER DOS ALUNOS	8	6,15
ESTÍMULO AO DIÁLOGO	8	6,15
APRENDIZADO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O QUE SE FALA, O QUE SE LÊ E O QUE SE ESCREVE	7	5,38
VALORIZAÇÃO DA TROCA DE PRODUÇÕES E DE CONHECIMENTO	5	3,84
DISCUSSÃO SOBRE SEUS DIREITOS E DEVERES	8	6,15
DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES DO ASSENTAMENTO	6	4,61



AS AULAS AJUDAVAM A ENTENDER MELHOR O MUNDO E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE	5	3,84
DISCUSSÃO ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO CAMPO	7	5,38
EMPENHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GRUPO	4	3,07
ESTUDO SOBRE A LUTA PELA EDUCAÇÃO E A LUTA PELA TERRA	5	3,84
DIÁLOGO SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	8	6,15
TOTAL	130	99,91

Fonte: Questionário Submetido Junto aos Capacitados do PCEJAARAMA/PRONERA (APÊNDICE)

Esses aspectos espelham o modelo pedagógico da Educação Popular, da qual a Educação do Campo é uma das representantes, trazendo traços da CMD. Basicamente, trata-se da busca da superação da prática pedagógica tradicional, com o cuidado de não cair na “reprodução do senso comum”, risco presente na “pedagogia do espontâneo” (IASI, 2007, p. 159).

Assim, a Educação do Campo tem a preocupação de fazer com que os trabalhadores rurais se apropriem do conhecimento universal, partindo da sua cultura, da sua linguagem, dos seus valores, das suas impressões (IASI, 2007, p. 162). Pois, acreditamos que o saber sistematizado só fará sentido para eles quando traduzido em seu contexto concreto.

Coutinho, Diniz e Muniz (2011, p. 203), ao discorrerem sobre o processo didático do PRONERA, em sala de aula, assim o dividiram:

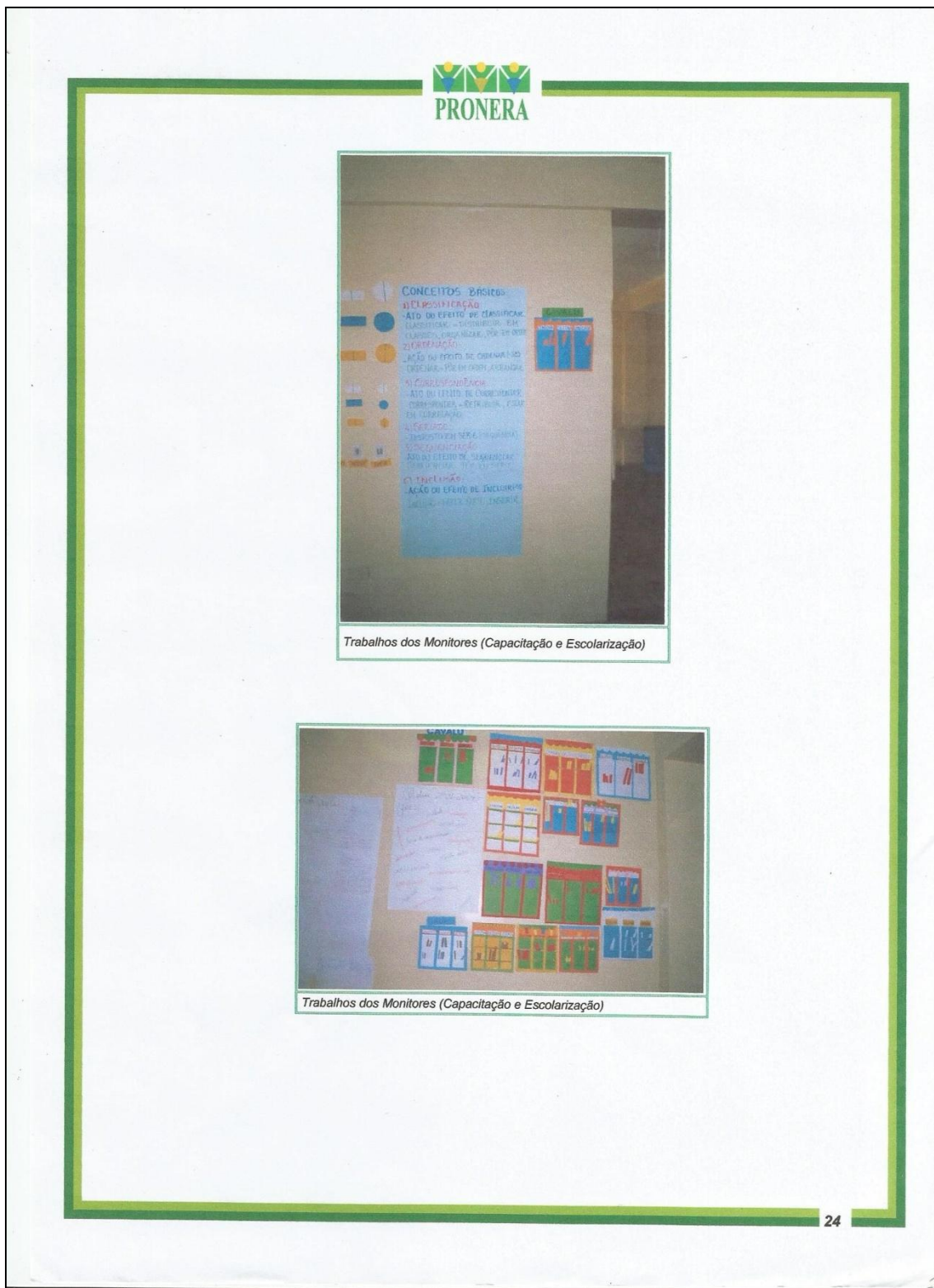
Ressalta-se que o processo didático em sala de aula compreendia três momentos dialeticamente relacionados. O primeiro permitia a análise e reflexão sobre realidade imediata, tomando o senso comum como ponto de partida. Os saberes já acumulados pelos alunos, mesmo que algumas vezes incoerentes ou inconsistentes, e sua realidade empírica são elementos para a compreensão crítica da realidade. O segundo favorecia a problematização – os saberes são postos em causa, isto é, são analisados, discutidos, investigados e contextualizados, com as contribuições das

ciências e da filosofia. Por sua vez, o terceiro momento estimulava a elaboração e construção de novos saberes e da prática social –os antigos saberes são reelaborados e novos são construídos, não mais sustentado pelo senso comum, mas nos saberes sistematizados, considerando a realidade e as necessidades.

Além das atividades em sala de aula, também eram desenvolvidas atividades à distância. Sobre estas últimas, os professores locais enfatizaram o grande volume que era repassado para fazerem no PA. Porém, fizeram boa avaliação sobre a repercussão das mesmas no processo de aprendizagem e de amadurecimento do ofício de ensinar. Ao discorrerem sobre elas, afirmaram que representavam um processo preparatório para trabalharem junto aos alfabetizados, pois faziam pesquisas sobre assuntos a serem abordados junto a eles, aprendiam a elaborar planos de aula, construía material pedagógico, tais como, cartazes, ábacos, alfabetos, bingos, listas de compras. Também elaboravam diário pessoal, faziam muitos exercício em casa e escreviam textos diversos (alguns deles em grupo).

No PCEJAARAMA, a exemplo do que acontece em todos os cursos do PRONERA, as atividades realizadas foram distribuídas entre “Tempo-Escola”, destinado àquelas realizadas nos pólos, neste caso, era a cidade de São Luís (Figura 17) e “Tempo-Comunidade”, destinado às tarefas extraclasse efetuadas no PA.

Figura 17- Atividades desenvolvidas pelos alfabetizadores, no PCEJAARAMA



Fonte: CEFET/MA(2004a)

A junção de diferentes tempos e espaços, denominada de Pedagogia da Alternância<sup>20</sup>, conforme Coutinho, Diniz e Muniz (2011, p. 219):

[...] é a essência da Educação do Campo, pois nela se integram a prática e a teoria, os saberes científicos e os saberes populares. O enriquecimento da vida acadêmica é levado à comunidade e a prática comunitária é estudada e teorizada nos bancos da academia.

Esse método de trabalho, que já se consolidou no PRONERA, trouxe vários benefícios aos participantes do PCEJAARAMA, dentre eles: 1) a flexibilidade no processo educacional, ou seja: nos horários de estudo/pesquisa/aprendizado, que tornou possível concluírem o curso; 2) a apreensão e consolidação de novos conhecimentos, gerados a partir do confronto entre as teorias e as experiências no PA, numa “articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das populações do campo.” (MOLINA; SÁ, 2012, p. 468).

Michelotti (2012, p. 684-685), discorrendo acerca do objetivo da alternância de tempos e espaços, afirmou:

[...] busca-se, na alternância de tempos e espaços, tomar a realidade do campo como ponto de partida, identificando-a com base em diagnósticos e diálogos, dos quais emergem as questões fundamentais para o estudo aprofundado ao longo do curso e para o confronto com a abstração teórica e com a experimentação laboratorial. Isso gera conhecimentos novos que, por serem fragmentados e específicos, só podem fazer sentido se, num movimento de síntese, forem permanentemente confrontados com a realidade do campo e de seus sujeitos – que são, portanto, não apenas ponto de partida, mas também ponto de chegada desse movimento dialético da construção do conhecimento.

A pedagogia da Alternância foi uma das responsáveis pela conclusão do curso de capacitação por todos os participantes e pelo alto índice de aprovação no curso de escolarização continuada.

A superação de desafios e a busca de novas conquistas representam frutos da participação dos assentados nos projetos do PRONERA. No caso do PCEJAARAMA, não foi diferente, pois 66,66% dos capacitados continuaram os

---

<sup>20</sup> A Pedagogia da Alternância consiste em uma metodologia de organização do ensino que trabalha com a interação entre diferentes tempos e espaços. As primeiras experiências ocorreram, na França, a partir de 1935, em decorrência da insatisfação de agricultores franceses com o método educacional de seu país, o qual consideravam que não estavam direcionado às necessidades da educação para do campo. No Brasil, esse método de ensino iniciou-se, em 1969, no Espírito Santo, no entanto, até hoje suscita muitas discussões no país.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022008000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200002)>.

estudos. O mapa de escolaridade dos mesmos apresentou a seguinte estruturação: 37,50% estão concluindo o Ensino Superior, 37,50% concluíram o Ensino Médio, 25,00% estão concluindo o Ensino Médio. No entanto, alguns deles também já frequentaram o curso de Magistério, e fizeram cursos básicos, tais como informática e Auxiliar de Serviços Diversos.

Quando questionados sobre o porquê de terem continuado os estudos após o PCEJAARAMA, apontaram que foram motivados pela necessidade e pela vontade (18,18%), pela busca na melhora do conhecimento (18,18%), para terem êxito no trabalho e por buscarem uma vida diferente (9,09%), pelos objetivos e busca de uma vida de qualidade (9,09%), pela insatisfação por ficarem parados (9,09%), pela procura de mais oportunidades, com objetivo de apoiar mais a família (18,18%), pela busca de um aprendizado melhor e de emprego (9,09%) e pelo exercício da docência, visando ajudar outras pessoas (9,09%).

Aqueles que não deram prosseguimento aos estudos alegaram a inexistência de cursos no PA (15,38%), a falta de tempo (7,69%), os problemas de saúde (7,69%), a ocupação com o trabalho (7,69%), a ocupação com a família (15,38%), a falta de dinheiro (15,38%), a dificuldade de acesso à escola (15,38%), a preferência em investir na educação dos filhos (7,69%) e a ausência de oportunidades (7,69%).

Todos foram unânimes em afirmar que o PRONERA foi um grande incentivador na procura da ascensão educacional. As razões expostas variaram entre as melhorias para suas vidas, inclusive na área do conhecimento, trazidas pelo Programa (14,28%), a percepção que o PRONERA trouxe sobre a relação entre estudo e evolução (14,28%), o apoio e o estímulo dados pela equipe do Programa (28,57%), o PRONERA ensinou a lutar pela educação (14,28%), o Programa mostrou que tinham capacidade (14,28%) o PRONERA promoveu a qualificação deles (14,28%).

Todos os participantes da pesquisa também afirmaram efetuar leituras constantes em livros, revistas e jornais, o que se apresentou com mais um dos benefícios do PRONERA no cotidiano dessas pessoas. Eles expuseram que, através dessas atividades, conseguiram obter melhorias na escrita (6,67%), nos diálogos (13,33%), na própria leitura (13,33%), acréscimo no conhecimento (40,00%), atualização e aprimoramento (6,66%), evolução no aprendizado de modo geral (13,33%), além de participarem de estudos bíblicos (6,66%).

Quando questionados se a importância que davam à Educação alterou após participação no PRONERA, todos responderam de maneira positiva, destacando as seguintes razões: domínio da escrita e da leitura (11,11%), capacidade de inovar (12,34%), estímulo a lutar por uma vida melhor (11,11%), possibilidade de conseguir emprego (8,64%), aprovação em concurso público (6,17%), acesso a mais informação (12,34%); auxílio no trabalho do campo (9,87%), visão mais clara do mundo (7,40%), visão de mundo diferente (6,17%), capacidade de dar opinião nas reuniões do PA (12,34%); o estudo transmite autoridade e respeito (1,23%), sentimento de felicidade (1,23%).

As respostas dos capacitados, quanto à correlação entre desenvolvimento sustentável e a Educação, também confirmaram o grau de importância que dão ao processo educacional, pois 75,00% atribuíram pontuação cinco aos investimentos nesses serviços públicos, 8,33% indicaram pontuação quatro, 8,33%, pontuação três e 8,33%, para a pontuação dois.

Apesar do fortalecimento da consciência e da elevação no nível de importância que passaram a dar à Educação, após o PRONERA, a única modalidade de grupo de estudo que conheciam e dos quais seis dos capacitados frequentavam, eram os das igrejas. Consideraram relevante a participação nesses grupos, pois permitia a ampliação do conhecimento (33,33%), ampliação do aprendizado (16,67%), o desenvolvimento das pessoas (16,67%), a evolução espiritual (16,67%) e o cumprimento de suas obrigações com a escola sabatina (16,66%). Aqueles que responderam que não participavam de rodas de estudo justificaram que não existia no PA, por falta de iniciativa e interesse dos moradores.

As percepções positivas sobre o processo educacional, promovido pelo PRONERA e as próprias repercussões positivas que o Programa trouxe para a vida dos capacitados, os estimularam a buscar mais ascensão educacional, apesar dos vários obstáculos já relacionados, e a fazer esforços diversos, tais como: empregar boa parte de seu salário no pagamento de cursos em instituições particulares, comprar veículo para facilitar deslocamento até à escola, permitindo ainda economia de tempo, autonomia, flexibilidade nos horários de estudo e trabalho. Outros também afirmaram que tiveram que reduzir o tempo dedicado à família, ao lazer e ao descanso.

Ao abordar sobre o desejo dos alunos concluintes do PRONERA em darem prosseguimento aos estudos, Molina e Jesus (2011, p. 39) destacaram:

A Pesquisa de Avaliação Externa do PRONERA, executada pela Ação Educativa e descrita com mais detalhes no item 2.3 deste texto, registra que 95% dos jovens e adultos estudantes dos cursos do Programa querem prosseguir seus estudos, traduzindo uma visualização de futuro, uma esperança de construção de oportunidades, mesmo em meio a uma realidade de muitas dificuldades. Contrapor as expectativas positivas que os jovens rurais fazem de suas oportunidades de escolarização, à situação de violência e ausência de oportunidades de vida e emprego nas cidades, reforça a centralidade do campo como espaço de criação de novos patamares para construção/reconstrução da vida e da família.

Ao mesmo tempo em que a participação no processo educacional promovido pelo PRONERA, no PASJMA, permitiu o amadurecimento da consciência política dos capacitados, essa mesma evolução foi capaz, conforme exposto nos questionários que responderam, de estimulá-los a buscar a ascensão educacional como forma não unicamente de terem emprego ou um salário, mais de serem respeitados, mais valorizados, de terem autonomia, poderem ajudar suas famílias e outros assentados, terem mais capacidade de lutar por uma vida melhor, descobrirem novas habilidades, se apropriarem de mais conhecimento, enfim se realizarem enquanto seres humanos.

Esses novos horizontes percebidos e incorporados em suas vidas representaram avanços em várias dimensões. Nas palavras de Rocha (2011, p. 58):

[...] notamos que os assentados, por meio da realização de projetos educacionais, através do PRONERA, em sua comunidade, não somente obtêm os conhecimentos básicos para aquisição da leitura e escrita, como também tomam consciência de que esse conhecimento estimula a luta por seus direitos. Nesse sentido, possibilita aos assentados sentirem-se capazes de lutar por uma vida mais digna.

No entanto, na análise das informações cedidas pelos qualificados do PCEJAARAMA, observamos que o nível de consciência da maioria dos participantes da pesquisa ainda encontrava-se no estágio de “alienação”, chegando no máximo a uma variação desta: o “estado de revolta” (IASI, 2007, p. 28), pois a grande maioria demonstrou ainda estar muito direcionada para as conquistas individuais e da própria família.

Não há registros de atuações deles em ações que permitiram, por exemplo, a instalação do Ensino Médio, no PASJMA, ou mesmo em manifestações junto ao INCRA/MA ou CEFET/MA para reivindicarem melhorias no PCEJAARAMA ou exigirem a liberação de recursos para o Projeto.

Admitimos que as participações em ações, quando da instalação do Projeto e durante sua execução, fortaleceram politicamente os capacitados, mas não a ponto de se consolidarem como um grupo com capacidade de iniciativas coletivas reivindicatórias, mesmo porque as entidades representativas mais próximas deles, as associações dos povoados, concentravam/apresentavam uma série de ressalvas, especificadas anteriormente.

Essa constatação não desmerece de modo algum o trabalho e as contribuições do PRONERA ao processo de amadurecimento político dos capacitados e, conseqüentemente, ao próprio processo de desenvolvimento dos PA's, cuja maior expressão nesse trabalho está no fato da maioria dos capacitados terem ascendido no aspecto educacional, após certificados pelo Programa.

Se a Educação pode auxiliar no processo de desenvolvimento, o PRONERA é um processo educativo que pode alavancar o desenvolvimento no PA's. E como, nesta pesquisa estamos focando o desenvolvimento sócio-espacial a partir do critério amadurecimento da consciência política, analisado através do indicador "ascensão educacional", podemos afirmar que o Programa foi capaz de contribuir com o desenvolvimento do PASJMA e tem potencial para participar ainda mais nesse processo.

Os elementos apreendidos com a pesquisa demonstraram que ainda há muito a ser aprimorado, pois embora haja uma base sólida e coerente no PRONERA e um acúmulo histórico de conhecimento e experiências por parte dos movimentos sociais, além de grande legitimidade em suas lutas, ambos ainda precisam enfrentar muitos desafios em seu processo evolutivo.

Com relação ao Programa, o maior empenho talvez deva ser efetuado junto aos cursos de capacitação e de escolarização continuada para os professores locais, pois a eles é atribuída uma grande responsabilidade, que vai além da mobilização e motivação dos alunos, visando sua alfabetização, considerando que é sua função o incremento nos laços identitários dos alunos.

Desta forma, se cabe ao PRONERA trabalhar em prol do projeto de desenvolvimento da agricultura familiar, compete-lhe também o imenso desafio de participar do processo de amadurecimento político dos seus monitores e para isso eles próprios precisam ser preparados para o aprimoramento de sua práxis em sala de aula e para a ampliação de sua atuação política nos PA's.



Além dessa preparação, o trabalho desenvolvido pelos alfabetizadores precisa ser melhor monitorado e avaliado, objetivando introduzir melhorias no processo. De acordo com Molina (2003, p. 94):

Deve-se lembrar que, conforme reflexões debates em diversas reuniões das Comissões Pedagógica do Pronera ficou clara a exigência e a imprescindibilidade do acompanhamento pedagógico às classes de alfabetização, ação extremamente necessária como estratégia de articulação teórica e prática do programa. É o acompanhamento pedagógico da prática dos alfabetizadores que possibilita reorientar sua prática futura, fazendo com que a avaliação crítica lhe possibilite incorporar novas habilidades e novos conhecimentos teóricos.

Pelo lado dos movimentos sociais ainda falta melhor organicidade e mobilização em algumas entidades representativas dos trabalhadores rurais, com vistas à formação de uma consistente identidade de classe, a partir de suas participações no Programa.

Nesse sentido, Rocha (2011, p.156) destacou o grande diferencial do Projeto de Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária no estado do Maranhão – PRONERA/UFMA/MST/ASSEMA sobre a formação dos monitores:

O Projeto em referência significou, desde o primeiro momento, tanto para o Coletivo Estadual de Educadores<sup>22</sup> do MST, quanto para os seus professores em formação, mais um espaço de formação política de suas lideranças, o que possibilitou a este movimento ir além do que estava proposto no Projeto. O MST logo percebeu a oportunidade ímpar de acrescentar diversas atividades alternativas de formação político-ideológicas que serviram de base para seus futuros educadores virem a atuar como “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1974), quer nos espaços escolares, quer no desenvolvimento das atividades do Movimento, ou seja, o Movimento trabalha com a perspectiva de esses educadores tornarem-se dirigentes e dirigidos, no sentido gamsciano.

Embora não seja exigida a expedição de relatórios, nem sistematização das suas atividades no PRONERA, essas instituições deveriam fazer um maior acompanhamento e controle das mesmas, além de exigir uma maior participação em atividades alternativas, reforçando sua atuação enquanto agentes de formação política no Programa.

Deveria haver também uma maior articulação entre essas entidades de modo que estimulassem o efeito multiplicador de suas ações eficientes e promovessem redução ou eliminação de más condutas com vista ao incremento da consciência de classe entre os trabalhadores rurais, por via do processo educacional.

## 5 CONCLUSÃO

Compreendendo o Desenvolvimento, enquanto processo que dependerá da produção e reprodução do Capital, mas também indissociável da produção e reprodução da vida (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 20), consideramos que o projeto de desenvolvimento que mais contribuições trará para o campo, para seus moradores e para todos aqueles que dependerem dele, é o projeto vinculado à lógica do Trabalho para reprodução da vida, ou seja, a agricultura camponesa, em contraposição à lógica do Trabalho para reprodução do Capital, identificada como agricultura capitalista ou agronegócio.

Ao contrário do que propaga o pensamento neoliberal, a agricultura familiar não está obrigada a se transformar no agronegócio; não existe essa possibilidade como algo inevitável. O desenvolvimento rural sustentável poderá e deverá seguir uma linha alternativa, onde o trabalhador rural possa ser o protagonista de um desenvolvimento endógeno em seu espaço.

A partir dessas ponderações, elegemos a definição de desenvolvimento territorial, formulada por Dallabrida (2007 apud DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 41-42), como a concepção referencial de desenvolvimento desta pesquisa, na qual ficou estabelecido que se trata de um processo que suscitará alterações na estrutura social e política de um dado espaço.

Assim, transportamos essa definição para a escala local do PASJMA, abordando o desenvolvimento sob o enfoque sócio-espacial, considerando a concepção de espaço elaborada por Santos (1996, p. 51), a qual demonstra a grande interação existente entre os “sistemas de objetos” e os “sistemas de ações”, durante o processo histórico espacial.

Os assentamentos são espaços onde se faz história e o PRONERA, enquanto Programa constitutivo da Política Pública de Educação do Campo, também faz parte desse fazer histórico. Por isso, consideramos importante entendermos as ideias que embasaram sua criação e sua gestão. Assim, preliminarmente, resolvemos proceder à análise da categoria ideologia para então avançarmos em direção à compreensão da dimensão ideológica do desenvolvimento, dentro de um processo histórico de evolução da sociedade capitalista.

Sabemos que o processo ideológico é construído e atualizado, no plano concreto; desta forma, a ideologia não se origina apenas da realidade concreta pura e simplesmente, mas, sim, de concepções anteriores que os homens possuem acerca da estrutura real.

Segundo Cardoso (1978, p. 72), só será possível compreendermos a ideologia e sua influência na formação, manutenção e transformação da sociedade, se percebermos sua articulação com as relações entre as classes sociais e se a pensarmos dentro do contexto da formação da estrutura social.

Portanto, ressaltamos que existe uma ideologia dominante, em cada época, a qual é determinada pela maneira como as relações materiais e sociais de produção são organizadas e pelo próprio “controle político-institucional” (CARDOSO, 1978, P. 81). Acrescentamos ainda que a ideologia dominante possui várias dimensões, muito embora haja predominância de sua dimensão política. Pois é o conjunto de valores, representações, ideias e orientações pertencentes ao campo político que predominarão, no sistema capitalista, sobre as outras ideologias. No âmbito da dimensão política é a ideologia econômica que prevalecerá, pois é aquela que oferecerá as diretrizes para a expansão do Capitalismo. Esses princípios são divulgados, formal e especialmente, através das políticas de desenvolvimento, as quais, em grande parte, encontram-se conectadas às políticas educacionais.

Na formação capitalista, a totalidade social é fruto das lutas de classes; assim, as ideologias econômicas, estabelecidas, no plano estatal, dentre elas as direcionadas para a área do desenvolvimento, estarão permeadas pelo confronto entre dominados e dominantes, do qual sairão vitoriosos, do ponto de vista político, os grupos hegemônicos, embora a classe subalterna possa ter algum ganho econômico.

Entretanto, o avanço político da classe trabalhadora e o rompimento com a constância da predominância dos sistemas de valores da classe dominante poderão acontecer por meio do fortalecimento e da autonomia das ideologias dominadas, possíveis a partir das ações de direção intelectual e moral maduras, organizadas e coerentes.

Nesta linha de pensamento, o PRONERA tem disseminado um discurso defendendo a possibilidade da classe trabalhadora obter um ganho político. E nós, ao entendermos que o desenvolvimento pressupõe avanço material e imaterial dos trabalhadores, correlacionamos à contribuição que o Programa poderá oferecer ao

processo de desenvolvimento a partir do critério do amadurecimento da consciência política, focando no indicador percentual “ascensão educacional”.

Somente com o desvendar da cortina ideológica divulgada pela classe dominante, com a ajuda do Estado, especialmente através da sua função mediadora, é que consideramos possível haver implantação de um processo de desenvolvimento, nas áreas de Assentamento, com apoio do PRONERA.

Esse Programa, para concretizar suas proposições, precisará compreender que o Estado que o coordena e mantém sua estrutura, inclusive financeira, é o mesmo ser social, envolto nas contradições do sistema capitalista e defensor deste. É a mesma entidade que medeia a luta entre o Trabalho e o Capital, ao longo da História Brasileira, também a partir da gestão da Força de Trabalho, direcionada para a área educacional, manobrando o tempo todo com vistas a impedir que as mudanças nas relações materiais de produção, não provoquem alterações nas relações sociais que as permeiam.

Em vista do exposto, o PRONERA, para cumprir suas promessas de auxílio ao desenvolvimento local real, verdadeiro, precisará trabalhar o amadurecimento da consciência política dos indivíduos, nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, especialmente dos alfabetizadores, envolvidos nos projetos, para que eles possam vir a se tornarem “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2000) e iniciarem o processo de transformação na estrutura social e política dos espaços.

Consideramos, pois, que, no bojo de um contexto mercantil desenvolvido, a consciência política dos indivíduos terá participação fundamental para compreensão desse fazer histórico, uma vez que esta consciência, em um esquema dialético, é tanto produto/consequência da interação entre indivíduo e realidade concreta, quanto causa das mudanças na sociedade.

E o que pudemos perceber, até o momento da pesquisa, foi um fraco desempenho do PCEJAARAMA, no aspecto do amadurecimento da consciência política, o que pode ser justificado pelos grandes entraves imposto pelo Estado, inclusive com repercussões negativas sobre a atuação da IES responsável pelo Projeto, do INCRA e do próprio movimento social dos trabalhadores rurais.

Nas supracitadas instituições públicas, inclusive, coexistem grupos favoráveis e contrários ao PRONERA, cujas ações gerarão disputas de poder na área de atuação dos parceiros (Freitas, 2007, p. 185).

Contudo as limitações vivenciadas pelo Programa e seus projetos também são resultados da fragilidade da concepção ideológica de classe e da vulnerabilidade das formas de mobilização e organização, relativas às entidades representativas destes trabalhadores. Embora não possamos esquecer todos os desafios e dificuldades aos quais são expostas, que vão desde a ausência de infraestrutura adequada nos serviços públicos até o processo de cooptação, ameaças e injustiças que sofrem a partir da atuação do Estado.

A questão da maturidade ideológica e organizativa dos movimentos sociais talvez seja o grande diferencial da maior efetividade dos projetos desenvolvidos no Sul do país em comparação com os executados no Nordeste. E mesmo da melhor expressão entre aqueles gestados no Maranhão, com apoio do MST, em relação aos que receberam apoio de outras representações dos trabalhadores rurais.

O PRONERA, para contribuir com um projeto de desenvolvimento pleno, no PASJMA, precisava promover um processo educativo libertador, não apenas nos textos e discursos oficiais, mas na práxis do PCEJAARAMA, e um dos caminhos que deveria ter sido mais explorado refere-se às inovações no sistema de parcerias estabelecidas entre a FETAEMA, o STTR de Barreirinhas, as associações dos povoados e o CEFET/MA, as quais poderiam ter aflorado, caso as entidades representativas dos trabalhadores rurais apresentassem estruturas político-ideológica e organizativa mais consolidada e maior unidade e conexão entre elas, a nível nacional e internacional.

No entanto, essa constatação não torna inócuo todo o trabalho desenvolvido no espaço, pois houve uma soma de esforços que extrapolou as capacidades individuais, suscitando a formação de parcerias, assim como a ascensão educacional pós-PRONERA dos qualificados pelo PCEJAARAMA, no PASJMA, as quais deixaram marcas positivas e cresceram ganhos na herança sociopolítica dos envolvidos no Programa.

Especificamente, quanto aos monitores, houve ganho econômico, em virtude, por exemplo, do recebimento de bolsa financeira, dos empregos que conquistaram, das novas oportunidades de negócios para as quais se tornaram aptos. Mas também obtiveram ganho político, pois amadureceram sua consciência política a ponto de se apropriarem da real importância da Educação/reconhecerem de fato a importância da Educação em suas vidas e de suas famílias e buscarem

avanços nessa direção.

O passo seguinte, que acreditamos ainda estar por vir, seria a transposição dessa verdade/descoberta para uma abrangência com maior alcance, a partir da apreensão da relevância da luta pela expansão de suas liberdades de escolha, enquanto classe e não somente enquanto indivíduos (HERRLEIN, 2014, p 26-27), de modo a promoverem o crescimento de sua capacidade coletiva com objetivo de produzir ações de interesse social.

Portanto, esperamos que este estudo possa contribuir para a ampliação quantitativa e qualitativa do processo de Educação do Campo e, ao mesmo tempo, que seja incrementado para que os trabalhadores rurais possam ser mais valorizados e respeitados em suas reivindicações, enquanto sujeitos históricos ativos, com identidade de classe bem definida.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C. **Programa nacional de educação na reforma agrária em perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Programa nacional de educação na reforma agrária - PRONERA: relatório geral/avaliação externa do Programa**. São Paulo: Ação Educativa, 2004b.

ANHAIA, Edon Marcos de. **Constituição do Movimento Nacional de Educação do Campo**, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982012000100020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982012000100020&script=sci_arttext)> Acesso em: 12 out. 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e anegação do trabalho**. São Paulo: Bomtempo editorial, 1999.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos sociais do campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Tese (Pós-graduação em Sociologia). UFC, 2010.

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da colonização da pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. bras. polít. int.** vol.45, n.2, Brasília July/Dec. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200007)>. Acesso em: 13 out. 2013.

BARBOSA, Eliábia de Abreu Gomes. **Educação Popular: experiências Participativas e Formação da Consciência Crítica em Espaços Públicos no Município de Eusébio(CE)**. Dissertação (Mestrado em Educação/Faculdade de Educação/ Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional: da "letra da lei" ao sentido do texto. In: Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 16, n.1, p. 37-50, jan./jun. 2012. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/A\\_POL%C3%8DTICA\\_NACIONAL\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_REGIONAL-\\_da\\_-letra\\_da\\_lei-\\_aosentido\\_do\\_texto.pdf](file:///D:/Downloads/A_POL%C3%8DTICA_NACIONAL_DE_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL-_da_-letra_da_lei-_aosentido_do_texto.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2014.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Educação Rural Capitalista: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural**. 1989. (Dissertação de mestrado) -Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação), Campinas, 1989.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no Contexto da Crise capitalista. In: Curso: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009. Disponível em: <[http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12894/11251/3.6\\_Politica\\_Social\\_no\\_Contexto\\_de\\_Crise\\_Capitalista.pdf](http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12894/11251/3.6_Politica_Social_no_Contexto_de_Crise_Capitalista.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2013.

BOBBIO, Norberto. **Qual Socialismo? Discussão de uma Alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, Lei nº 4.024, de 20/12/1961 (LDB/1961). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm#art87](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm#art87)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.352/2010, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do Agente Emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF**. Versão 1.0, 2014.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital: uma análise da política econômica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JQ-JK**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

CARDOSO, Míriam L. Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: **Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Gentili, P. (org.). 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: Clasco, 2000.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas Décadas do Século XX no Brasil. **Revista Aurora**, Ano II, Número 3, 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: Marcelo Sampaio Carneiro; Wagner Cabral da Costa. (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, 1 ed., 2009, v. 1, p. 21-35.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio Quarenta anos de lutas sociais no campo maranhense: principais tendências e desafios colocados para o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais. In: Maria Suely Dias Cardoso (org.). **FETAEMA 40**



**anos:** sua luta a nossa história. São Luís: Kzau Produções Artísticas, 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo: Papirus, 1988.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Educação na reforma agrária: PRONERA, uma política pública?** 2006. (Tese de doutorado) - Fortaleza: UFC, 2006.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude Rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Cláudio Eduardo de Castro. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos No Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012. (Tese de doutorado) - Presidente Prudente: UNESP, 2012.

CEFET/MA. **Relatório de Atividades do PEJAARAMA/2000**. São Luís, 2000.

\_\_\_\_\_. **Relatório Parcial do PEJAARAMA/2004**. São Luís, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Acompanhamento do PEJAARAMA/2004**. São Luís, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do PEJAARAMA/2005**. São Luís, 2005.

CHAVES, Arilene, BARBOSA, Eliábia e BESERRA, Raquel. **Educação do Campo: a construção do direito à educação no Brasil**. I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba, 2011. Disponível em: <<http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2001/33.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

COSTA, Katia Regina Castro. Dinâmicas da política pública de desenvolvimento executada pela sudene, entre 1959 - 1980 e da política fundiária do governo do Maranhão, implementada a partir de 1969 e suas repercussões sobre a questão agrária no Maranhão 2013a. In: **VI JOINPP**, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anaiseixo10desafiosedimensoescontemporaneasdodesenvolvimentoepoliticaspúblicas/pdf/dinamicasdapoliticapublicadedesenvolvimentoexecutadapelasudene-.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas espaciais do processo de ocupação do Maranhão, no período de 1594 - 1962 e suas repercussões sobre a questão agrária no Maranhão - o caso do assentamento São José do morro alto, em Barreirinhas. In: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2013b. 1CD-ROM.

COUTINHO, Adelaide, DINIZ, Diana Costa e MUNIZ, Maria da Conceição Lobato. **As dimensões instituintes da Educação popular: O PRONERA e a Educação de Jovens e Adultos**. In: Memória e história do Pronera: contribuições para a educação

do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais e periféricos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil 1950-2003. In: LACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_2-10.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2013.

DELGADO, N; LEITE, S. Políticas de desenvolvimento Territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos autores. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, p. 431-473. 2011.

DOWBOR. **A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada**. Vol I. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos/01repsoc1.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. 2. ed. São Paulo: Cortêz, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 73).

FERNANDES. Bernardo Mançano. Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado Porém Público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1984.

FERREIRA JR, Amarilio E BITTAR, Marisa. Educação e Ideologia Tecnocrática na Ditadura Militar. **Caderno CEDES**. Vol.28, n.76, Campinas Set./Dec. 2008. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. n. 09, jul./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413\\_546\\_publipg.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PIMENTEL FILHO, Ernesto; VASCONCELOS, Edson. Foucault: da microfísica à biopolítica. **Revista Aulas** (Dossiê Foucault). Nº 3 – dezembro 2006/março 2007.

FREITAS, Helana Célia de Abreu. **A Construção da Rede Sócio-Técnica de Educação de Assentados da Reforma Agrária: O Pronera**. Tese (doutorado Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Florianópolis, 2007.

FURTADO, Celso. **Análise do 'modelo' brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

\_\_\_\_\_. **A nova dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da Luta pela Terra. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

GARCIA, Néelson J. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. Versão para Ebook. Fonte Digital RocketEdition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

HARVEY, David. Desenvolvimento geográfico: desigualdades e direitos universais. In: **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRLEIN JR, Ronaldo. **A construção de um estado democrático Para o desenvolvimento no século xxi**. Texto para discussão / Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2014

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 mar. 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**.

Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)>. Acesso em: 22 jul. 2013.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INCRA. **Manual de Operações - Pronera/2004**. (Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 282, de 26 abril de 2004). Disponível em:<[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacaoconteudosdeapoio/publicacoes/educacao/educacaoruralrural/PRONERA\\_Manual\\_de\\_operacoes](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacaoconteudosdeapoio/publicacoes/educacao/educacaoruralrural/PRONERA_Manual_de_operacoes)>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Manual de Operações - Pronera/2012**. (Aprovado pela Portaria/Incra/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011). Disponível em:<<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/manual-de-operacoes-pronera-2012/view>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação no Campo/PRONERA**, 2012. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campoproneira>>. Acesso em: 19 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Painel dos Assentamentos, 2014. Disponível em:<<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

INCRA/FETAEMA/PLANEJA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. PA. Morro Alto / São José. Município: Barreirinhas**. São Luís, 2008.

INCRA/MA. **Processo nº 1344/83**. São Luís, 1983.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 54230.000106/2002-07**. São Luís, 2002.

IPEA. Brasília, 2013. Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010): Resultados Disponíveis em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18165](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18165)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. Brasília: IPEA, 2008.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LEBRUN, Gerárd. **O Que é Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, Maria Durringer Jacques de; ROS, Cesar Augusto da. A Reforma Agrária como Estratégia de Desenvolvimento Regional no Brasil. In: I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/view/3904/0>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

LOURENÇATO, Antônio Aparecido. **Sobre a neutralidade do Estado: do laissez-faire ao welfare State**, São Paulo. Dissertação (mestrado). PUC, 2005.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Coleção Os Economistas. 2.ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Rui Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas** (HOBBSAWM, Eric.org.). Coleção Pensamentos Críticos. V. 3. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. "Prefácio" à Contribuição à crítica da economia política. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Bomtempo, 2003.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Versão para Ebook. Fonte Digital RocketEdition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. In: **Anais do IV Encontro brasileiro da Associação Keynesiana Brasileira**. Rio de Janeiro (RJ): AKB, 2011. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**; João Pedro Stedile (org.) 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: BomtempoEditorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MICHELOTTI, Fernando. Residência agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

MILIBAND, Ralph e POULANTZAS, Nicos. **Debate sobre o Estado Capitalista**.

Porto: Afrontamento, 1975.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De Arrendatários a Proprietários: formas de sociabilidade no assentamentos rurais.** São Luís: EDUFMA, 2010.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **A Concepção Marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas.** Economia, Niterói (RJ), v. 2, n. 2, p. 347-389, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2012/AConcep%C3%A7%C3%A3o-Marxista-de-Estado.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do Pronera na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** Brasília. Tese de doutorado (Programa de Política e Gestão Ambiental/ Centro de Desenvolvimento Sustentável /Universidade de Brasília). Brasília,2003.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011

MOLINA, Castagna Molina; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil: Reflexões a partir da tríade: Campo – Políticas Públicas – Educação. In: Clarice Aparecida dos Santos, Mônica Castagna Molina, Sonia Meire dos Santos Azevedo de Jesus(Org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação do Campo para a educação no Brasil**, 2011.

MOLINA; SÁ. Licenciatura e Educação do Campo. In: CALDART, RoseliSalette et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES. Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** 2 ed. São Paulo: Editora Annablume, 2011.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas. In: **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954 -1964/** João Pedro Stedile (org.) 2. ed.São Paulo: expressão Popular, 2012.

MOTTA, Vânia Cardoso da Motta. Mudanças no Pensamento sobre Desenvolvimento: o novo desenvolvimentismo brasileiro.**Revista Políticas Públicas.** São Luís, vol. 16, ano 2, p. 389-399, jul-dez,2012. Disponível em: <[www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.phpidpublicacao](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.phpidpublicacao)>. Acesso em: 14 dez. 2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 15, nº 43, set./dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf> 2001>. Acesso em: 12

abr. 2013.

NETO, Antônio Júlio Menezes. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: A teologia da libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cad. CRH** vol.20 no.50 Salvador May/Aug. 2007. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792007000200010>>. Acesso em: 01 out. 2014.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OFFE. Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Oséias Santos de, ZIENTARSKI Clarice, DRABACH, NeilaPedrotti. Perspectivas na consolidação do sistema de ensino brasileiro: o desenho da democratização proposto nas leis de diretrizes e bases – Leis 4.024/61 e 9.394/96. **Jornal de Políticas Educacionais**, vol. 04, nº 07, jan-jun, pp.41-52, 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/jpe/article/view/21862/14298>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

ONU - Organizações das Nações Unidas. **Objetivos do Milênio**. 2010. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A Questão Agrária no Maranhão, 2007** Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZ O, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, Vera Maria Vidal ; CAETANO, Maria Raquel. Redefinições do Papel do Estado: Terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 57-67, jul./dez. 2012. Disponível em:<[file:///C:/Users/IONARA/Downloads/497-1078-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/IONARA/Downloads/497-1078-1-SM%20(1).pdf)> Acesso em: 05 set. 2013.

PIRES, Júlio Manoel. **A política social no período populista**. São Paulo, IPE-USP. 1995.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RIBEIRO, Marlene; ANTONIO, Clésio Acilino. Estado e Educação: questões às políticas de educação do campo. In: XXIII Simpósio Brasileiro - V Congresso Luso Brasileiro - Colóquio Ibero-americano da Associação Nacional dos Pesquisadores em Administração Escolar - ANPAE. 2007. **Anais**. Porto Alegre, 2007.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. **Educação em Revista**, vol.28, n.1, Belo Horizonte, Mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982012000100020&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982012000100020&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 ago. 2013.

ROCHA. Eliene Novaes. Protagonismo dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo no PRONERA: referências para construção da Política Nacional de Educação do Campo. In: Clarice Aparecida dos Santos, Mônica Castagna Molina, Sonia Meire dos Santos Azevedo de Jesus(Org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação do Campo para a educação no Brasil**, 2010.

ROCHA. Helianane Oliveira. **A Educação do Campo nos Espaços das Lutas Políticas dos Movimentos Sociais**. São Luís: EDUFMA, 2011.

ROSTOW, Walt Whitman. **As Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Programa nacional de Educação na Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

i

SIEDENBERG, Dieter Rugar. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese**. In: **Desenvolvimento em Questão**, jan-jun, ano/vol.1, número 001, pp. 45-7. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.mx>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

SILVA. José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Luís. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), UFMA. 2006.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Que é Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzette. Desenvolvimento Sustentável. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2012.



SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044509.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.- (Espaço e debate)

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. STEDILE, João Paulo (Org.). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. STEDILE, João Paulo (Org.). 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Juventude Rural: uma categoria social em construção. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia GT 22: Sociologia da Infância e Juventude, 2005. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=64&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=64&Itemid=171)>. Acesso em: 01 set. 2014.

VEIGA, José Eli da. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 15, nº 43, set/dez. 2001 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300010)>. Acesso em: 21 mar. 2013.

VENTURA, Jaqueline P. **O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada**. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado (Curso de Pós-Graduação em Educação). UFF, em 2001.

VITAGLIANO, Luiz Fernando. **A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais**. Dissertação (Mestrado em Educação) 2004. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2004.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papyrus, 1990.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A - Questionário submetido junto aos capacitados pelo  
PCEJAARAMA/PRONERA**

Este instrumento de pesquisa integra estudos desenvolvidos pela mestrandia Katia Regina Castro Costa para fins de elaboração de dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A pesquisa tem por objetivo geral a análise das contribuições do PRONERA para participação, no processo de desenvolvimento socioespacial, dos moradores integrantes do Projeto “Centro de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Maranhão” (PCEJAARAMA), no Projeto de Assentamento São José do Morro Alto, em Barreirinhas.”

Questionário nº: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**A - IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTADO CAPACITADO PELO  
PCEJAARAMA/PRONERA, NO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO MORRO ALTO**

1. POVOADO: \_\_\_\_\_

2. NOME: \_\_\_\_\_

3. SEXO: ( ) F ( ) M

4. IDADE: \_\_\_\_\_

5. ESCOLARIDADE:

( ) FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( )  
MÉDIO INCOMPLETO ( ) MÉDIO COMPLETO ( )  
SUPERIOR INCOMPLETO ( ) SUPERIOR COMPLETO ( ) PÓS-  
GRADUAÇÃO

6. É ASSOCIADO DE ALGUM SINDICATO OU DE ASSOCIAÇÃO DO POVOADO?

( ) S ( ) N

7. EM CASO AFIRMATIVO, DE QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. EM CASO NEGATIVO? POR QUÊ NÃO É ASSOCIADO?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. ACHA IMPORTANTE O TRABALHO DESSAS ENTIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO?

( ) S ( ) N

10. POR QUÊ? \_\_\_\_\_

11. JÁ FOI ASSOCIADO AO SINDICATO OU ASSOCIAÇÃO DO POVOADO?

( ) S ( ) N

12. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUE SE DESFILIOU? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. MORA NO ASSENTAMENTO S. J. DO MORRO ALTO? ( ) S ( ) N

14. EM CASO NEGATIVO, ONDE MORA?

\_\_\_\_\_

15. POR QUE DEIXOU DE MORAR NO ASSENTAMENTO S. J. DO MORRO ALTO?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. VOCÊ GOSTA DE MORRAR NO ASSENTAMENTO?

( ) S ( ) N

17. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

18. EM CASO NEGATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

19. TIPO DE PARTICIPAÇÃO NO PRONERA:

( ) MONITOR            ( ) COORDENADOR

### **B - CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO PELO ASSENTADO CAPACITADO**

20. VOCÊ OU ALGUÉM QUE VOCÊ CONHEÇA PARTICIPOU DAS DISCUSSÕES PARA CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO?

( ) S    ( ) N

21. EM CASO AFIRMATIVO, QUEM? \_\_\_\_\_

22. O QUE VOCÊ SABE SOBRE ESSE PERÍODO? \_\_\_\_\_

23. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

( ) S    ( ) N

24.                    EM                    CASO                    AFIRMATIVO:                    ONDE?

\_\_\_\_\_

25. DÊ UMA NOTA PARA INDICAR A IMPORTÂNCIA DE CADA EXPRESSÃO ABAIXO PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

EXPRESSÃO	IMPORTÂNCIA/NOTA					
	0	1	2	3	4	5
Preservação da Natureza						
Melhor Distribuição de Renda						
Melhoria Qualidade de Vida						

Mais empregos						
Acesso a Serviços Públicos						
Respeito às Tradições com Introdução de Novidades						
Mais Investimentos do Governo nos Serviços Públicos (Ex.: educação, saúde, transporte)						
Mais Investimentos do Governo para a Produção Familiar de alimentos						
Mais Investimentos do Governo na Extensão Rural						
Mais Investimentos do Governo para a Assitência Técnica						
Mais Investimentos do Governo para o Crédito Rural						
Melhores Estradas						

### C – CARACTERIZAÇÃO DO PRONERA PELO ASSENTADO CAPACITADO

26. SABE POR QUE O PRONERA VEIO PARA O ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ DO MORRO ALTO?

( ) S ( ) N

27. EM CASO AFIRMATIVO, DIGA O MOTIVO DA VINDA DO PRONERA

---



---

28. PARTICIPOU DE ALGUMA DAS AÇÕES ABAIXO LISTADA PARA TRAZER O PRONERA PARA O ASSENTAMENTO? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

( ) REUNIÃO COM MORADORES DO ASSENTAMENTO

( ) REUNIÃO COM ASSOCIAÇÃO DO POVOADO

( ) REUNIÃO COM SINDICATO TRABALHADORES RURAIS

- REUNIÃO COM A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO (FETAEMA)
- REUNIÃO COM MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA
- REUNIÃO NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO (EX ESCOLA TÉCNICA E ATUAL IFMA)
- MANIFESTAÇÃO JUNTO AO INCRA
- MANIFESTAÇÃO JUNTO À PREFEITURA
- MANIFESTAÇÃO JUNTO À CÂMARA DOS VEREADORES
- OUTRAS. QUAL (IS)? \_\_\_\_\_
- NÃO PARTICIPOU DE AÇÃO

29. QUAL A MAIOR DIFICULDADE ENFRENTADA POR VOCÊ PARA PARTICIPAR DO PRONERA? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

- NÃO TEVE INTERESSE     ACHOU QUE NÃO ERA CAPAZ
- PROBLEMAS DE SAÚDE     OCUPAÇÃO COM O TRABALHO
- POUCO APOIO DA FAMÍLIA     FALTA DE TEMPO
- OCUPAÇÃO COM A FAMÍLIA     FALTA DE TRANSPORTE
- FALTA DE DINHEIRO     DIFICULDADE COM ACESSO À ESCOLA
- OUTRO(S) MOTIVO(S). QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

30. O PRONERA TROUXE MELHORIAS PARA SUA VIDA?  S     N

31. EM CASO AFIRMATIVO, QUAL(IS)?

\_\_\_\_\_

32. ALÉM DO CEFET/MA (IFMA) E DO INCRA, QUAL OUTRA INSTITUIÇÃO AJUDOU DURANTE O PRONERA? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

- PREFEITURA     SINDICATO     ASSOCIAÇÃO
- FETAEMA     CONTAG     NÃO SEI
- OUTROS. QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

33. QUAL A PARTICIPAÇÃO DESSA(S) ENTIDADE(S), NO PRONERA?

\_\_\_\_\_

34. SOBRE AS ATIVIDADES EM SALAS DE AULA? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

- ( ) DAVAM OPINIÃO SOBRE AS ATIVIDADES EM SALA DE AULA E A FORMA COMO ERAM REALIZADAS
- ( ) TRAZIAM SEU CONHECIMENTO PARA AS AULAS
- ( ) PARTICIPAVAM DA CONSTRUÇÃO DO MATERIAL DE ESTUDO
- ( ) OS ERROS ERAM CORRIGIDOS COLETIVAMENTE
- ( ) VOCÊS APRENDERAM A FAZER PLANO DE AULA
- ( ) FALAVAM DE SUAS EXPERIÊNCIAS SOBRE O ASSENTAMENTO
- ( ) ESCREVIAM TEXTOS SOBRE SUAS VIDAS NO CAMPO
- ( ) FALAVAM DA EDUCAÇÃO COMO UMA AÇÃO LIBERTADORA
- ( ) VALORIZAVAM A CULTURA E O SABER DOS ALUNOS
- ( ) ESTIMULAVAM O DIÁLOGO
- ( ) FAZIAM A RELAÇÃO ENTRE O QUE SE FALA, O QUE SE LÊ E O QUE SE ESCREVE
- ( ) VALORIZAVAM A TROCA DE PRODUÇÕES E DE CONHECIMENTOS
- ( ) DISCUTIAM SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES
- ( ) FALAVAM SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PARTICIPAR DAS DECISÕES NO ASSENTAMENTO
- ( ) AJUDAVAM A ENTENDER MELHOR O MUNDO E AS RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE
- ( ) ESCLARECIAM A IMPORTÂNCIA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DO CAMPO PARA O MARANHÃO E O BRASIL
- ( ) REFORÇARAM SUA IDENTIFICAÇÃO COM O GRUPO
- ( ) ESTUDARAM A LUTA PELA EDUCAÇÃO E A LUTA PELA TERRA
- ( ) DISCUTIAM SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

35. QUANDO VOCÊS NÃO TINHAM AULAS, AS PROFESSORAS DEIXAVAM ATIVIDADES PARA SEREM FEITAS? ( ) S ( ) N

36. FALE UM POUCO DESSAS ATIVIDADES \_\_\_\_\_

---



## D – O ASSENTADO CAPACITADO E O PÓS-PRONERA

37. DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO NA TURMA DO PRONERA, VOCÊ CONTINUOU A ESTUDAR? ( ) S ( ) N

38. EM CASO AFIRMATIVO, QUAL (IS) CURSO (S) FEZ? QUAL NÍVEL?

CURSO:\_\_\_\_\_NÍVEL:\_\_\_\_\_

CURSO:\_\_\_\_\_NÍVEL:\_\_\_\_\_

39. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUE DECIDIU CONTINUAR OS ESTUDOS?\_\_\_\_\_

40. EM CASO NEGATIVO, DIGA POR QUE NÃO FEZ OUTROS CURSOS? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

( ) NÃO TEVE INTERESSE ( ) ACHOU QUE NÃO ERA CAPAZ

( ) NÃO TEVE CURSOS NO ASSENTAMENTO ( ) FALTA DE TEMPO

( ) PROBLEMAS DE SAÚDE ( ) OCUPAÇÃO COM O TRABALHO

( ) OCUPAÇÃO COM A FAMÍLIA ( ) FALTA DE TRANSPORTE

( ) FALTA DE DINHEIRO ( ) DIFICULDADE COM ACESSO À ESCOLA

( ) POUCO APOIO DA FAMÍLIA

( ) OUTRO(S) MOTIVO(S). QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

41. O PRONERA AJUDOU VOCÊ A DECIDIR POR PROCURAR OUTROS CURSOS?

( ) S ( ) N

42. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUÊ?

\_\_\_\_\_

43. FAZ LEITURA EM LIVROS, REVISTAS, JORNAIS? ( ) S ( ) N

44. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

---

45. EM CASO NEGATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

---

46. EXISTEM RODAS OU GRUPOS DE ESTUDOS?     ( ) S   ( ) N

47. VOCÊ PARTICIPA?     ( ) S   ( ) N

48. EM CASO AFIRMATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

---

49. EM CASO NEGATIVO, POR QUÊ? \_\_\_\_\_

---

50. A IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ DÁ A SUA EDUCAÇÃO E DE SUA FAMÍLIA MUDOU DEPOIS DE PARTICIPAR DO PRONERA?

( ) S   ( ) N

51. EM CASO AFIRMATIVO, QUAL A RAZÃO? **(PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

( ) CONSIGO DOMINAR A ESCRITA E A LEITURA

( ) DESCOBRI QUE SOU CAPAZ DE FAZER COISAS NOVAS

( ) PERCEBI QUE POSSO LUTAR POR UMA VIDA MELHOR

( ) TENHO MAIS CONDIÇÕES DE CONSEGUIR EMPREGO

( ) PASSEI EM CONCURSO PÚBLICO

( ) TENHO ACESSO A MAIS INFORMAÇÕES

( ) O ESTUDO AJUDOU NO TRABALHO NO CAMPO

( ) AS COISAS DA VIDA ESTÃO MAIS CLARAS PARA MIM

( ) VEJO O MUNDO DE FORMA DIFERENTE

( ) SOU CAPAZ DE DAR MINHAS OPINIÕES NAS REUNIÕES DO ASSENTAMENTO

( ) OUTRO(OS). QUAL (IS)? \_\_\_\_\_

52. QUE ESFORÇO VOCÊ FEZ PARA CONTINUAR OS ESTUDOS, APÓS

CONCLUIR O PRONERA?

---

**ANEXOS**

## ANEXO A – Resposta Sistema de Informação ao Cidadão (E-SIC)

### Dados do Recurso de 1ª Instância

Órgão Superior Destinatário	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Órgão Vinculado Destinatário	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Data de Abertura	21/03/2014 18:02
Prazo de Atendimento	28/03/2014
Tipo de Recurso	Outros

### Justificativa

O órgão não prestou as informações solicitadas, apenas respondeu:

"Prezada Senhora, sua solicitação encontra-se na Coordenação Geral de Educação no Campo /DDE/DD. Estamos aguardando os subsídios dessa área para prestarmos a devida informação."

Ele também não me deu um prazo para atendimento à demanda. Portanto, ainda estou aguardando por prazo indeterminado.  
Att.

### Resposta Recurso

Data da Resposta	28/03/2014 20:00
Prazo Limite para Recurso	10/04/2014
Prazo para Disponibilizar Informação	-
Tipo Resposta	Deferido

### Justificativa

Prezada Senhora, segue resposta da área:  
O conceito de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do PRONERA, está bem sistematizado nos Cadernos de Educação do Campo(O incra não tem exemplares, pois todas as edições estão esgotadas). Não temos indicadores de desenvolvimento sustentável. Não temos metas de desenvolvimento sustentável.  
Na segunda fase da Pesquisa nacional sobre o PRONERA, que será desenvolvida durante o ano de 2014, será analisada a repercussão dos projetos do Pronera nos assentamentos, com uma metodologia específica. Os resultados desta segunda fase da pesquisa estarão disponibilizados ao público no início de 2015.

**ANEXO B - Movimentos sociais no campo, na década de 50**

ANO	ORGANIZAÇÃO	LUTAS
1950-1954		Greves em fazendas de cacau, cana-de-açúcar e café
1950	I Congresso Camponês de Pernambuco	Revolta de Porecatu (PR) – luta entre posseiros e grileiros
1951	I Congresso Camponês de Goiás	
1952-1953		Luta de posseiros, no Espírito santo
1953	I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas	
1954	II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas Constituição da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas)	Ligas Camponesas
1955	Constituição das Ligas Camponesas	Resistência e expulsão no Engenho Galiléia (PE) Movimento de arrendatários rurais, em Santa Fé do Sul (SP)
1957	I Conferência da ULTAB	Ocupações em Francisco Beltrão e Pato Branco (PR) Luta dos posseiros em Trombas e Formoso (GO)
1959		Operação “Arranca Capim”, em Santa Fé do Sul (SP)
<p>FONTE: CRONOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO (1945-1964) – IN: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, NR 04, 2012 (P. 17-18) / EXTRAÍDA DO LIVRO HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DE LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS</p>		

**ANEXO C- Movimentos da burguesia para desmobilizar os trabalhadores rurais  
(Ligas Camponesas)**

DATA	INCIDENTE	PESSOAS ENVOLVIDAS
02/04/1961	Assassinato	Líder da Liga, João Pedro Teixeira
11/12/1962 (aprox.)	Destruição de roçado	Camponeses, administradores de roçados e capangas
11/12/1962 (aprox.)	Expulsão	Quarenta famílias de camponeses
11/12/1962	Assalto à mão armada	Presidente da Liga Antônio Francelino
17/01/1962	Assassinato	Líder da Liga, Alfredo P. Nascimento
-, -	Atentado	Teixeira Filho ou João Pedro teixeira
-, -	Destruição	Várias famílias de camponeses
-, -	Destruição de moradias	Várias famílias de camponeses
20/02/1962 (aprox.)	Despejo	Dezesseis famílias de camponeses
12/06/1963 (aprox.)	Despejo	Camponês Antônio Alfredo e família
31/07/1963	Assassinato	Camponês Manoel Pereira
-, -	Agressão	Professor Assis lemos e o líder Pedro Fernandes
15/01/1964	“Chacina de Mari”	Camponeses, polícia militar, administrador e capangas
<p>FONTE: HISTÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS – CLODOMIR SANTOS DE MORAIS IN: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, NR 04, 2012 (P. 80)</p>		

## ANEXO D- Como Surgiu o Povoado Olho D' agua dos Pereira

### *Como surgiu: Olho D'agua dos Pereiras.*

Segundo os contos de Dona Domingas Rodrigues Garcia, 86 (oitenta e seis) anos de idade, quando ela chegou em Olho D'agua em 1926, com apenas 8 anos de idade, este povoado era conhecido apenas como riacho e tinha quatro moradores que são:

1. José Constantino, conhecido como Cabir.
2. Sezario Rodrigues
3. João Cabral
4. Jusefa Rodrigues

Nessa época, chegou Dona Rita, mãe de Domingas Rodrigues Garcia. Nesta época era muito difícil um caminho de acesso, o melhor caminho era o riacho.

Os moradores da região fabricavam e usavam grandes botes (canoas) para se locomover e transportar suas cargas, o interessante é que pessoas que por ali navegavam, descobriram um pequeno córrego formado por um olho d'agua, que surgiu no meio da chapada por obra da natureza, aproximadamente uns 3 km de distância. Então, foi a partir deste olho d'agua que os viajantes começaram a chamar este lugar de OLHO D'AGUA.

No ano de 1942, Dona Domingas Rodrigues Garcia casou-se com o Sr. José Cabral e Olho d'agua, passou a ser chamado OLHO D'AGUA DOS CABRAL, daí em diante foram chegando outras pessoas de outras regiões e ficaram por ali fazendo este povoado se evoluir cada vez mais.

No ano de 1965 a 1972 apareceu por ali, um homem chamado Conrado Ataíde, ele muito rico dizia ser dono daquelas terras e realmente provava com documento, o mesmo fez grande amizade com Domingo Pereira da Silva, um dos moradores, ele era um homem rude e muito autoritário, tornou-se cobrador de aforo (imposto) de Conrado Ataíde, muitas vezes, quando um trabalhador não pagava o aforo, ele invadia a casa o tomava a pouca produção que tinha para comer, gerando ali pequenos conflitos.

Em 1988, apareceu uma história que o Sr. Conrado Ataíde iria VENDE as terras para o INCRA, em 1992 esta história se tornou realidade, graças a Deus e a chegada do INCRA, as coisas começaram a melhorar, foi criado assentamento São José Morro Alto e as pessoas se organizaram em associação, por isso Olho D'agua dos Cabral passou a ser Olho D'agua dos Pereiras, depois que as terras passou a ser do INCRA, temos alguns benefícios, bem como: estrada, projeto habitacional, energia, um sistema de irrigação, proçera e o pronerá, temos também posto de saúde, escola do município, igrejas e campo de futebol.

#### **Autor:**

Manoel Rodrigues Sá Meneses

Lauro Rodrigues Sousa

## ANEXO E– Ofício N° 407



C.N.P.J 06.062.327/0001-74 Rua Antonio Rayol, 642 Centro São Luís-MA CEP: 65015-040 Fone/fax 232-6721/6172  
231-9390/1938 E-Mail: [fetaema@elo.com.br](mailto:fetaema@elo.com.br) [secgeral@fetaema.org.br](mailto:secgeral@fetaema.org.br) [sec.financas@elo.com.br](mailto:sec.financas@elo.com.br) [secagraria@fetaema.org.br](mailto:secagraria@fetaema.org.br)  
[secagricola@fetaema.org.br](mailto:secagricola@fetaema.org.br) [secformacao@fetaema.org.br](mailto:secformacao@fetaema.org.br) [secsociats@fetaema.org.br](mailto:secsociats@fetaema.org.br) [coordmulheres@fetaema.org.br](mailto:coordmulheres@fetaema.org.br)

Ofício N° 407

São Luís, 05 de Dezembro de 2003.

Origem: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ma – FETAEMA.

Destino: Dr Raimundo Monteiro – Superintendente do INCRA MA.

Sr Superintendente,

Vimos por meio deste comunicar a Vsa que a Fetaema esta de acordo com o Projeto de Continuidade do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), convênio CEFET/INCRA/FETAEMA, para educação de Jovens e Adultos num total de 1300 alunos no ensino fundamental, e escolarização de 65 monitores na 7ª e 8ª série nas áreas de assentamento dos municípios de Barreirinhas, Penalva, Chapadinha, Brejo, Matinha, Viana, Mirinzal e Pinheiro do estado do Maranhão.

Atenciosamente,

  
FETAEMA  
Federação dos Trabalh. na Agro. do Est. do MA.  
Maria do Socorro M. Barbosa  
Vice - Presidente



Costa, Katia Regina Castro

O PRONERA e o Desenvolvimento Sócio-espacial: o caso dos assentados do Projeto de Assentamento São José do Morro Alto em Barreirinhas - Maranhão / Katia Regina Castro Costa. – São Luis, 2014.

247f.:il.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado de Desenvolvimento Socioespacial e Regional. Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

Orientador: Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso

1. Educação. 2. Desenvolvimento. 3. Ideologia do desenvolvimento. 4. Estado. 5. Política pública. I. Título.

CDU: 37.018.51(812.1)